

CICLO DE ESTUDOS
MESTRADO EM SOCIOLOGIA

A recomposição das direitas: a génese do Partido Chega e a sua ação no período das eleições presidenciais portuguesas de 2021. Estudo de caso.

Inês Viana Alves

M

2021



Inês Viana Alves

A recomposição das direitas: a génese do Partido Chega e a sua ação no período das eleições presidenciais portuguesas de 2021. Estudo de caso.

Dissertação realizada no âmbito do Mestrado em Sociologia, orientada pelo Professor Doutor Virgílio Borges Pereira

Faculdade de Letras da Universidade do Porto

2021

Autor

Título

subtítulo [se aplicável]

Dissertação realizada no âmbito do Mestrado em (escreva o nome do mestrado),
orientada pelo(a) Professor(a) Doutor(a) (escreva o nome do orientador)
e pelo(a) Professor(a) Doutor(a) (escreva o nome do orientador) [se aplicável]

Membros do Júri

Professor Doutor (escreva o nome do/a Professor/a)

Faculdade (nome da faculdade) - Universidade (nome da universidade)

Professor Doutor (escreva o nome do/a Professor/a)

Faculdade (nome da faculdade) - Universidade (nome da universidade)

Professor Doutor (escreva o nome do/a Professor/a)

Faculdade (nome da faculdade) - Universidade (nome da universidade)

Classificação obtida: (escreva o valor) Valores

Para a minha avó, Maria da Glória (1927 -)

Sumário

Declaração de honra	4
Agradecimentos	5
Resumo.....	6
Abstract	7
Índice de Tabelas.....	8
Lista de abreviaturas e siglas.....	9
Introdução.....	11
1. Enquadramento teórico-metodológico: clivagens políticas, campo político e da militância e estratégia metodológica	13
1.1. Clivagens políticas: díade esquerda-direita, “novas” clivagens e “fim das ideologias”	13
1.2. Organizações partidárias: campo político e campo da militância	28
1.3. Metodologia: apresentação e justificação da estratégia metodológica	43
2. Enquadramento socio-histórico das direitas em Portugal: uma análise diacrónica e sincrónica	50
2.1. Antes do Salazarismo: do miguelismo ao fim da Primeira República	50
2.2. Salazarismo: da ditadura militar à primavera marcelista	59
2.3. Fim da ditadura: Revolução de 25 de abril de 1974, PREC e Terceira República.....	70
3. Partido Chega: apresentação e caracterização com aplicação às eleições presidenciais de 2021	86
3.1. Fundamentos e diretrizes do Chega e respetiva organização	86
3.2. A candidatura presidencial de André Ventura e a ação do partido Chega	95
Considerações Finais	101
Referências Bibliográficas	104
Anexos	117
Anexo 1 - grelha de dimensões e categorias definidas para as entrevistas realizadas	118
Anexo 2 - tabelas relativas a resultados integrais de eleições eleitorais mencionados no trabalho.....	119
Anexo 3 - análise de conteúdo do <i>website</i> do partido Chega.....	122
Anexo 4 - análise de conteúdo dos documentos oficiais disponibilizados pelo Partido Chega com enfoque relativo a posicionamentos ideológicos face a temáticas específicas	147
Anexo 5 - transcrição das entrevistas realizadas	161

Anexo 6 - análise de conteúdo da “rede social” <i>Facebook</i> do partido Chega no mês das eleições presidenciais de 2021 (de 1 a 31 de janeiro de 2021)	172
Anexo 7 - análise de conteúdo da “rede social” <i>Instagram</i> do partido Chega no mês das eleições presidenciais de 2021 (de 1 a 31 de janeiro de 2021)	186
Anexo 8 - análise de conteúdo da “rede social” <i>Youtube</i> do partido Chega no mês das eleições presidenciais de 2021 (de 1 a 31 de janeiro de 2021)	194
Anexo 9 - análise de conteúdo da “rede social” <i>Twitter</i> do partido Chega no mês das eleições presidenciais de 2021 (de 1 a 31 de janeiro de 2021)	196

Declaração de honra

Declaro que a presente dissertação é de minha autoria e não foi utilizado previamente noutro curso ou unidade curricular, desta ou de outra instituição. As referências a outros autores (afirmações, ideias, pensamentos) respeitam escrupulosamente as regras da atribuição, e encontram-se devidamente indicadas no texto e nas referências bibliográficas, de acordo com as normas de referenciação. Tenho consciência de que a prática de plágio e auto-plágio constitui um ilícito académico.

Porto, setembro de 2021,

Inês Viana Alves

Agradecimentos

Primeiramente, agradeço ao Professor Doutor Virgílio Borges Pereira, orientador da presente dissertação, por todo o apoio ao longo de desenho e desenvolvimento deste exercício, assim como, pela disponibilidade e compreensão.

Agradeço à minha avó, a quem esta dissertação é dedicada, por existir. Quando te vejo conheço um amor incomensurável. Obrigada por me ensinares a ser completa, tantos nos momentos de felicidade como de aflição. O teu sorriso preenche-me, o teu toque conforta-me, a tua voz é lar.

Agradeço à minha mãe por me tentar ajudar e ler todos textos à medida que os desenvolvia.

Em tom de despedida, agradeço à Flup porque os lugares também dizem palavras. Estou grata por esta faculdade peculiar e caracterizada por um carisma muito próprio. Agradeço porque entre as vicissitudes desta vida (estudantil) encontrei pessoas que tocaram o meu percurso. Desde os encontros na licenciatura – que me deram o Guilherme, a Dânia, o Jorge e a Luana – até às pessoas que (re)conheci mais recentemente, e em circunstâncias marcadas por adversidades singulares, como a Danielle.

E porque nada é isolado ou estático, e a dialética persegue-me, foram estas circunstâncias em confronto e interrelação que me tornaram num “eu” e contribuíram para o trabalho que se segue.

Resumo

A presente dissertação estuda o partido Chega enquanto organização partidária tendo como enfoque o período das eleições presidenciais portuguesas de 2021. Primeiramente, efetua-se a construção de um modelo de análise que insere a génese do partido no processo de recomposição das direitas dando, depois, atenção às eleições presidenciais nas quais o mesmo participou, assim como a alguns eventos com maior destaque na esfera pública. Posteriormente, apresenta-se o partido enquanto organização partidária, utilizando algumas das dimensões retratadas na literatura. Alguns dos aspetos destacados remetem para questões de ideologia, centralização, consciência organizativa e financiamento. Situado o partido como organização, abordam-se questões particulares à vivência da militância, principalmente, no período temporal delimitado. São identificados os momentos-chave da campanha na perceção dos militantes, bem como retratadas questões de interação e engajamento por meio da utilização de “redes sociais” enquanto estratégia de comunicação utilizada pelo partido.

Palavras-chave: clivagens políticas; ultradireita; campo político; campo da militância; partido Chega

Abstract

This dissertation studies the Chega political party as a party organization focusing on the time of the 2021 portuguese presidential elections. Primarily, there was a focus on the construction of an analytical model which places the party's genesis in the process of recomposition of the rights given later attention to the presidential election in which the party has participated as well as some events more notable at the public sphere. Subsequently, the party is presented as a party organization by using some dimensions portrayed in the literature. Some of the highlighted aspects refer to ideological issues, centralization, organizational awareness and funding. Having positioned the party as an organization, a discussion concerning particular issues of the militancy experience mainly in the defined time period is done. Key moments of the campaign are identified in the militant perception as well as portrayed issues of interaction and engagement through "social media" usage as a communication strategy mobilized by the party.

Key-words: political cleavages; far right; political field; militant field; Chega political party

Índice de Tabelas

TABELA 1 – CARACTERÍSTICAS DAS POSIÇÕES IDEOLÓGICAS ESQUERDA E DIREITA EM CONTEXTOS TEMPORAIS DISTINTOS.....	16
TABELA 2– NÚMERO (ABSOLUTO) DE SEGUIDORES NA PLATAFORMA DIGITAL DOS PARTIDOS COM REPRESENTAÇÃO PARLAMENTAR.....	46
TABELA 3 – GRELHA DAS DIMENSÕES E CATEGORIAS DEFINIDAS PARA AS ENTREVISTAS	118
TABELA 4 – RESULTADOS DAS ELEIÇÕES EUROPEIAS DE 2019 (26 DE MAIO)	119
TABELA 5 – RESULTADOS DAS ELEIÇÕES LEGISLATIVAS DE 2019 (6 DE OUTUBRO)	120
TABELA 6 – RESULTADOS DAS ELEIÇÕES PRESIDENCIAIS DE 2021.....	121
TABELA 7 – TABELA DE ANÁLISE DE CONTEÚDO DO <i>WEBSITE</i> DO PARTIDO CHEGA (DADOS RECOLHIDOS NOS MESES DE MARÇO E ABRIL DE 2021)	122
TABELA 8 – TABELA DE ANÁLISE DE CONTEÚDO DOS DOCUMENTOS OFICIAIS DISPONIBILIZADOS PELO PARTIDO CHEGA (DADOS RECOLHIDOS NOS MESES DE MARÇO E ABRIL DE 2021)	147
TABELA 9 – ENTREVISTA REALIZADA DIA 27 DE ABRIL ÀS 14:34 HORAS	161
TABELA 10 – ENTREVISTA REALIZADA DIA 18 DE MAIO ÀS 16:16 HORAS	166
TABELA 11 - ANÁLISE DE CONTEÚDO DA “REDE SOCIAL” <i>FACEBOOK</i> DO PARTIDO CHEGA NO MÊS DAS ELEIÇÕES PRESIDENCIAIS DE 2021 (DE 1 A 31 DE JANEIRO DE 2021)	172
TABELA 12 - ANÁLISE DE CONTEÚDO DA “REDE SOCIAL” <i>INSTAGRAM</i> DO PARTIDO CHEGA NO MÊS DAS ELEIÇÕES PRESIDENCIAIS DE 2021 (DE 1 A 31 DE JANEIRO DE 2021)	186
TABELA 13 - ANÁLISE DE CONTEÚDO DA “REDE SOCIAL” <i>YOUTUBE</i> DO PARTIDO CHEGA NO MÊS DAS ELEIÇÕES PRESIDENCIAIS DE 2021 (DE 1 A 31 DE JANEIRO DE 2021)	194
TABELA 14 - ANÁLISE DE CONTEÚDO DA “REDE SOCIAL” <i>TWITTER</i> DO PARTIDO CHEGA NO MÊS DAS ELEIÇÕES PRESIDENCIAIS DE 2021 (DE 1 A 31 DE JANEIRO DE 2021)	196

Lista de abreviaturas e siglas

APPS	ALIANÇA DOS PORTUGUESES PARA O PROGRAMA SOCIAL
CDE	COMISSÃO ELEITORAL DEMOCRÁTICA
CDS	CENTRO DEMOCRÁTICO SOCIAL
CH	PARTIDO CHEGA
CODECO	COMANDOS OPERACIONAIS DE DEFESA DA CIVILIZAÇÃO OCIDENTAL
ELP	EXÉRCITO DE LIBERTAÇÃO DE PORTUGAL
EOM	EUROPEAN OFFICERS MEETING
FA	FORÇAS ARMADAS
FDU	FRENTE DEMOCRÁTICA UNIDA
FNAT.....	FEDERAÇÃO NACIONAL PARA A ALEGRIA NO TRABALHO
FRELIMO.....	FRENTE DE LIBERTAÇÃO DE MOÇAMBIQUE
GAMA	GRUPO DE AÇÃO MONÁRQUICA AUTÓNOMO
GNR.....	GUARDA NACIONAL REPUBLICANA
GOL.....	GRANDE ORIENTE LUSITANO
IL	INICIATIVA LIBERAL
INTP	INSTITUTO NACIONAL DO TRABALHO E PREVIDÊNCIA
IRS.....	IMPOSTO SOBRE O RENDIMENTO DE PESSOAS SINGULARES
LP	LEGIÃO PORTUGUESA
LPM	LIGA POPULAR MONÁRQUICA
MAN	MOVIMENTO AÇÃO NACIONAL
MAP	MOVIMENTO DE AÇÃO PORTUGUESA
MEN	MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO NACIONAL
MIRN	MOVIMENTO INDEPENDENTE PARA A RECONSTRUÇÃO NACIONAL
MFP.....	MOVIMENTO FEDERALISTA PORTUGUÊS

MFP/ PP	PARTIDO DO PROGRESSO
MMCH	MULHERES CHEGA
MP	MOCIDADE PORTUGUESA
MPLA	MOVIMENTO POPULAR DA LIBERTAÇÃO DE ANGOLA
MPP	MOVIMENTO MONÁRQUICO POPULAR
NS	NACIONAL SINDICALISMO
OMEN	ORGANIZAÇÃO DAS MÃES PARA A EDUCAÇÃO NACIONAL
PAIGC	PARTIDO AFRICANO PARA A INDEPENDÊNCIA DA GUINÉ E CABO VERDE
PCP	PARTIDO COMUNISTA PORTUGUÊS
PDC	PARTIDO DEMOCRÁTICO CRISTÃO
PIDE	POLÍCIA INTERNACIONAL E DE DEFESA DO ESTADO
PL	PARTIDO LIBERAL
PNRP	PARTIDO NACIONAL REPUBLICANO PRESIDENCIALISTA
PPV/CDS	PARTIDO CIDADANIA E DEMOCRACIA CRISTÃ
PS	PARTIDO SOCIALISTA
PSP	POLÍCIA DE SEGURANÇA PÚBLICA
RM	RESISTÊNCIA MONÁRQUICA
RN	RASSEMBLEMENT NATIONAL
SNS	SISTEMA NACIONAL DE SAÚDE
TC	TRIBUNAL CONSTITUCIONAL
UE	UNIÃO EUROPEIA
UN	UNIÃO NACIONAL
VAR	CORPO DE VOLUNTÁRIOS DA AÇÃO REALISTA

Introdução

A presente dissertação procura estudar o campo das direitas portuguesas através de um estudo de caso. Não procurando essencializar o debate por meio de um confronto entre características de um tipo-ideal, o estudo pretende antes observar aspetos próprios da vivência das organizações partidárias e da própria militância situados numa posição mais à direita. Para a sua concretização, optou-se por uma estrutura tripartida.

Num primeiro momento, é situada a divisão esquerda-direita, desde a sua génese, com a Revolução Francesa de 1789, até à atualidade. Para fomentar a discussão, são introduzidos outros eixos problematizados na literatura, nomeadamente, o libertário-autoritário, e “se baseia na atitude perante a autoridade e as hierarquias sociais” (Freire, 2006: p. 58), e valores tradicionais *versus* valores pós-modernos, entre outros. Para além disso, equacionam-se as teses do “fim das ideologias” e “fim da história”, assim como o seu impacto sobre o eixo esquerda-direita, considerado ultrapassado por alguns, visto que “a Extrema-Direita fora derrotada pela força, enquanto o comunismo, fruto da política de desgaste prolongado que caracterizou a Guerra Fria e da natural inépcia e falência do próprio sistema socialista, teria implodido” (Madeira, 2019: p. 12). Nesta discussão equaciona-se ainda o desenvolvimento da ultradireita, partindo da divisão esquerda-direita.

Ainda atendendo ao debate teórico, as questões da militância e dos partidos enquanto organizações constituem um subponto específico, integrando questões como a mobilização e recrutamento, carreira e identidade(s).

Após efetuada a problematização teórica, é apresentada e contextualizada a estratégia metodológica. No que atenta à abordagem metodológica adotada para analisar o estudo de caso (o partido Chega), esta insere-se nas abordagens quantitativas (Creswell, 2014), utilizando uma conceção flexível. As técnicas de recolha de dados atentam à Netnografia (Kozinets, 2010; 2020), aplicada a documentos oficiais do partido e “redes sociais” respetivas, complementada por entrevistas semidiretivas. A técnica de análise de dados privilegiada remete para a análise de conteúdo.

Posteriormente, no ponto seguinte, é apresentado o objeto empírico – o campo das direitas em Portugal. Para essa contextualização, situa-se o percurso das direitas portuguesas, seguindo uma abordagem sincrónica e diacrónica. Madeira (2019), mobilizando os contributos de Castro Leal, aponta a obra de 1799 do Marquês de Penalva, denominada “Dissertação a favor da Monarquia”, como a primeira a reportar ao quadro de pensamento da direita portuguesa antiliberal e tradicionalista. Já o percurso traçado, em termos de movimentos de ultradireita, inicia-se fundamentalmente pelo miguelismo, chegando até ao partido com mais recente representação parlamentar – o Chega. Repare-se que é com o miguelismo, associado “à afirmação de postulados anti-liberais e de tradicionalismo e absolutismo monárquicos por parte dos intelectuais direitistas” (Madeira, 2019: p. 18), que emerge um pensamento contrarrevolucionário e oposto ao iluminismo. Para além disso, é precisamente após a guerra civil portuguesa de 1828 que os termos direita e esquerda passam a ser utilizados no parlamento da monarquia constitucional, tendo por base uma inspiração francesa (Ramos, 2014: p. 18). Desde esse período, surgiram diversas organizações, plurais entre si, com maior ou menor relevância e poder de ação, sendo abordados movimentos desde o Integralismo Lusitano, à União Nacional de Salazar, ou mesmo ao Partido Nacional Renovador (atual *Ergue-te*). Deste modo, pretende-se que esta contextualização socio-histórica permita averiguar as continuidades, heranças e tensões dentro do fenómeno mais amplo da ultradireita portuguesa, bem como, as reconfigurações que esta tem vindo a sofrer ao longo do tempo.

Passando para o terceiro e último ponto, este encaminha para a apresentação e análise dos dados tratados, bem como, o seu confronto com a teoria. É neste capítulo que é apresentado o Chega enquanto organização partidária e que são analisadas questões relativas à vivência dos militantes no partido, especificamente, no período das eleições presidenciais de 2021.

1. Enquadramento teórico-metodológico: clivagens políticas, campo político e da militância e estratégia metodológica

Neste primeiro capítulo é efetuada uma apresentação e justificação, amparada pela teoria, do objeto teórico e da metodologia mobilizada. De modo a seguir uma coerência lógica, inicia-se o exercício pela problematização da clivagem esquerda-direita apresentando clivagens alternativas e/ou complementares. Enquadradas as clivagens, segue-se uma reflexão acerca dos partidos como organizações partidárias e das questões de militância, mobilização e recrutamento. Assim, podem ser especificados alguns aspetos particulares ao campo das direitas no que atenta ao campo político e ao campo da militância. Efetuado o enquadramento do objeto teórico, é apresentado o desenho metodológico. Esta opção estrutural tem como objetivo sustentar algumas das opções metodológicas efetuadas.

1.1. Clivagens políticas: díade esquerda-direita, “novas” clivagens e “fim das ideologias”

As clivagens sociais e o seu papel em matéria de voto são um tema conturbado, nomeadamente, no que atenta à importância que lhes é atribuída enquanto variáveis explicativas. Os modelos de clivagens defendem que o modo “como os eleitores se enquadram, ou não, num determinado espectro partidário depende da sua colocação ao nível de sistema de clivagens” (Calca, 2011: p. 6). Um dos eixos teóricos de clivagem mais relevante, e focado no presente subcapítulo, encaminha para a díade esquerda-direita.

Historicamente, a génese da divisão ideológica esquerda-direita inscreve-se na Revolução Francesa de 1789. Concretizando a aparição dos termos, esta surge “no vocabulário político algumas semanas após a reunião dos Estados Gerais Franceses de 1789, (...) quando no meio de um debate sobre a Constituição para o reino a assembleia se dividiu profundamente entre a ala direita e a ala esquerda sobre o grau de mudança face à ordem social estabelecida (...) e sobre dar ou não dar ao rei o direito de veto sobre a legislação estabelecida” (Freire, 2006: p. 38). A ala direita mostrou-se a favor da conservação da ordem e do direito ao veto do rei, enquanto, a ala esquerda defendeu a mudança e opôs-se ao veto. Efetuando a reconstituição dos acontecimentos, a

burguesia, desobedecendo ao rei, reuniu para a elaboração de uma Constituição e proclamação dos Estados Gerais, tendo convidado os restantes estados. O parlamento resultante deste processo não respeitou a divisão em ordens, obtendo uma topografia mais semelhante à divisão esquerda-direita.

O significado desta divisão, na sua emergência, traduziu-se, essencialmente, em três dimensões fulcrais. Na esfera política, a direita tendia a abraçar a monarquia absoluta enquanto a esquerda tendia a ser republicana. Já na dimensão económica, a direita patrocinava a ordem feudal e os monopólios em oposição ao mercado livre defendido pela esquerda. No espaço social, a direita apoiava a igreja e a esquerda pendia para a secularização ou mesmo ateísmo.

A divisão esquerda-direita difundiu-se durante os séculos XIX e XX principalmente devido a dois fatores. “Primeiro, por via da linguagem da democracia parlamentar; segundo, através das ideias socialistas” (*Ibidem*: p. 46). Segundo Freire (2015), “esta divisão política formou uma categorização de ideologias, um instrumento de classificação das posições políticas dos diferentes partidos, um código de comunicação (...) e, finalmente, um instrumento para direcionar eleitores na interpretação do fenómeno político e tomada de decisão” (Freire, 2015: p. 43).

São plurais as perspetivas mobilizáveis para abordar as posições do eixo esquerda-direita, sendo possível nomear algumas, a saber, histórica, ciências sociais, essencialista e plural. O enfoque essencialista procura encontrar traços comuns para cada um dos blocos ideológicos enquanto o plural salienta as características distintas. A abordagem essencialista associa-se a autores como Laponce, que teoriza acerca da existência de elementos nucleares¹ e de elementos periféricos² para categorizar cada um dos blocos, como Bobbio, para quem “o critério fundamental para distinguir a esquerda da direita é a diferença de atitude dos homens face ao ideal de igualdade”

¹ Elementos centrais da direita - “Aceitação das hierarquias sociais e religiosas” – e da esquerda - “afirmação da igualização das condições de vida através do desafio da denominação de origem divina («de Deus») e secular («do príncipe»)” (Freire, 2006: p. 49).

² Elementos periféricos da direita - Setor “político, o passado, o status quo, a livre empresa e os EUA” – e da esquerda - “o futuro, a mudança, a intervenção do Estado na economia e a URSS” (Freire, 2006: p. 49).

(Freire, 2006: p. 50)³, e como Jaime Nogueira Pinto, que opõe otimismo antropológico⁴ e pessimismo antropológico⁵. Para Freire (2006), estas abordagens podem conter alguns problemas, nomeadamente, pela utilização de conceitos de modo unilinear, quando os mesmos possuem características plurais, e por não atenderem ao dinamismo das ideologias, que convocam a realização de um enquadramento rigoroso das representações vigentes no campo político. Freire (2006) considera ainda que pode ser pertinente formular a problemática em termos de condições necessárias e suficientes, ou seja, determinado traço pode ser necessário para pertencer a um dos blocos, mas não condição suficiente. Nesse sentido, apela à contextualização sociopolítica do sistema de valores correspondente a determinado lado do espectro de pensamento.

Este instrumento de simplificação das ideologias políticas, tal como perceptível no parágrafo anterior, não está isento de críticas. Assim, André Freire (2006), aborda quatro problemas decorrentes da divisão esquerda-direita alicerçado nos contributos teóricos de Eatwell. Primeiramente, na direita existe uma multiplicidade interna, levantando três disposições principais para o final do século XIX (*legitimistas, orleanistas e bonapartistas*). Outro aspeto encaminha para a variação do significado da divisão dependendo do país de referência. “Uma terceira questão está relacionada com o grau de difusão deste código enquanto instrumento de comunicação política” (Freire, 2006: p. 42), notando que nos países com sistemas bipartidários, como Grã-Bretanha e os EUA, não era tão primordial simplificar a realidade política sendo também mais usual a utilização da divisão liberal-conservador. Finalmente, a outra inquietação encaminha para “a diversidade das posições em relações aos mesmos temas políticos, em diferentes épocas históricas, assumidas por grupos políticos classificados na mesma área ideológica” (*Ibidem*: p. 43). Relativamente a este último aspeto, pode ser utilizado

³ Para Bobbio (1995), os termos esquerda-direita são “utilizados para exprimir a oposição das ideologias e dos movimentos em que o universo, eminentemente conflitual, do pensamento e das ações políticas está dividido” (Bobbio, 1995: p. 27).

⁴ “O homem é um ser naturalmente bom e que, num «estado de natureza» inicial, desfrutou da felicidade e da paz mas que se encontra alienado ou desviado da sua humanidade essencial por um processo histórico que criou instituições e teias de dominação religiosa, familiar, política e económica” (Pinto, 2018: p. 37).

⁵ “A raiz da cosmovisão direitista assenta na recusa da ideia rousseuniana da bondade natural do homem.” (Pinto, 2018: p. 31).

enquanto exemplo ilustrativo o posicionamento face ao papel do Estado. Por um lado, no século XVIII a direita defendia uma monarquia forte (Estado Forte) e o mercantilismo (economia intervencionista). Por outro lado, a defesa de um Estado forte e corretor de distorções de cariz económico associa-se à esquerda do século XX⁶.

Bourdieu (2014), na sua reflexão acerca da tendência do campo político se configurar em torno de polos, tais como esquerda-direita, também equaciona que as categorias⁷ em oposição podem sofrer mutações, ao nível interno e externo, no âmbito dos papéis que representam, dependendo dos momentos contextuais. Um exemplo ilustrativo providenciado por Bourdieu (2014), situa-se nas realidades da França e Alemanha (ver tabela abaixo):

Tabela 1 – Características das posições ideológicas esquerda e direita em contextos temporais distintos

Contexto temporal	Esquerda	Direita
Entre as duas guerras	“racionalismo, a fé no progresso e na ciência”	“nacionalista e conservadora”; “irracionalismo e ao culto da natureza”
Primeira publicação do texto citado (1981) ⁸	“culto (ecológico) da natureza, o regionalismo e um certo nacionalismo, a denúncia do mito do progresso absoluto, a defesa da «pessoa», tudo isto banhado de irracionalismo”	“credo conservador, fundamentado na confiança no progresso, na técnica e na tecnocracia”

(Bourdieu, 2014: p. 185)

⁶ com exceção do anarquismo e anarco-sindicalismo

⁷ O autor percebe as categorias como “*invariantes* que só se realizam na relação com um campo determinado e por meio dessa relação” (Bourdieu, 2014: p. 184).

⁸ Primeiramente, o texto citado foi publicado em 1981 na revista *Actes de la Recherche en Sciences Sociales*, sendo o título original “La représentation politique: Éléments pour une théorie du champ politique”.

Os posicionamentos políticos adquirem uma topologia política que permite efetuar identificações. Deste modo, as posições constituem categorias historicamente situadas que servem como instrumentos de análise e relacionam-se a circunstâncias particulares, formando generalizações.

Existe um outro debate que atenta ao modo como é perspectivada a operação da divisão esquerda-direita, seja a partir dos extremos ou num *continuum*. Entre ambas as abordagens existem várias posições concetuais. Inclusive, embora não seja o foco deste ponto, ocorrem debates relativamente ao conceito mobilizado – eixo, clivagem, díade, entre outros – dependendo do posicionamento teórico defendido. Existem também autores especializados em determinadas posições relativas a esta díade, como é o caso de Cas Mudde (2020) e aquilo que apelida de *ultradireita*. Cas Mudde (2020), divide a *ultradireita* em dois grupos principais: a direita extremista e a direita radical. A direita extremista encaminha para o fascismo e o nazismo enquanto a direita radical se associa ao populismo, nativismo e autoritarismo. Estes dois grupos da *ultradireita* afastam-se no seu posicionamento face à democracia, sendo as suas diferenças de cariz quantitativo e qualitativo na medida em que, contrariamente à direita extremista, “a direita radical (populista) apoia a democracia, pelo menos em teoria” (*Ibidem*: p. 41). Na direita extremista, a ideologia perfilada naturaliza as desigualdades sociais, esquivando a ação do Estado sobre as mesmas. As diferenças e a hierarquia subjacente, aqui naturais, associam-se à crença no elitismo já que defendem que indivíduos, na sua aceção superiores, são merecedores de maior poder. Já os critérios de edificação da hierarquia podem ser diferenciados entre grupos da *ultradireita*⁹. No que atenta à conceptualização de cultura e etnia, com o término da Segunda Guerra Mundial e queda do fascismo na Alemanha, a conceptualização de “raça”, compreendida em termos biológicos, entrou em desuso e surge como nova ideologia defendida, embora também com críticas associadas ao racismo, o etnopluralismo. “O etnopluralismo alega que as pessoas estão divididas em grupos étnicos iguais, mas que deveriam permanecer segregados” (*Ibidem*: p. 37-38). Assim, na contemporaneidade, reside a ideologia do

⁹Exemplo da linhagem (monarquia), crença religiosa (teocratas) ou etnia (etnocracia).

nativismo entre a ultradireita. Outro conceito a explorar quando problematizada a ultradireita é o autoritarismo como defesa da ordem e punições severas para quem atenta contra a mesma. Consequentemente, tudo aquilo que for considerado enquanto problema sobre a ordem pública é prevenido pela educação da moralidade e punido quando necessário. Para terminar uma síntese dos conceitos envolventes da ultradireita, resta refletir acerca do populismo¹⁰. Mudde (2020) destaca ainda, como principais temáticas políticas da ultradireita, “a imigração, a segurança, a corrupção e a política externa” (p. 42).

Outra temática de relevo relativa ao eixo esquerda-direita encaminha para o modo como vários autores ensaiam uma representação da competição política segundo critérios estabelecidos que divergem entre si, nomeadamente, no que atenta à divisão referida. Um critério pode assentar no posicionamento face à igualdade, exemplo de Bobbio mencionado anteriormente. Outros autores consideram que a clivagem esquerda-direita assenta em critérios económicos. Repare-se no caso de Norris e Inglehart (2019), segundo os quais “a dimensão clássica económica esquerda-direita foi baseada primariamente na polarização sobre a redistribuição providencial e no papel estatal sobre a economia” (*Ibidem*: p. 50)¹¹.

Relativamente à definição dos critérios, que podem divergir entre si, existem, por um lado, autores que defendem uma análise unidimensional, por outro, perspectivas apologistas de uma apreciação multidimensional. Um dos problemas associado às análises unidimensionais pode remeter para uma excessiva simplificação com consequências sobre as perceções do senso comum e da própria comunicação política. Para atender a estas inquietações surgem esquemas alternativos que conjugam dimensões - abordagens multidimensionais – e que defendem a existência de “outros conjuntos de critérios importantes (os quais variam através dos países e do tempo), e que contribuem significativamente para diferenciar a esquerda da direita” (Freire, 2015:

¹⁰ Abordado na discussão relativa a “outras clivagens”.

¹¹ Faz-se a ressalva que os autores consideram que atualmente os problemas políticos mais aguerridos remetem para questões culturais. Citando o pensamento: “o crescimento silencioso de problemas sociais deu crescimento a uma clivagem cultural na competição partidária que cortou através da clivagem económica esquerda-direita” (Norris e Inglehart, 2019: p. 51).

p. 63). Apesar dos problemas que lhe estão associados, este tipo de representação multidimensional tem um poder explicativo de carácter heurístico, notando-se também que é a “flexibilidade que permite que o esquema esquerda-direita funcione para os eleitores como um instrumento útil de classificação e interpretação” (Freire, 2006: p. 59).

Segundo Freire (2006), “há três eixos fundamentais de conflito político, extensíveis à generalidade das democracias ocidentais, sobretudo as europeias” (p. 100). Esses eixos são: clivagem estado-igreja, clivagem de classe¹² e clivagem “velha política” - “nova política”¹³. Freire (2006), mobilizando os três eixos referidos, confronta os mesmos com o posicionamento esquerda-direita dos indivíduos de modo a ponderar a relevância dos sistemas de valores face às posições ideológicas. Estes eixos inserem-se na dimensão de significado valorativa (ideológica) do eixo para os eleitores, ou seja, o posicionamento face à divisão esquerda-direita em relação às orientações referentes aos temas políticos conflituais. As tendências descritas por Freire (2006) reportam aos anos de 1990 e 1999. Relativamente ao eixo de classe, embora as relações obtidas fossem fracas/ médias, foi sugerido que aqueles que se colocam numa posição mais à direita “defendem um menor papel do Estado na sociedade e na economia, apresentam uma atitude mais positiva face à competição, não defendem a igualização de rendimentos, (...) privilegiam a liberdade em detrimento da igualdade” (Freire, 2006: p. 112-114). No que atenta ao eixo da religiosidade, tendencialmente, o posicionamento à direita correlacionou-se com a desaprovação do acesso ao aborto e a um maior relevo da religiosidade na vida. No que diz respeito ao eixo da “velha” e da “nova” política, “os indivíduos situados à direita do espectro ideológico tendem a apresentar uma maior propensão para adoptarem valores materialistas” (*Ibidem*: p. 117). Comparando os diferentes sistemas de valores referidos, “a clivagem de classe é geralmente mais

¹² Opondo os assalariados aos proprietários e patrões, é considerada por alguns autores como sendo uma versão materialista da diáde esquerda-direita.

¹³ A denominada “velha política” está associada a questões de distribuição de riqueza, regulação de mercados e afetação dos recursos. A “nova política” remete para questões, tais como, a qualidade de vida, participação direta nas instâncias políticas e organizações, entre outras. Este conflito traduz-se na teorização de diferentes clivagens, a saber, materialistas-pós materialistas e autoritárias-libertárias.

importante do que a religiosa para explicar o autopoicionamento dos eleitores na escala esquerda-direita” (*Ibidem*: p. 122). Portugal, desviou-se desta tendência e destacou-se enquanto país com baixo nível da componente valorativa na estruturação ideológica do eixo esquerda-direita.

Freire (2015) efetua uma nova problematização da divisão esquerda-direita enquanto dimensão de identificação (dos eleitores), utilizando uma abordagem multidimensional deste eixo, com dados analisados relativos a 2002-2003. Apesar da relação de impacto obtida não ser elevada, os resultados confirmaram a significância dos sistemas de valores (económicos e não económicos) no voto, assim como o sentido de direção expectável: “Indivíduos que são menos tolerantes com imigrantes, que têm orientações pró-mercado, que enfatizam o valor da autoridade, que são mais religiosos e se opõem ao liberalismo social, e que valorizam crescimento económico mais do que a proteção ambiental tendem a votar na direita” (*Ibidem*: p. 55). O oposto verifica-se para os indivíduos que votam na esquerda. As questões da religião e do liberalismo social demonstraram ser significantes em todos os países, especialmente, nos países católicos ou com religiosidade mista. Relativamente aos sistemas de valores com pouca importância na explicação do voto, estes remetem para posicionamentos face à lei e ordem e ao liberalismo económico oposto à proteção ambiental.

Para além disso, Freire (2015) equaciona o eixo esquerda-direita como dimensão de competição (entre partidos), utilizando também uma abordagem multidimensional. Enquanto dimensão de competição, a divisão esquerda-direita “parece ter uma natureza unidimensional associada com problemas socio económicos” (*Ibidem*: p. 64). Assim, quanto mais claras as propostas alternativas dos partidos de esquerda e direita, maior o impacto, no que atenta ao alinhamento de voto, dos valores socioeconómicos na divisão esquerda-direita. Os restantes sistemas de valores não se demonstraram relevantes na polarização do sistema partidário ou apresentaram resultados com sentido inesperado.

No que atenta à integração da mutação dos valores na teorização das clivagens sociais, existem duas perspetivas principais: 1) Novas clivagens (“comportamentos eleitorais que se tendem a estruturar em torno de grupos funcionais”); 2) “modelo

funcional” (“um crescente desalinhamento partidário dos eleitores e uma diminuição da importância dos partidos”) (Calca, 2011: p. 8). Atendendo à primeira perspectiva, é fulcral contextualizar algumas das clivagens teorizadas mais destacadas para além da esquerda-direita. Estas clivagens podem ser consideradas antagónicas, substitutas ou complementares¹⁴ relativamente ao eixo anteriormente focado.

Lipset e Rokkan (2008) destacam-se enquanto autores de relevo na teorização de clivagens. Reformulando o modelo analítico parsoniano, estabeleceram um espaço bidimensional que considera as coordenadas como algo contínuo e não dicotómico. Um vetor de clivagem remete para o território, sendo um extremo correspondente às resistências locais e o outro às elites nacionais. Esta clivagem pretende refletir as tensões entre regiões periféricas, minorias linguísticas e culturas ameaçadas pelo poder central e normativo do Estado-Nação, assim como, no outro extremo, as tensões pelo controlo do sistema. O outro vetor inicialmente apresentado diz respeito a uma dimensão funcional que opõe interesses específicos e ideológicos e se estende a todos os territórios. No extremo dos interesses específicos, a tensão encaminha para “as repartições, a curto ou longo prazo, dos recursos, dos produtos e dos benefícios da economia nacional” (Lipset e Rokkan, 2008: p. 26), a qual pode ser superada por negociações e estabelecimento de regras de redistribuição. O extremo ideológico, contendo tensões do tipo nós/outros, foca-se em questões relacionadas com a definição da moralidade e do sentido de progresso. Repare-se ainda que “as clivagens historicamente estabelecidas abrangem raramente as extremidades dos dois eixos: um conflito concreto não é quase jamais exclusivamente territorial ou exclusivamente funcional, ele sustentar-se-á de tensões nas duas direções” (*Ibidem*: p. 27).

A tensão territorial, passando por problemas da distribuição de postos de poder e de nepotismo, cria limites relativos à construção nacional¹⁵. Sem a consolidação nacional de determinado território não é possível decorrer o desenvolvimento de tensões funcionais. É por meio da interação comunicacional de comunidades que são realizados processos de mobilização nos quais se desenvolvem a unificação e

¹⁴ Caso das abordagens multidimensionais anteriormente problematizadas.

¹⁵ Exemplo concreto da Guerra.

normalização do Estado-Nação que gradualmente se entranha nas culturas locais. A Igreja realiza processos semelhantes. A administração estatal pode complexificar as tensões existentes ampliando-as para tensões entre os agentes de diferentes localidades e entre os agentes de dada localidade. Nos casos em que o território não sofre ameaças de catástrofe, pode ser gerada uma herança de conflitos culturais-territoriais¹⁶.

Lipset e Rokkan (2008), notando os processos de consolidação dos sistemas políticos do ocidente, estabelecem quatro eixos de clivagens críticas ancorados nas revoluções nacionais e industriais. As clivagens que resultam da revolução nacional são: “o conflito entre a *cultura central de construção nacional* e a resistência crescente das *populações dominadas* das províncias e das periferias que se distinguem etnicamente”; e o “conflito entre o *Estado Nação* centralizador, normalizador e mobilizador, e os privilégios corporativos da *Igreja* estabelecida historicamente” (*Ibidem*: p. 33). As clivagens que derivam da revolução industrial são: “o conflito entre os *interesses agrários* e a classe ascendente de *empresários industriais*”; e “o conflito entre *detentores e empregadores*, de um lado, e *inquilinos, operários agrários e trabalhadores*, do outro” (*Ibidem*: p. 33). Estes marcos revolucionários da história europeia, associados aos processos de tensão descritos, têm a sua génese inscrita, por um lado, em França (revolução nacional), e, por outro, na Grã-Bretanha (revolução industrial). Sucintamente, a revolução nacional “forçou os círculos cada vez mais amplos da população a escolher o seu campo nos conflitos sobre *os valores e as identidades culturais*”, enquanto que a revolução industrial, tendo estado relacionada a contra movimentos, teve implicações a longo prazo no sentido de “forçar os cidadãos que tinham recebido o direito de voto a se posicionar em função dos seus *interesses económicos*, da sua quota-parte da riqueza gerada pela difusão das novas tecnologias e o alargamento dos mercados” (*Ibidem*: p. 41).

As clivagens críticas acima abordadas descrevem movimentos de protesto face às elites dominantes no âmbito nacional, assim como aos modelos culturais vigentes.

¹⁶ Exemplo concreto de Espanha.

Porém, existem alinhamentos de protesto distintos em Estados-Nação perfeitamente mobilizados. Para os últimos, não é o centro tradicional o alvo do protesto, mas sim as novas elites e as instituições que as sustentam. Enquanto exemplos empíricos, Lipset e Rokkan (2008), entre outros, apresentam o fascismo italiano e a direita radical estadunidense. Estes alinhamentos de protesto têm em comum serem nacionalistas, embora ideologicamente variáveis. Nas formas iniciais, “refletiam essencialmente as reações das camadas inferiores da cultura dominante contra os fluxos ascendentes de mobilização das populações dominadas” (*Ibidem*: p. 51).

Analisando outros autores e clivagens teorizadas, Bobbio (1995) efetua uma problematização acerca dos pontos de encontro entre movimentos revolucionários e contrarrevolucionários. Para o autor, estes movimentos não convergem pela pertença a categorias opostas – esquerda e direita respetivamente – mas o que os une é a pertença a uma ala extremista, a qual está em oposição a uma ala moderada. Assim, é introduzida a díade extremismo-moderantismo. Bobbio (1995) destaca componentes morais e de virtude partilhados pelos extremos que os distinguem dos moderados, uma oposição entre “as virtudes guerreiras, heroicas, da coragem e da ousadia contra as virtudes, depreciativamente consideradas mercantis, da prudência, da tolerância, da razão calculista, da busca paciente da mediação” (*Ibidem*: p. 47). De modo sucinto, “na oposição entre extremismo e moderantismo, o motivo de controvérsia é sobretudo o método; na antítese entre direita e esquerda, o motivo de controvérsia são sobretudo os valores” sendo que “a oposição quanto aos valores é mais forte do que a oposição quanto ao método” (*Ibidem*: p. 50).

Para além da divisão moderantismo-extremismo, Bobbio (1995) desenvolve a díade liberdade-autoridade, da qual “derivam doutrinas e movimentos libertários e autoritários” (*Ibidem*: p. 92). Partindo do critério de posicionamento face à igualdade na distinção esquerda-direita e completando com a díade liberdade-autoridade, Bobbio (1995) obtém um esquema bidimensional constituído pelas seguintes categorias: 1) extrema esquerda (igualitária e autoritária); 2) centro esquerda (igualitário e libertário); 3) centro direita (paralelamente libertário e totalitário, defende a igualdade perante a lei); 4) extrema direita, (anti liberal e inigualitária exemplificada pelo fascismo e

nazismo). Esta topologia permite expor que cada grupo da categoria esquerda e direita não é homogêneo, assim como, podem ocorrer alianças em determinados contextos de crise.

A díade libertário-autoritário, associa-se às questões da “velha política” e “nova política” anteriormente referidas. Alguns autores utilizam o eixo materialismo – pós-materialismo, tal como teorizado por Inglehart, segundo o qual a socialização dos indivíduos influencia os valores que estes detêm. Por um lado, os valores materiais estão associados a um contexto relativo de escassez, redes de proteção diminutas e insegurança e, por outro lado, os valores pós materiais encaminham para contextos relativos de paz, abundância e redes de proteção extensas. Porém, outros autores preferem utilizar a divisão libertário-autoritário, considerando que questões como segurança, combate ao crime e defesa da lei não são dimensões dos valores materialistas, mas sim autoritários. Repare-se ainda que consideram que as alterações de posicionamento face aos valores materiais e pós materiais “decorrem fundamentalmente da utilidade marginal dos bens materiais e, por isso, são sobretudo mutáveis de acordo com as conjunturas económicas, ao nível macro, e com os ciclos de vida dos indivíduos, ao nível micro” (Freire, 2006: p. 105).

Norris e Inglehart (2019) abordam a tensão pluralismo-populismo, a qual atenta ao posicionamento face à origem legítima de governança. Por um lado, o populismo é considerado “um estilo de retórica que reflete princípios de primeira ordem acerca de quem deve governar, reivindicando que o poder legítimo recai no ‘povo’ e não nas elites” (*Ibidem*: p. 4). Por outro lado, no pluralismo “a autoridade legítima é compreendida como assente em representantes e instituições liberais democráticas fornecendo pesos e contrapesos no poder executivo” (*Ibidem*: p. 65). Apesar de existirem autores que associam o binómio “nós” *versus* “o outro” ao populismo, Inglehart e Norris (2019) defendem que esta dicotomia não constitui uma característica do populismo em si mesmo, mas sim do autoritarismo. Porém, não existe uma conceção consensual acerca daquilo que é o populismo ou da sua inserção em clivagens. Note-se que a discussão académica em torno do conceito de populismo surge nos anos 70 do

século XX, sendo plurais as abordagens conceptuais existentes referentes à temática desde o momento mencionado.

A abordagem do populismo efetuada por Norris e Inglehart (2019) insere-se na conceção de populismo como um tipo de comunicação e retórica mobilizadas no exercício político, nomeadamente, por meio de um discurso simplista, direto e não necessariamente coerente. Acrescenta-se que “a crescente utilização das redes sociais e outras plataformas digitais, potenciada pelo contexto da pandemia, permitem estabelecer mais facilmente uma ligação direta entre o eleitorado e atores populistas, na ausência de uma regulação que possa controlar e sancionar eventuais abusos, injustiças ou ilegalidades” (Lisi e Teixeira, 2020: p. 9).

Uma outra abordagem possível perceciona o populismo como uma ideologia, segundo a qual o povo é a ideia destacada. Mudde e Kaltwasser (2017), inseridos nesta abordagem, definem populismo como *“uma ideologia de baixa densidade que considera que a sociedade está, em última instância, dividida em dois campos homogéneos e antagónicos - «o povo puro» versus «a elite corrupta» - e que defende que a política deveria ser uma expressão da volonté générale (vontade geral) do povo”* (p. 18). O populismo surge em relação a outras posições ideológicas na maioria dos casos, daí a sua caracterização enquanto ideologia fraca. Para os autores, a definição de populismo ganha significado através da sua oposição ao não populismo, sendo que “há dois opostos directos do populismo: elitismo e pluralismo” (*Ibidem*: p. 20). Para além destas, existem várias outras abordagens¹⁷. Mudde e Kaltwasser (2017) ressaltam ainda que “o populismo tem três conceitos nucleares: o povo, a elite e a vontade geral¹⁸” (p. 22). Para além disso, os líderes populistas tendem a partilhar “uma imagem cuidadosamente elaborada da *vox populi*” (*Ibidem*: p. 33).

Historicamente, “o populismo tem uma existência relativamente marginal na Europa do século XX” (*Ibidem*: p. 48). A sua ausência destaca-se ainda no pós-guerra, embora alguns movimentos tenham emergido, embora isolados, após as duas guerras

¹⁷ Exemplo da abordagem socio cómica ou da conceção do populismo como ação popular.

¹⁸ A vontade geral, proveniente da teorização de Rousseau, é referente “à capacidade do povo para se juntar numa comunidade e legislar com vista a fazer vingar o interesse comum” (Mudde e Kaltwasser, 2017: p. 30).

mundiais¹⁹. “Foi só no final da década de 1990 que o populismo se tornou uma força política relevante na Europa” (*Ibidem*: p. 50).

Lisi e Teixeira (2020) destacam dois fenómenos relacionados com o populismo nas democracias do ocidente, a nomear, a crise e perda de representatividade existentes nas instituições políticas e a globalização (e integração). No caso português, a crise de 2007-2008 não teve frutos significativos para as forças populistas. “As eleições europeias de 2014 constituíram um marco importante para a ascensão deste fenómeno, sobretudo com o sucesso de partidos como o Podemos, o UKIP e a Frente Nacional” (Lisi, 2017: p. 6). Destacam-se ainda as eleições estadunidenses – com a eleição de Trump (2017) – e o *Brexit* (2016). Em Portugal, a alteração ocorre mais tarde, notando que “nas eleições de 2019 houve a emergência de um novo partido populista da extrema-direita, o Chega, que conseguiu eleger um deputado para a Assembleia da República” (Lisi e Teixeira, 2020: p. 8).

Efetuada a contextualização de clivagens teóricas para além da esquerda-direita, é ainda essencial refletir acerca da defesa da perda de poder explicativo ou mesmo o “fim das clivagens”, e não somente a equacionar a existência de eixos complementares ou substitutos ao problematizar as alterações dos valores. A teorização da queda das clivagens está ancorada em duas ideias: 1) “há um decrescimento na associação entre a posição social e o voto”; 2) “há um aumento do nível de volatilidade em termos eleitorais” (Calca, 2011: p. 12). Algumas causas explicativas apontadas para o enfraquecimento das clivagens sociais são: “*aburguesamento* da classe operária e a *proletarização* da classe dos colarinhos brancos”; “surgimento de novas classes sociais”; “aumento do nível médio de educação e a mobilização cognitiva”; “os valores pessoais dos eleitores parecerem marcar de forma decisiva a intenção do voto”; “a diminuição da classe operária nas estruturas sociais” (*Ibidem*: p. 9). Algumas das teorias que apontam para a perda do valor heurístico e de classificação da distinção, esquerda-direita estão associadas ao fim das clivagens e remetem para as teses do “fim das ideologias” e do “fim da história”.

¹⁹ Destaca-se a *Union de Défense des Commerçants et Artisans* (UDCA) em França, partido que participou nas eleições de 1956.

Bobbio (1995) considera que as teorizações de uma crise das ideologias são, em si mesmas, ideológicas e sinaliza que a distinção esquerda-direita não remete somente para ideologias, descredibilizando a argumentação. O autor considera que reduzir a díade esquerda-direita “a mera expressão de um pensamento ideológico seria uma simplificação indevida, já que designam programas opostos em relação a muitos problemas cuja solução compete habitualmente à ação política, oposições não só de ideias mas também de interesses e de opiniões acerca da direção a dar à sociedade, oposições que existem em toda a sociedade, e que não se vê como poderão desaparecer” (*Ibidem*: p. 29). Tal não significa que estas oposições não possam ter sido alvo de uma reconfiguração ao longo do tempo, distanciando-se do seu posicionamento inicial. André Freire (2006) também se mostra crítico destas teses argumentando que a primeira formulação (fim das ideologias), remetente para o fim da década de 1950, segue-se de um contexto pautado pela revolta estudantil, assim como, movimentos de carácter pacifista e cívico. Já a segunda (fim da história), a qual encaminha para a conclusão dos anos 80 do século XX, é sucedida “por um recrudescer do nacionalismo, do fundamentalismo islâmico, e pelo crescimento do movimento por uma globalização alternativa” (*Ibidem*: p. 32-33). Problematisa ainda a hipótese de Callinicos, a qual sugere, em alternativa às teses mencionadas, a existência de “uma hegemonia tendencial do pensamento neoliberal, fundamentalmente em matérias socioeconómicas” (*Ibidem*: p. 32). Tal como Freire (2006), Calca (2011) afasta-se destas abordagens teóricas argumentando que “a alteração dos valores parece ter tido um papel no que à transformação e à mudança nas acções na classe dos eleitores concerne”, porém “não aconteceu uma troca absoluta e definitiva entre as antigas clivagens sociais e novas clivagens de outro tipo” (*Ibidem*: p. 12). Vários autores defendem que as clivagens continuam relevantes e que devem ser contextualizadas face às alterações sociais que ocorreram ao longo do tempo, assim como, complementadas e associadas com outros pontos de vista.

1.2. Organizações partidárias: campo político e campo da militância

Existem dois momentos que, tendencialmente, são associados à gênese dos partidos: 1) a segunda metade do século XVIII; 2) a primeira metade do século XIX. A primeira data associa-se às revoluções liberais, a passo que a segunda data se relaciona com a propagação de organizações parlamentares favoráveis à burguesia. “Na Grã-Bretanha, os primeiros embriões de partidos (realistas, parlamentaristas, niveladores) manifestaram-se claramente durante as revoluções liberais do século XVII” (Lopes, 2004: p. 29). Estes protopartidos, que não tinham expressão no exterior do seio parlamentar nem possuíam uma organização relevante, constituíram uma transição da efervescência em torno do carisma para quadros de notáveis (relacionados com a aristocracia). Há autores que associam este processo à classe média e à sua luta no sentido de libertação da sociedade do tipo feudal e do absolutismo. Denominados partidos de notáveis ou partidos de quadros, estes primeiros partidos associavam-se ao sufrágio restrito e interpenetração entre sociedade civil e Estado (relações de interesses e partilha de privilégios). Para além disso, corresponderam “a uma fase em que se dá a emancipação efectiva do “homem racional” perante as ataduras do antigo regime e do seu sistema de “castas”” (*Ibidem*: p. 31). Dadas alterações contextuais, estes partidos foram sofrendo atualizações. Relativamente à gênese dos partidos, deixa-se enquanto nota que Offerlé (2018) alerta que “descrever essa emergência como o resultado natural da democracia (...) impede a reflexão sobre a contribuição que foi dada por essas empresas na configuração geral da democracia representativa” (p. 20).

No panorama português, Lopes (2004) considera que apenas no último quartel do século XIX se pôde suportar a presença de partidos. Os partidos portugueses propriamente ditos surgiram nos anos 70 do século XIX, concretamente, através do Partido Progressista, de ideologia monárquica, e do Partido Republicano Português.

Existe uma competição em torno de operações de categorização sobre o que é conceitualmente um partido político, seja em termos gerais ou particulares. As definições permitem efetuar distinções relativamente a outras configurações organizativas, estabelecer e normalizar comportamentos associados à atuação partidária. Alguns debates atentam sobre motivações para a existência e grau de

institucionalização dos partidos. Inserindo-se neste debate, Offerlé (2018) distingue as definições dos partidos entre restritivas e extensivas. Segundo a definição restritiva, um partido político é uma organização durável, cuja permanência na vida política supera a dos seus dirigentes em exercício de funções, pauta-se pela existência de uma organização ao nível local estabelecida, a qual reporta a uma escala nacional²⁰. Esta abordagem concetual permite estabelecer distinções dos partidos relativamente a outras formas organizacionais, porém, não reflete acerca dos determinantes históricos para a existência dos partidos. De acordo com a definição extensiva, “o partido (a empresa) não é uma coisa, mas um tipo particular de relação social (uma associação); esta relação funciona primeiramente em benefício dos seus dirigentes, mas ela pode fazer o objeto de utilizações muito diversificadas e procurar os benefícios muito diferenciados” (Offerlé, 2018: p. 13). Deixa-se o aparte de que a reflexão de partido como relação social “não deve conduzir à substancialização dessa relação” (*Ibidem*: p. 16). Assim para estudar um partido, devem ser analisadas as relações visíveis que ocorrem dentro de determinado campo de lutas e espaço de concorrência. Dentro desse espaço estão presentes dois tipos de capital que permitem a sua existência – “*o capital objetivado dos partidos e de tal partido particular*” (*Ibidem*: p. 18). Esta conceção entende a adesão partidária como sendo formalmente livre, algo que pode ser alvo de controvérsia. A procura e obtenção de benefícios pode, também, não ser sempre algo evidente. Offerlé (2018) argumenta que a conceção de partido como empresa pode reforçar a ideia de um mercado político, sendo que dizer mercado político implica “uma estrutura de trocas, *definidas, periódicas e relativamente previsíveis*” (*Ibidem*: p. 21). Nesse mercado político, os agentes investem o seu capital para produzir e obter bens políticos podendo ainda ocorrer lutas internas pela posição na direção da empresa política. Sucintamente, “os partidos são apenas uma das *formas historicamente determinadas* de empresa política; eles reivindicam, à época moderna (com um sucesso inqualificável), o *monopólio da atividade no mercado de bens eleitorais*” (*Ibidem*: p. 15).

²⁰ (Offerlé, 2018: p.10-14)

Situado o debate conceitual, apresenta-se uma definição autoral concreta de partido. De acordo com a teorização de Bourdieu (2014), um partido é uma “organização permanente que deve produzir a representação da continuidade da classe, sempre ameaçada de cair na descontinuidade da existência atomizada (...) ou na particularidade das lutas estritamente reivindicativas” (p. 171).

Para além de diferentes definições, existem abordagens analíticas distintas mobilizadas para a problematização dos aparelhos partidários. Distantes da abordagem sociológica, as abordagens institucional e concorrencial têm em comum “a recusa de conceder primazia aos factores sociais como elemento explicativo dos fenómenos políticos” (Lopes, 2004: p. 9). As últimas abordagens referidas possuem também pontos de afastamento entre si. A abordagem institucional atribui relevância a várias instituições enquanto a abordagem concorrencial destaca a concorrência eleitoral como dimensão central.

O partido, conceito já explorado, constitui uma das representações organizacionais de ultradireita - à qual se associam as categorias movimentos sociais e subculturas - segundo a nomenclatura utilizada por Mudde (2020), que por sua vez foi adaptada de Minkenberg. Estas formas organizacionais distinguem-se entre si, notando que “os partidos políticos concorrem em eleições, os movimentos sociais não o fazem; os partidos e os movimentos sociais são grupos razoavelmente organizados, as subculturas não o são” (Mudde, 2020: p. 58). As organizações da ultradireita têm uma especificidade: tendem a ser temporárias e transitórias. Relativamente aos partidos, estes, na sua maioria, participam em eleições para obtenção de posições políticas. Mesmo entre os partidos da ultradireita, a sua organização pode ser bastante diferenciada. Pode ser um partido extremamente organizado, com várias sucursais e organizações de apoio específicas até um partido constituído pelo líder (aproximadamente membro único). O financiamento público detém um papel fundamental sobre a sobrevivência destes partidos, daí a necessidade de obterem resultados eleitorais favoráveis para a manutenção do partido em grande parte dos casos.

Para a consolidação organizacional dos partidos, “existe um diferencial de recursos (certamente indispensável ao funcionamento do grupo) que a organização tenderá a reforçar” (Offerlé, 2018: p. 28). Offerlé (2018) destaca enquanto principais interações: o estabelecimento de um mercado político nacionalmente unificado; consolidar e visibilizar as oposições políticas; retalhar um determinado espaço de eleitores disponíveis para votar no partido; gerar profissionais políticos disponíveis e interessados na participação no mercado político; homogeneizar as trocas na organização no sentido de construir uma disposição unificada da visão política. A formalização jurídica do partido constitui um momento central na sua história. Associada ao processo de consolidação e institucionalização partidária, está a consciência organizativa. A saber que, quanto mais forte a institucionalização maior a consciência, e vice-versa. O êxito da institucionalização, ou seja, da estabilidade da organização, associa-se ao sucesso da repartição de incentivos, sejam estes de cariz particular ou coletivo. “O grau de institucionalização pode ser apurado através de duas dimensões: a *autonomia* da organização perante o contexto; e a *sistematização* ou coerência estrutural interna” (Lopes, 2004: p. 25). Quanto mais fortes as dimensões anteriormente mencionadas – autonomia e sistematização – maior a institucionalização da organização. Os indicadores que permitem averiguar a autonomia remetem para a organização central, financiamento e relação com organizações externas. Já a sistematização pode ser reconhecida pela configuração, mais homogêneas ou heterogêneas, das subunidades da organização. Note-se ainda que as organizações partidárias são construídas através de processos nos quais são mobilizados meios particulares da luta política, assim como, de esforços no sentido da legitimação e do reconhecimento de acesso à competição política.

De modo a atender à realidade política e às relações que lá se desenvolvem, existem alguns conceitos adicionais cuja contextualização se justifica. Bourdieu (2014) utiliza o conceito de campo, entendido “como sistema de relações sociais concretas, em que entram agentes e instituições, sem perder de vista a realidade empírica” (Fernandes, 2006: p. 52). Ao campo político está associado um *habitus* específico, o qual engloba um conjunto de aprendizagens particulares a este campo – teorias, tradições,

entre outras – assim como, linguagem e retórica. Este habitus e a pertença ao campo político que supõe implica um processo de iniciação, o qual inclui determinados ritos e provas “que tendem a inculcar o *domínio prático* da lógica imanente do campo político e a impor uma submissão de facto aos valores, às hierarquias e às censuras (...) ou à forma específica de que se revestem os seus constrangimentos e os seus controlos no seio de cada partido” (Bourdieu, 2014: p. 174). Está ainda vinculado ao campo político um capital específico - capital político - que pode ser definido como “forma de capital simbólico, *crédito* firmado na *crença* e no *reconhecimento* ou (...) nas inúmeras operações de crédito pelas quais os agentes conferem a uma pessoa – ou a um objecto – os próprios poderes que eles lhes reconhecem” (*Ibidem*: p. 193). Bourdieu (2014), reflete ainda acerca do capital pessoal do profissional político. Aí, o autor distingue, primeiramente, um capital pessoal de notoriedade/ popularidade, dependente do conhecimento e reconhecimento do sujeito, assim como, das qualificações específicas adquiridas, o qual “é produto de uma acumulação lenta e contínua” (*Ibidem*: p. 196). Aborda ainda um capital pessoal heroico/ profético, inspirado na abordagem weberiana do carisma, o qual constitui um “produto de uma acção inaugural, realizada em situação de crise, no vazio e no silêncio deixados pelas instituições e os aparelhos” (*Ibidem*: p. 197). Para além do capital pessoal, o qual se encerra no portador, Bourdieu (2014) explora o “capital delegado da autoridade política” (p. 197), o qual consiste no resultado de uma transferência (circunscrita e temporária) de capital (simbólico) da instituição política. Para adquirir este capital, os elementos têm de investir na instituição, tenha este investimento a forma de tempo, devoção e obediência ou desempenho de atividades/ funções. Desse modo, está implícito a este processo a existência de uma permuta. Para além disso, “a instituição controla o acesso à *notoriedade pessoal*” (*Ibidem*: p. 199), como é o exemplo da distribuição dos cargos disponíveis. Os indivíduos podem estabelecer algumas estratégias de modo a contornar estes processos, nomeadamente, aumentar a distância e mantendo a sua pertença.

Offerlé (2018) alerta para a necessidade de perspetivar 1) como os partidos produzem e são produto de mercados políticos; 2) como a organização é bem-sucedida socialmente; 3) como os partidos são especializados na realização de atividades

políticas. Relativamente ao último ponto – especialização dos partidos em atividades políticas - repare-se que as atividades dos partidos contribuem para a eficiência do funcionamento do campo político. Para analisar estes aspetos, podem ser mobilizadas diferentes perspetivas, a discriminar, institucional e societal. As atividades institucionais englobam “designação dos candidatos apresentados aos eleitores, a estruturação/redução da escolha eleitoral (...), a oferta de programas de governo alternativos e a orientação/ coordenação dos órgãos do Estado e das políticas públicas” (Lopes, 2004: p. 18). Transitando para as atividades societais, estas contêm “a estruturação e a canalização da comunicação entre governantes e governados, bem como entre as diversas componentes do sistema político; a socialização política (...); e a homogeneização e a hierarquização dos interesses expressos ou “articulados” pelos movimentos sociais, grupos de pressão” (*Ibidem*: p. 18), entre outras.

Por mobilização política entende-se “o conjunto de processos permanentes de criação e de continuidade de um mercado político ou dos agentes em concorrência pela mediação política que tentam trocar os bens políticos contra os apoios ativos ou passivos” (Offérlé, 2018: p. 22). A mobilização enquanto função “tende a preceder a função de expressão e de representação, que todas as ideologias profissionais dos homens do aparelho reivindicam” (Bourdieu, 2014: p. 208). O aparelho de mobilização estabelecido pelo partido concretiza-se sobre a forma de estruturas organizativas, como a burocracia, a qual permite regar os modos como os postos são distribuídos, o recrutamento e seleção, assim como, a formação dos elementos. Quanto maior o processo de profissionalização da instituição, maior a sua burocratização. Quanto menor o capital (económico e cultural) detido previamente à ingressão no aparelho partidário, maior a dependência face ao último. Neste sentido, pode considerar-se determinadas dinâmicas de submissão que servem os interesses do partido. Quanto mais institucionalizado está o capital político, maior o benefício em ingressar no aparelho partidário, fazendo a ressalva da existência de determinada redistribuição do mesmo. Pelo contrário, “nas fases iniciais ou nos tempos de crise”, “os riscos são grandes e as vantagens reduzidas” (*Ibidem*: p. 201). Repare-se ainda que, e sabendo que “os partidos

políticos tendem a monopolizar o recrutamento político”, “raros são os candidatos que podem dispensar do apoio e da etiqueta de um partido” (Gaxie, 2018: p. 349).

Após a inserção nos aparelhos partidários, as suas utilizações sociais e políticas são diversificadas, seja quantitativamente ou qualitativamente. É também por meio dessa pertença que se formam processos de identificação, etiquetagem ou mesmo de estigmatização. Repare-se que, num partido, existe um sistema de posições (internas) e de divisão do trabalho que permite definir quais as posições de poder. “A importância de um posto deve ser referida na totalidade de postos oferecidos à concorrência e aos atributos que dispõem o seu titular” (Offerlé, 2018: p. 65). É pertinente mencionar que, quando se aborda a estruturação do poder, se entende por poder “relação assimétrica, mas recíproca, a qual se manifesta numa troca desigual (em que um actor ganha mais do que o outro)” (Lopes, 2004: p. 23). Os mecanismos criados pelo partido, que permitem a sua manutenção e legitimação, são os mesmos que possibilitam a perda de poder, assim como, do controlo da organização. Nesse sentido, a concentração do capital político, exceto algumas intervenções nesse sentido, nunca ultrapassa determinada quantidade.

As relações que se inscrevem nessa estruturação de poder podem ser distinguidas entre trocas *horizontais*, entre “semelhantes”, e trocas *verticais*, entre elites e o eleitorado, filiados e militantes. Estes níveis estão entrelaçados na prática, a notar que quanto maior o espaço de manobra nas trocas verticais, maior a vantagem passível de acionar nas trocas horizontais. As ligações verticais pressupõem a existência de relações hierárquicas nas quais existe subordinação de um face a outro, ao qual são delegadas determinadas tarefas. Acrescenta-se que ligações verticais permitem combater oposições existentes no âmbito interno. Já as ligações horizontais pautam-se pela igualdade de posicionamento na organização. Nos partidos não existem somente relações horizontais. Pelo contrário, os partidos detêm ou relações exclusivamente verticais ou verticais e horizontais. O controlo de recursos organizacionais influencia diretamente o espaço de manobra dos dirigentes envolvidos nas relações de troca. Repare-se que os recursos mencionados tendem a ser acumuláveis, concentrando-se.

Os indivíduos que detêm posições dominantes na estruturação de poder da organização partidária, seja a nível local ou nacional, dispõem de atributos temporariamente valorizados no interior do aparelho partidário. “Controlar um partido, é dispor diretamente ou por procuração do domínio estratégico dos capitais com curso numa organização”, “impor a *sua definição dos capitais que aí vigoram*”, “controlar as interações nodais (...) e hierarquizar a sua importância” e “*mutualizar ou privatizar* a seu proveito os recursos partidários coletivos” (Offerlé, 2018: p. 66). Estes dirigentes organizacionais e agentes relativamente dominantes “tendem a reunir e organizar-se precocemente” (*Ibidem*: p. 26). Consequentemente, tal implica que os adversários efetuem um esforço mobilizador específico, podendo beneficiar do estabelecimento de relações mais fechadas. Os indivíduos dominantes no aparelho partidário, podendo ter interesses subjacentes para a manutenção da organização, “encontram na liberdade, que o monopólio da produção e da imposição dos interesses políticos instituídos lhes deixa, a possibilidade de imporem os seus interesses de mandatários como sendo os interesses dos seus mandantes” (Bourdieu, 2014: p. 173).

Nos partidos de ultradireita, o líder possui um papel central na estrutura do partido, o que permite uma estabilidade na transferência de poder. Isto significa uma baixa democratização estrutural sendo que, muitas vezes, quando realizam eleições internas os elementos “são «guiados», com uma liderança a controlar rigorosamente os processos eleitorais e a examinar candidatos «adequados» de uma multidão de quadros partidários” (Mudde, 2020: p. 61).

Os possíveis militantes partidários encontram na doutrina e no programa dos partidos, propostas que definem um quadro de pensamento e de ação. O programa concretiza um contrato (racional) que estabelece a relação entre mandatário e mandantes. Estes militantes aderem ao partido contribuindo para a defesa da organização no que atenta à sua manutenção e, também, ao seu desenvolvimento. Ao abordar posições auxiliares no interior dos aparelhos partidários, sabe-se que “falar de auxiliares, é falar de aderentes aos limites frequentemente indefinidos, é sobretudo falar dos militantes” (Offerlé, 2018: p. 68).

Relativamente à percepção da militância, existe uma visão idealizada segundo a qual “o engajamento é visto simultaneamente como total (quase “natural”) e explicado por um tipo de vocação” (Matonti e Poupeau, 2004: p. 6). Esta conceção contrasta com as trajetórias narradas de militantes, as quais se pautam por uma filiação improvável. Através da reconstituição das trajetórias, são perceptíveis dois fenómenos que atendem à necessidade da aprendizagem e à maior necessidade e incerteza associada a estas aprendizagens decorrente das reconfigurações ocorridas no campo político. Estas mesmas aprendizagens são facilitadas pela crescente escolarização dos indivíduos. As dificuldades de mobilização de militantes devem-se “tanto à precarização da relação salarial, às divisões entre os assalariados, quanto à invisibilidade do patronato” (*Ibidem*: p. 9).

Uma questão relevante neste tópico atenta para a diferenciação concetual entre o campo político e o campo da militância. Esta dissociação está relacionada com uma fragmentação das formas tradicionais de militância partidária e sindical que, por sua vez, estão ligadas a alterações na ordem social, por exemplo, ao nível da precarização. Ao campo da militância está associado o capital militante, o qual “designa, para além da diversidade das formas de engajamento, os saberes-fazer adquiridos, em particular, graças às propriedades sociais que permitem jogar com mais ou menos sucesso num espaço que está longe de ser unificado” (*Ibidem*: p. 11). Este capital adquirido é valorizado no campo político, mas também pode ser reconvertido e utilizado noutros contextos. Amparando-se da teorização de Gaxie, Matonti e Poupeau (2004) explicam como a componente ideológica diminuta não constitui um fator com grande relevo no momento de adesão a uma organização, seja esta partidária ou sindical. Neste sentido, é contrariada uma conceção de militância enquanto materialização de uma cosmovisão ou matriz ideológica. O capital militante demonstra “o quanto a passagem por essas instituições sociais trazia um capital escolar de substituição, princípio de uma capacidade adquirida graças a tal passagem, para se orientar no espaço político” (*Ibidem*: p. 7). Para além disso, este conceito atenta a dimensões não abrangidas pelo capital político, nomeadamente, remetentes ao engajamento. O capital político, tipo específico de poder simbólico, relaciona-se a questões de representações coletivas e de

reconhecimento, é “um capital de função nascida da autoridade reconhecida pelo grupo e, por isso, “instável”” (*Ibidem*: p. 8).

O trabalho do militante e o capital a ele associado sofreram uma reconfiguração, na qual o capital escolar adquiriu uma maior relevância de modo a atender às competências exigidas para o exercício de funções do militante – escrita, argumentação, entre outras. Nesse sentido, a escolaridade pode ser considerada facilitadora do trabalho militante, assim como, legitimante para o seu exercício. Por outro lado, o capital militante adquirido na organização e a posição na mesma podem potencializar reconhecimento aos indivíduos mais desfavorecidos. A transmissão do capital militante também se reconfigurou, abandonando os lugares mais tradicionais e geracionais, e retomando o papel das competências adquiridas em contexto escolar. Consequentemente, pode ocorrer “um (ainda) maior fechamento do campo político às pessoas socialmente ilegítimas” (*Ibidem*: p. 10).

Associado à militância, está uma estereotipação face a militantes de determinados segmentos partidários. Este é o caso dos apoiantes da ultradireita, os quais surgem principalmente categorizados em duas aceções: “o racista branco, velho e rabugento (...) e o *skin nazi*, jovem, violento e com imensas tatuagens” (Mudde, 2020: p. 79). Nesta construção, ambos os estereótipos agregam a pouca instrução e incômodo face a todos os que se distanciem do seu quadro étnico-cultural. Nos coletivos de ultradireita é extremamente conturbado analisar a identidade dos seus integrantes na medida em que “os seus membros querem permanecer anónimos devido ao estigma associado à pertença a estas organizações” (*Ibidem*: p. 84). Na Europa, os partidos deste bloco ideológico primeiramente agregam grupos de indivíduos descontentes com a direita estabelecida, os quais se associam à pequena burguesia e às profissões liberais. Nos anos 90 do século XX, o eleitorado da ultradireita proletarizou-se, mobilizando trabalhadores, os quais tinham em comum o sentimento de abandono por parte dos partidos da social-democracia, que, por sua vez, defendiam a economia de mercado e os valores da vida cosmopolita. O sucesso da ultradireita foi acompanhado pelo aumento da heterogeneidade do seu eleitorado. Repare-se que, “quanto mais popular é o grupo de ultradireita, mais diversificada é a sua base de apoio” (*Ibidem*: p. 88). No

contexto europeu, sugere-se que os elementos são homens brancos com maior integração na classe média baixa. Em termos etários, na direita extremista os integrantes são mais jovens enquanto na direita radical são mais velhos. No que atenta às organizações não partidárias, sugere-se que os seus membros são temporários e pertencem a grupos ou subculturas específicas. Já no mundo *online*, pensa-se que grande parte é “colarinho branco” com emprego regular e já frequentou o ensino universitário. Estes elementos afastam-se também no que diz respeito aos seus percursos e trajetórias. Aqui podem distinguir-se as diferentes categorias: “os *revolucionários*, que se empenham em políticas de ultradireita durante toda a vida; os *convertidos*, que acreditavam e, por vezes, militavam na política mainstream antes de se converterem às políticas de ultradireita; os *itinerantes*, que já tinham sido militantes de uma ampla variedade de grupos (...); e os *submissos*, que alegam que o seu ativismo de ultradireita não resulta da sua própria escolha, mas deve-se a circunstâncias que estão fora do seu controlo” (*Ibidem*: p. 86).

A mobilização, aliada à angariação, é uma necessidade que se intensifica em contextos eleitorais, momentos nos quais as organizações partidárias estão mais disponíveis para estabelecer compromissos. Esta cedência com o intuito de expandir o eleitorado ocorre “em detrimento da sua originalidade (...) mediante o abandono das tomadas de posição distintivas, originais, nativas” (Bourdieu, 2014: p. 190). Assim, a manutenção das tomadas de decisão mais intransigentes associam-se ao isolamento que, por sua vez, abrem para a necessidade de compromisso. Noutra perspetiva, a fidelidade existente *intra* e *inter* gerações permite “aos partidos uma clientela relativamente estável, retirando à sanção eleitoral uma grande parte da sua eficácia” (*Ibidem*: p. 203). A própria objetivação do capital político em instituições duradouras, que permitem a sua delegação, “garante uma independência relativa perante a sanção eleitoral, substituindo a dominação directa sobre as pessoas e as estratégias de investimento pessoal” (*Ibidem*: p. 200). A relação estabelecida entre os profissionais e os eleitores é mediatizada e influencia a relação entre os primeiros com a concorrência interna ao campo político. O próprio discurso elaborado dirige-se tanto às lutas internas, ou seja, da concorrência existente no campo político, como às lutas externas, as quais

encaminham para o eleitorado. O sufrágio constitui uma forma de troca política – a troca eleitoral – mas não se pode reduzir todas as trocas do campo político à troca eleitoral.

Atualmente, e com ligação à relação entre partidos e indivíduos mobilizados, existe “a percepção de um enfraquecimento dos partidos políticos”, a qual “é bem apoiada por indicadores de dados diversos, convergentes e massivos: eles perdem os aderentes, os simpatizantes e os eleitores” (Gaxie, 2018: p. 342). Repare-se que, “depois de vinte e poucos anos, os sistemas políticos ocidentais são caracterizados por fortes atitudes de desconfiança, ou mesmo aversão, em relação à política e particularmente em relação aos partidos políticos” (*Ibidem*: p. 344). As percepções nefastas face aos partidos assentam em convicções de que “talvez não há muito mais diferenças entre os principais partidos, que os políticos não podem resolver os problemas, que os governantes estão desarmados face à mundialização e construção europeia e que a política se tornou uma atividade sem alcance (...), uma espécie de representação teatral ilusória desenvolvida em volta do interesse exclusivo dos atores” (*Ibidem*: p. 345).

As dinâmicas de relacionamento entre partido e eleitorado sofreram reconfigurações com a crise económica de 2008. Analisando o sul da Europa, “todos os países demonstram um declínio na legitimidade das instituições democráticas, apesar de este processo já estar a ocorrer antes da crise” (Freire e Lisi, 2016: p. 159). Repare-se que “o crescimento económico de Portugal e Itália já era bastante fraco antes da crise e desde a introdução do Euro” (*Ibidem*: p. 157). Note-se também que, ao abordar questões da legitimidade democrática, esta é mediada pelos seguintes fatores: “primeiro, governança multi nível na União Europeia emerge não apenas em relação à intervenção direta na economia e sociedade nacional, mas também como condicionalismo político no tipo de governo que deve lidar com austeridade”; “segundo, o impacto substancial das medidas de austeridade afetam crucialmente a reação política e o modo como cidadãos avaliam a performance democrática” (*Ibidem*: p. 161). Neste período de crise, “Esquerda e direita continua a ser a dimensão fundamental de competição, apesar de todas as mudanças desde a Grande Depressão” (*Ibidem*: p. 163). Apesar disso, surgem outras dimensões, nomeadamente, relativas ao posicionamento

face à austeridade – pro- austeridade *versus* anti- austeridade. O fenómeno que se instaurou afetou negativamente a confiança pública nos partidos.

O ciclo eleitoral de 2017, com sinais de melhorias económicas pós-crise, teve igualmente implicações sobre as dinâmicas e configurações de tendências eleitorais. Note-se que, “as eleições «pós-crise» deveriam contrariar algumas das tendências emergentes durante a crise como, por exemplo, a crescente fragmentação parlamentar, a emergência de partidos de protesto e a rejeição das formas tradicionais de mobilização baseada nas organizações partidárias” (Lisi, 2017: p. 5). Pelo contrário, os aspetos que emergiram foram: “uma crescente incerteza e instabilidade eleitoral”; “emergência de uma clivagem antissistema e a consolidação de partidos de protesto”; e “a crescente dificuldade dos partidos convencionais em garantir soluções de governo estáveis” (*Ibidem*: p. 6). Nos países da Europa centro-oriental, “as eleições de 2017 confirmaram a relativa hegemonia da direita conservadora e a fragmentação da esquerda” (*Ibidem*: p. 8). “Notável é também o sucesso dos partidos nacionalistas e populistas que conseguiram mobilizar importantes setores da população, nomeadamente no meio rural e nas faixas etárias mais novas” (*Ibidem*: pp.7-8). A instabilidade eleitoral, que persistiu mesmo no pós-crise, pautou-se pela baixa taxa de adesão, reduzida proximidade e confiança nos aparelhos partidários. Para além da crise económica, outros aspetos explicativos da instabilidade instaurada remetem para “in primis o crescente desalinhamento partidário e a mudança de valores que afeta sobretudo as gerações mais novas” (*Ibidem*: p. 6).

No que atenta à análise de eleitorado no período de fim da crise (2016), e relativamente a partidos que obtiveram algum sucesso durante esse hiato temporal (Lisi, 2017), Casanova e Almeida (2021) estudam esses eleitores respondendo ao “aumento do voto em partidos autoritários e nacionalistas (AN) em democracias antigas e países mais desenvolvidos, incluindo a União Europeia (UE)” (p. 10). A dimensão destes partidos é dependente dos contextos particulares nos quais se inserem – históricos e institucionais. Um enfoque presente na análise dos partidos autoritários e nacionalistas remete para a compatibilidade existente entre os interesses dos grupos económicos e os interesses nacionais. “Mas em democracia essas compatibilidades e suporte

financeiro não são efetivos se os partidos AN não assegurarem uma base social significativa” (Casanova e Almeida, 2021: p. 11). Relativamente a esta base social, existem diferentes perspetivas no que diz respeito à intenção de voto. Por um lado, alguns autores consideram o voto ideológico, com relação a questões específicas – imigração, lei e ordem. Nesta perspetiva, o acréscimo da base social deve-se ao aumento das desigualdades económicas, assim como, outros fatores, tais como, o *backlash* cultural. Faz-se a nota de que, ao abordar questões do *backlash*, este relaciona-se a aspetos da “contradição entre as expectativas de crescente igualdade de oportunidades e inclusão social promovida institucionalmente na EU e a realidade do aumento da desigualdade, mobilidade social descendente, e exclusão social” (*Ibidem*: p. 29). Por outro lado, outros autores consideram o voto como irracional, julgando que estes eleitores não possuem valores ou preferências políticas particulares.

Ao analisar a classe social mais representada nos partidos autoritários e nacionalistas destacam-se os “empregados de execução seguidos dos trabalhadores industriais e agrícolas, ambos representando 61,4% do total de eleitores” (*Ibidem*: p. 14). Explorando a ideia prévia, esta base social caracteriza-se “por uma sobre representação, tanto em termos absolutos como relativos, de classes sociais desfavorecidas (...) expondo uma polarização estrutural entre eleitores AN e o resto do eleitorado” (*Ibidem*: p.26). Em termos tendenciais, o nível de educação mais elevado no interior destes eleitores é inferior, assim como, o total de rendimento do agregado. Este eleitorado tende a sentir que não vive confortavelmente com o seu rendimento e mostra-se crítico relativamente ao estado da saúde e da educação. Paralelamente, “aqueles que votam em partidos AN são os menos confiantes na sua própria habilidade para participar na política” e expressam “menor confiança em políticos e no Parlamento Europeu” (*Ibidem*: p. 15). Outra característica passa pela interiorização da conformidade perante a desigualdade, que por sua vez se associa a uma naturalização da hierarquia social.

A conformidade com a desigualdade associada a este eleitorado, a qual pode ser proativa ou não proativa, pode ser analisada através da combinação das seguintes dimensões: autonomia, independência, resistência e heteronomia. O eleitorado dos

partidos autoritários e nacionalistas atribuem menor relevância à criatividade, são mais conformistas e menos pró-ativos. Estes posicionamentos relacionam-se com uma orientação para a heteronomia – ação social passiva ou reativa. “Foi verificado que pessoas caracterizadas pela orientação da heteronomia escassamente participam na vida política e no trabalho de instituições, limitando-se essencialmente a consentir com regras” (*Ibidem*: p. 18). O indicador de solidariedade detém valores mais baixos remetendo para maior isolamento cultural. “Uma falta relativa de solidariedade, agregada à conformidade com desigualdade (...) colocam a base cultural para atitudes nacionalistas, xenófobas, racistas, sexistas e homofóbicas dentro desta população” (*Ibidem*: p. 20) Pelo contrário, a segurança enquanto valor obtém valores mais elevados. “Esta notável avaliação da segurança e o isolamento protetivo cultural, agregando a conformidade com regras indica que esta população se apoia nas regras principalmente para se proteger e às suas relações próximas” (*Ibidem*: p. 19). Todas as características mencionadas permitem compreender, primeiramente, a descrição deste eleitorado como moralista, em segundo lugar, o apoio ao autoritarismo. Relativamente ao último aspeto mencionado, repare-se que “a difusão da orientação social da heteronomia na população parece ser o território cultural para lideranças autoritárias e nacionalistas e ativismo para prosperar” (*Ibidem*: p. 26). O voto surge como exceção à participação, enquadrando-se enquanto compromisso cívico. “Apesar desses apoiantes AN votarem, demonstrando uma defesa reativa – não passiva ou não crítica – comportamental política, e assumindo a postura mais séptica acerca da igualdade e atitudes fortemente excludente para com imigrantes, eles vivem no limite da exclusão social e isto é principalmente devido aos seus recursos educacionais menores e deteriorados” (*Ibidem*: p. 23). Para estudar o eleitorado, Casanova e Almeida (2021), problematizam ainda a teoria existente relativa à relação entre desigualdade e heteronomia, segundo a qual, o aumento da desigualdade pode contribuir para o aumento da heteronomia, ou seja, da conformidade perante essa desigualdade em crescimento, na medida em que é reforçada a alienação e incorporada a frustração relativa às condições de vida dos indivíduos em posições mais desfavorecidas.

1.3. Estratégia metodológica: método e técnicas de investigação

De modo a explicar a estratégia metodológica desenhada é, desde logo, essencial situar a abordagem de pesquisa adotada. As abordagens de pesquisa traçam a planificação, destacando-se enquanto abordagens existentes: qualitativa, quantitativa e mista. Segundo Creswell (2014), as abordagens de pesquisa “representam diferentes fins num continuum” (p. 3). Esta perspetiva metodológica perceciona as abordagens de pesquisa de modo não rígido, abandonando concepções dicotómicas opostas. Seguindo este enfoque mais flexível acerca das abordagens de pesquisa, é possível situar o presente trabalho nas abordagens quantitativas, principalmente, devido, à estrutura utilizada para a construção da narrativa e ao raciocínio que lhe está subjacente – hipotético-dedutivo.

Após situada a abordagem de pesquisa, é fulcral enquadrar as técnicas de pesquisa selecionadas. Dado o contexto pandémico vigente, anterior ao início do trabalho, pautado pela impressibilidade, optou-se por adotar uma postura mais conservadora na escolha das técnicas de recolha de dados mobilizadas. Nesse sentido, privilegiou-se o “mundo” digital.

Atendendo à recolha de dados disponíveis *online* enquanto modo de obter informação de modo adaptado ao contexto vivenciado, estas remetem para as técnicas de recolha particulares à Netnografia. O conceito Netnografia²¹ surgiu da “necessidade de um termo separado para etnografia conduzida online” (Kozinets, 2010: p. 4). Repare-se que “experiências sociais online são significativamente diferentes das experiências sociais face-a-face, e a experiência de estudá-las etnograficamente é substancialmente diferente” (*Ibidem*: p. 5). Algumas das diferenças entre a netnografia e a etnografia atentam ao modo como se efetua a entrada na comunidade, no modo como os dados são recolhidos e tratados e nos procedimentos éticos. “Na Netnografia não existem dados antes de um observador científico efetuar o seu projeto de pesquisa pela classificação de algum tipo de informação” (*Idem*, 2020: p. 191). Entre o leque de operações associadas à Netnografia optou-se pela Netnografia Investigativa.

²¹ Alguns autores utilizam outras nomenclaturas, como Christine Hine que utiliza a terminologia de etnografia virtual. Webnografia, etnografia digital, cyberantropologia são outros exemplos.

Remetendo para o campo da Ética, é essencial distinguir entre plataformas digitais públicas e privadas. Desde logo, parte-se do pressuposto de que *websites* públicos disponibilizam informação pública e *websites* privados disponibilizam informação privada. Os *websites* públicos não necessitam que seja efetuado qualquer tipo de registo ou que seja inserida *password*.

Esta utilização de informação considerada pública levanta uma questão relativamente às motivações das pessoas (individuais ou coletivas). Note-se que as motivações para partilhar a informação de modo privado ou público podem diferir entre si. Estas opções de definições têm impacto sobre a possível audiência e podem ter como base interesses específicos – sejam esses financeiros, sociais ou políticos (como no estudo concreto). É igualmente fulcral notar que ocorre uma discrepância entre aqueles que estão efetivamente ativos e “quem lê esses sites, mas não posta, ou quem não posta frequentemente ou tanto, ou quem não lê ou posta de todo” (*Ibidem*: p. 204). No que atenta às principais tendências, os indivíduos mais interativos e presentes no âmbito da sua opinião inclinam-se para posicionamentos mais extremados no respetivo tema em questão. Aqueles que interagem de modo anónimo tendem a ser mais reativos. As várias inquietações levantadas, sugerem que no tratamento de informação *online* de carácter público não está presente uma amostra representativa da opinião pública ou mesmo de algum grupo particular. Consequentemente, deve ser equacionado o potencial para distorção e adotar conclusões moderadas.

Primeiramente, ao analisar partidos políticos, optou-se pela recolha dos programas, manifestos e notícias de autoria própria. Desse modo, e encaminhando para o partido político com representação parlamentar mais à direita – Chega – o processo iniciou-se pela análise das respetivas publicações disponibilizadas, precisamente, no *website*²² próprio.

Procurando fontes de informação complementares, é de notar que algo semelhante aos *websites* públicos ocorre nos perfis públicos e publicações dos últimos. “Portanto, informação postada nesses sites e pesquisadas utilizando ferramentas de

²² Para aceder ao *website* utilizar o seguinte link: <https://partidochega.pt/>.

pesquisa genéricas devem ser consideradas informação pública e essas áreas específicas desses sites podem ser consideradas sites públicos” (*Ibidem*: p. 197). Consequentemente, e sabendo que o presente trabalho visou a recolha de informação considerada pública, foram seleccionadas outras plataformas digitais. Faz-se a nota de que, por rede social²³, não no sentido sociológico, mas no âmbito das ciências da comunicação, se entende “um conjunto de pessoas (ou organizações) ligadas por relações sociais, tais como a amizade, o cotrabalho ou a troca de informações” (Mendes, 2020: p. 4). As “redes sociais”, assim entendidas, relacionam-se ao conceito de comunidades virtuais, nas quais é possível constituir coletivos em torno de interesses comuns e segundoss normas estabelecidas. Existem diversos tipos de comunidades virtuais, as quais abarcam um vasto leque de interesses culturais, entre os quais, grupos políticos e de grupos de discussão política (Kozinets, 2010). Para além disso, “estar em contacto com uma comunidade online é cada vez mais uma parte regular da vida social quotidiana das pessoas” (*Ibidem*: p. 14). Em Portugal e a reportar ao ano de 2020, 78,3% dos indivíduos entre os 16 e 74 anos utilizaram a Internet durante os três primeiros meses do ano²⁴, sendo que 70,4% dizem usufruir da *Internet* diariamente para o mesmo intervalo etário e período de referência²⁵.

Tendo por base um dos critérios relevantes na análise de “redes sociais”, verificou-se que entre os partidos com representação parlamentar, dois dos partidos que se destacam são mais recentes e têm deputado único – Iniciativa Liberal (IL) e Chega (CH) (Borges, 2020). Note-se que, para este estudo, principalmente no que atenta ao partido com representação mais à direita – Chega – estas questões são pertinentes para

²³O termo aqui utilizado com base no significado do senso comum e da área disciplinar da comunicação e não no significado sociológico associado à Sociologia das Redes. Assim, sempre que utilizado com o significado da frase referenciada serão utilizadas aspas. Também pode ser utilizado o conceito de media social.

²⁴ Fonte: INE. Disponível em:

https://ine.pt/xportal/xmain?xpid=INE&xpgid=ine_indicadores&indOcorrCod=0001024&contexto=bd&seleTab=tab2

²⁵ Fonte: INE. Disponível em:

https://ine.pt/xportal/xmain?xpid=INE&xpgid=ine_indicadores&indOcorrCod=0009678&contexto=bd&seleTab=tab2

justificação das escolhas metodológicas. Segue abaixo uma tabela com número absoluto de seguidores das plataformas digitais dos partidos com assento no plenário.

Tabela 2– número (absoluto) de seguidores na plataforma digital dos partidos com representação parlamentar

Partido com representação parlamentar	Número de seguidores na Plataforma Digital			
	<i>Facebook</i>	<i>Instagram</i>	<i>Twitter</i>	<i>Youtube</i>
PS	95 878	17,8 mil	44 216	5,27 mil
PSD	156 226	18,9 mil	46 651	8,41 mil
BE	112 165	29,8 mil	38 418	9,12 mil
PCP	30 628	8 490	10 319	indisponível ²⁶
CDS-PP	41 214	7 749	23 287	6,74 mil
PAN ²⁷	166 609	30,6 mil	7 981	1,87 mil
PEV	13 929	1 779	4 835	578
CH	132 832	26,2 mil	18 292	67 mil
IL	104 009	32,2 mil	31 702	12,6 mil
L ²⁸	30 582	6 803	19 166	1,62 mil

(Dados reportam a 17/12/2020)

Após situar as “redes sociais” do Chega entre os restantes partidos com representação parlamentar, efetua-se um afunilamento para as “redes sociais” do respetivo partido. Na medida em que o presidente do Chega detém uma dada centralidade na imagem pública contruída em torno do respetivo partido, note-se que

²⁶ Não é possível visualizar o número de inscritos no canal, estando o mesmo privado.

²⁷ A deputada do grupo parlamentar do PAN passou à condição de candidata não inscrita no dia 25 de junho de 2020.

²⁸ A deputada do grupo parlamentar do Livre passou à condição de candidata não inscrita no dia 3 de fevereiro de 2020.

o presidente, em determinadas plataformas, possui maior popularidade do que o próprio partido se mobilizado o critério número de “seguidores” – caso do *Facebook* e do *Twitter*²⁹. Para além disso, existem vários grupos de apoio ao aparelho partidário do Chega, os quais possuem relevância.

Sucintamente, optou-se por recolher os respetivos documentos oficiais do partido, assim como, recolher informação disponibilizada nas respetivas “redes sociais”. No âmbito do período temporal definido para a análise das “redes sociais”, e dada a relevância dos momentos-chave na vivência da militância, optou-se por analisar o mês relativo às eleições presidenciais de 2021, de 1 de janeiro a 31 de janeiro de 2021. Assim, numa primeira fase é possível analisar e situar o partido enquanto estrutura partidária e, posteriormente, focar na conjuntura eleitoral e as suas especificidades para a organização e os seus militantes.

De modo a complementar o método de recolha de dados mencionado – Netnografia - pretende-se efetuar a realização de entrevistas direcionadas ao período de eleições presidenciais. Note-se que, “os métodos de entrevista distinguem-se pela aplicação dos processos fundamentais de comunicação e interação humana” (Quivy e Campenhoudt, 2008: p. 191). Estes permitem a obtenção de informação rica e aprofundada. A entrevista pressupõe o contacto direto entre o investigador e o entrevistado, porém, dado o contexto atual, poderia recorrer-se a instrumentos digitais³⁰ para a sua realização. Apesar disso, e notando as preferências dos entrevistados, as entrevistas realizadas foram presenciais.

Entre as variantes de entrevista existentes, opta-se pela entrevista semidiretiva, segundo a qual “o investigador dispõe de uma série de perguntas-guia, relativamente abertas” (*Ibidem*: p. 192), porém sem ordem necessariamente determinada, potenciado uma maior naturalidade de acordo com o fluxo da troca. Por meio da entrevista é possível compreender o sentido das práticas e reconstituir processos, sempre respeitando os quadros de referência dos entrevistados.

²⁹Segundo informação recolhida a 18 de dezembro de 2020.

³⁰ Por exemplo, a plataforma Zoom.

Passando para os potenciais entrevistados, o critério mobilizado foi a conveniência, assente na disponibilidade para conceder entrevistas. Note-se aqui que é extremamente conturbado analisar a identidade dos integrantes da ultradireita na medida em que “os seus membros querem permanecer anónimos devido ao estigma associado à pertença a estas organizações” (Mudde, 2020: p. 84). Para além disso, no art.º 5.º do Regulamento disciplinar do partido CH é considerado ato ilícito “tornar conhecidos, seja por que forma for, factos ou decisões referentes à vida interna do Partido e dos quais tenha tido conhecimento no exercício de cargos, funções ou missões para que tenha sido designado”. Consequentemente, houve bastante resistência em todas as abordagens realizadas aos militantes partidários. Para verificar os eixos de análise definidos para a entrevista, tendo como critério a inserção no contexto das eleições presidenciais de 2021 como referido anteriormente, consultar Anexo 1.

Ao abordar a realização de entrevistas é ainda imprescindível abordar alguns códigos de conduta ética, nomeadamente, a confidencialidade e o anonimato, conceitos interrelacionados, na medida em que “o anonimato é um meio para cumprir com o respeito à confidencialidade” (Meo, 2010: p. 12). Existem também situações específicas nas quais a garantia de anonimização tem dificuldades acrescidas. “Nestes casos, é sugerida a eliminação de todos os detalhes que ajudem a identificar pessoas, lugares, cidades, instituições, etc., antes de serem publicados” (*Ibidem*: p. 13). Assim, nas transcrições das entrevistas efetuadas³¹, optou-se por ocultar os locais selecionados pelos entrevistados para a realização das mesmas, assim como, algumas passagens.

Após recolhida a informação, a técnica de tratamento de informação selecionada encaminha para a análise de conteúdo. A análise de conteúdo, é uma técnica de tratamento de informação que “tem uma dimensão descritiva que visa dar conta do que (...) foi narrado e uma dimensão interpretativa que decorre das interrogações do analista face a um objecto de estudo” (Guerra, 2014: p. 62). A postura teórico-epistemológica adotada é analítica e de reconstrução de sentido. Por meio desta postura, procura-se “realizar uma análise de conteúdo que tente interpretar a relação entre o sentido

³¹ Ver anexo 5.

subjetivo da ação, o ato objetivo (práticas sociais) e o contexto social em que decorrem” (Ibidem: p. 31). O tipo de análise de conteúdo selecionada é categorial, implicando uma análise temática com base “na identificação de unidades pertinentes que influenciam determinado fenómeno em estudo” (Ibidem: p. 78). Sabendo que as categorias correspondem a agregados de unidades com base em características comuns e seguindo a opção metodológica anterior, o critério aplicado às categorias é semântico, o que torna estas mesmas categorias temáticas. Isto relaciona-se com a incidência sobre a comunicação, na qual se optou por focar os significados desta. Desta forma, conseguiu-se diminuir a quantidade de material e organizá-lo, facilitando a sua interpretação como um todo, o que por sua vez potencia a efetuação de possíveis análises comparativas. Faz-se a ressalva de que, para cada agregado de dados recolhidos foi efetuada uma análise de conteúdo respetiva, consoante categorias diferentes e adaptadas à informação existente.

2. Enquadramento socio-histórico das direitas em Portugal: uma análise diacrónica e sincrónica

No presente capítulo pretende-se enquadrar o campo das direitas por meio de uma abordagem socio-histórica. Deste modo, procura-se enriquecer o debate por meio do percurso de um pensamento das direitas em sentido lato, nas suas pluralidades, tensões e (re)configurações utilizando uma abordagem diacrónica. Para além disso, tenciona-se descrever as ideias e narrativas das direitas portuguesas na atualidade, abordando as suas estratégias de intervenção e aquisição de poder e de mobilização, militância e carreira. Este exercício é pertinente devido a uma desvalorização das tradições das direitas desde o fim do século XX (Madeira, 2019). Repare-se que, “em Portugal, mais ainda do que noutros países, os direitistas foram largamente ignorados quer pela imprensa quer pela Historiografia ou pela Sociologia” (*Ibidem*: p. 14).

2.1. Antes do Salazarismo: do miguelismo ao fim da Primeira República

Madeira (2019), ancorado na obra de Ernesto Castro Leal, remete os primórdios do pensamento direitista português a Marquês de Penalva e à sua obra de 1799 - *Dissertação a favor da Monarquia* – na qual é defendido o caráter absoluto do poder monárquico. Este livro pode ser considerado “o primeiro doutrinador do discurso anti-liberal, tradicionalista e contra-revolucionário português” (Madeira cit. Castro Leal, 2019: p. 86).

Um outro marco histórico para a análise da génese e da construção do pensamento da direita portuguesa é o miguelismo, o qual consiste numa categorização histórica estabilizada de uma contrarrevolução. “A oposição ao iluminismo e aos princípios revolucionários constitui o seu núcleo fundador e fundamental” (Lousada, 2014: p. 85). A estratégia miguelista, sucintamente, pode ser enquadrada enquanto uma “campanha do tipo «populista», com muitos traços de modernidade, que passou pela construção carismática da personagem do Infante, pela mobilização popular, pela diabolização dos adversários e pela incitação a uma violência cujos efeitos foram, no entanto, quase sempre controlados” (Sá e Ferreira, 2014: p. 122). Note-se que as invasões francesas marcaram uma mudança no modo de “fazer” política, sendo

particular a forma como o miguelismo incorporou alguns destes ingredientes, a destacar, “a utilização da imprensa e a enunciação dum discurso protonacionalista” (Lousada, 2014: p. 93). O “terror miguelista”, termo que marcou este período, caracterizava-se pela “condenação à morte com exposição de cabeças dos supliciados, as de açoites ou de obrigatoriedade da assistência às execuções dos companheiros condenados, fazendo apelo a todo o aparato punitivo do antigo sistema penal” (Sá e Ferreira, 2014: p. 118). O alvo desta violência miguelista foi o constitucionalismo monárquico e aqueles que o defendiam. Esta mobilização da violência por parte de D. Miguel terá condicionado a opinião dos demais estados europeus ferindo a sua legitimidade e do seu regime (1828-1834).

Em 1834 os liberais venceram e D. Miguel foi exilado. Mesmo com a ocorrência de guerrilhas de inspiração miguelista e criação de algumas estruturas, foi inevitável a perda de influência deste pensamento. Existiram alguns fatores explicativos para o desvanecimento do miguelismo, tais, como, acusações de traição e decapitações de apoiantes após a derrota, a legislação de 1832 (de cariz mais liberal) e a posição tomada pelos católicos. De um modo geral, a herança miguelista consiste na “condenação do liberalismo (...), a tese do complô maçónico e o nacionalismo de direita” (Lousada, 2014: p. 104). Até ao século XX, sobreviveu o partido Legitimista, de influência miguelista. De modo sucinto, o Partido Legitimista, “renovado em 1895, apresentava a Monarquia tradicionalista, corporativa e municipal” (Leal, 1998: p. 828). É no início do mesmo século que surgiram os integralistas, “«descendentes espirituais» do miguelismo” (Lousada, 2014: p. 102).

Introduzido no parágrafo anterior, o Integralismo Lusitano “nasceu entre os anos de 1913 e 1914, em torno de um grupo de ex-condiscípulos na Universidade de Coimbra” (Quintas, 2014: p. 168). O projeto iniciado, que começou por incidir no campo artístico, transitou do “plano filosófico-estético para o das ideias-políticas, através dos folhetos *Aqui d’El-Rei!* e da revista *Nação Portuguesa*” (*Ibidem*: p. 171). No que diz respeito às principais linhas ideológicas admitidas, os integralistas defendiam “o poder pessoal do rei como chefe de Estado (tendência concentradora, com intenção nacional) e a República em auto-administração (tendência descentralizadora), pelo exercício das

liberdades nos seus vários domínios de atividade” (*Ibidem*: p. 173). A defesa da monarquia coadunava-se com a afirmação de obediência do movimento a D. Manuel II. Foi com o ativismo monárquico catapultado em 1915 que os integralistas ganharam relevo entre os manuelistas.

O ano de 1915 constituiu mais um marco temporal devido à situação governativa que se instaurou com a subida ao poder de Pimenta de Castro. Joaquim Pereira Pimenta de Castro, nascido no ano de 1846 em Monção, entrou no Exército em 1867. A sua carreira pautou-se pela subida rápida na hierarquia do exército, sendo conhecido pela “sua fama de independente, de um oficial com opinião formada no campo político mas que sempre se absteve de apoiar qualquer partido” (Silva, 2011: p. 69). Este posicionamento garantiu-lhe uma transição pacífica da Monarquia para a República.

Durante o primeiro governo constitucional da República, Pimenta de Castro chegou a ser convidado para a pasta da guerra. Os posicionamentos de Pimenta de Castro foram tumultuosos, destacando a escolha do tenente-coronel Pedro Gomes Teixeira – associado ao franquismo - para chefiar um gabinete. A acumulação de situações conduziu à sua demissão, saindo acusado de “«falta de zelo» na defesa da República” (*Ibidem*: p. 77).

A subida ao poder de Pimenta de Castro, é compreensível se situada no seu contexto marcado pela tensão entre o Exército e a República. Desde já, com a implantação da República, o exército viu o espaço que lhe pertencia tomado pela política. Os militares eram obrigados a ingressar na difusão do republicanismo e, paulatinamente, estavam vedados do campo de ação democrático. Para além disso, as acusações de relação à monarquia eram constantes. Foram ainda criados pela República grupos de milícias que se agregaram ao exército trazendo vagas de novos militares. Esta vigilância foi acompanhada de uma perda da *ordem*, insubordinação permanente e desorientação. Assim, “estava, pois, lançada a semente para a mobilização do Exército” (*Ibidem*: p. 63). A posição de Bernardino Machado no sentido de ingressar na 1ª Guerra Mundial agravou o descontentamento dos militares.

Este contexto de rutura entre o Exército e a República foi atizado pela transferência do major João Craveiro Lopes, expeditando uma marcha rumo ao

ministério da Guerra no dia 19 de janeiro de 1915. No dia seguinte, o movimento era mais audaz – ir “a Belém, pacificamente, entregar as suas espadas ao Presidente da República, num gesto que ficaria, por essa razão, célebre com o nome de «Movimento das Espadas»” (*Ibidem*: p. 65). No dia 23, os militares entregaram as espadas a Manuel de Arriaga. O presidente foi pressionado a tomar uma decisão, apelando a Pimenta de Castro o ingresso num novo governo.

Pimenta de Castro concentrou todas as pastas e reuniu com os líderes dos partidos³². Formava-se, assim, um governo extrapartidário que privilegiava as relações pessoais de confiança. O governo constituído foi, na sua maioria, formado por militares, alterando a anterior lógica vigente. A 24 de fevereiro o governo modificou a legislação eleitoral, sendo um dos aspetos abrangidos o alargando do voto a elementos do exército. Acresceu-se o adiamento das eleições, as quais passavam para o dia 6 de junho, ações estas consideradas inconstitucionais por Afonso Costa. Pimenta de Castro começou, neste momento, a ser alvo de acusações que o denominavam ditador. Numa outra vertente, a 27 de fevereiro dava-se uma manifestação de militares favorável a Pimenta de Castro com o intuito de “agradecer ao governo o alargamento do voto aos oficiais e sargentos” (*Ibidem*: p. 95).

Em fevereiro ocorreram tentativas de assassinato a Afonso Costa, ao deputado Henrique Cardoso e outros militantes foram fuzilados no largo de São Carlos. Estes episódios reuniram a legitimidade para que os democráticos se mobilizassem contra o governo. O anúncio sobre o encerramento do Congresso agravou o clima de tensão. A fratura aumentava vertiginosamente com a “política de saneamento dos funcionários públicos afetos ao «Partido Democrático»” (*Ibidem*: p. 100). O governo de Pimenta de Castro experienciava um outro problema bastante difícil: a necessidade de absorver os monárquicos no sistema que chocava com a necessidade de apaziguar os republicanos.

É a partir de 4 de março, “quando o governo mandou fechar o Parlamento, que a revolução começou a ser desenhada” (*Ibidem*: p. 119). A revolução foi pensada entre um grupo circunscrito de democráticos e elementos da Maçonaria e da Carbonaria. No

³² Afonso Costa, José de Almeida e Brito Camacho.

mês de maio, encontrava-se o contexto mais favorável à revolução, visto preceder as eleições e, conseqüentemente, ainda não existir um parlamento eleito.

Na madrugada de 14 de maio iniciava-se a revolução. Os primeiros tiros surgiam em Lisboa, assinalando o começo do movimento. “A este sinal, os revolucionários civis saíram à rua e os marinheiros revoltaram-se nos quartéis e no Arsenal da Marinha” (*Ibidem*: p. 122). Já durante a tarde foi negociado o armistício. Pimenta de Castro apresentou a sua demissão a Arriaga, que, por sua vez, se demitiu a 27 de maio. Porém, a agitação não terminou e nos dias que se seguiram ocorreriam inúmeros combates pelas ruas. As baixas da revolução foram superiores à da revolução da Instauração da República. No que atenta ao apoio a Pimenta de Castro, “praticamente só José de Almeida, fiel à sua palavra, apoiou o general até depois da queda do governo” (*Ibidem*: p. 127). Antes das novas eleições se realizarem, a 11 de junho, foram deportados os presos políticos com destino a Ponta Delgada. Entre este conjunto de indivíduos, somente Pimenta de Castro não regressou ao país.

Passados cerca de 2 anos após a chamada ditadura de Pimenta de Castro, deu-se o golpe militar de 5 de outubro de 1917. Com posicionamento no Parque Eduardo VII, os conspiradores conseguiram derrotar as forças vigentes, tomando os ministérios e depondo o Presidente da época – Bernardino Machado. Este golpe emergiu de setores republicanos em posição marginalizada, nomeadamente, “de unionistas, de evolucionistas-centristas e de machadistas” (da Silva, 1999: p. 512).

O panorama político que se instaurava, personifica-se na figura de Sidónio Pais. Nascido em maio de 1872 em Caminha, ingressou na carreira militar, tendo-se tornado “artilheiro na Escola do Exército em 1892” (*Ibidem*: p. 501), assim como, ingressou na carreira académica. Pais foi ainda “recrutado pela República para a servir como Presidente da Câmara Municipal, Vice-Reitor da Universidade, Administrador do Concelho interino e (...) membro do Conselho de Administração dos Caminhos de Ferro Portugueses” (*Ibidem*: p. 504).

Enquanto presidente, Sidónio Pais, via o apoio social à sua figura alargar-se “por intermédio de monárquicos e especialmente da Igreja Católica, à população das vilas, aldeias, campos e serras do país” (*Ibidem*: p. 516). Este apoio provinha também do

descontentamento face à guerra e respetivas repercussões. O projeto anunciado de regeneração - a República Nova - surtiu esperanças numa população descontente. Para além disso, Sidónio Pais “deu a aparência de reconhecer aos trabalhadores uma cidadania que a República lhes tinha recusado” (Sá, 1989: p. 356). Sá (1989) nota que esta contrarrevolução, embora defenda que pretende “instaurar uma «república nova», (...) na realidade extinguiu de imediato a República parlamentar, a sua Constituição, o Presidente eleito (Bernardino Machado) o Governo (Afonso Costa), as autoridades centrais e locais” (p. 355).

Para Victor de Sá (1989), a construção do apoio popular à figura de Sidónio não foi tão linear. Este historiador destaca, enquanto exemplo, as reivindicações operárias, a agitação dos latifundiários, assim como, a consequente reivindicação das terras baldias para usufruto comum. Para além disso, a grande burguesia foi a mais beneficiada, tendo mesmo inspirado e financiado o golpe militar, assim como, obtido cargos no governo sidonista. Pelo contrário, Silva (1999), identifica a revolta de marinheiros de 1918 como momento de retirada do apoio popular a Sidónio Pais. O contexto de guerra constituiu uma outra agravante, nomeadamente, por meio da inflação.

Esta encenação presidencialista, de caráter populista, terminou com a morte abrupta de Sidónio Pais, assassinado a tiro. O Integralismo Lusitano, que apoiava situação presidencialista de Sidónio Pais, deu por terminada a sua colaboração com a República no momento da morte do “presidente-rei”³³.

Apesar do óbito precoce, o Mito Sidonista perdurou através de um “processo de heroização” (Silva, 1999: p. 519). O seu messianismo divino pode ser equiparado a figuras como D. Sebastião e Nuno Álvares Pereira. No que atenta à qualificação do regime sidonista, existem perspetivas diferenciadas. Por exemplo, Armando da Silva (1999), vê neste ensaio um caso do presidencialismo populista enquanto produto da Primeira República, embora lhe associe traços autoritários. Victor de Sá (1989), apresenta um outro posicionamento, considerando que, “pela supressão das liberdades democráticas, pela prática da demagogia e da repressão social contra os trabalhadores,

³³ Referência ao título do poema de Fernando Pessoa – “À memória do presidente-rei Sidónio Pais”.

os maçons e os republicanos parlamentares, o sidonismo pré-figurou os regimes fascistas” (*Ibidem*: p. 358). Pinto (1989) considera que “o sidonismo marcou a I.ª República portuguesa como esboço político de regime alternativo ao parlamentarismo, englobando desde logo os tópicos fundamentais das modernas ditaduras do século XX” (p. 45-46), tais como, o “*messianismo*”, “*o mito irracional do chefe*” e “*o movimento que atingiu a massa popular*” (*Ibidem*: p. 54).

Ainda no ano de 1918, ergueu-se o Partido Nacional Republicano, o qual partiu de uma matriz sidonista e monárquica. A sua função seria “congregar as forças conservadoras apoiantes do 5 de Dezembro num partido uno e nacional” (*Ibidem*: p. 46), algo que nunca se concretizou. Nas eleições de 1919, este partido fracassou perante a supremacia do Partido Democrático e, rapidamente, se dissolveu. Apesar disso, um segmento sidonista mais radicalizado ensaiou uma união própria, primeiramente, manifestada no Partido Republicano Conservador, “logo seguida de uma organização mais coerente unificada em torno do Centro Republicano Dr. Sidónio Pais (1920) e do Partido Nacional Republicano Presidencialista (PNRP)” (*Ibidem*: p. 47). Nas últimas duas organizações referidas destaca-se a ponderação de elementos militares e presença no campo da imprensa. As publicações, as quais se centravam “à volta de três temas políticos de fundo: a falência do parlamentarismo e a culpabilidade dos partidos, o apelo à luta dirigido aos conservadores e o modelo da «República Nova» progressivamente esbatido pela opção ditatorial” (*Ibidem*: p. 49), começaram a enfraquecer em 1921.

No ano da morte de Sidónio Pais – 1918 - emergiu ainda uma outra organização: A Cruzada Nacional D. Nuno Álvares Pereira (1918-1938). Leal (1998) considera a Cruzada Nacional como sendo o “*terceiro momento de construção da matriz sincrética nacionalista*” (p. 831). Pinto (1989) descreve a Cruzada enquanto “pequena liga ultranacionalista fundada em pleno sidonismo (...) apartidária e de base heterogénea” (*Ibidem*: p. 45). Esta organização desempenhou uma função simbólica na difusão do messianismo condestabrino e uma função ideológica na edificação de um nacionalismo português alicerçado no conservadorismo, autoritarismo e corporativismo. Na perspetiva de Leal (1998), o pensamento tinha pontos comuns com a ideologia do Estado Novo, nomeadamente, pela “rejeição da visão liberal-individualista do mundo,

nacionalismo moderado, Estado equilibrado e forte, corporativismo, intervenção económica do Estado, nação histórica imperial” (p. 832).

O ano de 1919 foi marcado pela proclamação da monarquia, dia 19 de janeiro, no quartel do Monte Pedral, na cidade do Porto. Pelo período de 25 dias, foi criada uma Junta Governativa do Reino, a qual emitiu legislação, efetuou publicações e organizou a administração ao nível local e regional. O ensaio restabeleceu “na pessoa de D. Manuel II, a monarquia representativa segundo a Carta Constitucional de 1826” (Resende, 2019: p. 300). Para além disso, restaurou a bandeira, o hino e os feriados nacionais anteriores à instauração da República.

Para Resende (2019), vários autores “explicam a «Monarquia do Norte na sequência do consulado de Sidónio Pais” (p. 293), somente como um mero episódio da turbulenta 1ª República. Porém, para Resende (2019), a Monarquia do Norte “constitui a mais expressiva reação ao regime republicano depois de 5 de outubro de 1910” (p. 283).

O fim do episódio da Monarquia do Norte sucedeu-se a 13 de fevereiro de 1919, tendo resultado em exílios e prisões. “Paiva Couceiro, o romantizado herói solitário, fugiu do país, tendo cabido a um grupo de homens a presença ante barras e a responsabilização” (*Ibidem*: p. 303). Destarte, este episódio marca os monárquicos que viram no sucedido uma fundamentação para romper relação com a velha monarquia liberal, dada a reprovação do evento por parte de D. Manuel II.

A “Monarquia do Norte” constitui um ponto de viragem para o Integralismo Lusitano, pois a derrota correspondeu a uma reavaliação das posições tomadas. Uma das reavaliações, incidente sobre a questão dinástica, conduziu à retirada da obediência a D. Manuel II e posterior reconhecimento de D. Duarte Nuno de Braga. Veio “então a obter-se o *Acordo de Bronnbach* (1920), pelo qual a junta Central do Integralismo Lusitano e o Partido Legitimista fizeram o reconhecimento conjunto do neto do rei D. Miguel I” (Quintas, 2014: p. 184).

A Ação Tradicionalista Portuguesa é associada ao ano de 1921. Em termos das políticas que defendeu, estas remetem para um poder central de cariz soberano encabeçado pelo rei e aconselhado por um Conselho de Estado; Cortes da Nação,

infundidas do poder legislativo, compostas por uma Câmara dos Deputados e uma Câmara dos Pares; “manutenção e a valorização da aliança com a Inglaterra (..) e a aproximação diplomática com a Espanha e o Brasil” (Leal, 2014: p.203). Alguns membros da Ação Tradicionalista dialogaram com a ideologia fascista. O suposto triunfo do Pacto de Paris (1922) conduziu à extinção da mesma.

Em 1922 teve lugar um golpe conspiratório de setores sidonistas dirigido por João de Castro Osório e intitulado Revolução Nacionalista. “Desencadeado a 8 de Julho de 1922, o golpe falha e a maioria dos conspiradores, a começar por João de Castro, serão presos em São Julião da Barra.” (Pinto, 1989: p. 49).

No ano de 1923, surgiu a Ação Realista Portuguesa. Relativamente à sua categorização, a Ação Realista Portuguesa é classificada por Leal (2014) como sendo uma “organização de direita radical antiliberal” (p. 198). Esta organização deve ser situada enquanto uma cédula manuelista autonomizada do Integralismo Lusitano. A Ação Realista Portuguesa, inspirada na *Action Française*, faz várias menções simbólicas a ditaduras a aflorar no momento, destacando aí figuras como Miguel Primo de Rivera (Espanha) e Mussolini (Itália). A violência mostrou-se uma questão de interesse para a Ação Realista Portuguesa, apresentando enquanto estratégia “a criação das bases de uma organização milicial civil, o Corpo de Voluntários da Ação Realista (VAR) (...) com o objetivo de unir antigos combatentes monárquicos das incursões de 1911 e 1912 e da «Monarquia do Norte» de 1919 com uma nova geração” (Leal, 2014: p. 210). A organização assentava na máxima “«Deus, Pátria, Rei»” (*Ibidem*: p. 213).

No ano de 1924, “Raúl de Carvalho e João de Castro formam o Centro do Nacionalismo Lusitano” (Pinto, 1989: p. 52). A bagagem ideológica de João de Castro “reivindica-se quer do Miguelismo e do Integralismo quer do *Rei* e o *Povo*, de Oliveira Martins e a *Ditadura Revolucionária* de Basílio Teles” (*Ibidem*: p. 55). Este não defende nenhum regime em particular, apenas a autoridade, e assume-se favorável a uma militarização praticamente total, à proibição da greve e ao nacionalismo católico. A *Ditadura*, presença do Nacionalismo Lusitano na imprensa, efetuou publicações regularmente até 1925, utilizando “dois elementos centrais do apelo fascista do pós guerra (...): o binómio juventude/antigo combatente” (*Ibidem*: p. 57). O Nacionalismo

Lusitano participou no golpe de 18 de abril de 1925, última conspiração que lhe é imputada, que culminou no encarceramento de Raúl de Carvalho.

Entre 1926-1927, a Ação Realista Portuguesa, que se inscrevia num processo de organização das correntes integralistas monárquicas numa Liga de Ação Integralista animada por António Rodrigues Cavalheiro, extinguiu-se após o falhanço do mesmo. Para concluir, falta referir que “um segmento de notabilidades e dos jovens da Ação Realista Portuguesa forneceria qualificadas personalidades à elite política e cultural do Estado Novo salazarista” (*Ibidem*: p. 219).

Foi da herança deste período marcado por episódios (contra)revolucionários que se instauraram as condições necessárias para a queda da 1ª República e instauração da Ditadura Militar.

2.2. Salazarismo: da ditadura militar à primavera marcelista

Segundo Madeira (2019), “depois das falhadas incursões de Paiva Couceiro, da efémera e mal-sucedida Monarquia do Norte e da também fracassada Revolta dos Generais, em 18 de Abril de 1925, um bloco heterogéneo de forças, encabeçado por forças militares, derrubou, em 28 de Maio de 1926, o sistema demo-liberal republicano.” (p. 147).

O movimento militar de 28 de maio de 1926, foi construído em torno da união “contra a partidocracia, a ineficácia parlamentar, a instabilidade governativa, o descrédito das instituições e a agitação social” (Braga da Cruz, 1988: p. 39). Dada a inexistência de um plano mais objetivamente delineado, rapidamente surgiram conflitos internos, nomeadamente, acerca da instauração de uma reforma ou de uma revolução. Este ponto de tensão figurava-se nas posições de Mendes Cabeçadas, defensor de uma reforma, e de Gomes da Costa, apologista de uma revolução. Este conflito terminou a 17 de junho, com a renúncia de Mendes Cabeçadas e instauração da Ditadura Militar. Faz-se o aparte de que os integralistas surgiram relacionados ao movimento militar do general Gomes da Costa.

Outro conflito que emergiu entre os militares neste período remetia também para a visão do regime, existindo quem defendesse que a revolução deveria caminhar

em direção à restituição da monarquia. Os marcos desta tensão foram pontuados pelo afastamento de Gomes da Costa a 9 de julho de 1926 e pelo “golpe dos fifis” em agosto de 1927. Esta problemática foi solucionada através da eleição, em março de 1928, de Óscar Carmona.

De facto, no período da transição da Ditadura Militar para o Estado Novo, o campo da direita mostrava-se bastante ativo, pautando-se pela amplitude ideológica e conflituosidade entre fações. António Costa Pinto (1985) destaca três principais correntes de pensamento na direita neste período: liberalismo conservador, o qual defendia a “reforma da Constituição republicana de 1911, num sentido presidencialista, limitador do parlamentarismo, e ainda a remodelação do sistema partidário; conservadorismo autoritário, apologista de um “sistema de partido único, de vocação ‘integradora’, construído a partir do aparelho de Estado”; e direita radical, partidária de um “Estado Nacionalista, corporativo integral, com um modelo de legitimidade mas carismático” (1985: p. 24-25).

Uma última divergência a referir, remetente ainda para este período, passou pelo próprio sistema governativo e partidário, o qual se iniciou com a anunciação da União Nacional e se finalizou com a promulgação da Constituição.

A Liga 28 de Maio surgiu precisamente enquanto resposta ao anúncio do governo no sentido da criação de um partido da ditadura – *União Nacional Republicana* ou *União Nacional*. Criada no final de 1927, a Liga 28 de Maio apenas se apresentou na esfera pública em janeiro de 1928. A instauração de uma liga era convergente com o histórico político europeu do século XX³⁴. No mês que se seguiu à sua divulgação, a Liga 28 de Maio organizou núcleos às escalas distrital e local, processo este que chegaria a ser interrompido por ação do governo. Esta iniciativa tinha a sua génese em jovens relacionados com o 28 de maio, com consequente representação avultada de militares de baixa e média patente. Esta representatividade de elementos do exército permitiu dificultar possíveis ações de repressão sobre a Liga. No que atenta aos seus ideais, a Liga 28 de Maio afirmou-se como sendo “anticomunista, antiliberal, nacionalista”,

³⁴ Exemplo da *Action Française* e da *Liga Nacional Cristã de Cruza*.

defendendo ainda o corporativismo integral (*Ibidem*: p. 27). Pouco tempo após a sua formação, a Liga 28 de Maio teve a Cruzada Nuno Álvares Pereira a fundir-se consigo. “Este acontecimento não é isento de significado: a Cruzada foi, nos fins da 1.^a República, um pólo de difusão da opção ditatorial e da propaganda do fascismo italiano” (*Ibidem*: p. 28).

A União Nacional foi edificada em 1930 quando Salazar detinha o cargo de ministro das Finanças e chefia do Ministério. Esta organização configurou-se como “partido único mais próximo do «antipartido» proclamado no discurso oficial” desempenhando “funções legitimadoras e de «exclusão» de candidatos mais mobilizadores” (Pinto, 1992: p. 613). A sua função consistia em organizar um “consenso das direitas da direita portuguesa sob a autoridade tutelar do «chefe»” (Rosas, 2019: p. 241). Os quadros da União Nacional serviam, grosso modo, finalidades clientelistas (mais do que ideológicas), sendo que, nessa disputa, existiam conflitos. Segundo Pinto (1992), a União Nacional “confundiu-se com o aparelho de Estado e dele dependeu do primeiro ao último dia da sua vida” (p. 588).

No ano de 1930 a atividade da Liga 28 de Maio foi reavivada após o ressurgimento do projeto da União Nacional enquanto organização agregadora dos interesses da direita. A Liga 28 de Maio chegou a colaborar nas manifestações e promover ações da ditadura militar – caso da Marcha dos Archotes. Porém, a tensão entre as delegações da Liga e da União Nacional não tardou a acentuar-se. Esta conflituosidade iria ter como consequência a radicalização da Liga ao que o governo respondeu através da designação de um presidente para a mesma – Lopes Mateus – com o intuito de a neutralizar. No ano de 1933, foi mesmo anunciada a adesão dos elementos da Liga à União Nacional. Porém, essa mesma adesão só se verificou por parte de um segmento da direção da Liga. Pelo contrário, o núcleo juvenil da Liga não aceitou a integração forçada, tendo já fundado um diário em 1932 (*Revolução*) e associando-se à constituição do Nacional Sindicalismo de Rolão Preto.

O Nacional Sindicalismo, teve o seu apogeu no ano da sua génese (1932), tendo surgido enquanto reação à formação da União Nacional. Sucintamente, o Nacional Sindicalismo apresentava uma origem ideológica que remontava “fundamentalmente

ao integralismo lusitano e a outros núcleos de resistência ao liberalismo republicano, ou então a jovens quadros politizados pelos fascistas na universidade” (Pinto, 1992: p. 603). Destacava-se a presença de militares neste movimento, notando “o papel desta organização no estreitar das relações entre integralistas e «tenentes do 28 de Maio»” (*Ibidem*: p. 581).

O movimento Nacional Sindicalista operou por dois anos (1932-1934), “com as «camisas azuis», de cinturão, talabarte e cruz de Cristo na braçadeira” que realizavam “os seus desfiles, jantares e comícios com a saudação romana, hostilizando os «burgueses e maçons» da União Nacional e, fatal ousadia, desafiando a «ditadura catedrática» e fradesca do chefe” (Rosas, 2019: p. 236). Para Rosas (2019), “Em Portugal, o nacional-sindicalismo de Rolão Preto (...) é a expressão do fascismo europeu” (p. 235).

A tensão entre o Nacional Sindicalismo e a União Nacional agravou-se em 1933 dados os “avanços organizativos e de propaganda do NS perante a débil resposta política da UN” (Pinto, 1992: p. 590). Note-se que, apesar de a União Nacional ter associadas a si algumas funções, na prática as mesmas não eram concretizadas³⁵ (Rosas, 2019: p. 241). Nesse mesmo ano, a censura e repressão estabeleceram-se sobre o Nacional Sindicalismo.

Paralelamente, entre os anos de 1932 e 1933, o Integralismo Lusitano “estava já em desagregação, impotente para influenciar o curso dos acontecimentos, quando D. Manuel II morreu sem descendência” (Quintas, 2014: p. 189). De um modo geral, os indivíduos associados ao integralismo, em oposição a outros grupos monárquicos que apoiam o Estado Novo, opuseram-se ao último, denunciando a “natureza modernista e autocrática do regime” (*Ibidem*: p. 190).

O ano de 1933 marcou, para Braga da Cruz (1988), uma nova fase do salazarismo identificada pelo Estado Novo Corporativo. Para Rosas (2019), o Estado Novo recuperou uma visão organicista, e de cariz autoritário, do nacionalismo assente “na ideia mítica de uma entidade orgânica fundadora da identidade, da raça ou do ser nacional” (p. 162). O projeto totalitário era suportado por uma visão essencialista que, por sua vez

³⁵ Para o caso das funções associadas à União Nacional, na prática estas eram desempenhadas por Salazar.

naturalizou as desigualdades através de um discurso fatalista. Esta perspetiva totalitária materializou-se por via de uma “mundivisão totalizante que transportava, exigiu e criou um aparelho de inculcação ideológica autoritária, estatista” (*Ibidem*: p. 225-226). A sua aplicação deveu-se, maioritariamente, a aparelhos de propaganda e sugestão da ideologia desejada pelo regime que alcançavam até a esfera da vida privada.

É inevitável avaliar o campo da violência ao enquadrar o Estado Novo. Nesse sentido, no que atenta à violência no regime ditatorial, Salazar defendia uma “gestão politicamente racional, de acordo com as circunstâncias do meio social sobre que atuava e que visava subjugar e controlar” (*Ibidem*: p. 215). Esta gestão prudente da violência ocorria sob duas formas – a da violência preventiva e da violência punitiva. É precisamente esta combinação cirúrgica que explica a durabilidade do regime através da sua eficácia “na contenção, desmobilização e repressão da larga maioria dos trabalhadores assalariados e das resistências sociais e políticas mais ativas” (*Ibidem*: p. 222). Começando pela violência preventiva, esta “era apontada à dissuasão, à intimidação, privilegiando a contenção e a vigilância permanente dos comportamentos” (*Ibidem*: p. 216). A implementação desta violência era suportada pela especialização na vigilância e prevenção por meio de censura, escutas e informadores. Acrescenta-se o papel da Polícia de Segurança Pública (PSP) e da Guarda Nacional Republicana (GNR) na manutenção da ordem e dos meios de inculcação ideológica existentes no Ministério da Educação Nacional (MEN)³⁶ e da organização corporativa³⁷. Passando para a violência punitiva, esta destinava-se aos indivíduos que não correspondiam aos comportamentos sociais considerados admissíveis pelo regime. Aqui destaca-se o papel da polícia política, constituída pela PSP, GNR e LP (milícia da Legião Portuguesa) e das Forças Armadas. Acrescenta-se a serventia dos tribunais (amparados por uma legislação e processo penal pernicioso à violência), grupos de cadeias e campos de concentração.

Entre os anos 30 do século XIX e o pós-guerra, foi apresentada uma visão estável, a qual efetiva “um peculiar casamento dos valores nacionalistas de matriz integralista e

³⁶ Nomeadamente, a Mocidade Portuguesa (MP) e Organização das Mães para a Educação Nacional (OMEN).

³⁷ Destacando a Instituto Nacional do Trabalho e Previdência (INTP). Federação Nacional para a Alegria no Trabalho (FNAT) e Junta Central das Casas do Povo.

católica conservadora com as influências radicais e fascizantes recebidas do nacional-sindicalismo, da Guerra Civil de Espanha e do tribal ascenso dos fascismos e do hitlerismo na europa” (*Ibidem*: p. 227). Ao abordar esta característica do regime salazarista é inconcebível não mencionar o sistema de propaganda materializado pelo Secretariado da Propaganda Nacional (SPN) fundado em 1933.

Em 1934, ocorreu a expulsão de dirigentes do Nacional Sindicalismo seguida da “integração dos ex «camisas azuis» nos setores mais moderados e dinâmicos (...): os sindicatos nacionais, a propaganda, a «alegria no trabalho», a formação das milícias fascistas da Mocidade Portuguesa e da Legião” (*Ibidem*: p. 236). Mesmo com este processo, alguns dos anteriores elementos mantiveram críticas ao regime preferindo “algumas das organizações mais «dinâmicas» criadas em 1936, ou o SPN³⁸ de António Ferro, com o seu discurso mais fascizante” (Pinto, 1992: p. 592) ou permaneceram no grupo clandestino restrito que sobreviveu. Ainda no ano de 1934, teve lugar o primeiro Congresso da União Nacional, no qual ocorreu a consagração de Salazar enquanto chefe do regime e do partido único.

O nacionalismo autoritário construído condicionava a ação diplomática com o estrangeiro, nomeadamente, no que atenta a possibilidades de abertura. Com base no pragmatismo foram estabelecidos alguns acordos, a saber, o Pacto Ibérico (1939) e a Concordata (1940) e, consequente, Acordo Missionário.

A segunda Guerra Mundial teve consequências sobre o campo político. Primeiramente, o fascismo desmoronara-se. Em segundo lugar, a Igreja tomou uma posição, ressaltando o papel de Pio XII, acerca das mortes de guerra e da defesa democrática. Assim, com o final da segunda guerra mundial (1945), e consequentemente a necessidade de adaptação a um novo quadro geopolítico, iniciou-se uma nova fase do regime salazarista. Para além disso, com o fim da guerra, o regime começou também a sofrer pressões no âmbito da descolonização, que eventualmente vão desaguar na Guerra Colonial, com início em 1961 e longevidade de 13 anos.

³⁸ Sigla de Secretariado da Propaganda Nacional.

Nos anos 40 do século XX, A herança integralista manifestou-se no Grupo de Ação Monárquica Autónomo (GAMA), o qual, por sua vez, se aproximou ao Centro Académico de Democracia Cristã. Resta destacar, para este momento histórico, o papel do Círculo de Estudos Portugueses enquanto coletividade especializada nos estudos monárquicos.

Após uma primeira geração de monárquicos que fez oposição ao regime salazarista, a maioria dos monárquicos abraçou o mesmo. Destaca-se o ano de 1950, correspondente ao retorno a Portugal da família Bragança. Repare-se que “o peso dos monárquicos dentro do Estado Novo favoreceu, no pós-guerra, a retórica restauracionista” (*Ibidem*: p. 255). Foi mesmo efetuada uma campanha pela restauração monárquica, encabeçada por Fezas Vidal (lugar-tenente de D. Duarte), durante a revisão constitucional potenciada pela morte do presidente Carmona, a qual não foi bem-sucedida. Após esta derrota em 1951, os monárquicos voltaram a discutir a opção do regime no 3.º congresso da UN. A relação entre os monárquicos e o Estado Novo foi afetada.

Nos anos 50 do século XX, uma ânsia neotradicionalista robusteceu um campo de oposição, materializada por uma ala monárquica antirregime, tendo mesmo ocorrido vigilâncias à ala da monarquia «independente» e à Causa Monárquica pela PIDE. Esta conjuntura veio a potenciar a génese de uma nova militância no campo monárquico nos anos 60.

Segundo Braga da Cruz (1988), a guerra colonial marcou o início de uma nova fase para o regime, a qual se traduziu no isolamento e endurecimento das políticas. Portugal sofreu grandes pressões vindas das Nações Unidas, inicialmente, por meio de conversações e, posteriormente, através de sanções e cisão de relações diplomáticas. O ultramar também fragilizava as relações com o Vaticano.

O sistema político sofreu alterações por meio da limitação da concorrência no âmbito eleitoral, com restrição da oposição e aumento da repressão, e centralidade da questão do ultramar na propaganda de modo que segmentos anteriormente apoiantes do regime tornaram-se quase uma oposição (monárquicos e católicos). A Causa Monárquica tinha como solução para a situação vivenciada nos anos 60 a restauração

do regime monárquico para assegurar a unidade da nação e a ala da monarquia «independente» chegava mesmo a apresentar uma lista nas eleições de 1961, sendo que esta acabaria por ser recusada.

A guerra colonial tem de ser contextualizada num ideário de império já existente na monarquia constitucional que foi, posteriormente, recuperado pelo regime salazarista. Note-se que esta cosmovisão foi vivamente difundida através de livros e propaganda. A guerra do ultramar parecia sugerir, dentro deste quadro interpretativo referido, uma nova missão dentro da epopeia portuguesa protegendo a glória do quinto império.

Foi nesta década conturbada que surgiram novos grupos monárquicos, nomeadamente, “a Renovação Portuguesa de Henrique Barrilero Ruas (Maio de 1962) e a Liga Popular Monárquica, de João Vaz Serra de Moura (1964)” (*Ibidem*: p. 281).

Em 1968 terminou a chefia de Salazar. Perspetivando o tipo de chefia associada à sua figura, a condição de chefe carismático personificado pela figura de Salazar apresentou particularidades. A visão que mais se impregnou na imagética coletiva “é a figura do pai e zelador supremo dessa nação infantilizada e pouco responsável, patriarca bondoso mas severo (...) corrigindo com mão firme os defeitos, as ingenuidades, a inconstância” (Rosas, 2019: p. 238). O que alguns autores acreditam ter existido remete para uma combinação entre registos do conservadorismo tradicional e da direita radical que permitiram a edificação de um sentido de união e legitimação da ação do chefe do regime – Salazar.

Com a passagem de Marcelo Caetano para a chefia do governo, em setembro de 68, iniciou-se a última fase do regime para Braga da Cruz (1988). Marcelo Caetano pretendia manter a continuidade do regime, mas com laivos mais liberais e sociais. Segundo Rosas (2004), o programa marcelista, com contornos de cariz tecnocrático e desenvolvimentista, não consistia numa mera continuação. Este deu “sinais de alguma abertura no campo político e das relações laborais, de mostrar um maior empenhamento no domínio do social e, mais claramente, um novo dinamismo industrializante e desenvolvimentista” (*Ibidem*: p. 12). Rosas (2004), fornece enquanto exemplo da aparente reforma o regresso de Mário Soares.

Marcelo Caetano pode ser considerado um reformista no interior do regime salazarista. Porém, o programa apresentado fica aquém dos vetores anteriormente defendidos pelo mesmo em 1962. A corrente reformista existente no regime não abrangia apenas o círculo marcelista. Rosas (2004), considera que a própria escolha de Marcelo Caetano por Américo Tomás em detrimento de outros candidatos se demonstra reveladora do peso favorável à reforma.

O setor menos favorável a uma possível transição remetia para os comandantes das forças armadas, principalmente, após a reforma de 1961, a qual configurou a hierarquia militar no sentido da unidade face ao regime salazarista. Este setor encarava ainda a guerra colonial enquanto dever patriótico. Consequentemente, definiram a manutenção da guerra no ultramar como condição para aceitar o novo presidente, conjuntura que deixava Marcelo Caetano com uma margem de manobra diminuta. Desde o final do ano de 1973, esta camada superior das forças armadas foi perdendo o poder sobre as bases e níveis intermédios.

Num primeiro momento foi atenuada a censura e a ação da polícia política. Foram integrados no regime jovens com um ideário mais liberal que chegaram mesmo a formar uma associação – SEDES. O associativismo viu mais possibilidades de desenvolvimento, embora passado algum tempo, novamente reprimido.

A revisão constitucional que ocorreu em 1971, refletiu as tensões vivenciadas na época, tendo sido efetuada no sentido da continuidade. Mesmo assim, “esta revisão constitucional foi, segundo a própria oposição ao regime, a primeira de sentido liberalizante” (Carvalho, 2004: p. 42). Foram efetuadas algumas cedências relativas a reivindicações do episcopado, por exemplo, “a menção do nome de Deus no texto da lei fundamental” (Barreto, 2004: p. 154), oficialização de faculdades da Universidade Católica Portuguesa e regresso do bispo do porto do exílio (1969). Algumas exigências não obtiveram resposta, nomeadamente, no que diz respeito à possibilidade de dissolução do casamento canónico e ao assunto colonial. A pressão do Vaticano, que havia recebido dirigentes independentistas das colónias em 1970, era no sentido da “concessão de uma progressiva autonomia e de preparação das populações autóctones

para uma maior participação na administração das colónias e na vida política” (*Ibidem*: p. 156).

A educação teve igualmente um impacto sobre a chefia de Marcelo Caetano. A crise de 1962 e a consequente repressão agitaram o movimento estudantil, com apogeu em 1969. Na época, a resposta do ministro da educação – José Hermano Saraiva – foi violenta. A gravidade do panorama fez com que Marcelo Caetano percebesse a necessidade de inverter a situação tendo nomeado José Veiga Simão para o ministério da Educação. Este ministro planeou reformas “para implementar a educação de massas e desenvolver a investigação científica e tecnológica” (*Ibidem*: p. 244). Foram realizados vários investimentos, porém, estes sofreram uma redução no início dos anos 70. Efetuando um balanço acerca do trabalho de Veiga Simão, é possível referir que “a sua obra educativa foi notável, mas as suas propostas estavam, à partida, bloqueadas pelo contexto político, com o qual estavam em contradição” (*Ibidem*: p. 260).

A dimensão económica deve igualmente ser enquadrada de modo a compreender o contexto de subida ao poder de Caetano e o seu desenvolvimento. Enquanto fragilidades económicas, destacavam-se, “falta de mão-de-obra qualificada, emigração em massa, uma agricultura atrasada e marginalizada do processo de mudança, hiperconcentração de empresas industriais e financeiras e uma pesada máquina burocrática, dirigista e, por vezes, ineficiente e corrupta, que deitaram abaixo a economia nos mais ínfimos pormenores” (Corkill, 2004: p. 231). Outra dimensão com custos económicos foi a manutenção das colónias, nomeadamente, com o peso das despesas militares. Neste contexto, a dívida externa aumentou, procurou-se investimento estrangeiro e utilizaram-se reservas. As tensões entre as elites empresariais e o regime começavam a emergir. No ano de 1972 as iniciativas no sentido da reforma económica foram adiadas ou vedadas. Entre esse mesmo ano e o seguinte, foi também fundada a Programa, Associação de Estudos para o Progresso Nacional, “uma plataforma criada (...) pelas direitas integracionistas, que se opunham à Primavera Marcelista e à influência da Ala Liberal, nomeadamente da SEDES” (Marchi, 2020: p. 26).

Existiam vários movimentos em Angola de cariz anticolonial aquando a chegada de Caetano ao poder. O Movimento Popular da Libertação de Angola (MPLA) surgia mais

forte, tendo sido reconhecido pela Organização de Unidade Africana. O progresso alcançado por estes movimentos foi restrito na medida em que a sua ação era em grande parte dirigida para conflitos inter movimentos anticoloniais. Em Moçambique, o movimento anticolonial do país – a Frelimo (Frente de Libertação de Moçambique) – tentava alargar o seu território de ação, embora com dificuldades. Esta conjuntura fazia com que a situação em Angola e Moçambique não fossem inicialmente preocupantes.

Guiné, contrariamente às colónias anteriormente referidas, encontrava-se numa situação de maior preocupação. Sem benefícios económicos, Guiné constituía mesmo uma grande despesa no âmbito militar e humano desde os primórdios da guerra em 1963. Paulatinamente, “a pressão do PAIGC (Partido Africano para a Independência da Guiné e Cabo Verde) sobre Portugal tinha sido intensa e impiedosa” (Macqueen, 2004: p. 270). Este movimento, na sua atuação, efetuava emboscadas e ataques, principalmente, nas regiões do Sul e Leste da colónia. Em 1968, “Salazar nomeou o brigadeiro António de Spínola para os cargos de governador e de comandante militar da Guiné” (*Ibidem*: p. 271). Em 1973, o general Spínola abandonou o território guineense. Após o seu regresso a Portugal, foi oferecida a pasta do ultramar a Spínola, cargo este que recusou. “Em seu lugar, aceitou um cargo especialmente para si criado, o de vice-chefe do Estado-Maior-General das Forças Armadas (cujo chefe era Costa Gomes), que lhe permitia completar a sua derradeira crítica à política colonial” (*Ibidem*: p. 294).

Lucena (2002) vê na gestão do ultramar uma dimensão central para o nacionalismo do regime enquanto missão divina e, conseqüentemente, algumas das políticas adotadas enquanto atentado sobre o mesmo. Este foi o caso do desenvolvimento económico acionado por Salazar, o qual implicou investimentos estrangeiros que, por sua vez, tiveram um impacto negativo sobre o nacionalismo. Assim, “a queda do regime autoritário foi antecédida de um sério colapso de pelo menos um dos seus pilares: o nacionalismo” (*Ibidem*: p. 12). Macqueen (2004), embora noutra perspetiva, destaca também a questão colonial, defendendo que “não foi a circunstância de as guerras africanas se terem *deteriorado* intensamente que contribuiu para o fim do marcelismo, foi simplesmente o facto de os conflitos terem *prosseguido*” (p. 265).

É desta conjuntura que o regime salazarista perde as condições necessárias para a sua manutenção e cai com a revolução de 25 de abril de 1974 dirigida pelas forças armadas. Assim, a mais longa ditadura ocidental deste período chega ao fim. Existem diferentes posições relativamente a este período que termina. Para Lucena (2002), este regime que findou foi do tipo fascista – “nacionalista, autoritário e corporativo, sob a égide de um líder inquestionável” (p. 7) – com características semelhantes ao regime de Mussolini, por exemplo, no que atenta às estruturas do Estado, à hostilidade ao bolchevismo e ao internacionalismo, embora mais moderado.

2.3. Fim da ditadura: Revolução de 25 de abril de 1974, PREC e Terceira República

Com a “revolução dos cravos” deu-se o fim da ditadura e ocorreram alterações na sociedade portuguesa. Lucena (2002) destacou alguns feitos revolucionários que ocorreram em função do 25 de abril de 1974. Na esfera económica, a obra da “nacionalização directa e integral dos bancos portugueses, das companhias de seguros e de transportes, das indústrias siderúrgica, naval, química, petrolífera e do cimento e também de algumas indústrias ligeiras, como a da cerveja” (p. 14). Outro aspeto revolucionário passou pela reforma agrária, por meio da “expropriação e colectivização da maior parte da terra no Alentejo, em grandes áreas do Ribatejo e, em menor escala, noutras províncias do Sul” (*Ibidem*: p. 15). Na dimensão social, as comissões de moradores consistiram, igualmente, num feito revolucionário caracterizado pela defesa da melhoria das condições das habitações e associado às denominadas “ocupas”. Para além disso, agregaram-se às conquistas revolucionárias sociais a legislação laboral e o direito à greve.

Entre os partidos que se formaram neste período, “à Direita, o CDS é o partido mais estudado, facto que se compreende dada a sua longevidade e a preponderância que atingiu no sistema político português” (Madeira, 2019: p. 98). Por um lado, o CDS (Centro Democrático Social) autodefiniu-se como sendo um partido de centro até 1982. Por outro lado, alguns posicionamentos conduziram ao questionamento deste alegado centrismo. Um caso concreto consistiu na refutação da Constituição de 1976, posição

esta que foi capitalizada pelo partido para não ser responsabilizado pelos acontecimentos de todo o processo de descolonização e, assim, se projetar nas eleições “junto dos descontentes e dos «derrotados» da Revolução: os retornados, os saneados e exilados, os industriais que viram as suas fábricas nacionalizadas e os latifundiários cujas terras foram colectivizadas” (*Ibidem*: p. 103). Outro aspeto passou pela captação e integração de elementos de outras organizações das direitas, tais como, o Partido Democrático Cristão (PDC). Mesmo em termos dos simpatizantes do partido, o “CDS tinha como base sociológica militante, apoiante ou votante, um bloco conservador saudoso do antigo regime e que, mesmo podendo identificar-se mais, programaticamente, com o PDC ou com o MIRN, votava, por mero pragmatismo, no CDS” (*Ibidem*: p. 102).

Com o 25 de abril de 1974, muitas das organizações monárquicas referidas anteriormente³⁹ mostraram, modo geral, aprovar a revolução ou determinados aspetos que esta veiculou. “Estavam pois criadas condições políticas e doutrinárias para a criação do Partido Popular Monárquico, surgido a 23 de Maio, sob a base organizacional da Convergência Monárquica” (Santos, 2014: p. 285). O quadro ideológico e doutrinário do Partido Popular Monárquico (PPM) consistia “numa síntese de elementos do tradicionalismo integralista (...) com o personalismo e a democracia contemporânea” (*Ibidem*: p. 285). Noutra perspetiva, a Causa Monárquica optou por se afirmar enquanto associação. Os diferentes grupos monárquicos posicionaram-se de modo distinto relativamente à questão do ultramar. O PPM, num primeiro momento alinhado com monárquicos e a restante direita, defendeu, posteriormente, “o direito das populações de Portugal africano a manterem os seus laços com a Metrópole, ou seja, a autodeterminação por via eleitoral” (Marchi, 2020: p. 63). Já a Liga Popular Monárquica apelou à auscultação da comunidade portuguesa, incluindo os membros das colónias, para a realização de um debate acerca das possibilidades futuras. O PPM não conseguiu agregar os interesses entre os monárquicos, sendo que muitos preferiram aliar-se a

³⁹ Consultar ponto 2.2.

outras organizações partidárias situadas numa extrema direita como o Movimento Federalista Português.

O Movimento Federalista Português (MFP) foi “uma iniciativa das componentes mais activistas da oposição de direita a Marcello Caetano nos últimos anos do regime, em particular dos meios nacionais-revolucionários da Universidade de Coimbra das décadas de 1960 e 1970” (*Ibidem*: p. 29). Este movimento oficializou-se após o 25 de abril, nos inícios de maio, após reuniões de delegações na sede da Junta da Salvação Nacional. Alguns fatores que, em parte, sustentaram o sucesso mobilizador deste movimento, remetem para assaltos ocorridos a organizações de Coimbra no pós-revolução⁴⁰ e a iniciativa de reunir logo no dia após a queda da ditadura. As reuniões mencionadas incluíram, inclusive, o presidente da Programa⁴¹ – José Valle de Figueiredo. Outros elementos desta organização – MFP – associavam-se à SEDES ou a Diogo Freitas do Amaral, o qual era apoiado por ministros do salazarismo⁴². Porém, foi a Programa que se destacou no âmbito da relevância para a fundação e estruturação do MFP. Note-se que a própria denominação do movimento surgiu “numa reunião presenciada por José Miguel Júdice, membro da Programa” (*Ibidem*: p. 30). Primeiramente, o MFP começou por recrutar os indivíduos inseridos na área nacionalista em sentido lato, de modo a controlar possíveis aparecimentos de outros partidos à direita. Porém, a estratégia foi reconfigurada, tornando-se mais seletiva por o movimento ter entendido que o surgimento de concorrência à sua direita poderia evitar determinado tipo de acusações – exemplo de fascismo. A transição, por parte do MFP, de movimento para partido, foi deliberada a 19 de julho de 1974. A denominação atribuída ao anterior movimento foi de Partido do Progresso (MFP/ PP). Em termos de unidades administrativas, o Partido do Progresso estruturou-se em comissões e gabinetes. Os seus principais objetivos manifestados foram: “sondar a opinião pública para avaliar a melhor estratégia de criação de um partido de base popular” (*Ibidem*: p. 34) e “evitar a luta de classe na planificação económica do Estado” (*Ibidem*: p. 35).

⁴⁰ Caso da Cooperativa Editora da Cidadela e Oficina de Teatro da Universidade de Coimbra.

⁴¹ Organização mencionada no subcapítulo 2.2.

⁴² Exemplo de Veiga Simão, ministro da Educação durante a primavera marcelista.

O Partido Liberal (PL), oficializado a 28 de maio de 1974, estava “adscrito à direita conservadora, com algumas sensibilidades de direita radical” (*Ibidem*: p. 62), e emergiu de divisões no interior da Convergência Monárquica. Enquanto sustentáculos do seu pensamento, o PL definiu: “apoio ao programa do MFA, apelo a todos os portugueses, monárquicos e republicanos, interessados na reconstrução nacional, defesa dos valores do homem como ser livre, respeito pela livre iniciativa e pela propriedade privada” (*Ibidem*: p. 64). Relativamente à questão colonial, o PL defendia a realização de um referendo para auscultar a população. A imprensa da época noticiou a capacidade orçamental deste partido, financiado por capitalistas portugueses, algumas vezes mobilizados para campanhas polémicas como “os cartazes que equiparavam o comunismo ao nazismo” (*Ibidem*: p. 66).

O Movimento Popular Português (MPP) conseguiu representar, no período da pós-revolução, a direita tradicionalista, mais concretamente, uma ala do catolicismo integrista. Fundado por Cruz Rodrigues, surgiu de reuniões favoráveis à constituição de um partido. Os meses que seguiram a sua génese foram pautados por uma crise interna. “O partido definia-se «anticomunista e antifascista» e abria o seu manifesto com o lema «Não se iluda: Comunismo é pior que Fascismo»” (*Ibidem*: p. 81). O lema partidário foi mobilizado em cartazes e brochuras, utilização esta que chegou a culminar no encarceramento de alguns elementos. A identidade partidária situava-se, principalmente, em redor dos dois seguintes fundamentos: “o anticomunismo, sinónimo, para o partido, de antimarxismo e de defesa de Portugal Império” (*Ibidem*: p. 83).

“A formação mais à direita do panorama político português dos primeiros meses de transição é o Movimento de Acção Portuguesa (MAP)” (*Ibidem*: p. 93). Esta organização, erguida entre maio e junho, emergiu de cisões dentro da direita nacional-revolucionária nos períodos que se seguiram ao 25 de abril, tendo uma proposta federalista orientada pela corrente spínotista. A organização permaneceu cristalizada relativamente ao ideal integracionista de Portugal-Império, sendo intransigente relativamente a quaisquer cedências. Este movimento foi protagonizado por “dois intelectuais de renome da extrema-direita portuguesa de cariz fascista: Florentino

Goulart Nogueira e Rodrigo Emílio Alarcão Ribeiro de Melo” (*Ibidem*: p. 94). O recrutamento de elementos foi realizado entre membros da direita nacional-revolucionária, assim como, “entre elementos da direita musculada vindos principalmente da Legião Portuguesa” (*Ibidem*: p. 96). Ocorreram denúncias acerca de uma possível relação entre o MAP e alas salazaristas motivadas por alegações de um possível ingresso no movimento por parte de Guilherme Braga da Cruz⁴³. Este movimento apresentava-se “contra o golpe militar do 25 de Abril, contra o processo revolucionário subsequente, contra a Junta de Salvação Nacional” (*Ibidem*: p. 98). As relações do MAP com outras alas de direita não eram desprovidas de tensão. Pelo contrário, “os militantes do MAP estavam convencidos da traição perpetrada pela elite do Estado Novo através da cooperação, de facto, com facções do MFA na véspera do golpe” (*Ibidem*: p. 99).

O Partido Trabalhista Democrático Português (PTDP) oficializou-se a 3 de maio de 1974. A proveniência política dos elementos que integraram este partido não é consensual. Numa perspetiva, há quem defenda a sua relação a membros da Legião Portuguesa. Já o PTDP em si mesmo, auto proclamava-se uma organização que provinha dos inícios dos anos 70, cuja formação se devia à desvinculação de um dos seus fundadores face à Comissão Eleitoral Democrática (CDE). “Apesar do reivindicado posicionamento centrista e liberal, o PTDP acaba por colocar-se no espectro político da direita” (*Ibidem*: p. 107), nomeadamente, devido à sobreposição de apreciações sobre o ultramar do PTDP com os restantes partidos das direitas. Em junho de 1974, o PTDP reiterou a posição acerca do I governo provisório do MFP/PP e do PL. Acrescentou-se a este alinhamento de interesses a participação na delegação, em parceria com o MFP/PP, PL e MPP, que reuniu com Spínola em julho de 74. Para além disso, destaca-se a filiação à Frente Democrática Unida (FDU). A FDU era constituída por três partidos – MFP/PP, PL e PTDP. “Fora da FDU permanecem o MPP, convencido de poder desempenhar um papel de coordenador nos bastidores, assim como o PDC, o PSDI e o CDS” (*Ibidem*: p. 117).

⁴³ Existência de versões diferenciadas: filho – Manuel Braga da Cruz - desmente alegação. Pelo contrário, Rodrigo Emílio e Jaime Nogueira Pinto confirmam a adesão do antigo reitor ao MAP.

No mês de junho de 1975, iniciou-se a atividade dos Comandos Operacionais de Defesa da Civilização Ocidental (CODECO), organização esta que realizou ataques de bombas nos dois primeiros anos que seguiram a sua formação. Há evidências da sua existência até os inícios dos anos 80.

O Partido Nacionalista Português (PNP) oficializou-se mais tardiamente comparativamente a outros partidos das direitas, a referir, a 24 de julho de 1974. “O PNP é criado no Porto por antigos membros da Legião Portuguesa, revoltados com a traição sofrida por parte dos seus chefes que, no dia 25 de Abril, abandonaram as responsabilidades da cadeia de comando” (*Ibidem*: p. 110). Ideologicamente, o partido pautou-se pela recusa de abertura a Spínola. O problema colonial teve destaque enquanto tópico do PNP, o qual renunciava o princípio da independência das colónias. O PNP perdurou “uns escassos dois meses: no dia 18 de Setembro de 1974, a sede do PNP no Porto é ocupada por forças da PSP, os promotores presos e o partido extinto” (*Ibidem*: p. 112).

Os partidos de direita deste período provenientes dos circuitos maçónicos do Grande Oriente Lusitano (GOL) foram, por um lado, o Partido Social Democrata Independente (PSDI) e, por outro lado, o Partido Social Democrata Português (PSDP). O primeiro, PSDI, surgiu no mês que se seguiu à revolução do 25 de abril. O segundo, PSDP, apareceu mais tarde, em julho de 74, sendo marcado pela presença de empresários e profissionais liberais.

Destaca-se a formação de algumas coligações de direita neste período. A Fundação para Difusão de Conhecimentos Políticos, Sociais e Económicos (DICOPSE) emergiu em junho de 1974 “com o intuito de aglutinar as forças da direita e sustentar iniciativas editoriais, como o jornal *Bandarra*” (*Ibidem*: p. 26). Este projeto, cuja génese remontava a junho de 1974, provinha da iniciativa conjunta do MFP/PP e do PL. “A DICOPSE teve em Afonso Botelho um dos seus fundadores, nome também associado ao Movimento da Filosofia Portuguesa e ao Integralismo Lusitano” (Madeira, 2019: p. 104). Uma outra coligação, que surgiu em setembro de 1974, foi a Aliança dos Portugueses para o Programa Social (APPS), a qual teve origem na reunião dos interesses entre o MPP, PDC, PSDI e PCSDP (Partido Cristão Social Democrático Português).

Em 1975 perpetuavam algumas cédulas de oposição contrarrevolucionárias. As organizações contrarrevolucionárias mencionadas por Marchi (2020) - Movimento Democrático de Libertação de Portugal, Plano Maria da Fonte e Exército de Libertação de Portugal – são apelidados por Madeira (2019) como sendo organizações terroristas responsáveis por “lançarem uma onda de terror e de violência contra sedes e militantes comunistas, sindicais e de outros partidos e organizações (incluindo livrarias) da Esquerda revolucionária e mesmo serviços públicos conotados com a Esquerda” (p. 106). O Movimento Democrático de Libertação de Portugal (MDLP) emergiu “da rede de militares portugueses envolvidos no 11 de Março, refugiados no Brasil e em Espanha” (Marchi, 2020: p. 262). A primeira ocorrência violenta acionada pelo Plano Maria da Fonte data de 11 de agosto de 1975, dia no qual foi efetuado um ataque à sede do PCP da cidade de Braga. “No mês de Agosto de 1975 ocorreram mais de duas dezenas de ataques à bomba, a maioria dos quais inclui assaltos às sedes” (*Ibidem*: p. 296). A data que finalizou este movimento remete para 27 de novembro de 1975, porém, não coincidindo com o cessamento da violência da contrarrevolução realizada por alguns elementos. O Exército de Libertação de Portugal (ELP), não tendo uma data concreta para a sua oficialização, era composto por “elementos refugiados em Espanha em períodos diferentes deste o 25 de Abril de 1974” (*Ibidem*: p. 298). A organização do ELP consistia na utilização de células compartimentadas. “Do ponto de vista político, o ELP tenta constituir um governo português no exílio” (*Ibidem*: p. 309), porém, sem sucesso. Enquanto inimigo definido, “o ELP considera inimigos todos os responsáveis directos do 25 de Abril” (*Ibidem*: p. 321). No que atenta à estratégia definida, esta “visa o aumento progressivo do caos através da sabotagem económica, das greves nas escolas e nas fábricas, dos boatos contra o MFA” (*Ibidem*: p. 323). O ELP chegou a estar envolvido em bombardeamentos e tiroteios⁴⁴. Com o 25 de novembro, assinalou-se “a data de desmobilização, embora no Verão de 1976 a rede ainda se mantivesse activa em Espanha” (*Ibidem*: 331).

⁴⁴ Caso do assalto, em Alcobaça, da sede do PCP, assalto no qual participam outras organizações, tais como, o PPD e o CDS.

No que atenta a outras formas organizacionais que emergiram neste período, destaca-se a “criação, em 1980, do grupo Intervenção Nacionalista, fundado por antigos membros do MAP, do Instituto de Estudos Portugueses, fundado em 1978 pelo general Silvino Silvério Marques, e da Renovação – Associação Nacional de Estudos Políticos e Sociais, criada em 1977 pelo coronel Gilberto Santos e Castro” (Madeira, 2019: p. 111).

“A historiografia baliza as acções armadas de extrema-direita no arco temporal entre Outubro de 1974 e Fevereiro de 1977, e indica o ano de 1976 como o mais virulento” (Marchi, 2020: 332). Segundo Madeira (2019), o último ataque bombista deste período ocorreu em abril de 1977. Os militantes que participaram nas organizações mais à direita são, com elevada representação, reintegrados nos partidos do sistema, a nomear, o PSD e o CDS.

No início dos anos 80, “as manifestações do 10 de Junho e do 1.º de Dezembro começam a perder fulgor, facto que Marchi atribui ao esvaziamento da retórica direitista pela formação e governação da Aliança Democrática” (Madeira, 2019: p. 109). Por outro lado, surgiram alguns meios de difusão da Nova Direita, a qual é primeiramente inserida no contexto português pela Associação de Estudos e Intervenção Política (*Impulso*).

Ainda “a partir da década de 80, com a elite intelectual da extrema-direita distante do universo associativo remanescente, surgiram no país as primeiras manifestações de um novo paradigma nacionalista” (Costa, 2011: p. 772). Sendo principalmente organizações juvenis, foram influenciadas por organizações estrangeiras. Foi em 1985 que um grupo de jovens, provenientes da lisboa suburbana, mais especificamente da Amadora, fundou o Movimento de Ação Nacional (MAN), o qual chegou a divulgar a sua ideologia através de periódicos – *Ação* e *Ofensiva*. Oficialmente, o movimento extinguiu-se em 1991, tendo chegado a ir ao Tribunal Constitucional responder por acusações de racismo e fascismo⁴⁵. Em termos conjunturais, “o episódio da morte de José Carvalho, militante do PSR⁴⁶, seguido da condenação do Pedro Grilo agita o próprio ministério Público” (Branco, 1994). Em 1994,

⁴⁵ O Tribunal Constitucional pode decretar a extinção judicial de qualquer partido no caso de “qualificação como partido armado ou de tipo militar, militarizado ou paramilitar, ou como organização racista ou que perfilha a ideologia fascista” (art.º 18.º da Lei dos Partidos Políticos).

⁴⁶ Sigla de Partido Socialista Revolucionário.

o “Tribunal Constitucional decide não extinguir o Movimento Ação Nacional (MAN) por o considerar inativo há três anos, não lhe reconhecendo um carácter violento” (Antunes, 1994).

A presença na memória coletiva do período do regime salazarista parecia impedir o surgimento de novas forças estabilizadas à direita do CDS. “No início da década de 90, em reação ao esvaziamento político imposto pelos executivos de Cavaco Silva à direita, o CDS (...) introduziu na agenda política alguns dos temas que caracterizaram a viragem conservadora na década de 80” (Costa, 2011: p. 771). Neste período, Manuel Monteiro levantou temas, tais como, a segurança e o primado da independência nacional mobilizando um estilo populista. Com a posterior liderança do partido atribuída a Paulo Portas⁴⁷, o discurso político tornou-se mais moderado.

Em 1995, Cruz Rodrigues teve a iniciativa de criação da Aliança Nacional, aliança esta que foi instrumentalizada para a criação de um partido político. Esta tentativa ocorreu em duas fases distintas. Numa primeira fase, a qual ocorreu entre 1997 e 1998, tentaram reunir as assinaturas legalmente impostas para a constituição de um partido. Já em 1999, a “estratégia consistiu na tomada de uma força política já existente – o Partido Renovador Democrático – através da inserção de quadros da Aliança Nacional nos seus órgãos diretivos e de uma ulterior conversão estatutária” (*Ibidem*: p. 773). Deixa-se a nota de que o Partido Renovador Democrático (PRD) foi criado sob o patrono de Ramalho Eanes e inscrito em julho de 1985. Em 2000, foi aprovada a alteração de estatutos, nome e símbolo do partido por via do Acórdão do Tribunal Constitucional n.º 250/2000⁴⁸. Este processo concretizou a edificação do Partido Nacional Renovador (PNR). Grande parte dos órgãos administrativos da Aliança Nacional foram transpostos para este partido.

O objetivo seguinte passaria pela presença do PNR nos boletins de voto, concretizando uma representação da extrema direita em Portugal no ano de 2001. Ao entrar no mapa político, o PNR procurou estabelecer alianças, através de plataformas

⁴⁷ Obteve liderança interna do partido, pela primeira vez, em 1998.

⁴⁸ Texto integral do Acórdão 250/2000 disponível em:
http://www.cne.pt/sites/default/files/dl/pp_pnr_acordao_250_2000.pdf

interpartidárias e redes informais de militantes. Apesar dos seus esforços, “o PNR foi nos primeiros anos uma formação manifestamente desconhecida para uma larga maioria da sociedade portuguesa” (Costa, 2011: p. 774). Em 2005, com a eleição de José Pinto-Coelho, a ala salazarista do PNR perdeu relevância e transitou para a Aliança Nacional⁴⁹, a qual era dirigida pelo primeiro presidente do PNR – Cruz Rodrigues. Esta associação “afirma que a ‘arte de governação’ de Salazar deve ser aplicada aos tempos modernos, e prega o que apelidam de ‘Salazarismo democrático’” (Zúquete, 2007: p. 194).

Relativamente à caracterização do PNR, a “rejeição dos valores, procedimentos e instituições fundamentais da democracia constitucional, frequentemente acompanhada por uma narrativa de cariz populista, tem sido apontada como um pilar estruturante da matriz doutrinária das principais manifestações da extrema-direita pós-industrial” (Costa, 2011: p. 777). Esta estratégia explora a insatisfação do eleitorado relativamente à democracia e à classe política. Outra característica relevante, segundo Zúquete (2007), é a associação do PNR a um nacionalismo étnico. Madeira (2019), definiu o PNR enquanto representante “em Portugal de uma Extrema-Direita eurocéptica, xenófoba, racista e populista que tem estado na ordem do dia em toda a Europa neste início do século XXI” (p. 114).

Um aspeto relevante é a relação do PNR ao movimento *skinhead*. Na imediação da década de 90 é criada a primeira célula portuguesa *skinhead* – a Irmandade Ariana – que mais tarde culminou na *Hammerskin Nation*. Em 1995 intensificou-se a relação do movimento *skinhead* com as claques de futebol, sendo que se deu a ocorrência de um evento de violência que culminou na morte de Alcino Monteiro. No ano de 2004, as atividades de grupos de extrema direita começaram a ser alvo de investigação da polícia criminal. “Em abril de 2007, as diligências movidas pelas autoridades incluíram rusgas domiciliárias e buscas à própria sede do partido, produzindo um significativo número de acusações e detenções” (Costa, 2011: p. 781). Consequentemente, a estrutura organizativa e a capacidade de mobilização do PNR foram afetadas de um modo

⁴⁹ Para mais informações consultar: <http://nacionalismo-de-futuro.blogspot.com>.

irreversível. O PNR tinha como objetivo para 2009 a conquista de representação parlamentar, mas, mesmo com a estratégia implantada, “não obstante uma ligeira tendência de crescimento, quer em termos do número de votos, quer ao nível da sua implantação territorial, o PNR permaneceu confinado a um nicho eleitoral restrito e as suas votações foram residuais” (*Ibidem*: p. 782). Em 2020, mais precisamente a 10 de julho, ocorreu uma nova reformulação do PNR sendo que todos os elementos que o identificavam foram alvo de modificação. De Partido Nacional Renovador passa a denominar-se “Ergue-te” (E), reconfiguração esta requerida e deliberada pelo Tribunal Constitucional (Acórdão n.º 371/2020⁵⁰).

Em 2003, é criado o Partido Nova Democracia (PND), “cisão populista e eurocéptica de Manuel Monteiro com o CDS” (Madeira, 2019: p. 114). Nesse mesmo ano, o líder partidário – Manuel Monteiro – reuniu com o Presidente da República da época – Jorge Sampaio – apresentando as propostas do então novo partido. Entre estas, destaca-se a adoção de um sistema presidencialista puro. Manuel Monteiro, em 2006, considerava o partido que liderava o único partido de direita em Portugal. O antigo membro do CDS qualificava essa mesma direita, na qual o PND se inseria como sendo patriótica e soberanista, embora se demarcando dos partidos nacionalistas anti-imigração. O PND surgiu como sendo crítico da União Europeia, propondo a saída de Portugal. Verifica-se neste período uma certa oposição interna no sentido de extinguir o partido, figurada por Miguel Félix António, o qual advogava a formação de um bloco unitário da direita (Botelho, 2006). No ano seguinte, houve suspeitas da filiação de indivíduos associados à extrema direita no partido de Manuel Monteiro. Esta questão foi levantada após ser noticiada uma investigação por parte do Serviço de Informações de Segurança (SIS) e da Polícia Judiciária (PJ) com intenção de averiguar a passagem de elementos do PNR para o PND. Em 2015, o Ministério Público intentou contra o PND, fazendo um pedido para a extinção e cancelamento da sua inscrição no registo dos partidos políticos. Para fundamentar este pedido, o Ministério Público alegou que o PND não prestou contas durante três anos consecutivos – 2011, 2012 e 2013. O Tribunal

⁵⁰ Texto integral do Acórdão disponível em:
http://www.cne.pt/sites/default/files/dl/pp_e_acordao_371_2020.pdf

Constitucional deu como provadas as alegações do Ministério Público, sendo que o respetivo partido não contestou. Consequentemente, o partido foi extinto e foi cancelada a sua inscrição no registo dos partidos políticos (Acórdão nº 409/2015⁵¹).

De 2015 a 2018, destacaram-se movimentos identitários neonazis, os quais “surgiram ou ressurgiram nos radares das autoridades: Misanthropic Division - Portugal; Portugueses Primeiro; Trebaruna (esta replicada noutra, a Lisboa Nossa); Escudo Identitário e o Movimento Social Nacionalista” (Marcelino, 2018). No relatório de 2019, a Europol observou a existência em Portugal de três movimentos neonazis ativos, no âmbito nacional e internacional - “*Blood and Honour*, *Portugal Hammer Skins* e o recentemente emergente partido político neo-nazi *Nova Ordem*” (Europol, 2019: p. 61). Segundo a Europol (2020), uma das organizações neonazis mais estabelecidas em contexto português remete para a *Blood and Honour*, a qual surgiu no ano de 1987 no Reino Unido e contém cédulas em vários países. A *Blood and Honour* portuguesa realizou concertos desde 2015 em Portugal, nos inícios do mês de novembro. No penúltimo relatório disponibilizado pela Europol, a filial *Hammerskin Nation* portuguesa é reconhecida uma “capacidade diminuída para mobilizar seguidores e membros” (2020: p. 68). Porém, esta organização continua a sua atividade, a referir, a realização em Sintra do *European Officers Meeting (EOM)*. Atualmente, “um dos grupos identitários mais ativos é Escudo Identitário” (Europol, 2020: p. 76).

Em 2017, André Ventura adquire mediatismo na esfera política na condição de candidato autárquico pelo PSD e com apoio do CDS-PP. A sua candidatura pautou-se pela controvérsia, nomeadamente, no que atenta a algumas das suas declarações relativamente à etnia cigana, as quais podem ser consideradas pejorativas. Um dos depoimentos mais citados do candidato segue abaixo.

“Recentemente disse que somos demasiado ‘tolerantes com algumas minorias’. De que minorias falava? Vou-lhe ser muito direto: eu acho, e Loures tem sentido esse problema, que estamos aqui a falar particularmente da etnia cigana. É verdade que em Loures há mais, com uma

⁵¹ Texto integral do Acórdão disponível em:
http://www.cne.pt/sites/default/files/dl/pp_pnd_acordao_tc_409_2015.pdf

multiculturalidade grande, mas em Portugal temos uma cultura com dois tipos de coisas preocupantes: uma é haver grupos que, em termos de composição de rendimento, vivem quase exclusivamente de subsídios do Estado, outra é acharem que estão acima das regras do Estado de Direito.” (Sampaio, 2017).

As declarações acima citadas propiciaram as críticas a esta candidatura, tanto internas, do PSD e do CDS, como externas. O candidato a Loures pelo Bloco de Esquerda - Fabian Figueiredo - optou mesmo por apresentar uma queixa à Comissão pela Igualdade e Contra a Discriminação Racial. Para além disso, José Pinto Coelho, líder do Partido Nacional Renovador na época (atual *Ergue-te*), associou o candidato André Ventura a si mesmo. A candidatura conturbada conduziu à demarcação do CDS face à mesma, retirando o seu apoio e apresentando um candidato próprio. Os resultados obtidos especificamente em Loures foram superiores ao alcançados nas eleições de 2013, com um total de 18 877 votos (21,55%), elegendo três vereadores.

Em 2018, André Ventura renuncia do cargo de vereador em Loures, justificando da seguinte forma: “Havendo uma discordância de fundo com a direção do PSD e estando a formar um novo partido, só tinha de sair. E não fui eu que mudei: foi o PSD que se tornou um partido de centro-esquerda e uma via de ligação para o PS que as bases não compreendem” (Carrapatoso, 2018). Note-se que André Ventura havia tentado recolher assinaturas para a destituição de Rui Rio da liderança do PSD. Várias figuras de relevo do partido demarcaram-se deste movimento, nomeadamente, Luís Montenegro e Pedro Pinto.

O Movimento Europa e Liberdade (MEL), cuja génese remonta a maio de 2018, despertou por meio da publicação de “um manifesto de 74 pessoas, promovido na altura por Rui Ramos como Manifesto Europa e Liberdade” (Valente, 2019a). As convenções deste movimento foram marcadas pela promoção de “um encontro de vários antigos e actuais dirigentes partidários de centro-direita e de direita” (Valente, 2019b). A primeira convenção ocorreu em janeiro de 2019 em Lisboa, contando com a presença de personalidades como “Assunção Cristas (CDS), Pedro Santana Lopes (Aliança), Carlos Guimarães Pinto (Iniciativa Liberal)”, assim como, “ex-líderes de partidos como Paulo Portas e Ribeiro e Castro (CDS) e Marques Mendes (PSD)” (Valente, 2019a). A

conferência foi mediatizada pela ausência de Rui Rio. A segunda convenção teve lugar em março de 2020, com destaque na presença dos deputados dos novos partidos com assento parlamentar – André Ventura (CH) e João Cotrim Figueiredo (IL). Nos dias 25 e 26 de maio de 2021, sucedeu a terceira convenção. Esta convenção foi marcada pela polémica em redor de dois dos oradores - Sérgio Sousa Pinto (PS) e André Ventura (CH), participantes no painel “A intolerância cultural e a ditadura do politicamente correto”.

A 23 de janeiro de 2019, o movimento Chega de André Ventura entregou assinaturas ao Tribunal Constitucional com o intuito de se oficializar como partido, pedido este que viria a ser rejeitado. Foi no dia 9 de abril de 2019 que o Tribunal Constitucional defere o pedido do partido CHEGA⁵², sendo reconhecido enquanto o 24º partido português. Note-se que o processo foi conturbado na medida em que existiram suspeitas de falsificação de assinaturas. No primeiro pedido, “os fundadores do partido apresentaram 8.312 assinaturas de cidadãos eleitores, mas depois de análise apenas foram validadas 6.499” (Guedes, 2019). Viriam a ser apresentadas novas assinaturas (mais 2223), também estas com irregularidades em alguns casos (cerca de 826). O Ministério Público esteve envolvido neste processo visto ter solicitado acesso ao mesmo para averiguar possível falsificação de documentos.

Nas eleições europeias de 2019, André Ventura apresenta-se enquanto cabeça de lista da coligação PPM.PPV/CDC, a qual integra o movimento preconizado pelo mesmo (Chega), o Partido Popular Monárquico (PPM) e o Partido Cidadania e Democracia Cristã (PPV/CDC) e Democracia 21. A terceira tentativa de formalização materializada pelo requerimento subscrito por Gonçalo da Câmara Pereira e Manuel José Cardoso Matias, foi aprovada no ACÓRDÃO Nº 223/2019⁵³, notando ainda que a denominação adotada foi “BASTA!”. Em termos de resultados eleitorais, a coligação em questão obteve 49.496 votos (1,49%), não elegendo nenhum eurodeputado⁵⁴.

O partido Chega, já oficializado pelo TC, concorreu nas eleições legislativas de outubro de 2019. Em termos dos resultados eleitorais, foram obtidos pelo partido um

⁵² Informação contida no acórdão n.º 219/2019. Possível consultar em:

<http://www.tribunalconstitucional.pt/tc/acordaos/20190219.html?impressao=1>

⁵³ <http://www.tribunalconstitucional.pt/tc/acordaos/20190223.html?impressao=1>

⁵⁴ Para mais informações acerca dos resultados das eleições europeias de 2019 consultar Anexo 2.

total de 67.826 votos (1,29%) que corresponderam a um assento no plenário⁵⁵. Tal como os restantes novos partidos com representação parlamentar – Livre e Iniciativa Liberal – o Chega foi eleito pelo círculo de Lisboa. No concelho da capital, o partido Chega obteve resultados inferiores relativamente aos novos partidos eleitos, sendo mesmo ultrapassado pelo partido Aliança de Santana Lopes. Já nos concelhos limítrofes o cenário inverte-se. Comparando com o Livre e a Iniciativa Liberal, o Chega foi mais votado na “Amadora, Odivelas, Loures, Sintra, Vila Franca de Xira, Sobral de Monte Agraço, Azambuja, Alenquer, Torres Vedras, Lourinhã e Cadaval” (Francisco, 2019). Loures foi o município no qual o partido teve maior percentagem de votos - 2.93% (2881 votos)⁵⁶.

Em abril de 2020, André Ventura apresenta a demissão devido a tensões internas no partido. Nesse sentido, foi convocada uma Convenção para setembro do mesmo ano. Para além disso, “a 1 de abril, o líder do Chega/Porto demitiu-se depois perder a confiança política da estrutura local” (Carrapatoso, 2020).

As eleições presidenciais de 2021 pautaram-se por um contexto distinto, especificamente, pela dimensão pandémica. A conjuntura teve implicações tanto sobre as diretrizes das ações da campanha como do voto em si. Um momento de destaque da tensão entre as regras de saúde pública e as ações de campanha do partido Chega foi do jantar-comício num restaurante de Braga, no qual estiveram “170 pessoas sentadas sem distanciamento numa sala com cerca de 450 metros quadrados e sem ventilação” (Gomes, 2021). Num inquérito de 28 de julho, “O Ministério Público acusou o ex-candidato presidencial André Ventura do crime de desobediência civil simples” (DN/Lusa, 2021) pelo acontecimento narrado. Note-se que este crime alegado pelo Ministério Público é punível, via um ano de encarceramento ou multa de 120 dias.

Nas eleições presidenciais de 2021, André Claro Amaral Ventura obteve um total de 496 773 votos (11,90%). Desse modo ficou atrás de Marcelo Rebelo de Sousa (60,70%) – presidente eleito – e Ana Gomes (12,97%). Na medida em que André Ventura se tinha “proposto ficar à frente dos concorrentes da esquerda (Ana Gomes, Marisa

⁵⁵ Para mais informações acerca dos resultados das eleições legislativas de 2019 consultar Anexo 2.

⁵⁶ Relembra-se a candidatura de André Ventura a Loures pelo PSD em 2017 anteriormente referida.

Matias e João Ferreira), alcançando assim o segundo posto e, eventualmente, obrigar o incumbente Marcelo Rebelo de Sousa a uma segunda volta eleitoral” (Lusa, 2021), e visto que esse objetivo eleitoral não se cumpriu, o mesmo veio a demitir-se da direção do partido.

No mês que se seguiu às eleições presidenciais, Ana Gomes, que havia durante a campanha presidencial referido que considerava que o partido CH deveria ser ilegalizado, avançou com uma queixa entregue à Procuradoria-Geral da República (PGR). Para além disso, “na ação submetida, pede ainda que se investigue a origem do financiamento do partido e seus líderes e “as agressões, ameaças e incitamentos à violência que o referido partido, seus dirigentes e diversos militantes vêm desencadeando contra jornalistas e ativistas políticos, incluindo a signatária” (Henriques, 2021).

Recentemente, o Chega foi notificado pelo Ministério Público pela existência de “alegadas irregularidades na convocatória para o Congresso de Évora, em setembro de 2020, que aprovou uma alteração dos estatutos do partido” (Nascimento e Quaresma, 2021). O MP considera que os atos posteriores a setembro de 2020 podem ser invalidados dada a ilegalidade da convocatória em causa.

3. O Partido Chega: André Ventura e as eleições presidenciais portuguesas de 2021

No capítulo anterior foi efetuada uma breve descrição do percurso histórico do Chega desde a sua génese. Após efetuado esse exercício, é necessário apresentar e caracterizar o partido, pretendendo-se iniciar a narrativa pela abordagem de dimensões mencionadas por Lopes (2004) para descrever os aparelhos partidários. Efetuada uma contextualização do partido enquanto organização, pretende-se incidir especificamente no contexto das eleições presidenciais de 2021.

3.1. Fundamentos e diretrizes do Chega e respetiva organização

De modo a detalhar o partido Chega enquanto organização partidária, inicia-se pela ideologia, característica fundamental para o seu enquadramento. Note-se que a ideologia definida para determinado partido constitui um aspeto fundamental “na fase de institucionalização ou consolidação de um partido, fornecendo os incentivos colectivos (ou de identidade) que asseguram a sua legitimidade junto dos membros e dos eleitores fiéis” (Lopes, 2004: p. 17). Posteriormente, a ideologia assegura recursos simbólicos. Para caracterizar pontos ideológicos do partido Chega, por meio da análise de conteúdo da documentação oficial disponibilizada, nomeadamente, no *website* do partido, definiram-se algumas temáticas políticas de maior pertinência retratadas na literatura, tais como, “a imigração, a segurança, a corrupção e a política externa” (Mudde, 2020: p. 42).⁵⁷ Através deste exercício pretende-se compreender alguns fundamentos ideológicos do partido, assim como situá-lo no campo das direitas.

Iniciando-se o enquadramento ideológico de um modo geral, o posicionamento face à igualdade/desigualdade permite explicar algumas pistas para posterior afunilamento temático. Existe uma reflexão por parte do partido acerca da igualdade, a qual também se localiza em redor do conceito de diferença. Este exercício é, principalmente, efetuado no *Programa Político 2019*, especialmente, nas *Bases Políticas* (capítulo IV) da *Matriz Política*. O programa inicia-se pela reflexão da defesa da diferença enquanto direito e a igualdade como algo impossível na medida em que “qualquer

⁵⁷ Consultar Anexo 4.

homem é único e irrepetível. E, sendo único e irrepetível, é diferente de qualquer outro. Não há dois homens iguais” (*in Programa Político 2019*). Assente a inviabilidade da igualdade, a diferença é ainda percecionada como relevante para o progresso da sociedade - “a diferença entre os homens é o motor da História” (*in Programa Político 2019*). Em contrapartida, “a homogeneidade, a indiferenciação e a massificação são sintomas de uma irrecuperável entropia nos sistemas vivos, ou, dito de forma mais corrente, são degenerativas e preludiam a morte” (*in Programa Político 2019*). A única exceção apresentada é a igualdade perante a dignidade. Outra dimensão da defesa da diferença, apresenta a forma de crítica ao “globalismo” e “massificação”, tanto ao nível europeu (denominado “euro-diluição”) como mundial. Seguindo esta base ideológica, são efetuadas críticas a todas as políticas igualitárias, desde logo, defendendo um modelo de Estado Arbitral em detrimento do Estado Social. Relativamente às políticas fiscais, é defendida a taxa única no Imposto sobre o Rendimento de Pessoas Singulares (IRS). No mercado de trabalho, é sugerida a flexibilização das condições laborais em termos de contratações e despedimentos e dos salários, reforma facultativa e serviço comunitário em caso de acesso ao subsídio de desemprego. No âmbito das questões de género é apoiado “o fim imediato dos apoios do Estado e da subsidiação quer do aborto, quer da mudança de sexo através do SNS” (*in Programa Político 2019*), tal como o fim de financiamento a organizações feministas. No que atenta à orientação sexual, é alegado que “a Família natural, baseada sobre a íntima relação de um homem e de uma mulher é uma realidade sociológica e política anterior ao Estado” (*in Programa Político 2019*). Para além disso, é abraçado “o fim da promoção, pelo Estado, de incentivos e medidas que institucionalizem os casamentos entre homossexuais e a adopção de crianças por “casais” homossexuais” (*in Programa Político 2019*). De um modo geral, é efetuada a defesa do fim das temáticas relativas ao género e sexualidade no ensino. No ensino superior em específico, é proposto que as propinas tenham “em conta as necessidades de Portugal nas áreas científicas e técnicas a que essas propinas digam respeito. As propinas a pagar por um curso de engenharia civil ou informática terão necessariamente de tender para zero, enquanto que as propinas a pagar por um curso de Sociologia terão de tender para o custo real do curso” (*in Programa Político 2019*).

Transitando para as temáticas específicas, as quais encaminham para Mudde (2020), inicia-se a abordagem pela imigração, e fazendo a ressalva de que esta agrega as questões da migração e da integração. O posicionamento face às fronteiras mostra-se claro: “recusar as fronteiras escancaradas” (*in* Manifesto Político Fundador). Porém, esta não é a única política defendida no âmbito da imigração, destacando a secção do *Programa de Ação Política do Programa Político 2019*. Alguns aspetos reiterados são: “fortalecimento das nossas fronteiras dando à polícia e às forças armadas todos os recursos materiais e humanos para que possam cuidar dessas fronteiras com total eficácia (...)”; “expulsão dos ímanes que propaguem o integrismo, o menosprezo pela mulher ou a jihad”; “Deportação dos imigrantes ilegais para os seus países de origem”; e “os refugiados não poderão obter nacionalidade portuguesa nem residência, mas sim uma autorização em forma de título precário de refugiado, enquanto o seu país de origem se mantiver em situação guerra” (*in* Programa Político 2019). Nas citações que reportam às políticas de imigração evidencia-se a referenciada à *jihad*⁵⁸. São efetuadas outras menções com relação à religião islâmica, nomeadamente, “proibição de erigir mesquitas promovidas pelo wahabismo, o salafismo ou qualquer interpretação fundamentalista do Islão. Recusar e ilegalizar o financiamento por países terceiros de lugares de culto em solo português” e “exigência aos responsáveis da religião islâmica em Portugal uma colaboração total e absoluta na detecção de radicais. Exclusão do ensino do Islão na Escola Pública” (*in* Programa Político 2019). A especificação de questões da imigração relativa a crentes islâmicos relaciona-se ao facto de que, “no mundo após o 11 de Setembro, passou a estabelecer-se a relação estreita entre o terrorismo e o Islão, tanto no discurso *mainstream*, como no da ultradireita” (Mudde, 2020, p. 46).

No que atenta a políticas de integração, grosso modo, estas passam pela rejeição do multiculturalismo e defesa da assimilação da cultura de destino. Note-se a seguinte afirmação: “rejeição do multiculturalismo e de qualquer política pública nele fundamentado caso, por exemplo, das discriminações positivas com base étnica, cultural

⁵⁸ Não é especificado no programa qual dos possíveis sentidos atribuídos à palavra é empregue.

ou religiosa” (*in Programa Político 2019*). O discurso é construído através de um contraste entre culturas, segundo o qual a cultura europeia, especificamente, portuguesa, é enaltecida. Paralelamente, parece ser sugerido um tratamento diferente para cidadãos com proveniência estrangeira, por exemplo, “entendemos que não deverá ser obrigação do Estado providenciar habitação social a cidadãos estrangeiros – imigrantes, migrantes ou refugiados” (*in Programa Político 2019*).

Iniciando outro tema ideológico, “a segurança refere-se tanto a indivíduos como a coletivos (...) e tem componentes culturais, económicos e físicos” (Mudde, 2020: p. 44). Esta temática abarca questões relativas ao crime e à prevenção. A narrativa presente nos documentos oficiais do partido considera a existência de uma crescente criminalização e insegurança acompanhada pela debilidade das forças de segurança. Para além disso, é invocada “uma cultura de impunidade que, a manter-se, irá continuamente reforçando o sentimento de desconfiança dos cidadãos face à justiça e sua aplicação” (*in Manifesto Político Fundador*). Como proposta, é, desde logo, defendida uma reformulação do sistema de justiça - “a área onde uma maior intervenção política é, neste momento, exigível de forma a que ela se transforme no que nunca foi: uma Justiça pronta, rigorosa e clara.” (*in Manifesto Político Fundador*). A transformação mencionada assenta em medidas, tais como, pena de prisão perpétua, “a redefinição das penas criminais, nomeadamente em crimes de homicídio, terrorismo, corrupção, violação e abuso sexual de menores” (*in Manifesto Político Fundador*), “retirada de todos os privilégios nas prisões (salários, apoios sociais, bolsas de estudo...) para prisioneiros condenados por terrorismo e quaisquer imigrantes ilegais” (*in Programa Político 2019*) e intransigência face a delitos menores.

A corrupção encerra em si categorias distintas. Uma questão que surge nos documentos disponíveis analisados atenta à moralidade e aos valores. É descrita uma “mentalidade formatada pelo ‘politicamente correto’ que é hoje a dos partidos do sistema” (*in Manifesto Político Fundador*). Em detrimento, é defendida a recusa “daquilo que hoje é tido por padrão de normalidade”, a nomear, “o marxismo cultural e todo o seu cortejo de aberrações disformes e de realidades alternativas absurdas”, assim como, “a ditadura da Ideologia de Género” (*in Manifesto Político Fundador*). Uma

justificação para a corrupção da moralidade remete para um alegado enviesamento ideológico perpetuado pelo poder (à esquerda), desde a instituição da III República. Outro enfoque atribuído à corrupção encaminha para as elites, em específico, as elites políticas. O argumentário descrito parte da premissa de que que, “quanto mais alto é o nível de intervenção do Estado na Economia, mais alto é o nível de corrupção na máquina desse Estado. Daí o altíssimo e vergonhoso nível de corrupção existente entre nós” (*in* Manifesto Político Fundador). Consequentemente, são defendidas medidas particulares para cargos políticos para redução da corrupção, a saber, “redução do número de deputados para 100”, e “limitação, a dois mandatos consecutivos, no exercício de todos os cargos políticos, à semelhança do regime vigente para o Presidente da República” (*in* Programa Político 2019).

Para finalizar as temáticas desenvolvidas, resta abordar a política externa. Nos documentos do partido a organização não se mostra apologista de uma saída da União Europeia, apesar de criticar aquilo que apelida de “euro-diluição”, “Europa massificada” e “deriva federalista”. O arranjo que o partido parece considerar mais pertinente engloba “a soberania nacional e o respeito pelos valores da cultura europeia, bem como um nivelamento do peso de cada uma das nações na tomada de decisões” (*in* Programa Político Europeu). Os eixos de intervenção para a União Europeia reiteram a soberania das nações e a limitação à migração⁵⁹. Generalizando o posicionamento face às organizações supranacionais, é defendido o abandono daquelas que “forem contrárias aos interesses e à soberania de Portugal” (*in* Programa Político 2019).

Incidindo especificamente sobre a questão da cooperação internacional, a 1 de julho de 2020, o partido Chega adere ao *ID-party*, partilhando o programa deste grupo parlamentar europeu no seu *website*. Nas eleições presidenciais de 2021, os líderes de alguns partidos membros do ID demonstraram o seu apoio ao partido Chega através de visitas pessoais e publicações nas redes sociais dos respetivos partidos. A título ilustrativo, repare-se que foram efetuadas, no espaço temporal referido, quinze publicações na rede social *Twitter* do Chega com referência a Marine Le Pen. Note-se

⁵⁹ Relativamente a este eixo (limitação da migração), verificou-se a utilização do termo/ conceito “raças”.

que a líder da *Rassemblement National* (RN) marcou mesmo presença em Portugal durante as eleições presidenciais de 2021. Ainda na esfera dos políticos franceses da RN, Nicolas Bay expressou a defesa do candidato André Ventura ao publicar um *tweet*, posteriormente partilhado pelo partido Chega. De Matteo Salvini, político italiano, existem um total de seis referências na mesma rede social do partido (CH) durante as eleições presidenciais portuguesas de 2021.

Ao estudar as direitas, Cas Mudde (2020) considera errada a narrativa de cooperação internacional bem-sucedida entre partidos da direita radical. O autor aponta vários fatores que justificam a sua perspetiva, tais como, recursos limitados, volatilidade dos fenómenos, dificuldade na partilha do poder por parte dos líderes e diferenças de opinião intransponíveis. Os momentos descritos acima podem, até certo ponto, ou afastar o partido de uma tipologia (nesse aspeto particular) ou contrariar a narrativa. Conclusões estão dependentes do desenvolvimento cooperativo ao longo do tempo, assim como, de averiguações acerca do modo como estas cooperações se desenvolvem⁶⁰.

Explanada sucintamente a dimensão ideológica do partido, segue-se a análise de outras componentes pertinentes das organizações partidárias, tal como mencionadas por Lopes (2006). A estrutura organizacional interna de um partido constitui uma variante essencial para a sua compreensão. No âmbito nacional, destacam-se quatro unidades organizativas do Chega: a *Direção Nacional*, a *Mesa da Convenção*, o *Conselho de Jurisdição* e a *Comissão Ética*. A *Direção Nacional*, presidida por André Ventura, constitui a unidade administrativa com maior estruturação interna contendo presidente, vice-presidentes, vogais e secretários gerais. Observa-se um destaque atribuído ao presidente comparativamente a todos os outros membros partidários. Note-se que André Ventura detém um compartimento específico no *website* do partido, no qual é efetuada uma descrição que enaltece o mesmo pelo seu percurso académico e profissional. A sua imagem é igualmente central na imagética do *website*. Acrescenta-se ainda como o apelo à inscrição de novos militantes é centrado em torno da figura de

⁶⁰ Se esporádicas e circunscritas a momentos específicos (como eleições), ou se modo contínuo e planeado.

André Ventura tanto pela imagem como pelo texto, assinado pelo presidente. A *Mesa da Convenção* hierarquiza-se através dos cargos de presidente, vice-presidentes e secretários. O *Conselho de Jurisdição* apresenta alguma estrutura interna através da autoridade de um presidente do conselho, embora não diferencie os restantes elementos que o constituem. A *Comissão Ética* não apresenta hierarquia discriminada dos seus integrantes, o que pode significar uma maior horizontalidade nesta unidade administrativa. Para além disso, esta unidade apresenta outra particularidade - tem associado um contacto particular.

Transpondo o nível nacional, existem as distritais, cada uma com estruturação interna com desenvolvimento diferenciado. Os órgãos sociais que podem existir em cada distrital são: *Mesa da Assembleia Distrital*, *Comissão Política Distrital* e *Conselho de Jurisdição*. Cada um dos órgãos sociais pode, por sua vez, ter presidente, vice-presidentes, adjuntos, vogais, tesoureiro, secretário e suplentes.

Acrescenta-se a existência de outras estruturas organizacionais do Chega a nomear, a Juventude Chega e o Mulheres Chega (MMCH).

Após efetuada uma descrição geral da estrutura do partido, é possível realizar uma reflexão no âmbito da centralização/ descentralização, aqui entendida como “distribuição dos poderes entre os vários escalões da direcção” (Lopes, 2004: p. 21). Desde logo, destaca-se o relevo e centralidade do presidente da direcção nacional – André Ventura. Para além disso, evidencia-se um regulamento disciplinar rígido, segundo o qual o Conselho de Jurisdição Nacional detém um grande poder sobre os militantes. Como atos considerados ilícitos e sancionáveis destacam-se: “tornar conhecidos, seja por que forma for, factos ou decisões referentes à vida interna do Partido e dos quais tenha tido conhecimento no exercício de cargos, funções ou missões para que tenha sido designado”; “defesa pública de posições contrárias aos princípios e do Programa do Partido”; “manifesto desrespeito pelas deliberações emitidas pelos órgãos competentes do Partido, designadamente através dos órgãos de comunicação social ou redes sociais”; e “inscrição em qualquer associação política não filiada no Partido, sem prévia autorização do Conselho Nacional” (*in* art.º 5.º do Regulamento Disciplinar). Pode ser aplicado o conceito de capital social a estas sanções, numa visão

não romantizada das sociabilidades e pertença a redes, segundo a qual podem emergir consequências negativas decorrentes do capital social, a nomear “exigências excessivas a membros do grupo, restrições à liberdade individual e normas de nivelação descente” (Portes, 2000: p. 146). Estas questões relacionam-se igualmente com a estruturação do poder no partido, compreendido por “relação assimétrica, mas recíproca, a qual se manifesta numa troca desigual (em que um actor ganha mais do que o outro)” (Lopes, 2004: p. 23). O controlo de recursos organizacionais influencia diretamente o espaço de manobra dos dirigentes envolvidos nas relações de troca. Repare-se que os recursos mencionados tendem a ser acumuláveis, concentrando-se. No caso concreto, os órgãos nacionais controlam recursos e decisões, assim como, os comportamentos dos seus militantes na medida em que são aplicadas sanções. Este panorama aposta para relações verticais e uma centralização do poder por parte dos órgãos nacionais.

Em termos do desenvolvimento organizativo do partido, notando que por desenvolvimento organizativo se entende “o grau de expansão da organização em termos de membros, estruturas e funcionários” (Lopes, 2004: p. 19), existem alguns depoimentos com reflexões distintas. Por um lado, é identificado um marco temporal agilizador do processo de recrutamento de militantes - “e depois não há dúvida que houve uma aproximação muito grande e, aliás, isto até se efetivou em número de militantes, portanto conseguimos depois das presidenciais aumentar o nosso número de militantes” (E3). Por outro lado, é efetuada uma reflexão acerca das dificuldades de articulação entre as várias dimensões de desenvolvimento para garantir o bom funcionamento do partido. Repare-se na seguinte reflexão: “a questão da organização será sempre um *handicap* que nós teremos aqui porque de facto isto cresceu demasiado rápido, entre aspas e de uma forma positiva porque ainda bem que cresceu, mas cresceu tao rápido que não foi possível às estruturas do partido acompanhar” (E1). Assim, é percecionada a existência de uma estrutura pouco desenvolvida para conseguir absorver os novos militantes, o que pode ter dificuldades associadas, por exemplo, no âmbito de gestão e alocação de pessoas.

A consciência organizativa relaciona-se com o processo de institucionalização do partido, sendo que, quanto mais forte a institucionalização maior a consciência, e vice-

versa. O êxito da institucionalização, ou seja, da estabilidade da organização, associa-se ao sucesso da repartição de incentivos, sejam estes de cariz particular ou coletivo. “O grau de institucionalização pode ser apurado através de duas dimensões: a *autonomia* da organização perante o contexto; e a *sistematização* ou coerência estrutural interna” (Lopes, 2004: p. 25). Quanto mais fortes as dimensões anteriormente mencionadas – autonomia e sistematização – maior a institucionalização da organização. Segundo um dos depoimentos, durante o período das eleições presidenciais houve uma perceção para a necessidade de alteração da organização interna - “Não eu penso que, eu já tenho plena consciência da organização, quer da campanha, quer de todas as ações que nós temos. Penso que possa ter amadurecido um bocadinho algumas posições quer do partido quer das pessoas que compõe. Hum, pode ter sensibilizado as pessoas de que de facto existe uma necessidade de uma organização maior” (E1).

O financiamento constitui uma dimensão fundamental para o funcionamento dos partidos, constituindo uma necessidade para mobilização da filiação potencial. Nas entrevistas realizadas, a perceção dos militantes é a de que, comparativamente a outros partidos, os recursos disponíveis no partido Chega são diminutos. Consequentemente, apontam para a necessidade de utilização de outros meios, nomeadamente os meios digitais, como modo de colmatar a falta de recursos percecionada. Repare-se no seguinte excerto: “até porque, sendo um partido novo acaba por não ter os mesmos fundos financeiros que têm outros partidos, e, portanto, nós temos de investir na informação rápida e gratuita no fundo, e as redes sociais permitem-nos isso, não é?” (E1). Outro testemunho: “aliás o Chega tem se tornado muito visível através das redes sociais. Porque sendo um partido com poucos recursos, não é? É uma mais valia” (E5). Acrescenta-se: “Estamos a apostar seriamente no digital por causa disso mesmo. Porque a informação vai passando daí por um custo reduzido, não é?” (E3). Esta narrativa é corroborada por alguma literatura disponível, tal como Mendes (2020), segundo a qual, “devido ao alcance potencial e ao baixo custo dos recursos, a realização de campanhas utiliza ferramentas e plataformas online, desde o correio eletrónico e *websites* (...) até mais recentemente, ferramentas sociais populares (...) principalmente para informar, persuadir e mobilizar membros e apoiantes do partido” (p. 11).

3.2. A candidatura presidencial de André Ventura e a ação do partido Chega

Efetuada uma caracterização do partido Chega enquanto organização partidária, segue-se um afinamento da análise tendo enquanto referência temporal o mês de janeiro de 2021, período no qual ocorreu a campanha das eleições presidenciais. Destaca-se aqui a inexperiência na vida política em concreto dos militantes entrevistados, apesar na participação em algumas organizações. O E1 surge como exceção, embora o maior acompanhamento político ao PSD não se tivesse efetivado na inscrição como militante. Assim, é acentuada a novidade e aprendizagem prática no processo de desenvolvimento da campanha presidencial (“Na maioria das pessoas que está aqui não tinha experiência nenhuma em política, então, praticamente, foi a nossa primeira vez” (E4)).

Desde logo, é perene contextualizar que os momentos-chave de uma campanha têm impacto sobre as trajetórias dos militantes. Por sua vez, “as trajetórias dos agentes são influenciadas por dois tipos de acontecimentos: os biográficos, que marcam a trajetória individual (...) e os históricos que alteram fortemente as estruturas sociais e os destinos prováveis dos agentes” (Lima, 2016: p. 90). Quando questionados acerca dos marcos para o partido e para si pessoalmente, os militantes fizeram um balanço entre incluiu momentos positivos e negativos. Um dos momentos da campanha presidencial de 2021 mencionado foi o debate com a candidata Ana Gomes, não implicitamente como sendo negativo ou positivo (“eu acho que para ele foi o debate com a Ana Gomes” (E4)). “Pela positiva temos o evento do drive-in que foi um sucesso” (E4). Pela negativa, “foi o apedrejamento do nosso candidato. Eu acho que isso foi um momento, não pela positiva, pela negativa, mas que marcou completamente” (E3). O episódio mencionado como “apedrejamento” adquiriu igualmente centralidade nas “redes sociais” do partido, por exemplo, no *Twitter* através de 12 publicações com alusão direta (nos dias 21, 22 e 26 de janeiro de 2021).

Um dos entrevistados efetuou a seguinte reflexão acerca dos acontecimentos que tiveram lugar durante o período de eleições presidenciais:

“Marcos mais negativos do que positivos infelizmente. Porque, na minha opinião, e acho que toda a gente pode ver isso, nós temos uma possível democracia que está aqui uma ditadura encapuçada e, portanto, o que para

mim em termos de marcos de facto fica é de facto as ações negativas que foram proporcionadas por alguns membros da, alguns candidatos, de parte a parte, porque houve erros de parte a parte, mas essencialmente, ficam marcos negativos por uma democracia eu diria ameaçada. Considero que possam ter existido alguns momentos (de viragem) hum, nomeadamente, um dos momentos que faz com que o André Ventura, por exemplo, não fique em segundo lugar, na minha opinião, é justamente, o facto de ele dizer que se demitiria caso a Ana Gomes ficasse à frente dele, o que fez com que houvesse uma grande mobilização das pessoas que não gostam dele para ir votar para promover no fundo a sua demissão.” (E1).

Enquanto marco individual para o mesmo entrevistado destaca-se o seguinte testemunho: “o momento que me marcou foi o facto de não ficarmos em segundo lugar nos resultados. Porque é sempre uma derrota, não sendo uma derrota porque está, temos de analisar a evolução que existe, e estamos a falar de passar de, não chegávamos a 70 mil votos, para 500 mil votos, portanto, no período de pouco mais de um ano” (E1).

Nos diferentes depoimentos citados, apesar de se verificar que alguns momentos são inigavelmente marcantes, como o caso do alegado “apedrejamento”, verifica-se que “os acontecimentos marcam os indivíduos de forma muito diferenciada” (Lima, 2016: p. 90). Consequentemente, as reflexões distinguem-se ente si.

Identificados os momentos-chave da campanha presidencial percecionados pelos entrevistados, segue-se a análise do conteúdo publicado nas “redes sociais” do partido durante a referência temporal definida. Note-se que, a utilização e potencialidades das “redes sociais” alcançaram dimensão tal que as mesmas “passaram a ser questionadas pela influência em eleições e processos deliberativos, como a vitória de Donald Trump nos Estados Unidos, a saída do Reino Unido da União Europeia e a derrubada da presidenta Dilma Rousseff pelo congresso do país em 2016” (Valente, 2018: p. 160).

Por meio da análise das “redes sociais” do partido Chega no período das eleições presidenciais 2021 pretende-se averiguar questão relativas ao engajamento e interação, nomeadamente, com apoiantes e militantes do partido. A mobilização de “redes sociais” pode também inserir-se enquanto estratégia de comunicação nas campanhas eleitorais,

tal como é referido por Santos e Bicho (2016). Na medida em que, para aceder ao poder os partidos dependem do eleitorado, existe uma tendência para adaptar os instrumentos de comunicação aos contextos. Assim, “não se poderá pensar na comunicação política de hoje sem passar pela Internet, maior plataforma de distribuição de informação e conhecimento à escala mundial” (Santos e Bicho, 2016: p. 190). A utilização da Internet insere-se num novo paradigma de campanhas eleitorais – as campanhas pessoais. Esta tipologia de campanha engloba a personalização e interatividade inseridas na esfera digital, combinação esta que pode ter “um efeito positivo sobre os cidadãos, sobretudo em relação ao sentimento de terem maior oportunidade de participação” (Ibidem: p. 192). As diferentes funcionalidades das “redes sociais” permitem analisar dimensões distintas. Por um lado, as “reações” (como os *likes*), não fomentam o debate, mas podem, dependendo da “rede social” em questão, contribuir para a difusão do conteúdo que, desse modo, alcança potencialmente mais eleitores (caso do *youtube* e respetivo algoritmo). Por outro lado, os comentários têm uma “funcionalidade que permitiria a geração de debate e de aferição de feedback por parte dos eleitores” (Ibidem: p. 197). Passando para as partilhas, estas possuem uma “potencialidade ao nível da propagação da mensagem por vários utilizadores” (Ibidem). Outro recurso relevante pendente-se com a utilização do vídeo, na medida em que torna a “comunicação mais fácil, imediata e agradável para o recetor” (Ibidem). Faz-se a ressalva de que, apesar de poder potenciar as vivências da militância, nem todos os indivíduos que interagem e contribuem para o engajamento pertencem à comunidade analisada.

Relativamente ao *facebook* do partido Chega, foram efetuadas 166 publicações durante o mês de eleições presidenciais de 2021, sendo a segunda “rede social” com maior número de postagens. Com uma média superior a 5 publicações por dia, cada uma teve, em média, 1743 “reações”, 306 comentários e 223 partilhas. No que atenta à distribuição das publicações segundo os critérios jornada de trabalho e dia da semana, 73% (122) ocorreu em dias úteis, com destaque para as sextas-feiras (19%). Relativamente à dispersão ao longo do dia, a tarde (41%) e a noite (41%) foram os períodos do dia com maior engajamento (com um total acumulado de 82%).

No *instagram*, foram realizadas, no total, 59 publicações de 1 a 31 de janeiro de 2021. A maioria das publicações ocorreu em dias úteis (75%) destacando as quintas-feiras (13 publicações) e as sextas-feiras (12 publicações). Dois terços das publicações ao fim de semana foram feitas aos domingos (10 publicações). No que atenta ao total de publicações efetuadas, a média de “gostos” foi de cerca de 2898 e média de 235 comentários. Segundo o critério “vídeo/ não vídeo”, mais de 37% do tipo de conteúdo publicado era audiovisual (22 publicações). A média de visualizações por vídeo foi de 36 640 com média de duração de 104 segundos (menos de 2 minutos).

No que atenta à plataforma digital *youtube*, esta destaca-se enquanto meio no qual foram efetuadas menos publicações no mês de eleições presidenciais – somente 9 no total. Cada publicação teve, em média, um total de 386 “gostos” e 51 “não gostos”. Em termos da duração dos vídeos publicados, estes tiveram uma grande amplitude entre si, indo de um máximo de 15:28 minutos até um mínimo de 27 segundos. A média de duração rondou os 339 segundos (entre os 5 e os 6 minutos). Quanto à distribuição das publicações, esta situou-se principalmente nos dias úteis (7 das publicações). As publicações ao fim de semana ocorreram exclusivamente ao domingo.

O *Twitter* evidencia-se enquanto rede social na qual o partido chegou a efetuar um maior valor absoluto de publicações durante o mês de eleições presidenciais – 200 publicações. Com uma média diária de mais de 6 publicações, cada uma teve uma média de 75 comentários. A maioria das publicações ocorreu em dias úteis (70%), com destaque para as sextas-feiras (44). As quartas-feiras foram os dias da semana com menor número de publicações (14 no total). Utilizando o critério audiovisual, das 200 publicações quase um quarto contém formato vídeo (45) com respetiva média de 47,665 milhares de visualizações.

Nas entrevistas realizadas foi referida a utilização das “redes sociais” como estratégia de comunicação durante a campanha presidencial, assim como foram elencados alguns motivos para fundamentar a utilização da estratégia em questão. Desde já, ao abordar a dimensão do financiamento do partido, foi referida a importância da utilização das redes sociais como modo de culmar a falta de recursos financeiros.

Outra motivação referida diz respeito ao papel das “redes sociais” entre os apoiantes do partido, tanto ao nível da captação como das relações estabelecidas. Relativamente à captação e expansão denota-se a seguinte reflexão: “(...) efetivamente as redes sociais foram uma arma principal como veículo de transmissão deste partido e em dois anos temos uma expansão fenomenal. Eu diria que se calhar 90 a 95% à custa das redes sociais” (E1). Transpondo para as relações estabelecidas segue-se a seguinte afirmação: “acho que contribuiu para uma forma mais horizontal (a campanha). Estou a dizer usando as redes sociais” (E2). Acrescenta-se o papel para a construção de um sentido de proximidade. “(...)acabas por ter pessoas que, embora não as conheças presencialmente, ao fim de um evento como este, é pah, consideras quase como pessoas tuas amigas e que as conheces quase com alguma particularidade (...) interagimos com fim comum, portanto, acho que nos aproximamos bastante mais” (E3).

A continua interação e engajamento nas “redes sociais” do partido CH relacionam-se com o estabelecimento de uma comunidade, especificamente, comunidade *online*. Note-se que uma comunidade pode ser definida enquanto “forma específica de relação social” (Portugal, 2007: p. 10) e, no seu interior, existem ““laços de comunidade” – que extravasam os limites das unidades geográficas de vizinhança” (*Ibidem*: p. 11). Tal como as restantes comunidades, as comunidades *online* definem normas de comportamento, realizam negociações contínuas e impõe determinada moralidade. Para além disso, está implícita “auto-identificação como membro, contacto repetido, familiaridade recíproca, conhecimento partilhado de certos rituais e costumes, algum sentido de obrigação, e participação” (Kozinets, 2010: p. 10). Repare-se também que “as comunidades online não são virtuais”, na medida em que “as pessoas que conhecemos online não são virtuais”, por outras palavras, “são comunidades reais povoadas por pessoas reais, e é por isso que tantas acabam por se encontrar pessoalmente” (*Ibidem*: p. 15).

Para além disso, as redes sociais serviram para ganhar um espaço de opinião na esfera pública que é percecionado como diminuto. Repare-se nos seguintes testemunhos: “estamos num partido que não tem dois anos, cuja comunicação social não dá tempo de antena” (E1); e “Estamos muito limitados no espaço público, de

opinião. Portanto a escapatória que nós temos é mesmo fazer passar a informação através das redes sociais.” (E4). Para além disso, é alegada uma circulação de informação falsa acerca do partido, nomeadamente nos meios de comunicação social, sendo que as redes sociais servem para contraditório e reposição da mensagem. Note-se o testemunho que se segue: “até porque houve muita informação que não era verídica a passar por outros meios de comunicação. E nós temos as redes sociais como uma forma de desmentir determinadas, contraditório. Fazer passar a mensagem real do partido” (E5).

Acresce-se ainda a referência ao contexto pandémico e ao modo como interferiu com estratégias de campanha eleitoral pré-modernos⁶¹. Nessa medida, as redes sociais permitiram contrabalançar as dificuldades conjeturais vivenciadas (segue abaixo o excerto de entrevista).

“Esta questão da pandemia não nos permite fazer as ações de campanha vulgarmente feitas, tradicionais. Não nos permitirá, ao menos que haja agora uma grande alteração, contacto tao próximo quanto nós gostaríamos de termos nas ações de campanha hum e, portanto, redes sociais acabam por assumir um papel ainda mais preponderante no sentido de nos passarmos a mensagem que nós pretendemos, do que nós queremos mudar, e de conseguirmos chegar às pessoas uma vez que neste momento as limitações em termos de convivência presencial acabam por ser muito limitadas” (E1).

No capítulo que chega ao fim, foi efetuada uma apresentação do partido Chega enquanto organização partidária, situando questões como a ideologia e estrutura interna. Para além disso, abordaram-se dimensões específicas da militância no contexto das eleições presidenciais de 2021.

⁶¹ Seguindo a nomenclatura utilizada por Santos e Bicho (2016).

Considerações Finais

A presente dissertação, que assim termina, permitiu enquadrar uma problemática relevante para a atualidade por meio de uma lente sociológica. Através do estudo de caso do Partido Chega foi possível abordar questões particulares da estrutura organizacional e da militância situadas mais à direita no eixo de clivagem política.

Para a realização do estudo de caso iniciou-se a narrativa pelo enquadramento teórico das clivagens políticas justificando a sua relevância atual. Partindo das clivagens, foram situadas questões do campo político e do campo da militância especificando particularidades associadas às direitas. Após apresentada a componente teórica, a qual permite sustentar algumas opções metodológicas, foi apresentado o desenho metodológico. O método insere-se nas abordagens quantitativas, as técnicas de recolha de dados na Netnografia e nas entrevistas semidiretivas, e a técnica de análise dados na análise de conteúdo. Terminada a apresentação teórico-metodológica, contextualizou-se o objeto empírico através do retrato do percurso das direitas de modo diacrónico e síncrono. Situando no plano institucional político-partidário, o sistema português permaneceu um longo período de tempo sem ter representações, em termos de relevância na esfera pública e assento parlamentar, à direita do PSD e do CDS, o que fundamenta a pertinência do exercício efetuado.

Caracterizando o partido CH em termos dos seus fundamentos e diretrizes, foi possível levantar alguns posicionamentos ideológicos. Denota-se um discurso que defende a igualdade como impossível e artificial e a diferença como impulsionadora do progresso. Consequentemente, são criticadas as políticas igualitárias e o modelo de Estado Social, assim como, o “globalismo” e “massificação” ao nível europeu e mundial. No que atenta a temáticas ideológicas específicas, relativamente à imigração é defendido o reforço das fronteiras pela mobilização da polícia e forças armadas, deportação de imigrantes ilegais, entre outros. São ainda especificadas políticas de imigração particulares a crentes islâmicos. Face à segurança, a narrativa defende o crime crescente e enfraquecimento das forças policiais e considera ainda a existência de uma “cultura de impunidade” que exige a reformulação do sistema de justiça. A corrupção abarca tanto a moralidade e valores como as elites (políticas). A alegada

corrupção moral remete para questões como “marxismo cultural” e “ideologia de género” que perpetuam um alegado enviesamento ideológico (à esquerda). O carácter corrupto das elites (políticas) é associado ao poder de intervenção do Estado, sendo defendidas medidas particulares para cargos políticos com o intuito de reduzir a corrupção. Em termos da política externa, o partido não defende a saída da União Europeia, apesar de criticar uma alegada “euro-diluição” e “deriva federalista”. Especificando sobre a cooperação internacional, verificou-se a adesão ao grupo parlamentar europeu ID-party, assim como, demonstrações de apoio durante as eleições presidenciais de 2021. A cooperação internacional sugere um afastamento face às tendências teóricas narradas, constituindo um aspeto importante para desenvolver futuramente.

Mesmo sem essencializar o objeto de estudo através de um mero confronto entre categorias, foi possível situar aspetos afetos à direita radical, a qual se insere na ultradireita. Note-se que, através desta distinção terminológica, é possível atender às estratégias mobilizadas pela ultradireita que a adaptam aos novos contextos e realidades, distinguindo-se da direita extremista quantitativamente e qualitativamente.

No âmbito organizacional, verificou-se a existência de quatro unidades organizativas nacionais com centralidade atribuída ao presidente da *Direção Nacional* – André Ventura. Para além da organização nacional, existem estruturas ao nível distrital, assim como, outras estruturas organizacionais paralelas (Juventude Chega e Mulheres Chega (MMCH)). Evidencia-se um regulamento disciplinar rígido e estruturação vertical. É ainda percecionada pelos militantes uma debilidade da estrutura organizacional aliada a problemas de financiamento, destacando ainda uma tendencial inexperiência no trabalho militante.

Incidindo sobre as eleições presidenciais portuguesas de 2021, foram identificados momentos-chave para os militantes, tanto positivos como negativos, destacando o alegado apedrejamento ao presidente do partido. Apesar do momento inegavelmente marcante, foram destacados tantos outros demonstrando o modo como os acontecimentos impactam de modo diferente os indivíduos.

Para além disso, verificou-se a mobilização de determinadas estratégias comunicativas por parte do CH, concretamente, a utilização de “redes sociais” como forma de fomentar a interação e engajamento entre eleitores potenciais, em sentido lato, e militantes. Entre as várias “redes sociais”, a interação durante o mês da campanha presidencial foi muito distinta, destacando o *Twitter* como mais interativo e o *Youtube* como o menos. Algumas motivações destacadas para a utilização da estratégia descrita remetem para a captação (de eleitores e militantes), divulgação de contraditórios e o próprio contexto pandémico e restrições associadas a outras estratégias de campanha mais “tradicionais”. Assim, verifica-se a relevância da construção de comunidades *online* para a vivência da militância ativa, nomeadamente, em contexto pandémico. Apesar disso, foram associados aspetos negativos à utilização das “redes sociais”, nomeadamente, a exacerbação de conflitos.

Referências Bibliográficas

Artigos

CALCA, Patrícia (2010) – As clivagens políticas e os partidos: uma abordagem. *CIES e-Working Papers* [em linha]. N.º 99. [Consult. 11 janeiro 2021]. Disponível em: <<https://repositorio.iscte-iul.pt/handle/10071/2176>>. ISSN: 1647-0893.

CASANOVA, José Luís & ALMEIDA, João Ferreira de (2021) – When democracy incubates inequality and heteronomy: authoritarianism and nationalism in the European Union. *Sociologia, Problemas e Práticas* [em linha]. N.º 96. p. 9-40. [Consult. 5 maio 2021]. Disponível em: <<https://journals.openedition.org/spp/8858>>.

COSTA, José Mourão da (2011) - O Partido Nacional Renovador: a nova extrema-direita na democracia portuguesa. *Análise Social* [em linha]. [Consult. 16 outubro 2020]. Vol. 30. N.º 6. p. 765-787. Disponível em: <<http://analisesocial.ics.ul.pt/documentos/1328742683P3dJE2xk8Zx19DU6.pdf>>.

FERNANDES, António Teixeira (2006) - O campo político. *Sociologia: Revista da Faculdade de Letras da Universidade do Porto* [em linha]. [Consult. 28 março 2020]. p. 41-85. Disponível em: <<https://www.redalyc.org/articulo.oa?id=426539975004>>.

FREIRE, André (2015) - Left-Right ideology as a dimension of identification and of competition. *Journal of Political Ideologies* [em linha]. N.º 1. p. 43-68. [Consult. 7 fevereiro 2021]. Disponível em: <<https://www.tandfonline.com/doi/abs/10.1080/13569317.2015.991493>>.

FREIRE, André & LISI, Marco (2016) - Political parties, citizens and the economic crisis: The evolution of Southern European democracies. *Portuguese Journal of Social Science* [em linha]. N.º 2. p. 153-171. [Consult. 25 maio 2021]. Disponível em: <<https://rowman.com/ISBN/9781793601155/Political-Representation-and-Citizenship-in-Portugal-From-Crisis-to-Renewal>>.

LEAL, Ernesto Castro (1988) - A Cruzada Nacional D. Nuno Álvares Pereira e as origens do Estado Novo (1918-1938). *Análise Social* [em linha]. Vol. 33. N.º 148. p. 823-851. [Consult. 10 fevereiro 2021]. Disponível em: <<https://www.jstor.org/stable/41011343>>.

LISI, Marco (2017) - Nota introdutória. Eleições na Europa pós-crise: o começo de um novo ciclo?. *Relações Internacionais* [em linha]. N.º 56. p. 5-11. [Consult. 1 junho 2021]. Disponível em: <<https://dialnet.unirioja.es/servlet/articulo?codigo=7498648>>.

LISI, Marco & TEIXEIRA, Nuno Severiano (2017) - Nota introdutória. Populismos: uma introdução. *Relações Internacionais* [em linha]. N.º 67. p. 5-12. [Consult. 1 junho 2021]. Disponível em: <<https://dialnet.unirioja.es/servlet/articulo?codigo=7755134>>.

LUCENA, Manuel (2002) - Reflexões sobre a queda do regime salazarista e o que se lhe seguiu. *Análise Social* [em linha]. Vol. 37. N.º 162. p. 7-46. [Consult. 11 abril 2021]. Disponível em: <<http://analisesocial.ics.ul.pt/documentos/121873132802mTX2lw1Qp31QS8.pdf>>.

MATONTI, Frédérique & POUPEAU, Franck (2004) - Le capital militant: Essai de définition. *Actes de la Recherche en Sciences Sociales* [em linha]. N.º 155. . [Consult. 18 abril 2021]. Disponível em: <<https://www.cairn.info/revue-actes-de-la-recherche-en-sciences-sociales-2004-5-page-4.htm>>.

MEO, Analía Inés (2010) – Consentimento informado, anonimato y confidencialidad en investigación social: la experiencia internacional y el caso de la Sociología argentina. *Aposta: Revista de Ciencias Sociales* [em linha]. N.º 44, p. 1-30. [Consult. 29 agosto 2021]. Disponível em: <<https://www.redalyc.org/pdf/4959/495950240001.pdf>>. ISSN 1696-7348.

PINTO, António Costa (1992) – As elites políticas e a consolidação do salazarismo: O Nacional Sindicalismo e a União Nacional. *Análise Social* [em linha]. Vol. 27. p. 575-613. [Consult. 28 outubro 2020]. Disponível em: <<http://analisesocial.ics.ul.pt/documentos/1223054439K1rLS7le6Ro44JN3.pdf>>.

Portugal, Sílvia (2007) - Contributos para uma discussão do conceito de rede na teoria sociológica. *Oficina do CES* [em linha]. Nº 271. [Consult. 2 setembro 2021]. Disponível em: <<https://www.ces.uc.pt/publicacoes/oficina/271/271.pdf>>.

RESENDE, Nuno (2019) - A Monarquia do Norte (1919): um ensaio retrato. *Brotéria, cristianismo e cultura*. Nº 2. p. 283-305. ISBN 0870-7618.

SÁ, Victor de (1989) - Reflexão (cronológica) sobre o sidonismo. *Revista da Faculdade de Letras – História* [em linha]. Vol. 6. p. 355-361. [Consult. 6 novembro 2020]. Disponível em: <<https://repositorio-aberto.up.pt/bitstream/10216/13166/2/2148000069772.pdf>>.

SANTOS, Susana Costa e BICHO, Carlota Pina (2016) - Eleições Autárquicas 2.0: Análise das estratégias de comunicação online de candidatos, partidos e movimentos independentes. *Sociologia, Problemas e Práticas* [em linha]. Nº 81. pp. 189-210. [Consult. 9 março 2021]. Disponível em: <https://repositorio.iscte-iul.pt/bitstream/10071/11595/4/3893_26738_1_PB_1.pdf>.

SILVA, Armando Barreiros Malheiro da (1999) - Síntese do projeto Sidónio e Sidonismo: História e Mito. *Itinerarium* [em linha]. p. 501-524. [Consult. 20 novembro 2020]. Disponível em: <<https://repositorio-aberto.up.pt/bitstream/10216/36810/2/amalheirosintese000111698.pdf>>.

ZÚQUETE, José Pedro (2007) - Portugal: A new look at the extreme right. Representation: *Journal of Representative Democracy* [em linha]. Vol. 43. p. 179-198. [Consult. 10 fevereiro 2021]. Disponível em: <<https://www.tandfonline.com/doi/abs/10.1080/00344890701463654?journalCode=rrep20>>.

Livros e capítulos de livros

BOBBIO, Norberto (1995) – *Direita e esquerda: razões e significados de uma distinção política*. Lisboa: Editorial Presença. ISBN: 972-23-1868-3.

BOURDIEU, Pierre (2014) – A representação política. Elementos para uma teoria do campo político, in *O poder simbólico*, pp. 167- 216. 2ª edição. Edições 70, LDA. ISBN: 978-972-44-1666-3.

Creswell, John W. (2014) - *Research Design: Qualitative, Quantitative, and Mixed Methods Approaches*. SAGE Publications. ISBN: 9781506386706.

CRUZ, Manuel Braga da (1988) – *O Partido e o Estado no Salazarismo*. Lisboa: Editorial Presença.

FREIRE, André (2006) – *Esquerda e direita na política europeia: Portugal, Espanha e Grécia em perspectiva comparada*. Lisboa: Imprensa de Ciências Sociais. ISBN: 972-671-171-1.

GAXIE, Daniel (2018) – Autonomisation et évidence des partis politiques. in GAXIE, Daniel & PELLETIER, Willy (coord.) – *Que faire des partis politiques?*, p. 341- 374. Éditions du croquant. ISBN: 9782365121699.

GUERRA, Isabel Carvalho (2014)- *Pesquisa qualitativa e análise de conteúdo: sentidos e formas de uso*. Cascais: Príncípia, Editora, Lda. ISBN: 978-972-8818-66-1.

KOZINETTS, Robert (2019) - *Netnography : the essential guide to qualitative social media*. London: Sage Publications. ISBN: 9781526444707.

LIPSET, Seymour M. & ROKKAN, Stein (2008) – *Structures de clivages, systèmes de partis et alignement des électeurs: une introduction*. Bruxelles: Editions de l'Universite de Bruxelles. ISBN: 978-2-8004-1427-0.

LOPES, Fernando Farelo (2006) - *Os partidos políticos: modelos e realidades na Europa Ocidental e em Portugal*. Oeiras: Celta Editora. ISBN: 972-774-192-4.

QUIVY, Raymond & Campenhoudt (2008) – *Manual de investigação em Ciências Sociais*. Lisboa: Gradiva.

MUDDE, Cas (2020) – *O regresso da ultradireita: da direita radical à direita extremista*. Lisboa: Editorial Presença.

MUDDE, Cas & KALTWASSER, Cristóbal Rovira (2017) – *Populismo: uma brevíssima introdução*. Lisboa: Gradiva. ISBN: 978-989-616-753-0.

MARCHI, Riccardo (2020) – *À direita da revolução: resistência e contra-revolução no prec (1974-1975)*. Lisboa: Objectiva. ISBN: 978-989-665-511-2.

MARCHI, Riccardo (coord.) (2014) – *Ideias e percursos das direitas portuguesas: as raízes profundas não gelam?*. Alfragide: Texto Editores, Lda. ISBN: 978-972-47-4489-6.

NORRIS, Pippa & INGLEHART, Ronald (2019) – *Cultural backlash: Trump, Brexit, and authoritarian populism*. Cambridge University Press. ISBN: 978-1-108-44442-2.

OFFERLÉ, Michel (2018) – *Les Partis Politiques*. Paris: Presses Universitaires de France/Humensis. ISBN: 978-2-13-080390-4.

PESSOA, Fernando (2007) – *À memória do presidente-rei Sidónio Pais*. Lisboa: Editorial Nova Ática. ISBN:978-972-617-219-2.

PINTO, António Costa (1985) – A direita radical e a ditadura militar: a Liga Nacional 28 de maio. In FERREIRA, Eduardo de Sousa & OPELLO JR, Walter C. (org.) – *Conflitos e mudanças em Portugal (1974-1984)*. Editorial Teorema. p. 23-40.

PINTO, Jaime Nogueira (2018) – Direita e Esquerda. Conceitos e Diferenças, *in A direita e as direitas*, pp. 23-50. Lisboa: Bertrand. ISBN: 978-972-25-3530-4.

ROSAS, Fernando (coord.) (2004) - *A Transição Falhada: O Marcelismo e o Fim do Estado Novo (1968-1974)*. Lisboa: Editorial Notícias. ISBN: 9789724615387.

ROSAS, Fernando (2019) - *Salazar e os fascismos: ensaio breve de história comparada*. Lisboa: Edições Tinta da China. ISBN: 978-989-671-484-0.

VALENTE, JONAS (2018) - Redes sociais digitais: a importância da dimensão económica e a emergência de monopólios digitais. In FIALHO, Joaquim et al. - *Redes Sociais: para uma compreensão multidisciplinar da sociedade*, p. 160–177. Lisboa: Edições Sílabo, Lda. ISBN: 9789726189220.

Monografias

LIMA, João Carlos Mendes (2016) – *O 1.º de Maio. Um grupo militante no processo revolucionário português: nascimento, morte e transfiguração*. [Dissertação de Mestrado em Sociologia, Faculdade de Letras da Universidade do Porto]. Reportório UP.

MADEIRA, Bruno (2019) - «*Homens entre ruínas*»? *Ideias, narrativas, mundividências e representações das Direitas radicais portuguesas (1974-1985)* [Dissertação de Doutoramento em História, Faculdade de Letras da Universidade do Porto]. Reportório UP.

MENDES, Catarina Joana Fonseca (2020) – O populismo de direita no facebook: a campanha eleitoral do Chega para as eleições legislativas de 2019. [Dissertação de Mestrado em Comunicação, Cultura e Tecnologias da Informação. ISCTE – Instituto Universitário de Lisboa]. Repositório do ISCTE-IUL.

SILVA, João Carlos Nascimento Santana da (2011) – *A “Frontosa Ditadura”: Pimenta de Castro entre apoiantes e detractores*. [Dissertação de Mestrado em História Contemporânea da Faculdade de Letras da Universidade de Lisboa]. Repositório UL.

Notícias de Meios de Comunicação Social

BORREGO, Cátia (2017) - Passos e Cristas pressionados para se demarcarem de candidato que criticou etnia cigana. *Jornal Económico* [em linha]. [Consult. 11 junho 2021]. Disponível em: <<https://jornaleconomico.sapo.pt/noticias/passos-e-cristas-pressionados-para-se-demarcarem-de-candidato-que-criticou-etnia-cigana-185995>>.

BOTELHO, Leonete (2006) - Monteiro diz que PND "é o único partido da direita em Portugal". *Público* [em linha]. [Consult. 21 março 2021]. Disponível em: <<https://www.publico.pt/2006/11/04/politica/noticia/monteiro-diz-que-pnd-e-o-unico-partido-da-direita-em-portugal-1275500>>.

CARRAPATOSO, Miguel Santos (2018) - Loures. “André Ventura não deixou marca. *Expresso* [em linha]. [Consult. 12 junho 2021]. Disponível em: <<https://expresso.pt/politica/2018-11-01-Loures.-Andre-Ventura-nao-deixou-marca>>.

CARRAPATOSO, Miguel Santos (2020) - André Ventura apresenta demissão e convoca eleições. *Expresso* [em linha]. [Consult. 27 maio 2021]. Disponível em: <<https://expresso.pt/politica/2020-04-04-Andre-Ventura-apresenta-demissao-e-convoca-eleicoes>>.

DN/Lusa (2021) - Ministério Público acusa Ventura de desobediência por jantar de campanha. *Diário de Notícias* [em linha]. [Consult. 4 agosto 2021]. Disponível em: <<https://www.dn.pt/politica/ministerio-publico-acusa-ventura-de-desobediencia-por-jantar-de-campanha-14003663.html>>.

FERREIRA, Marta Leite (2021) - O que muda nas eleições presidenciais por causa da pandemia? Três novas regras. *Observador* [em linha]. [Consult. 13 janeiro 2021]. Disponível em: <<https://observador.pt/2021/01/10/como-se-vai-votar-num-presidente-da-republica-em-plena-pandemia-as-tres-novas-regras/>>.

FRANCISCO, Susete (2019) - Lisboa à lupa. CDS atrás do PAN, Chega ganhou campeonato dos subúrbios. *Diário de Notícias* [em linha]. [Consult. 27 maio 2021]. Disponível em: <<https://www.dn.pt/poder/lisboa-a-lupa-cds-atras-do-pan-chega-ganhou-campeonato-dos-suburbios-11379234.html>>.

GUEDES, Nuno (2019) - Assinaturas do Chega sob suspeita de falsificação. *TSF* [em linha]. [Consult. 14 junho 2021]. Disponível em: <<https://www.tsf.pt/politica/assinaturas-do-chega-sob-suspeita-de-falsificacao-havia-subscritores-com-8-e-114-anos-10834602.html>>.

GOMES, Hélder (2021) - Jantar-comício de André Ventura junta 170 pessoas em Braga sem distanciamento. *Expresso* [em linha]. [Consult. 19 janeiro 2021]. Disponível em: <<https://expresso.pt/presidenciais2021/2021-01-17-Jantar-comicio-de-Andre-Ventura-junta-170-pessoas-em-Braga-sem-distanciamento>>.

HENRIQUES, João Pedro (2021) - Ana Gomes com participação na PGR para extinguir Chega. *Diário de Notícias* [em linha]. [Consult. 1 setembro 2021]. Disponível em: <<https://www.dn.pt/politica/ana-gomes-com-participacao-na-pgr-para-extinguir-chega--13313136.html>>.

LOPES, Maria (2021) - Reeleição de André Ventura para presidente do Chega teve abstenção de 77,86%. *Público* [em linha]. [Consult. 7 março 2021]. Disponível em: <<https://www.publico.pt/2021/03/10/politica/noticia/releicao-andre-ventura-presidente-chega-abstencao-7786-1953886>>.

LOURINHO, José Carlos (2017) - Extrema-direita sobre candidato PSD/CDS a Loures: “Alguns dos ‘meus’ andam pelos partidos do sistema”. *Jornal Económico* [em linha]. [Consult. 11 junho 2021]. Disponível em: <<https://jornaleconomico.sapo.pt/noticias/extrema-direita-sobre-candidato-psdcds-a-loures-alguns-dos-meus-andam-pelos-partidos-do-sistema-186024>>.

LUSA (2003) - Manuel Monteiro propõe sistema presidencialista em Portugal. *Público* [em linha]. [Consult. 21 março 2021]. Disponível em: <<https://www.publico.pt/2003/11/21/politica/noticia/manuel-monteiro-propoe-sistema-presidencialista-em-portugal-1176534>>.

LUSA (2007) - Partido da Nova Democracia está a ser invadido por indivíduos organizados de extrema-direita. *Público* [em linha]. [Consult. 21 março 2021]. Disponível em: <<https://www.publico.pt/2007/11/13/politica/noticia/partido-da-nova-democracia-esta-a-ser-invadido-por-individuos-organizados-de-extremadireita-1310493>>.

LUSA (2008) - Deputado do PND que exibiu bandeira nazi vai deixar o parlamento madeirense. *Público* [em linha]. [Consult. 21 março 2021]. Disponível em:

<<https://www.publico.pt/2008/12/23/politica/noticia/deputado-do-pnd-que-exibiu-bandeira-nazi-vai-deixar-o-parlamento-madeirense-1354050>>

LUSA (2009a) - Morreu Jorge Ferreira, fundador do PND. *Público* [em linha]. [Consult. 22 março 2021]. Disponível em: <<https://www.publico.pt/2009/11/21/politica/noticia/morreu-jorge-ferreira-fundador-do-pnd-1410788>>.

LUSA (2009b) - PND quer intervenção de Cavaco contra lei do casamento homossexual. *Público* [em linha]. [Consult. 21 março 2021]. Disponível em: <<https://www.publico.pt/2009/12/18/politica/noticia/pnd-quer-intervencao-de-cavaco-contra-lei-do-casamento-homossexual-1414484>>.

LUSA (2015) - Tribunal Constitucional extinguiu Partido da Nova Democracia (PND). *RTP Notícias* [em linha]. [Consult. 20 março 2021]. Disponível em: <https://www.rtp.pt/noticias/politica/tribunal-constitucional-extinguiu-partido-da-nova-democracia-pnd_n862108>.

Lusa (2017) - Autárquicas: CDS-PP abandona coligação com PSD em Loures. *Diário de Notícias* [em linha]. [Consult. 14 junho 2021]. Disponível em: <<https://www.dn.pt/lusa/autarquicas-cds-pp-abandona-coligacao-com-psd-em-loures-8645819.html>>.

Lusa (2019a) - Afinal, André Ventura lidera coligação entre PPM, PPV/CDC e movimento Chega. *Expresso* [em linha]. [Consult. 11 junho 2021]. Disponível em: <<https://expresso.pt/politica/2019-03-16-Afinal-Andre-Ventura-lidera-coligacao-entre-PPM-PPV-CDC-e-movimento-Chega>>.

Lusa (2019b) - Tribunal Constitucional aceita coligação Basta. André Ventura é o cabeça de lista. *TSF* [em linha]. [Consult. 11 junho 2021]. Disponível em:

<<https://www.tsf.pt/politica/europeias-tc-aceita-coligacao-basta-que-sera-encabecada-por-andre-ventura-10791756.html>>.

LUSA (2021) - André Ventura anuncia demissão da liderança do Chega. *Sic Notícias* [em linha]. [Consult. 27 janeiro 2021]. Disponível em: <<https://sicnoticias.pt/especiais/eleicoes-presidenciais/2021-01-24-Andre-Ventura-anuncia-demissao-da-lideranca-do-Chega>>.

Lusa/ LF (2020, 21 de agosto) – Partidos gastaram mais do que previam na campanha das legislativas de 2019. *TVI24* [em linha]. [Consult. 11 junho 2021]. Disponível em: <<https://tvi24.iol.pt/politica/eleicoes/partidos-gastaram-mais-do-que-previam-na-campanha-das-legislativas-de-2019>>.

Lusa/TSF (2019) - Ministério Público confirma inquérito sobre criação do Chega. *TSF* [em linha]. [Consult. 12 junho 2021]. Disponível em: <<https://www.tsf.pt/politica/ministerio-publico-confirma-inquerito-sobre-criacao-do-chega-10837113.html>>.

MARCELINO, Valentina (2018) - "Fascistas do terceiro milénio" estão em Portugal. Russos e italianos apoiam. *Diário de Notícias* [em linha]. [Consult. 12 março 2021]. Disponível em: <<https://www.dn.pt/edicao-do-dia/12-ago-2018/fascistas-do-terceiro-milenio-estao-em-portugal-russos-e-italianos-apoiam-9705711.html>>.

NASCIMENTO, Francisco Nascimento & QUARESMA, Carolina (2021) - Atividade do Chega pode estar ilegal desde setembro de 2020: Partido já foi notificado. *TSF* [em linha]. [Consult. 8 setembro 2021]. Disponível em: <<https://www.tsf.pt/portugal/politica/acoes-do-chega-podem-estar-ilegais-desde-setembro-de-2020-partido-ja-foi-notificado-14098086.html>>.

RIFER, Manuel (2017) - A candidata do PS, Sónia Paixão, considera que as declarações de André Ventura, em entrevista ao jornal i “são racistas e discriminatórias”. *Jornal Económico* [em linha]. [Consult. 13 junho 2021]. Disponível em: <<https://jornaleconomico.sapo.pt/noticias/declaracoes-de-andre-ventura-sao-racistas-ps-reage-a-polemica-em-loures-186169>>.

SAMPAIO, Gustavo (2017, 18 de julho) - Quem é André Ventura, o polémico candidato do PSD à Câmara Municipal de Loures. *Jornal Económico* [em linha]. [Consult. 11 junho 2021]. Disponível em: <<https://jornaleconomico.sapo.pt/noticias/perfil-de-andre-ventura-o-polemico-candidato-do-psd-e-cds-a-camara-de-loures-186168>>.

VALENTE, Liliana (2019a) - Liberais contra a "geringonça" juntam-se para a semana. *Público* [em linha]. [Consult. 17 março 2021]. Disponível em: <<https://www.publico.pt/2019/01/03/politica/noticia/liberais-geringonca-juntamse-semana-rio-criticos-1856544>>.

VALENTE, Liliana (2019b) - Movimento Europa e Liberdade: “Queremos reforçar os valores do centro”. *Público* [em linha]. [Consult. 17 março 2021]. Disponível em: <<https://www.publico.pt/2019/01/10/politica/noticia/queremos-reforcar-valores-centro-1857232>>.

VIEGAS, Nuno (2019, 10 de abril) - Europa Chega, coligação de André Ventura recusada (novamente) pelo Tribunal Constitucional. *Observador* [em linha]. [Consult. 11 junho 2021]. Disponível em: <<https://observador.pt/2019/04/10/europa-chega-coligacao-de-andre-ventura-recusada-novamente-pelo-tribunal-constitucional/>>.

Relatórios

EUROPOL (2019) - European Union: terrorism situation and trend report. *Agência da União Europeia para Cooperação Policial* [em linha]. [Consult. 6 março 2021]. Disponível em: <<https://www.europol.europa.eu/activities-services/main-reports/terrorism-situation-and-trend-report-2019-te-sat>>.

EUROPOL (2020) - European Union: terrorism situation and trend report. *Agência da União Europeia para Cooperação Policial* [em linha]. [Consult. 6 março 2021]. Disponível em: <https://www.europol.europa.eu/activities-services/main-reports/european-union-terrorism-situation-and-trend-report-te-sat-2020>.

Anexos

Anexo 1 – grelha de dimensões e categorias definidas para as entrevistas realizadas

Tabela 3 – grelha das dimensões e categorias definidas para as entrevistas

Eixo	Dimensões	Descrição
Campanha presidencial 2021	Impacto da utilização das redes sociais sobre a vivência da época eleitoral	• Como redes sociais permitem informar e ser informado acerca do período eleitoral • Qual o impacto sobre interatividade (tipo e intensidade da interatividade) • Contribuição para coesão/ tensão entre militantes • Impacto sobre tipo de relações existentes (torna relações mais horizontais/verticais) • Balanço geral sobre estratégias comunicacionais utilizadas (considera positivo/negativo; importância atribuída face à campanha em sentido lato; impacto sobre desenvolvimento organizativo, etc)
	Impacto das eleições presidenciais sobre a trajetória individual da militância	• fortalecimento ou não do sentido de pertença • Maior vinculação/ desvinculação • impacto sobre a consciência organizativa
	Marcos/ momentos-chave da campanha eleitoral	• Quais os momentos com maior destaque da campanha • Quais momentos de “viragem” • Quais momentos marcaram o indivíduo e por que razão
“Perfil”	Dados sociodemográficos	• idade • Sexo • escolaridade e habilitações, • Profissão e posição perante o trabalho
	Possíveis experiências anteriores na militância	Associações de estudantes, associações, etc

Anexo 2 – tabelas relativas a resultados integrais de eleições eleitorais mencionados no trabalho

Tabela 4 – resultados das eleições europeias de 2019 (26 de maio)

Partido/ coligação	Número absoluto de votos	Número relativo de votos	Número de assentos parlamentares
PS	1.106.345	33,38%	9
PPD/PSD	727.207	21,94%	6
B.E.	325.534	9,82%	2
PCP-PEV	228.157	6,88%	2
CDS-PP	205.111	6,19%	1
PAN	168.501	5,08%	1
A	61.753	1,86%	-
L	60.575	1,83%	-
PPM.PPV/CDC	49.496	1,49%	-
NC	34.672	1,05%	-
IL	29.120	0,88%	-
PCTP/MRPP	27.222	0,82%	-
PNR	16.163	0,49%	-
PDR	15.789	0,48%	-
PURP	13.582	0,41%	-
PTP	8.640	0,26%	-
MAS	6.641	0,20%	-

Fonte: secretaria geral do ministério da administração interna⁶²

⁶² Para aceder aos respetivos dados consultar: <https://www.eleicoes.mai.gov.pt/europeias2019/>

Tabela 5 – resultados das eleições legislativas de 2019 (6 de outubro)

Partido/ coligação	Número absoluto de votos	Número relativo de votos	Número de assentos parlamentares
PS	1.908.036 votos	36,34%	108
PPD/PSD	1.457.704 votos	27,76%	79
B.E.	500.017	9,52%	19
PCP-PEV	332.473	6,33%	12
CDS-PP	221.774	4,22%	5
PAN	174.511	3,32%	4
CH	67.826	1,29%	1
IL	67.681	1,29%	1
L	57.172	1,09%	1
A	40.487	0,77%	-
PCTP/MRPP	36.118	0,69%	-
R.I.R	35.359	0,67%	-
PNR	17.126	0,33%	-
MPT	12.952	0,25%	-
NC	12.379	0,24%	-
PDR	11.761	0,22%	-
PURP	11.491	0,22%	-
JPP	10.550	0,20%	-
PPM	8.431	0,16%	-
PTP	8.299	0,16%	-
MAS	3.331	0,06%	-

Fonte: secretaria geral do ministério da administração interna⁶³

Tabela 6 – resultados das eleições presidenciais de 2021

Candidato/a ⁶⁴	n.º de votos absoluto	n.º de votos relativo
Eduardo Nelson da Costa Baptista	-	-
Marisa Isabel dos Santos Matias	164.741 votos	3,95%
Marcelo Nuno Duarte Rebelo de Sousa	2.534.745 votos	60,70%
Tiago Pedro de Sousa Mayan Gonçalves	134.484 votos	3,22%
André Claro Amaral Ventura	496.773 votos	11,90%
Vitorino Francisco da Rocha e Silva	122.774 votos	2,94%
João Manuel Peixoto Ferreira	180.518 votos	4,32%
Ana Maria Rosa Martins Gomes	541.556 votos	12,97%

Fonte: secretaria geral do ministério da administração interna⁶⁵

⁶³ Para aceder aos respetivos dados consultar: <https://www.eleicoes.mai.gov.pt/legislativas2019/#none>

⁶⁴ Ordenação das candidaturas de acordo com o boletim de voto cujo sorteio foi realizado no TC em 28.12.2020. Disponível em: <https://www.cne.pt/content/eleicao-para-o-presidente-da-republica-2021>.

⁶⁵ Para aceder aos respetivos dados consultar: <https://www.eleicoes.mai.gov.pt/presidenciais2021/resultados/globais>

Anexo 3 – análise de conteúdo do *website* do partido Chega

Tabela 7 – tabela de análise de conteúdo do *website* do partido Chega (dados recolhidos nos meses de março e abril de 2021)

Categorias	Dimensões	Indicadores	Website
			CHEGA! <i>partidochega.pt</i>
<i>Design</i>	<i>Layout</i>	Página inicial	No canto superior esquerdo está a identificação do partido (<i>lettering</i> semelhante ao existente no símbolo registado do partido). Ao lado esquerdo desta identificação, está presente o <i>menu</i> do <i>website</i>, no qual está enfatizada a <i>Inscrição Militante</i> através da utilização de uma cor sólida que a evidencia/ destaca (azul escuro). No canto inferior direito existe um ícone de sino – branco e inserido num círculo cor salmão - para ativação de notificações que acompanha o movimento de <i>scrolling</i> (presente ao longo de toda a extensão da página). Ao colocar o rato nesse ícone surge o seguinte texto: “SUVSCREVER NOTIFICAÇÕES”. Ao “abrir” o <i>website</i>, a página visível tem enquanto foco central uma imagem a cores (em segundo plano) do presidente do partido e do respetivo símbolo partidário. Sobre a imagem está texto (centrado) de apelo para uma petição. O texto, de cima para baixo, elenca as seguintes informações: • “SaveEurope. Diga não ao pacto de migração” • “ASSINE A PETIÇÃO: DIGA NÃO AO PACTO DE MIGRAÇÃO E ASILO.GARANTA UMA EUROPA MAIS SEGURA PARA SI E OS SEUS FILHOS!” • “Assinar Petição” O primeiro segmento utiliza a estética da petição erguida pelo grupo parlamentar europeu Identidade e Democracia (<i>ID-party</i>), ao qual o partido Chega se aliou (a 1 de julho de 2020), traduzindo apenas a frase de <i>slogan</i>. O último constitui um <i>link</i> para o <i>website</i> <i>saveurope.pt</i>, o qual congrega a petição anteriormente referida. Esta petição consiste num protesto face a uma proposta da EU - Pacto de Migração e Asilo – de setembro de 2020. Percorrendo a página inicial (<i>scrolling</i>), seguem-se dois retângulos lado a lado referentes ao <i>Programa Político 2019</i> (programa do partido Chega) e ao <i>Programa ID-Party</i> (programa do

			grupo parlamentar ao qual o partido Chega se uniu). Segue-se um vídeo do Chega TV (canal de <i>Youtube</i> do partido), com duração de 1:22 minutos, cujo título é “1 ANO DE CHEGA!”. A capa do vídeo tem, do lado esquerdo, uma imagem do presidente do partido (a cores) e, no centro-direita, texto centrado. Esse texto, em três linhas, é o seguinte (ordem de referência de cima para baixo): 1º) “9 DE ABRIL DE 2019 – 9 DE ABRIL DE 2020”, 2º) “1 ANO DE CHEGA” (com maior destaque – letra maior), e 3º) “WWW.PARTIDOCHEGA.PT” (endereço eletrónico do partido). Posteriormente, após o vídeo e ainda na página inicial, seguem-se os títulos (centrados), a cinzento e preto, respetivamente, “MANTENHA-SE INFORMADO” E “ÚLTIMAS NOTÍCIAS”. As notícias surgem em retângulos na horizontal encadeados. O total de notícias são seis estando, por baixo, um retângulo de pequenas dimensões – “MAIS NOTÍCIAS” – que permite aceder a outra página do <i>website</i> (encaminha para a categoria Notícias do <i>website</i>). Por fim, surgem três blocos. Um maior vermelho. Um pequeno azul escuro. E um pequeno branco. O primeiro tem três colunas. As duas primeiras contêm <i>links</i> para os Órgãos distritais e outras questões (como regulamentos e estatutos). Do lado direito, a outra coluna consiste numa pequena síntese descritiva daquilo que é o partido. O segundo, com título “O PARTIDO CHEGA NAS REDES SOCIAIS” contém ícones de redes sociais – <i>facebook</i>, <i>instagram</i>, <i>twitter</i> e <i>youtube</i> – sendo estes “botões” que encaminham para as respetivas páginas. O último contém algumas informações que permitem aceder/ contactar com a organização partidária. Moradas, contactos e horários.
		Menu	O <i>menu</i> do <i>website</i> apresenta-se dividido nos seguintes pontos: • O Presidente • O Chega ○ Programa Político 2019 ○ Manifesto para a Europa ○ Manifesto ○ Declaração de Princípios ○ Estatutos ○ Regulamento disciplinar ○ Regulamento eleitoral Órgãos Nacionais ○ Regulamento eleitoral Órgãos locais e regionais

			○ Órgãos Nacionais ○ Convocatórias ○ Disciplina ○ Diretiva 3/2020 ● “Actividade parlamentar” ● Inscrição militante (destaque com cor distinta – azul escuro) ● Chega TV ● III Convenção Chega ● Autárquicas 2021
	Léxico	Idioma	Português
		Conjugação	Utilização da 3ª pessoa do singular e tendencialmente utilização do subjuntivo no que remete ao modo de verbo empregue.
		Tipo de linguagem (formal, informal; +- coloquial; utilização de determinado tipo de expressões, provérbios, etc)	Linguagem tendencialmente formal no texto do <i>website</i>. Por vezes denota-se a mobilização de ortografia anterior ao novo acordo ortográfico, por exemplo. Através da utilização do “c” “mudo”. Tal poderá estar relacionado com a defesa do partido face ao acordo ortográfico - o partido defende “A revogação do acordo ortográfico” (<i>in Programa Político 2019</i>)
	Imagem	Temperatura da cor e saliência (cores frias, cores quentes, cores neutras; +- blocos de cor, +- utilização de imagens)	Denota-se a Utilização de <i>cores neutras</i> com predominância do branco - transmissão de sensação de paz e luz/ claridade. Relativamente às <i>cores frias</i>, <i>existe a</i> presença de azul escuro enquanto cor de destaque/ ênfase sobre fundo branco. Passando para <i>cores quentes</i>, é perceptível a utilização de vermelho como cor complementar de apontamento. De um modo geral menos predominante em comparação ao azul escuro, exceto no bloco de fim de página referente aos <i>links</i> para órgãos distritais (e outros), e de síntese de definição da organização (as 3 colunas existentes).
Descrição da Organização	Apresentação de si	“Definição” do Partido	No fim das diferentes páginas do <i>website</i>, existe uma (auto) descrição do partido, a qual é a seguinte: <i>“O CHEGA assume-se como um partido político de base e natureza essencialmente popular. Nasce da profunda incapacidade dos partidos e dos Partidos / Movimentos políticos existentes em lidar com as rápidas mudanças em curso por toda a Europa, quer a nível económico-financeiro, quer do ponto de vista ético e sociológico.”</i>

		Valores e princípios	Os valores e princípios (auto) declarados pelo partido estão presentes na <i>Declaração de Princípios e Fins</i>, a qual é possível aceder no ponto “O CHEGA” do menu do website. São elencados 13 princípios e valores, os quais seguem abaixo. • “A protecção da dignidade da pessoa humana e do valor fundamental da Liberdade nas suas diversas vertentes, contra todas as formas de totalitarismo (...)” • “A defesa de um Estado neutro nas questões religiosas, mas reconhecendo e respeitando o papel decisivo desempenhado pela Igreja Católica na estruturação da civilização europeia e na História de Portugal. Complementarmente, nenhuma tradição religiosa se poderá sobrepor ao Estado de Direito (...)” • “A promoção de uma justiça efectiva e eficaz no combate aos novos fenómenos da criminalidade, nomeadamente a criminalidade hedionda e violenta, quer de natureza nacional, quer transnacional” • “A defesa de um Estado mínimo, transparente e eficaz na relação entre o cidadão e os seus representantes” • “A construção de uma Sociedade do Conhecimento plena e integrada, com garantia de igualdade de oportunidades para todos os cidadãos” • “A rejeição de todas as formas de racismo, xenofobia e de qualquer forma de discriminação, seja ela positiva ou negativa, contrária aos valores fundamentais da nossa cultura, da nossa História e da tradição” • “Qualquer política migratória terá de partir da constatação do fracasso do multiculturalismo pelo que terá de ter por base, sempre, a integração dos recém-chegados na população portuguesa, tendo sempre em vista a assimilação (e nunca a segregação). Para que tal ocorra, terá de haver adopção plena da cultura portuguesa pelos recém-chegados.” • “Tendo em conta o ponto anterior consideramos como indispensável a clara opção por populações com raízes em culturas semelhantes à nossa.” • “O combate à corrupção como uma batalha fundamental a travar.” • “O combate ao actual sistema de extorsão fiscal transformado em terrorismo de Estado.” • “A urgência de desmontar os actuais múltiplos entraves colocados pelo Estado ao desenvolvimento de uma economia forte,
--	--	----------------------	--

			competitiva, saudável e transparente, única fonte eficaz de internacionalização e de desenvolvimento sustentável do país” • “O reforço do papel de Portugal nos diversos patamares de acção internacional e comunitária” • “A defesa de um Estado de Direito forte, do Império da Lei, com um Governo limitado, e com rigoroso respeito pela Separação dos Poderes.”
		Fins elencados	São declarados 4 fins a atingir pela organização partidária de modo a complementar os princípios e valores referidos. Tal como os princípios e valores, os fins a atingir encontram-se na categoria do <i>menu</i> “O CHEGA”. Seguem abaixo esses mesmos fins. • “O desenho e a definição de programas completos e rigorosos de governação para a República Portuguesa, com o objectivo de cumprir as funções fundamentais do Estado, nomeadamente nas áreas da segurança interna, segurança externa, Justiça e representação externa” • “A promoção e reforço dos laços entre comunidades portuguesas espalhadas por todo o mundo, especialmente no âmbito da lusofonia” • “A promoção e consolidação de um modelo de governação mais próximo dos cidadãos, orientado pelo princípio da subsidiariedade, reforçando a participação directa dos mesmos nas questões fundamentais de gestão e organização do Estado e da República Portuguesa” • “O estudo, promoção e realização das reformas necessárias, do ponto de vista legislativo e organizacional, para o aperfeiçoamento da democracia portuguesa, nomeadamente nas áreas fundamentais das funções de soberania.”
	Textos oficiais disponibilizados	Manifestos	Os manifestos estão disponibilizados no ponto do <i>menu</i> do <i>website</i> - “O CHEGA”. Em seguida são identificados os manifestos existentes, assim como, os principais pontos que abordam. • Manifesto do partido— <i>Manifesto Político Fundador</i> ○ Enumeração de características identificadoras partido - nacional, conservador, liberal (redução do papel do Estado) e personalista.

			○ Elenca valores defendidos: razão, liberdade, propriedade, justiça, segurança, dignidade, vida • Manifesto para a Europa – <i>Programa Político Europeu: por uma europa das nações</i> ○ Descrição da visão relativa à União Europeia – contra saída da UE e da moeda única ○ Críticas apontadas à União Europeia – caso da migração, soberania das nações ○ Dimensões defendidas – concorrência fiscal, família, equilíbrio ecológico
		Regulamento s	Os regulamentos encontram-se disponibilizados no <i>website</i> do partido, mais precisamente, no ponto “O CHEGA” do respetivo <i>menu</i>. • Regulamento disciplinar - Total de 4102 palavras, com 5 secções, por sua vez, constituídas por um total de 29 artigos. - No regulamento disciplinar são identificadas “as infrações disciplinares, o regime sancionatório e os respetivos procedimentos processuais” (art.º 1.º), assim como, as atenuantes e agravantes dos ilícitos sancionados. A autoridade do poder de atuação é o Conselho de Jurisdição Nacional (art. 2.º). - Destacam-se os atos considerados ilícitos pelo Regulamento Disciplinar do partido (art. 5.º). Essas infrações alvo de ação disciplinar são (art. 5.º do Regulamento Disciplinar): ○ “a. Abandono das funções sem justa causa ou manifesta falta de zelo no desempenho das mesmas” ○ b. “Recusa injustificada do cargo para que tenha sido designado pelos competentes órgãos do Partido” ○ c. “Falta reiterada e injustificada no pagamento das quotas” ○ d. “Tornar conhecidos, seja por que forma for, factos ou decisões referentes à vida interna do Partido e dos quais tenha tido conhecimento no exercício de cargos, funções ou missões para que tenha sido designado” ○ e. “Defesa pública de posições contrárias aos princípios e do Programa do Partido” ○ f. “Manifesto desrespeito pelas deliberações emitidas pelos órgãos competentes do Partido, designadamente através dos órgãos de comunicação social ou redes sociais” ○ g. “Inscrição em associação ou organismo associado a outro Partido”

			○ h. “Inscrição em qualquer associação política não filiada no Partido, sem prévia autorização do Conselho Nacional” ○ “Participação, sem autorização da Comissão Política Nacional ou da Comissão Permanente Nacional, em qualquer atividade de natureza suscetível de contrariar as diretrizes dos órgãos competentes do Partido” ○ j. “Candidatar-se a qualquer lugar eletivo do Estado, do Parlamento Europeu, das Regiões Autónomas ou das Autarquias Locais sem autorização do competente órgão do Partido” ○ k. “Ser mandatário de lista ou mandatário financeiro, ou subscrever candidaturas que se apresentem a eleições e que concorreram em locais onde o CHEGA apresente listas próprias, apoiadas estas pelos competentes órgãos do Partido.” ○ l. “Aceitação de nomeação para qualquer cargo governamental fora dos termos previstos nos Estatutos” ○ m. “Comportamento provadamente lesivo dos objetivos prosseguidos pelo Partido, nomeadamente aquele que ponha em causa a dignidade cívica do militante” ○ n. “Ter sido condenado por um tribunal com sentença transitada em julgado por factos ilícitos criminais cometidos no exercício de cargos de nomeação (...), ou no exercício de cargos eleitos nas listas apresentadas pelo Partido em eleições, que ponham em causa o bom nome do Partido ou a confiança que este depositou no infrator” ○ o. “Prestação de falsas declarações, a manipulação ou falsificação de documentos na propositura de candidatos a militante ou na reativação de militantes suspensos” ○ p. “Contração de dívidas ou obrigações contratuais em nome do Partido sem delegação ou autorização expressa do Vice-Presidente responsável” ○ q. “No âmbito de campanhas eleitorais autárquicas, tendo tido responsabilidades (...), ter violado o orçamento ou a dotação financeira fixada pelo Partido ou ter violado as regras de contratação impostas pela Lei de Financiamento dos Partidos Políticos e das Campanhas Eleitorais” ○ r. “Não cumprimento das regras ou limitação na contratação com fornecedores de bens ou prestadores de serviços impostos nos termos do Regulamento
--	--	--	--

			Financeiro, dentro ou fora de períodos de campanha eleitoral de eleições gerais ou intercalares, de âmbito nacional, regional, local ou europeu” ○ s. “O pagamento de quotas de diversos militantes, exceto quando se trate de membros do mesmo agregado familiar” ○ t.” Falsear os documentos instrutórios, as subscrições de militantes ou a ata oficial dos resultados em processos eleitorais internos do Partido” ○ u. “Não colaborar com o instrutor do processo disciplinar no apuramento da verdade sobre a prática por um militante de infrações disciplinares, salvo quando com este mantenha relações de parentesco” ○ v. “A violação por um membro do órgão jurisdicional dos deveres de isenção, imparcialidade e confidencialidade no decurso do processo, bem como do direito ao contraditório do militante, do dever de impulso processo e julgamento e do dever de escusa se preencher um dos motivos justificativos do incidente de suspeição ou a subversão da aplicação das normas (...) para alcançar uma decisão em seu benefício ou de terceiro.” (art. 5.º do Regulamento Disciplinar). • Regulamento Eleitoral Órgãos Nacionais Total de 1745 palavras, sendo constituído por um total de 11 artigos. Descreve as condições necessárias para a eleição dos órgãos nacionais (artg. 1.º- 4.º), modo como se realizam convocatórias (art.º 5.º), duração de mandatos (3 anos, salvo exceção de eleições legislativas na proximidade), incompatibilidades (art.º 7.º), preenchimentos de vagas (art.º 8.º) e impugnações (art.º 9.º). • Regulamento Eleitoral Órgãos locais e regionais Total de 3637 palavras, sendo constituído por 20 artigos. Explana as condições dos atos eleitorais do partido ao nível distrital e concelhio. As condições discriminadas englobam as convocatórias (art.º 3.º), candidaturas (art.º 4.º), programa (art.º 6.º), listagens (art.º 7.º), votação (art.º 10.º), apuramento (art.º 12.º), fiscalização (art.º 13.º),
--	--	--	--

			atas (art.º 14.º), incompatibilidades (art.º 15.º), mandatos (art.º 16.º), impugnações (art.º 18.º). Os princípios indicados para o processo eleitoral são “democraticidade interna, (...) liberdade de candidaturas, (...) pluralismo de opiniões e (...) carácter secreto do sufrágio” (art.º 2.º).
		Estatutos	Os estatutos têm um total de 4313 palavras. Sendo constituídos por 4 capítulos, esses mesmos capítulos abordam os seguintes assuntos: 1) Princípios; Organização interna; 3) Estruturas Locais, Distritais e Regionais e Juventude CHEGA; e 4) Disposições gerais e finais. Por sua vez, estes capítulos abarcam um total de 35 artigos. De um modo geral, os princípios tratam questões como nome, sigla e símbolo do partido. Também declara princípios e fins. Já o capítulo da organização interna explana as questões da militância e estrutura organizativa – órgãos, convocatórias, convenções. O Capítulo das Estruturas Locais, Distritais e Regionais e Juventude CHEGA aborda as secções concelhias, distritais e regionais, e juventude.
		Presidente	O ponto do <i>menu</i> “presidente”, adota uma descrição enaltecadora do Presidente da Direção Nacional. Nomeadamente, explana o percurso formativo e profissional deste, a saber: • Licenciado e Doutor em Direito • Professor na Universidade Nova de Lisboa e na Universidade Autónoma de Lisboa, • Consultor de diversas empresas na área jurídica • Inspetor tributário na Autoridade Tributária e Aduaneira A configuração do <i>menu</i> do <i>website</i>, assim como, o modo como a imagem é utilizada no mesmo apontam para uma centralidade do presidente no partido.
Estrutura organizacional	Dirigentes	Órgãos Nacionais	É possível consultar os Órgãos Nacionais no ponto “O Chega” do <i>menu</i> do <i>website</i> do respetivo partido. Nessa página, são explícitas as unidades administrativas nacionais, com discriminação dos respetivos cargos que as integram e referencia aos indivíduos que ocupam esses mesmos cargos. No âmbito nacional, destacam-se 4 unidades administrativas: a Direção Nacional, a Mesa da Convenção, o Conselho de Jurisdição e a Comissão Ética. A <i>Direção Nacional</i> constitui a unidade administrativa com maior estruturação interna contendo presidente, vice-presidentes, vogais e secretários gerais. Segue-se a indicação dos

			indivíduos que ocupam os respetivos cargos, a saber: • Presidente: André Ventura • Vice-Presidentes: ○ Diogo Pacheco de Amorim ○ Nuno Afonso ○ Gabriel Mithá Ribeiro ○ José Dias ○ António Tanger Correia • Vogais: ○ Ricardo Regalla Dias Pinto ○ Lucinda Ribeiro ○ Rita Matias ○ Pedro Frazão ○ Fernando Gonçalves ○ Rui Paulo Sousa • Secretários-Gerais: Tiago Sousa Dias e Pedro Pinto A <i>Mesa da Convenção</i> apresenta uma organização estruturada e hierarquizada através dos cargos de presidente, vice-presidentes e secretários. Os indivíduos que ocupam esses cargos são: • Presidente: Luís Filipe Graça • Vice-Presidente: Ana Vitória Ferreira • Secretários: Elisa Carvalho e Nelson Dias da Silva O <i>Conselho de Jurisdição</i> apresenta alguma estrutura interna através da autoridade de um presidente do conselho, embora nas diferencie os restantes elementos que o constituem. • Presidente: Fernanda Marques Lopes • Carlos Manuel Silva Monteiro • Madalena Bicho • Daniel Rodrigues • Rodrigo Alves Taxa A Comissão Ética não apresenta hierarquia entre os seus integrantes, pelo menos, discriminada. Tal significaria uma maior horizontalidade nesta unidade administrativa. Os seus elementos são: • Luís Montenegro • Márcia Ferreira da Silva • Pedro Vaz Marques • Patrícia Branco • Rui Paulo Sousa Esta unidade – a Comissão Ética - apresenta ainda outra particularidade: tem associado um
--	--	--	--

			contacto que lhe é particular. Email: etica@partidochega.pt
		Órgãos Distritais	Os órgãos distritais, contrariamente aos órgãos nacionais, não se encontram disponíveis em categorias do <i>menu</i> do <i>website</i>. Para lhes aceder, é necessário percorrer as páginas, existentes no <i>website</i> sendo que no fim de todas, estão disponíveis os órgãos distritais. O pormenor da informação de cada órgão distrital é variável. Desde o modo como estão os elementos escrutinados à transparência, mais ou menos ambígua, dos órgãos sociais que integram cada órgão. O layout utilizado para transmitir a informação também difere de acordo com o órgão distrital em questão podendo ser mais ou menos sofisticado. A <i>Distrital da Guarda</i> não contém informação acerca dos elementos integrantes, a existir. Referência à convocatória para eleições dos órgãos sociais do distrito em questão, a realizar em junho de 2020. A <i>Distrital de Aveiro</i> divide-se, em termos de órgãos sociais e elementos, da seguinte forma: • Comissão Política Distrital ○ Presidente: Hugo Sousa ○ Vice-presidentes: José rangel e Cândido Oliveira ○ Adjuntos: Alfredo Correia, Luís Castro, Íris Marques e Rui Caetano ○ Tesoureiro: Carlos Vasques ○ Secretária: Ana Bernardino • Mesa da Assembleia Distrital ○ Presidente: Miguel Cruz ○ Vice-Presidente: Cláudia Bernardo ○ Secretário: Luís Ribeiro (pouca informação dos integrantes comparativamente a outros órgãos distritais – aparentemente, apenas primeiro e último nome dos indivíduos) A <i>Distrital de Beja</i> é composta da seguinte forma: • Comissão Política Distrital ○ Presidente: Pedro Miguel Soares Pinto ○ Vice-Presidentes: Alda C. Ferreira Simões Pires (1º) e André F. Varela Costa Romano Colaço(2º) ○ Adjuntos: Fábio Branco (1º), António Ângelo (2º), Luís Gato Rodrigues (3º) e Nádia Martins (4º) ○ Tesoureiro: Amélia Bandeira ○ Secretário: Andreia Agostinho

			• Mesa da Assembleia Distrital ○ Presidente: José Manuel Pacheco dos Santos ○ Vice-Presidente: Cristiano Carrasco ○ Secretário: André Baptista Na <i>Distrital de Braga</i> a estruturação é mais sofisticada (existem mesmo suplentes) e existe uma maior pormenorização dos elementos que a integram (aparentemente identificação do nome completo e é efetuada a identificação do número de militante). • Comissão Política Distrital ○ Presidente: António Filipe Dias Melo Peixoto ○ Vice-Presidentes: Carolos Alberto Barbosa Vieira Pinto e Eugénia Fernanda Sales Teixeira dos Santos ○ Adjuntos: Nuno Miguel Jesus Vaz Monteiro, José Luís Almeida Martins Moreira, Maria Gabriela Sousa Cardenas e Manuela Carina Carvalho Ribeiro ○ Tesoureiro: Filipe Costa de Araújo ○ Secretário: José Manuel Branco Osório ○ Suplentes: Paulo Alexandre Matos Pimenta e Carlos Alberto Rodrigues Pizarro • Mesa da Assembleia Distrital ○ Presidente: Filipe José Lima Aguiar ○ Vice-Presidente: José Carlos Carvalho Baptista ○ Secretário: Marta Salette Cerqueira Gonçalves ○ Suplente: Vítor Manuel Almeida Dias A <i>Distrital de Bragança</i> escrutina mais a identidade dos elementos que a integram (nome completo e identificação do número do militante). • Comissão Política Distrital ○ Presidente: José Júlio Vaz Pires ○ Vice-Presidentes: Cidália de Fátima Afonso de Almeida Martins e Luís José Fernandes Gonçalves Viana ○ Adjuntos: Cristina Sofia Fernandes Rodrigues, António José Sanches Magalhães Mateus, Paulo Jorge Crisante Gonçalves e Rui Pedro Gonçalves Vaz ○ Tesoureiro: Manuel José dos Santos Nascimento Parreiras ○ Secretário: Nuno Renato Pereira da Luz • Mesa da Assembleia Distrital
--	--	--	--

			○ Presidente: António Cândido Anes ○ Vice-Presidente: Domingos Correia Freitas ○ Secretária: Ana Cristina Fernandes Borges A <i>Distrital de Castelo Branco</i> não contém informação acerca dos elementos integrantes da unidade administrativa, a existir. Referência a convocatória para eleições dos órgãos da distrital, a ter lugar no a 27 de junho de 2020. A <i>Distrital de Coimbra</i> apesar de nas convocatórias existentes a mesa da Assembleia Distrital não ser referida como sendo facultativa (como o caso do Conselho de Jurisdição Distrital), a distrital de Coimbra não contém informações referentes a esta, caso exista. • Comissão Política Distrital ○ Presidente: Paulo Jorge Rodrigues Nogueira Seco ○ Vice-Presidentes: Eliseu da Costa Neves e Fernando José Martins de Melo ○ Adjuntos: António José Rodrigues Henriques, Bruno Alexandre Antunes Pereira da Mota, Márcio Filipe Valença Teixeira e Bruno Miguel Pereira Portugal ○ Tesoureiro: Pedro Miguel Lucas da Cruz ○ Secretária: Carolina Simões Veloso ○ Suplentes: Paulo Sérgio dos Reis Vaz, Artur Jorge Simões Rodrigues e Mariana Gomes da Costa A <i>Distrital de Évora</i>, no que atenta à discriminação dos membros, utiliza, aparentemente, o nome completo, porém, sem identificar o número de militante. Os órgãos sociais e respetivos cargos e indivíduos que lhe estão associados são: • Comissão Política Distrital ○ Presidente: Carlos Magno Valença Ferreira Walter de Magalhães ○ Vice-Presidente: João Francisco Perinhas Loureiro Ramos ○ Adjuntos: Guilherme José Ferreira Correia e Alexandre Jorge Russo Lameira ○ Tesoureiro: André Miguel Gonçalves de Oliveira Sérgio António ○ Secretário: Ricardo José Balixa Sacristão Cardoso • Mesa da Assembleia Distrital ○ Presidente: Maria da Conceição de Osório Barbedo Marques Roma ○ Vice-Presidente: Íris Cristina Lopes Mota Fernandes de Morais
--	--	--	--

			○ Secretário: Humberto Ventura Palma Baião ○ Suplente: Maria do Céu Valença Ferreira Walter de Magalhães <i>A Distrital de Faro</i>, em termos de estrutura, apresenta um órgão facultativo (Conselho de Jurisdição). os elementos são descritos, aparentemente, pelo seu nome completo (exceto 2 elementos do conselho de jurisdição - vice-presidente e vogal). A identificação do número de militante é efetuada em dois órgãos – Comissão Política e Conselho de Jurisdição. um dos órgãos – Comissão política – apresenta um elemento responsável pela comunicação (indicador de uma possível maior divisão do trabalho). • Comissão Política Distrital ○ Presidente: João Paulo da Silva Graça ○ Vice-Presidentes: Sandra Margarida de Melo Pereira Ribeiro e Sandra Marisa Godinho de Oliveira e Castro ○ Adjuntos: Marco Aurélio Vasconcelos, Delfim Renato da Silva Monteiro, Francisco José Cristo da Palma e Anaisa Pera Gonçalves ○ Tesoureiro: João Carlos Teixeira Simplício ○ Secretário: António Ricardo Correia Moreira ○ Suplentes: Filipe Manuel Duarte Carvalho e Maria Manuela Agostinho Gomes Cardoso ○ Responsável pela comunicação: Hernâni Miguel da Encarnação Sousa • Mesa da Assembleia Distrital ○ Presidente: Carlos Daniel Vergueiro da Silva Tendeiro ○ Vice-Presidente: Ana Filipa Coelho Rocha ○ Secretário: Adelino João Sequeira Monteiro ○ Suplente: Amina Moreira Valente • Conselho de Jurisdição ○ Presidente: José Paulo Barbosa Moreira de Sousa ○ Vice-Presidente: Luna Silva ○ Vogal: Aliaksei Karatsiuk ○ Suplente: Cecília Maria d’Azevedo Campos Antunes de Faria <i>A Distrital de Leiria</i>, na descrição dos seus elementos, não identifica sempre qual o órgão social correspondente. Dada a estruturação elencada nos regulamentos e nas convocatórias, é entendido que, provavelmente, o caso concreto se trate da Comissão Política.
--	--	--	---

			• (não está discriminado qual o órgão em questão) ○ Presidente: Luís Paulo Pereira Fernandes ○ Vice-Presidentes: Rui Alexandre Nunes Fernandes e Diogo Eduardo Rego Pereira ○ Adjuntos: Matilde da Conceição Zuzarte, Albertino Manuel Catarina Alves, Márcio Miguel Pedrosa Vieira e João Augusto Faustino da Silva ○ Tesoureiro: Aida Filomena Leal Pires ○ Secretário: Norberto Daniel Fernandes Lúcio • Mesa da Assembleia Distrital ○ Presidente: Mário da Costa Daniel ○ Vice-Presidente: Nazar Derevyanko ○ Secretário: Pedro José Valinha Sampaio Na <i>Distrital de Lisboa</i> os indivíduos que integram os órgãos sociais são descritos pelo primeiro e último nome e sem identificação do número de militante. Complementarmente, é associado a cada indivíduo um município do distrito de Lisboa. Não identifica um dos órgãos sociais, mas dada a estruturação presente nos regulamentos e nas convocatórias, é entendido que, provavelmente, o caso concreto se trate da Comissão Política. • (não identificado o órgão social em questão) ○ Presidente: Pedro Pessanha ○ Vice-Presidentes: Patrícia Almeida e Nuno Pardal ○ Secretário: Paula Teixeira ○ Vogais: Rogério Moreira, Manuel Ferreira dos Anjos, Júlio Silva, Mário Santos, João Frias, Pedro Caeiro e Fernando Figueiredo • Assembleia Geral ○ Presidente: Vítor Cacito ○ Vice-Presidente: Sofia Seabra Diniz ○ Secretária: Ana Cristina Eusébio ○ Vogal: Nuno Silva Na <i>Distrital de Portalegre</i> não são identificados todos os órgãos sociais, algo que não é exclusivo a esta distrital. Tal como nas restantes, supõe-se que se trate da Comissão Política. • (não identificado) ○ Presidente: Júlio José Pires Paixão ○ Vice-Presidentes: Maria Manuel Maças Romão Tavares e Vanda Sofia Carreteiro de Palma ○ Tesoureiro: Orlando Miguel Gaio Povoas
--	--	--	---

			○ Vogais: João Manuel Lopes Prates, Paulo Rui Parreiras Candeias e João Manuel Vaz Caldeira ○ Suplente: Pedro Miguel Marmelo Afonso Pires Paixão • Mesa da Assembleia Geral ○ Presidente: Maria do Rosário Miranda Milhinhos ○ Vice-Presidente: Paula Isabel de Alegria Bento ○ Secretário: Paulo Manuel Bragança Gordo ○ Suplente: José Rosa Martins A <i>Distrital de Santarém</i> disponibiliza menos informação acerca dos elementos que integram os órgãos sociais em comparação a outras distritais (nome com um apelido e sem identificação do número de militante). Presença de um órgão facultativo – Conselho de Jurisdição. • Comissão Política Distrital ○ Presidente: Manuela Estevão ○ Vice-Presidentes: Mário Lucas e Paulo Bolrão ○ Adjuntos: João Alcobia, Alexandra Moreira e Rui Santos ○ Tesoureiro: Marco Mourato ○ Secretário: Luís Feijão ○ Suplentes: Catarina Cruz e Paulo Pinheiro • Mesa da Assembleia Distrital ○ Presidente: Pedro Correia ○ Vice-Presidente: José João Correia ○ Secretário: Milena Castro ○ Vogal: Vera Ribeiro • Conselho de Jurisdição ○ Presidente: Alexandra Pintor ○ Vice-Presidente: João Rui Almeida ○ Vogal: Inês Isabel Colaço Na <i>Distrital de Setúbal</i> é variável o modo como os nomes dos indivíduos integrantes são apresentados – mais ou menos completos – e não é efetuada a identificação do número de militante correspondente. Um dos órgãos sociais não é nomeado, embora, dado o regulamento existente e informação presente nas convocatórias, se suponha que corresponda à Comissão Política distrital. Tem na sua constituição um órgão social facultativo (Conselho de Jurisdição). • Órgão social não identificado
--	--	--	---

			○ Presidente: Luís Maurício ○ Vice-Presidente: Carlos Carrasco ○ Vogais: Rui Figueiredo, Rui Nogueira, Marco Pascoeiro, Domingos Gomes e Heraldo Peliche • Mesa da Assembleia Distrital ○ Presidente: Henrique José Livreiro Viçoso Freire ○ Vice-Presidente: Marta Sofia Martins da Silva Trindade ○ Secretário: Nuno Alexandre Oliveira Mendes ○ Vogal: João José Correia Mascarenhas de Lemos • Conselho de Jurisdição ○ Presidente: Nuno Miguel da Costa Gabriel ○ Vice-Presidente: Paula Alexandra de Sousa da Silva ○ Vogal: Telmo Fernando Dias dos Santos <i>A Distrital de Viseu</i> destaca-se no que atenta à apresentação do conteúdo, pelo desalinhamento das colunas e, consequentemente, com impacto na estética e leitura da informação. Identifica os números de militante dos elementos dos órgãos sociais. Um dos órgãos sociais não é denominado, embora, possa ser a Comissão Política dada a estruturação referida nos regulamentos e convocatórias disponibilizadas no <i>website</i>. • Órgão social não identificado ○ Presidente: João José Rodrigues Tilly ○ Vice-Presidente: Pedro Osório B. Calheiros e Amélia Maria da S. Soares ○ Adjuntos: António Carlos P. S. Cabral, Sandra Monteiro Lourenço, Victor Manuel H. da Costa e Sara Isabel M. F. Castanheira ○ Tesoureiro: Telmo Ricardo S. Ferreira ○ Secretário: Maria de Fátima R. Mendes ○ Suplente: Hugo Manuel R. Baptista • Mesa da Assembleia Distrital ○ Presidente: Pedro Figueiredo L. Blanco ○ Secretário: Sérgio Rui R. Serrador ○ Suplente: J.M. Paulino Marques de Almeida <i>A Distrital do Porto</i> utiliza denominações identificadoras dos elementos mais completas, assim como, inclui o número de militante respetivo. Inclui órgão social facultativo (Conselho de Jurisdição). • Comissão Política
--	--	--	--

			○ Presidente: Rui Pedro da Silva Afonso ○ Vice-Presidentes: Luís Manuel Fernandes Couraceiro e Nuno Miguel Ribeiro Pontes ○ Adjuntos: Rui Manuel Gomes Matos Ribeiro, Joana Maria Geraldês Malheiro Machado Guimarães, Alcides do Couto Pereira e André Pedro de Almeida ○ Tesoureiro: Carlos Alexandre Fernandes Dias ○ Secretário: Luís António Dias Vasques ○ Suplentes: Marcus Vinícius Teixeira Soares dos Santos e Filipe Emanuel de Sousa Macedo • Mesa da Assembleia Distrital ○ Presidente: Luís Miguel de Sá e Sousa ○ Vice-Presidente: José Lito Braga Cancela ○ Secretária: Filomena Maria Folha Sá Pereira ○ Suplente: Nuno Ricardo Oliveira Monteiro • Conselho de Jurisdição ○ Presidente: Gonçalves Fernandes ○ Vice-Presidente: Zeferino Leal Neto ○ Vogal: Ana Cecília Pereira de Castro Caldeira Figueiredo <i>A Distrital dos Açores</i> não contém informação acerca dos elementos de órgãos, a existir. Referência à convocatória para eleições dos órgãos regionais (dia 13 de junho). Contrariamente às outras distritais existe imagem de paisagem da respetiva região. <i>A Distrital de Vila Real</i> tem uma mancha alinhada à esquerda para a listagem de órgãos sociais e respetivos elementos que não torna a leitura não imediata em comparação ao modo como a informação é apresentada por outras distritais. identifica o número de militante respetivo de cada integrante. • Comissão Política ○ Presidente: José Manuel Pereira Dias ○ Vice-Presidentes: Sérgio Miguel Parra Ramos e Valdemar da Silva Carneiro ○ Adjuntos: António Fernandes Rolo, Marco André Clemente da Costa, Vítor Manuel Sousa e Almeida e Luís Daniel Perdigão Simões ○ Tesoureiro: Paulo Jorge Areias Alves ○ Secretário: Carlos Jorge Moura Fecha
--	--	--	---

			○ Suplentes: Carlos Manuel Barroso dos Santos e Carlos Alberto Bernardo Azevedo • Mesa da Assembleia Distrital ○ Presidente: Maria Rubina Rodrigues Teles ○ Vice-Presidente: Cláudia Cardoso Correia Freire ○ Secretário: José Manuel Paço Machado ○ Suplentes: Nelson Tiago Coelho Vicente e Carlos Manuel Pereira Gomes A <i>Distrital de Viana de Castelo</i>, na mancha gráfica, apresenta uma coluna desalinhada. Identifica os elementos integrantes da distrital, aparentemente, com nome completo e identifica o número de militante de cada um. Relativamente aos órgãos sociais e respetivos cargos e elementos respetivos, a saber: • Comissão Política ○ Presidente: Maria Cristina Saleiro Miranda ○ Vice-Presidentes: Carlos Alberto Cardoso Gomes-Pinto e Artur Alberto Dias Trindade ○ Adjuntos: Gonçalo José Vieira Abreu Lima, Joana Rita Soares Correia, Tiago Barros Parente e Manuel José Rego Moreira ○ Tesoureiro: António Manuel Cerqueira Araújo ○ Secretário: Joaquim António F. Faria Matos • Mesa da Assembleia Distrital ○ Presidente: Elsa Maria Gonçalves Anjos Abreu ○ Vice-Presidente: Pedro Orlando Alves Araújo ○ Secretário: Paulo Jorge Fernandes O <i>Chega Madeira</i> (Distrital da Madeira) apresenta apenas elementos da Comissão Política. Possivelmente, ou não têm definidos os restantes órgãos sociais ou a informação disponibilizada está desatualizada. Identifica o número de militante dos integrantes referidos. É o único que disponibiliza contactos específicos à sua unidade organizativa. • Comissão Política ○ Presidente: Fernando Pereira Gonçalves ○ Vice-Presidentes: Martinho Filipe de Jesus Gouveia e Luís Filipe de Sá Vieira ○ Tesoureiro: Ricardo José Fernandes Vieira ○ Secretário: Maria Baptista Rodrigues Silva Marcial
--	--	--	--

			o Adjuntos: José Lino Freitas Meneses, Vítor Martinho Caldeira Basílio, Gregório Alves Teixeira e Carlos António Soares Medeiros Os dados de contacto da unidade da Madeira, referidos anteriormente, são os seguintes: • Morada: Largo do Chafariz, nº 3, 2D, 9000-070 Funchal • Contacto: 962745611 • Email: madeira@partidochega.pt • Link para website do Chega Madeira: https://www.facebook.com/CHEGA-Madeira-2184732158454794
		Outras estruturas organizacionais internas	A <i>Juventude do Chega</i> é uma “organização interna do Partido, constituída com o objetivo de representar os jovens na estrutura nacional e de promover políticas ativas de defesa dos seus interesses na esfera pública” e “terá uma Direcção Nacional composta por um Presidente e 6 Vogais de Direcção, todos nomeados pela Direcção Nacional para mandatos de 3 anos, podendo, nos termos de Estatuto próprio aprovar em Conselho Nacional, criar estruturas de natureza regional ou distrital” (art.º 31-A dos Estatutos). Referências à juventude partidária existente no website: • Fim das páginas – inserida nos órgãos nacionais • No ponto “O CHEGA” do menu do website, mais especificamente nos Estatutos (art.º 31.º- A) A unidade organizativa da juventude identificada é a Comissão Instaladora, cujos elementos, são: • Frederico Santana • Maria João Marcelino • Ricardo Reis • Carolina Garcia • Henrique Gomes • Maria Inês Pereira É efetuada uma identificação do número de militante de cada um dos elementos mencionados.
	Militantes		Através do website é possível tomar conhecimento dos direitos, deveres e sanções que abrangem os militantes. A informação é passível de ser obtida através dos seguintes passos: 1) website; 2) menu; 3) “O Chega”; 4) “Estatutos”. Nessa secção está presente o texto completo dos “Estatutos Partido Chega” nos quais, fundamentalmente nos artigos 8.º, 9.º e 10.º é possível obter uma explanação geral acerca dos militantes.

			Os direitos dos militantes do partido são: • “a) Participar nas actividades do Partido; • b) Participar, mormente, através do órgão a que pertencem, na apreciação e discussão dos Programas e de alterações aos Estatutos do Partido; • c) Terem a capacidade electiva para eleger (ou ser eleito) os (para os) órgãos do Partido “CHEGA”; • d) Sugerir e propor aos órgãos do Partido iniciativas e acções que considerem necessárias ou mais correctas; • e) Discutir, livre e democraticamente, no seio do Partido, todos os problemas e orientações que devem nortear a intervenção política dos seus órgãos; • f) Denunciar quaisquer actos praticados por órgãos do Partido “CHEGA” se e quando não conformes com a Lei ou com os Estatutos em vigor.” (art.º 8.º dos Estatutos) Os deveres dos militantes são: • “a) O de participar nas actividades do Partido, formulando todas as sugestões e críticas que considerem convenientes, e concorrer para que os seus órgãos competentes se pronunciem sobre os problemas do País e dos grupos e regiões que o integram; • b) Participar, activa e livremente, na discussão dos problemas nacionais e internacionais, em articulação com as orientações estratégicas gerais plasmadas no Programa do Partido “CHEGA”, em vista a contribuir para a sua resolução; • c) Alargar a implantação do Partido “CHEGA” a nível local e nacional, através da difusão dos objectivos e dos seus programas e da congregação de novos membros para as causas, Valores e Princípios Fundamentais que protagoniza; • d) Contribuir para reforçar a coesão, o dinamismo e o espírito de Liberdade crítica do Partido “CHEGA”; • e) Aceitar, salvo escusa ponderosa e fundamentada, as funções para as quais tenham sido designados pelos órgãos do Partido; • f) Respeitar os militantes eleitos para funções nos órgãos do Partido, contribuindo para promover um clima de urbanidade e civilidade em todas as estruturas; • g) Contribuir para as despesas do Partido através do regular pagamento das quotas;
--	--	--	---

			• h) O de não se inscrever em associação ou organismo associado a outro partido ou dele dependente, ou em qualquer associação política não filiada no Partido; • i) O de não contrair dívidas ou obrigações contratuais em nome do Partido sem delegação ou autorização expressa da Direcção Nacional, sob pena de eventual responsabilidade civil e disciplinar.” (art.º 9.º dos Estatutos) Em termos das sanções que os militantes podem sofrer, estão são as seguintes, por ordem crescente de gravidade: • “a) Advertência; • b) Repreensão; • c) Cessação de funções em órgãos do Partido; • d) Suspensão do direito de eleger e de ser eleito até três anos; • e) Suspensão do direito de eleger e ser eleito, até três anos, com cessação de funções em órgãos do Partido; • f) Suspensão da qualidade de membro do Partido até três anos; • g) Expulsão.” (art.º 10.º dos Estatutos)
	Recrutamento	Layout	A “Inscrição Militante” tem destaque visual no <i>website</i> pela sua inserção num retângulo azul marinho na barra horizontal do <i>menu</i> da página inicial. Ao entrar na página “Inscrição Militante”, surge uma barra superior de título seguida de uma imagem. Essa imagem, de fundo branco, contém texto e imagem. O texto, predominantemente a azul escuro e com apontamentos de branco e vermelho, contém a seguinte informação: “A força da mudança” (lado esquerdo), “André ventura” (a identificar a imagem - fotografia), e Chega (<i>lettering</i> igual ao do símbolo partidário; lado superior direito). A imagem é uma fotografia é de André Ventura (a cores e tipo passe) situada na posição centro-direita. Texto inicial, abaixo da imagem, com título “Pré-inscrição de Militantes Chega!”, informa o seguinte: <i>“Estimado Simpatizante ou Amigo,</i> <i>Por favor utilize este formulário para fazer a pré-inscrição como Militante do Partido Chega!</i> <i>Obrigado!</i> <i>André Ventura</i> <i>Presidente”</i>

			Denota-se a centralidade do presidente, em detrimento do partido enquanto coletivo devido à imagem utilizada e à assinatura do texto. O formulário da inscrição foi criado através do <i>Google Formulários</i> (identificação no fundo da página de inscrição militante).
		Etapas da inscrição	A primeira página do formulário pede, enquanto campo obrigatório, a indicação do país de residência atual. Carregar em “seguinte” (no fim de página) para transitar para a página seguinte do formulário. Já nessa nova página é necessário indicar os seguintes dados pessoais (todos assinalados campos obrigatórios): • Nome completo • Data de nascimento • Número de Contribuinte Faz-se a anotação de que o formulário contém mecanismos que averiguam se a informação carregada está errada, por exemplo, número de dígitos no número de contribuinte. Caso a informação inserida não corresponda a esses critérios é impossível transitar para a página de formulário seguinte. Após referenciadas (corretamente) essas informações, carregar em “seguinte” para abrir uma outra página do formulário. Já nessa página, é pedida a indicação dos dados de contacto (todos campos obrigatórios). Esses dados são os seguintes: • Número de telefone móvel • Endereço de <i>e-mail</i> (“indique um endereço de e-mail válido, que utilize regularmente. Garanta que é um endereço válido e que usa regularmente, pois os dados de pagamento e outros alertas serão enviados para este e-mail.”) • Morada • Código Postal • Localidade • Distrito (selecionar entre opções existentes) Carregar em “Seguinte” (fim da página) para transitar para a página de inscrição seguinte, a qual se intitula “Pagamento de Quotas para 2021”. O texto explicativo existente é: <i>“Este registo e respetiva referência de pagamento Multibanco, que irá receber no seu endereço de e-mail, são válidos durante os próximos 7 dias. Na ausência do pagamento eletrónico deste registo e respetiva quotização, os seus dados pessoais serão automática e definitivamente removidos do sistema.</i>

			O valor das quotas é de €1,50 por mês, ao que acrescem €5,00 de inscrição e cartão de Militante, que será enviado no prazo de 30 a 60 dias. Poderá escolher a modalidade de pagamento entre 6 ou 12 meses, pagos numa única transação Multibanco. Após o pagamento, irá receber um link com os seus dados finais de novo Militante. Nota importante: Caso não receba um email após 2 horas, por favor peça os dados de pagamento de quotas para quotas@partidochega.pt Ainda na mesma página, é necessário identificar a “Duração das Quotas a pagar”, existindo as seguintes opções: • “Inscrição + cartão + 6 meses: €14,00” • “Inscrição + cartão + 12 meses: €23,00” • “Inscrição + cartão + 2 anos: €41,00” • “Inscrição + cartão + 3 anos: €59,00” • “Inscrição + cartão + 5 anos: €95,00” Após inserida essa informação, selecionar “seguinte” para preencher a última página de inscrição do formulário. No início da página, é referido <i>link</i> para obtenção de instruções para o pagamento de quotas (https://partidochega.pt/pagamento-de-quotas/). Nessa última página são pedidos para inserir outros dados, a referir: • “Desejo receber a newsletter Chega!” – opções Sim/ Não (campo obrigatório) • Nome e/ou número do Militante proponente (não obrigatório) • Concordo com a Política de Privacidade e Termos e Condições do Partido Chega! – necessário indicar sim (campo obrigatório) • Observações (referido que “O conteúdo deste campo será lido em exclusivo pelo Presidente do Partido, André Ventura”) No final da página indicar “submeter” para terminar a inscrição.
Interações	Possíveis interações	Tipo de interação (Disposição e conforto face à possibilidade de interação)	Interação que <i>website</i> promove decorre da existência de encaminhamentos (por meio de <i>links</i> diretos) para outras plataformas, tais como, redes sociais. Destaca-se o <i>Chega TV</i>, canal de <i>youtube</i>, com <i>link</i> direto no próprio <i>menu</i> do <i>website</i> (maior centralidade desta plataforma comparativamente às restantes). Não permite

			interação direta no <i>website</i> , por exemplo, através de comentários o que indica um website pouco interativo.
	Contactos	Morada	Rua Miguel Lupi 12 - 1ºdt. 1200-725 Lisboa
		Telefone/ telemóvel	• Contacto da Sede: 213 961 244 (9:00 horas às 17:00 horas) • Assessoria de Imprensa: 934 454 043 • Apoio aos militantes: 965 589 665
		Endereço de <i>email</i>	ricardoregalla@partidochega.pt (Protocolo e Eventos)
		Redes sociais	• <i>Facebook</i>: https://www.facebook.com/PartidoChegaOficial/ • <i>Instagram</i>: https://www.instagram.com/partidochega/ • <i>Twitter</i>: https://twitter.com/PartidoCHEGA • <i>Youtube</i>: https://www.youtube.com/channel/UC-Wo4qU-W0CNd-9Q23GIWKg
Pandemia			Não há referência direta da pandemia no <i>website</i> . A sua presença existe, somente, em algumas notícias disponibilizadas que remetem para medidas defendidas em contexto de pandemia, porém, com cuidado na linguagem de modo a não mobilizar palavras como “coronavírus” ou “pandemia”. Por vezes referência da situação como “confinamento”. Tal sugere a utilização de eufemismos.

Anexo 4 – análise de conteúdo dos documentos oficiais disponibilizados pelo Partido Chega com enfoque relativo a posicionamentos ideológicos face a temáticas específicas

Tabela 8 – tabela de análise de conteúdo dos documentos oficiais disponibilizados pelo partido Chega (dados recolhidos nos meses de março e abril de 2021)

Categorias	Dimensões	Descrição
Desigualdade	Discurso existente remetente à igualdade/ desigualdade	Existe uma reflexão em redor dos conceitos de diferença e igualdade/ desigualdade no <i>Programa Político 2019</i> do Partido, principalmente, nas <i>Bases Políticas</i> (capítulo IV) da <i>Matriz Política do Chega!</i>. Iniciando pelo conceito de diferença, o partido defende como base central a diferença como direito: “o direito à Diferença como sendo a pedra angular do edifício político que pretendemos construir, pois que é ele a condição básica para que possa florescer o mais fundamental de todos os direitos, o direito à liberdade” (<i>in Programa Político 2019</i>). Para justificar esta conceção ideológica face à diferença, o partido afirma que os indivíduos são diferentes entre si, a notar os seguintes discursos: • “Qualquer homem é único e irrepetível. E, sendo único e irrepetível, é diferente de qualquer outro. Não há dois homens iguais” (<i>in Programa Político 2019</i>) • “cada homem recebe um património genético que é único; nasce integrado em famílias diferentes, que por sua vez se integram em comunidades mais alargadas, elas próprias com características que lhes são próprias, as nações”” (<i>in Programa Político 2019</i>) • “condições de igualdade “à partida” (o que é visivelmente impossível dadas as variáveis genéticas e as diferenças culturais das famílias)”” (<i>in Programa Político 2019</i>) Justificando a diferença como qualidade dos indivíduos e, consequentemente, a inviabilidade da igualdade, a narrativa transita para a conceção de que é da diferença que ocorre o progresso da sociedade. A exposição deste pensamento ocorre assim:

		• “A diferença entre os homens é o motor da História” (<i>in Programa Político 2019</i>) • “a vida se estrutura sobre a diversidade, que a evolução se estrutura sobre graus de complexidade crescente e que a homogeneidade, a indiferenciação e a massificação são sintomas de uma irrecuperável entropia nos sistemas vivos, ou, dito de forma mais corrente, são degenerativas e preludiam a morte” (<i>in Programa Político 2019</i>) Partindo das premissas anteriores, o programa partidário mostra-se crítico da tentativa de “fabricar uma igualdade”, destacando o papel do Estado pela promoção de medidas como imposto progressivo, imposto sucessório, progressão na carreira profissional segundo o critério <i>antiguidade</i>, entre outras. No programa, o partido efetua críticas a todas as políticas igualitárias, por exemplo: • “a escravidão sofisticada em que a filosofia e as políticas igualitárias nos têm vindo, insensível, mas tenazmente, a mergulhar” (<i>in Programa Político 2019</i>) • “A doutrina igualitária mais virulenta, subjacente aos regimes marxistas puros e duros, distribuía ao Estado o papel de “grande igualitarizador”. Os homens teriam de ser iguais “a bem ou a mal”. (<i>in Programa Político 2019</i>) É efetuada a defesa de que os indivíduos só devem ser iguais em termos de Dignidade (enquanto “exceção” pela defesa da igualdade) que, por sua vez, se relaciona com liberdade e responsabilidade. Outra dimensão da defesa da diferença, apresenta a forma de crítica ao “globalismo” e “massificação” ao nível europeu (denominado “euro-diluição”) e mundial. O globalismo e massificação são aqui entendidos como “interacção global entre homens massificados, porque artificialmente iguais entre si”. Por outro lado, o partido reitera “uma maior e mais criativa interacção entre homens e culturas distintas, cada uma trazendo, na sua diferença, um contributo único e irrepetível” (<i>in Programa Político 2019</i>).
	Concretizações da conceção de igualdade/desigualdade	Sabendo das críticas referidas acerca de o Estado tentar “fabricar” uma igualdade, o programa apresenta uma visão alternativa daquilo que é o papel estatal. Desse modo, é defendido um Estado Arbitral em detrimento de um Estado Social. • “Ao Estado não compete tirar aos ricos para dar aos pobres, mas criar as condições para que todos possam ser mais ricos” (<i>in Programa Político 2019</i>). Tal constitui uma “recusada a sua actual função redistributiva” (<i>in Programa Político 2019</i>)

		• “Outorgando ou retirando incentivos ou subsídios, apoios ou benefícios (fiscais ou de qualquer outra ordem), ou oferecendo, gratuitamente, bens ou serviços existentes no mercado, o Estado está a comprometer, de forma irremediável a sua função arbitral” (<i>in Programa Político 2019</i>) Esta visão do estado reflete-se na alteração de políticas e críticas a medidas associadas a um Estado Social mais “forte” e inclusivo. Nomeadamente nas questões de: • Políticas fiscais ○ Defesa de “Taxa única no Imposto sobre o Rendimento de Pessoas Singulares (IRS)” (<i>in Programa Político 2019</i>) • Mercado de Trabalho ○ “Alteração da legislação laboral no sentido da flexibilização dos fluxos de entrada e saída da situação de empregado” (<i>in Programa Político 2019</i>) ○ “A flexibilização dos salários pela aplicação da máxima “salários diferentes para trabalho diferente”” (<i>in Programa Político 2019</i>) ○ “Fixação de uma idade a partir de qual a reforma se torne facultativa mas não obrigatória” (<i>in Programa Político 2019</i>) ○ “A instituição do serviço comunitário durante a concessão de subsídio de desemprego” (<i>in Programa Político 2019</i>) • Género ○ “Aborto e cirurgias de mudança de sexo são retirados do conceito de saúde pública. Tal implicará o fim imediato dos apoios do Estado e da subsidiação quer do aborto, quer da mudança de sexo através do SNS ou seja, pagos pelo contribuinte” (<i>in Programa Político 2019</i>) ○ “Supressão de qualquer financiamento a organismos feministas radicais e perseguição efectiva das denúncias falsas” (<i>in Programa Político 2019</i>) ○ “Não permitir a implementação de ideologias de género ou de perspectivas feministas no ordenamento urbano e territorial. Travar o planeamento urbano de género realizado com base na etnia, sexo ou orientação sexual dos cidadãos” (<i>in Programa Político 2019</i>) • Orientação sexual ○ “A Família natural, baseada sobre a íntima relação de um homem e de uma mulher é uma realidade sociológica e política anterior ao Estado” (<i>in Programa Político 2019</i>)
--	--	---

		○ “O fim da promoção, pelo Estado, de incentivos e medidas que institucionalizem os casamentos entre homossexuais e a adopção de crianças por “casais” homossexuais – no postulado que não compete ao Estado, nem entrar na casa das pessoas, e, muito menos, nas suas “camas”” (in <i>Programa Político 2019</i>) ○ “A proibição da propaganda da agenda LGBTI no sistema de ensino.” (in <i>Programa Político 2019</i>) • Habitação ○ “Revogação da Lei de Bases da Habitação que regula incumbir ao Estado português a garantia o “direito” a habitação a todos os cidadãos independentemente, entre outros critérios, do território de origem ou da nacionalidade.” (in <i>Programa Político 2019</i>) ○ “Alterar os novos contratos de arrendamento para pessoas com deficiência, séniores ou idosos permitindo maior garantia para o senhorio do cumprimento e termo contratuais.” (in <i>Programa Político 2019</i>) • Educação ○ “O fim da aplicação das ideologias de inclusão e ideologia de género no sistema nacional de educação, colocando-se termo à aplicação das orientações da ONU relativamente às chamadas “questões psicológicas de transtorno de identidade de género”” (in <i>Programa Político 2019</i>) ○ “Fim da disciplina “Género e Cidadania” por ser inconstitucional, uma vez que assenta todo o seu conteúdo nas chamadas questões de género, matéria relevando exclusivamente do foro ideológico pois que consabidamente destituída de qualquer fundamentação científica.” (in <i>Programa Político 2019</i>) ○ “As propinas terão em conta as necessidades de Portugal nas áreas científicas e técnicas a que essas propinas digam respeito. As propinas a pagar por um curso de engenharia civil ou informática terão necessariamente de tender para zero, enquanto que as propinas a pagar por um curso de Sociologia terão de tender para o custo real do curso” (in <i>Programa Político 2019</i>) Estes são alguns exemplos acerca da concretização da conceção de igualdade/ desigualdade existindo outros. Os critérios que aqui se tentaram mobilizar foram a maior representação entre os documentos existentes, assim como, não repetição de dimensões mais pormenorizadas em outras categorias de conteúdo. Um outro exemplo, “Oposição frontal à tipificação do chamado “crime
--	--	---

		de ódio” na lei penal portuguesa” (<i>in Programa Político 2019</i>).
Imigração	Migração	O posicionamento face às fronteiras mostra-se claro: “Recusar as fronteiras escancaradas” (<i>in Manifesto Político Fundador</i>). Porém, esta não é a única política defendida no âmbito da imigração, destacando a secção do <i>Programa de Ação Política do Programa Político 2019</i>. Segue abaixo uma listagem de algumas das principais medidas defendidas pelo partido: • “Fortalecimento das nossas fronteiras dando à polícia e às forças armadas todos os recursos materiais e humanos para que possam cuidar dessas fronteiras com total eficácia (...)” • “Expulsão dos imanes que propaguem o integrismo, o menosprezo pela mulher ou a jihad • “Proibição de erigir mesquitas promovidas pelo wahabismo, o salafismo ou qualquer interpretação fundamentalista do Islão. Recusar e ilegalizar o financiamento por países terceiros de lugares de culto em solo português • “Exigência aos responsáveis da religião islâmica em Portugal uma colaboração total e absoluta na detecção de radicais. Exclusão do ensino do Islão na Escola Pública” • “Deportação dos imigrantes ilegais para os seus países de origem”, sendo que “Qualquer imigrante que tenha entrado ilegalmente em Portugal estará incapacitado, para o resto da sua vida, para legalizar a sua situação” • “Deportação de imigrantes que estejam legalmente em território português mas que hajam reincidido no cometimento de delitos leves ou tenham cometido algum delito grave” • “Revisão dos tipos penais e agravamento das penas no combate às máfias da imigração ilegal (...)” • “Revogação das vias rápidas para adquirir a nacionalidade portuguesa” • “Elevar a exigência do nível de idioma, tributação e integração para a aquisição da nacionalidade. Exigir a manutenção da cidadania de origem” • “A imigração será encarada tendo em conta as necessidades da Economia portuguesa bem como a capacidade do imigrante para se integrar” • “Serão estabelecidas quotas de origem privilegiando as nacionalidades que compartilhem com Portugal o idioma e a cultura (...)” • “Prisão efectiva dos membros de redes que as facilitem ou promovam, com punição de “casamentos” e contratos de trabalho forçados”

		• “Estabelecer uma lista de países seguros na origem, ou seja, países que têm sistemas políticos democráticos e onde (...) não há perseguição política, tortura ou tratamento ou punição desumano ou humilhante, ameaça de violência ou conflito armado” • “Reduzir o sistema de “Asillum Seeker”, de modo a que, apenas menores desacompanhados (que o sejam e cujos documentos de identificação o atestem, e não forjados) e que as pessoas qualificadas para protecção internacional poderão utilizar o sistema” • “Reforçar as medidas de garantia da Segurança Pública, com especial relevância para o combate a ameaças do terrorismo e à luta contra a infiltração criminoso de Imigrantes Ilegais, ou indocumentados, e de organizações que a apoiam, e fomentam o tráfico de seres humanos, droga e armas, com a sua imediata deportação” • “Reforço dos meios dos OPC e da ACT, para detecção de situações de tráfico, escravatura, prostituição de imigrantes ilegais, para criminalizar as Redes que as organizem e promovam.” • “A perda de nacionalidade deve ser cassatória como pena acessória, para os naturalizados condenados por crimes de violência contra terceiros, terrorismo e tráfico de estupefacientes.” • “Os refugiados não poderão obter nacionalidade portuguesa nem residência, mas sim uma autorização em forma de título precário de refugiado, enquanto o seu país de origem se mantiver em situação guerra.” (in Programa Político 2019)
	Integração	No que diz respeito às políticas de integração, de um modo geral, estas passam pela rejeição do multiculturalismo e defesa da assimilação da cultura de destino. Repare-se na seguinte afirmação: “Rejeição do multiculturalismo e de qualquer política pública nele fundamentado caso, por exemplo, das discriminações positivas com base étnica, cultural ou religiosa. O Chega suscitará a inconstitucionalidade de tais práticas (in Programa Político 2019). A narrativa constrói-se pelo contraste entre o enaltecimento da cultura europeia, especificamente, portuguesa, em oposição a outras: • “a proibição de práticas políticas e religiosas que ofendam o ordenamento jurídico português e a raiz cultural europeia (mormente, o anti-semitismo, as ideologias do género, a aplicação da Sharia(...))” (in Manifesto Político Fundador)

		• “a rejeição clara e assertiva de todas as formas de racismo, xenofobia e de qualquer forma de discriminação contrária aos valores fundamentais pelos quais se pautam as sociedades de matriz europeia” (<i>in</i> Manifesto Político Fundador) • “CHEGA não pede, nem jamais permitirá que alguém peça, desculpa pelo que fomos, pela nossa História, pela nossa maneira tão própria de estar no mundo e na vida.” (<i>in</i> Manifesto Político Fundador) Ao mesmo tempo, sugere-se um tratamento diferente para os indivíduos estrangeiros. Por exemplo: • “Publicação de dados sobre nacionalidade e origem nas estatísticas de delitos” (<i>in Programa Político 2019</i>) • “Eliminação do acesso gratuito a serviços de saúde para imigrantes ilegais e comparticipação para todos os residentes legais que não tenham um mínimo de 5 anos de permanência em Portugal, com exceção de serviços de urgência.” (<i>in Programa Político 2019</i>)
	Cidadania	São dadas algumas pistas relativamente à conceção dos cidadãos. Destaca-se a defesa da responsabilidade individual em detrimento da coletiva: • “Aos pais, numa primeira fase da vida e aos próprios, a partir da maioridade, cabem as responsabilidades pelo cumprimento das regras e das leis que regem essa mesma comunidade” (<i>in Programa Político 2019</i>) Para além disso, existe uma narrativa de responsabilidade dos cidadãos, sendo os direitos acompanhados por deveres: • “A cada direito corresponde sempre um dever. Os Direitos que a Constituição reconhece, e todos os demais direitos, haverão de ser contrabalançados com os correspondentes deveres” (<i>in Programa Político 2019</i>). Um exemplo dos deveres pode passar pela defesa das “Vacinas infantis obrigatórias e gratuitas” (<i>in Programa Político 2019</i>). Outra aceção remete para a distinção entre direitos “merecidos” e direitos “adquiridos”, a qual contribui para a narrativa de responsabilização dos cidadãos. A saber: • “não há direitos adquiridos, mas direitos merecidos, direitos que todos os dias se jogam, com esforço e empenho e se ganham enquanto se merecem, se perdem quando se deixaram de merecer” (<i>in Programa Político 2019</i>)

		Outro aspeto da conceção de cidadania diz respeito à defesa da presunção de boa-fé do cidadão – “Com a óbvia contrapartida de que, provado não ser esse o caso, dever a punição ser exemplar, para que possa ser verdadeiramente dissuasória” (<i>in Programa Político 2019</i>). <i>Passando para a aquisição de nacionalidade, “A nacionalidade portuguesa deve ser atribuída prioritariamente a descendentes de portugueses.” (in Programa Político 2019)</i> Uma distinção que parece surgir na cidadania é a distinção de cidadãos estrangeiros, repare-se: • “Entendemos que não deverá ser obrigação do Estado providenciar habitação social a cidadãos estrangeiros – imigrantes, migrantes ou refugiados – residentes em território nacional com base em medidas de discriminação positiva conforme indica a mesma Lei.” (<i>in Programa Político 2019</i>)
Segurança	Crime	O partido constrói uma narrativa que considera a existência de numa crescente criminalização e insegurança, acompanhada por forças de segurança debilitadas. A criminalização e insegurança são algo para ser combatido. Alguns excertos relativos a esta dimensão são: • “impunidade crescente do crime organizado e violento” (<i>in Manifesto Político Fundador</i>) • “crescente insegurança sentida nas grandes metrópoles, o sentimento de impunidade” (<i>in Manifesto Político Fundador</i>) • “o enfraquecimento das forças de segurança” (<i>in Manifesto Político Fundador</i>) • “uma cultura de impunidade que, a manter-se, irá continuamente reforçando o sentimento de desconfiança dos cidadãos face à justiça e sua aplicação” (<i>in Manifesto Político Fundador</i>) • Defende que “os novos perigos e ameaças à segurança não se resumem às armas nucleares e aos atentados terroristas”. Pelo contrário, “passam também pela imigração descontrolada, pelo tráfico de drogas, pela mobilidade das redes do crime organizado” (<i>in Programa Político 2019</i>)
	Prevenção	Nos documentos disponibilizados é defendida uma reformulação do sistema de justiça - “a área onde uma maior intervenção política é, neste momento, exigível de forma a que ela se transforme no que nunca foi: uma Justiça pronta, rigorosa e clara.” (<i>in Manifesto Político Fundador</i>). O rigor surge como algo fundamental para o sistema de justiça - “Rigorosa, porque não podemos aceitar uma justiça flutuando ao sabor das convicções ideológicas de juízes militantes.” (<i>in Manifesto Político Fundador</i>). Esta reconfiguração do sistema jurídico está alicerçada na relação apresentada entre justiça e

		segurança, à qual é atribuído algum destaque. Notem-se as seguintes afirmações: • “Não há Segurança sem leis claras e unívocas, como não há Justiça sem um sistema eficaz de fazer cumprir essas leis. Estas duas funções soberanas do Estado, sendo ambas as faces de uma moeda, terão de ser complementares. A prestação da Justiça terá de ser pronta e eficaz a sua execução” (<i>in Programa Político 2019</i>) A transformação proclamada assenta nas seguintes políticas: • “Reintroduziremos a pena de prisão perpétua para crimes bárbaros e horrendos que chocam a comunidade e propiciam um fortíssimo sentimento de perturbação constante da paz e da ordem pública. Igualmente a redefinição das penas criminais, nomeadamente em crimes de homicídio, terrorismo, corrupção, violação e abuso sexual de menores (será apresentada uma proposta legislativa para a previsão da designada castração química” (<i>in Manifesto Político Fundador</i>). Propondo mais precisamente, “Obrigatoriedade de penas de prisão efectiva para quaisquer crimes de violação, sem possibilidade de pena suspensa” e “a castração química como forma de punição de agressores sexuais, a qualquer culpado de crimes de natureza sexual cometidos sobre menores de 16 anos. Na primeira condenação, a castração química é uma opção de quem aplica a pena, na segunda será obrigatória” (<i>in Programa Político 2019</i>) • Para além disso, pretende, a “retirada de todos os privilégios nas prisões (salários, apoios sociais, bolsas de estudo...) para prisioneiros condenados por terrorismo e quaisquer imigrantes ilegais.” (<i>in Programa Político 2019</i>) Um aspeto relevante passa também pela intransigência face a delitos menores. Esta questão pode ser percecionada nas seguintes citações: • “perseguição atenta e sem desvios ao pequeno delito, porta de entrada garantida para a grande criminalidade e geradora do sentimento de insegurança na comunidade” (<i>in Programa Político 2019</i>)
Corrupção		Uma dimensão que é associada à corrupção é a moralidade sendo, consequentemente, apresentada como algo que deve ser combatido. Algumas expressões utilizadas são: • “pela mentalidade formatada pelo ‘politicamente correto’ que é hoje a dos partidos do sistema” (<i>in Manifesto Político Fundador</i>) • Combate à “à censura institucionalizada” (<i>in Manifesto Político Fundador</i>)

	• “Recusar muito daquilo que hoje é tido por padrão de normalidade. Recusar frontalmente o marxismo cultural e todo o seu cortejo de aberrações disformes e de realidades alternativas absurdas. Recusar a ditadura da Ideologia de Género; recusar o aborto-a-pedido ou as cirurgias de mudança de SEXO pagas pelos contribuintes.” (<i>in</i> Manifesto Político Fundador) • “o marxismo-gramscismo, ou marxismo cultural é hoje dominante em franjas estreitas, mas decisivas pela influência detida no mundo académico, das Artes e das Letras, dos meios de comunicação de massa e na generalidade das falsas elites locais que vão buscar, a essas franjas, o essencial do seu pensamento e da sua visão do mundo e da vida.” (<i>in Programa Político 2019</i>) Esta corrupção da moralidade é, em parte, justificada por um alegado um enviesamento ideológico perpetuado pelo poder (à esquerda), desde a instituição da III República: • “o actual regime acabasse por nascer enviesado à Esquerda. Os partidos fundadores do regime foram, apenas, aqueles a quem o establishment – de esquerda – convidou. Só puderam concorrer às eleições para a Assembleia Constituinte de 1975 os partidos que assinaram o Pacto MFA partidos” (<i>in Programa Político 2019</i>) • “outros partidos estabelecidos com uma revolução que rapidamente se radicalizou à esquerda” (<i>in Programa Político 2019</i>) • “democracia vigiada por um poder militar tutelado por marxistas” (<i>in Programa Político 2019</i>) Outro enfoque da corrupção encaminha para as elites, nomeadamente, elites políticas. A narrativa parte da premissa de que que, “quanto mais alto é o nível de intervenção do Estado na Economia, mais alto é o nível de corrupção na máquina desse Estado. Daí o altíssimo e vergonhoso nível de corrupção existente entre nós”. Essa realidade, afetaria as próprias políticas - “oligarquia organizada em torno dos chamados ‘partidos do sistema’ que leve a cabo as reformas imprescindíveis que os portugueses reconhecem como necessárias mas às quais a oligarquia não mete ombros porque essas reformas representariam, como é evidente, o fim do seu poder” (<i>in</i> Manifesto Político Fundador). O partido acredita ainda que “TODOS os partidos do sistema, sem excepção, passaram quarenta e quatro anos a alimentar alegremente o monstro predador.” Consequentemente, defende a redução dos “cargos políticos – todos eles – ao estritamente necessário, com particular relevo para o número de deputados à Assembleia da República, que será apenas o
--	---

		indispensável para que possa ser assegurada a representatividade política”. Por outras palavras, apela “à reconfiguração dos critérios e das formas de representatividade política da República, promovendo um Estado reduzido às suas funções essenciais, as chamadas funções soberanas ou regalianas, e totalmente transparente e eficaz na relação entre o cidadão e os seus representantes” (<i>in</i> Manifesto Político Fundador). De modo a combater esta elite, o partido concede “ao sistema judicial todo o apoio político e de meios que ele necessite para que investigue e, se necessário, impiedosamente condene, todos os membros da oligarquia que usaram da sua posição para enriquecerem”. E também, defende, numa perspetiva mais ampla, o “fim da ditadura dos grupos de interesse, das elites, das minorias e da sua impunidade, tudo aquilo até onde nos trouxe a III República” (<i>in</i> Manifesto Político Fundador). Para além disso, defende “Redução do número de deputados para 100, incidindo essa redução essencialmente nos grandes círculos eleitorais costeiros com o consequente aumento relativo dos deputados nos círculos eleitorais do interior”, “Fim de todo e qualquer privilégio ainda hoje existente para a classe política” e “Limitação, a dois mandatos consecutivos, no exercício de todos os cargos políticos, à semelhança do regime vigente para o Presidente da República” (<i>in</i> Programa Político 2019).
Política Externa	Permanência na União Europeia	Não defende a saída da União Europeia - “Não defendemos, como fica claro, qualquer movimento de retirada de Portugal da União Europeia ou da moeda única. Porém, critica aquilo que apelida “euro-diluição” e Europa massificada”, assim como, a “deriva federalista”. Defende “a soberania nacional e o respeito pelos valores da cultura europeia, bem como um nivelamento do peso de cada uma das nações na tomada de decisões”. (<i>in</i> Programa Político Europeu)
	Valores defendidos para a União Europeia	“São os valores da Europa de sempre, herdados da cultura grega, da civilização romana e da mundividência judaico-cristã” (<i>in</i> Programa Político Europeu). Partindo desse pressuposto identificado, seguem abaixo valores (para a Europa) discriminados pelo partido: • “respeito pela liberdade, pela diferença e pela propriedade” • “O respeito pelo primado da Razão e da honestidade intelectual” • “O respeito pela existência das duas realidades opostas que são a Verdade e a Mentira” • “O respeito, sem quaisquer limites, pela vida em todas as suas fases”

		• “O acompanhamento e a defesa intransigente dos mais frágeis” (destaque das crianças e indivíduos em fim de vida) • “defesa intransigente da família” (in Programa Político Europeu)
	Principais eixos de intervenção defendidos para a União Europeia	Existem alguns eixos defendidos pelo partido no que atenta à União Europeia. Em seguida estes serão elencados, assim como, explanados de modo sucinto. • Nações soberanas na União Europeia ○ “cada um dos Estados Membros possa manter a sua soberania, a sua identidade, a sua Cultura, as suas raízes e a absoluta autenticidade da sua maneira de viver.” (in Programa Político Europeu) ○ “uma Europa das famílias, essas unidades básicas e imprescindíveis à estrutura de uma nação saudável” (por família compreende quer “família nuclear (pai, mãe e filhos) quer à família alargada (avós, pais e netos)” (in Programa Político Europeu) • Limitação da migração ○ “a imigração ilegal no espaço europeu, com deportação imediata de portadores de passaportes ou documentos de identificação falsificados, e/ou com cadastro criminal, bem como de todos os que não contribuam, de forma activa e produtiva, para o desenvolvimento do país que o acolheu” ○ Emigrante – “obrigado ao respeito estrito pelo nosso ordenamento jurídico e obrigado a respeitar as nossas regras, ritos, costumes e tradições” ○ “Receber migrantes no espaço da UE não constitui um dever, ser recebido como migrante nesse mesmo espaço não constitui um Direito” (in Programa Político Europeu) (Relativamente a este eixo (limitação da migração), verificou-se a utilização do termo/ conceito “raças”) • Retorno das “Liberdades fundadoras” ○ Liberdade de circulação de: bens, serviços, pessoas e capitais ○ Críticas ao aparelho burocrático existente ○ Críticas à desigualdade entre estados membros

		○ Critica “sistemas de educação politicamente comprometidos à Esquerda”, e “instâncias burocráticas não se comportem como correias transmissoras do marxismo cultural” (referência à “Ideologia de Género”) • Concorrência fiscal ○ Contra a “harmonização fiscal” ○ Promoção de competitividade entre estados membros por meio das políticas fiscais ○ Redução da carga fiscal – apoio da EU dos estados membros que o façam de modo a incentivar a concorrência • Ambiente/ Ecologia ○ “Europa atenta à qualidade da sua vida urbana ○ “requalificação dos seus meios suburbanos e das zonas periféricas das grandes cidades” “preservação da autenticidade dos meios rurais” ○ “qualidade minimamente aceitável dos alimentos produzidos” – foco na questão dos micro plásticos (<i>in</i> Programa Político Europeu)
	Posição face a outras organizações supranacionais	De um modo geral, é defendida “a necessidade de equacionar o abandono das organizações supranacionais que forem contrárias aos interesses e à soberania de Portugal” (<i>in Programa Político 2019</i>). Relativamente à ONU em específico, é advogada “a necessidade da reavaliação do interesse efectivo da nossa presença na ONU”, na medida em que considera que esta se tornou “numa produtora e difusora do marxismo cultural e do globalismo massificador que não estamos dispostos a consumir e, muito menos, a pagar para que outros os consumam” (<i>in Programa Político 2019</i>). Já “como excepção quase única à política acima definida, o CHEGA! Defende a consolidação e o reforço da presença de Portugal na NATO, desde que inequivocamente liderada pelos Estados Unidos, como garantia de uma Política Externa alinhada com a defesa da Soberania e das Fronteiras dos Estados-membro, do combate ao Terrorismo Islâmico bem como às tentações hegemónicas, mormente da União Europeia, da China e do Irão” (<i>in Programa Político 2019</i>).
	Cooperação internacional	A 1 de julho de 2020, o partido Chega adere ao (ID-party). No <i>website</i> do partido é partilhado o “programa”, devidamente traduzido para português, do grupo parlamentar da União Europeia mencionado. O <i>Identity and Democracy Party</i> afirma reger-se pelos seguintes valores:

		• Democracia • Soberania • Identidade • Especificidade • Liberdades • Cultura Os partidos membros do ID-party, incluindo o partido Chega, são: • Freiheitliche Partei Österreichs (FPÖ) (Áustria) • VOLYA (Bulgária) • SME Rodina (Eslováquia) • Eesti Konservatiivne Rahvaerakond (EKRE) (Estónia) • Rassemblement National (RN) (França) • Vlaams Belang (Flandres) • Nea Dexia (Grécia) • Lega per Salvini Premier (Itália) • Lega (Itália) • For Britain (Reino Unido) • The Movement of Freedom and Direct Democracy – Tomio Okamura (SPD) (República Checa) • Kongres Nowej Prawicy (Polónia) • Chega (Portugal) <i>Fonte: website ID-Party (https://www.id-party.eu)</i>
--	--	--

Anexo 5 – transcrição das entrevistas realizadas

Tabela 9 – entrevista realizada dia 27 de abril às 14:34 horas

Eixo	Dimensões	Descrição
Campanha presidencial 2021	Impacto da utilização das redes sociais sobre a vivência da época eleitoral	Principalmente neste partido, que acaba por ser algo que nos distingue dos outros na comunicação que funciona muito mais na base de redes sociais e online se me permite a expressão, do que quaisquer outros canais, até porque, sendo um partido novo acaba por não ter os mesmos fundos financeiros que têm outros partidos, e, portanto, nós temos de investir na informação rápida e gratuita no fundo, e as redes sociais permitem-nos isso, não é? Hoje nós publicamos uma coisa neste momento e daqui a dois segundos alguém está do outro lado do mundo a ver, a ouvir, a receber a informação e, portanto, é uma das ferramentas que nós usamos muito e que tem dado frutos muito honestamente. Quer na organização de eventos, quer na transmissão da mensagem. Hum, tem funcionado muito bem no nosso partido. Há um impacto bastante grande na interatividade porque acaba por se perceber que existe um seguimento sempre da informação e muita gente que acaba por seguir a informação nesse meio. O que acaba por ser acessível a toda a gente também porque hoje em dia toda a gente tem um telemóvel, toda a gente tem um <i>smartphone</i>, o <i>facebook</i>, o <i>instagram</i>, <i>twitter</i>. É fácil de (...), ou seja, de a pessoa assumir uma posição de continuidade, de pesquisa relativamente aos assuntos que são abordados. (A utilização de redes sociais) acaba por funcionar para os dois lados. Acaba de funcionar, de certa forma, para uma coesão maior. Por outro lado, quando surge uma pequena tensão é sempre hum (...), ou seja, digamos que toda a informação que é vertida nas redes sociais acaba por ser exacerbada. Quer do ponto de

		vista positivo quer do ponto de vista negativo. O ponto mínimo de tensão, que noutra altura numa discussão num debate ficaria por ali, nas redes sociais acaba por subir de tom. Depois há sempre muitas, muitas pessoas que gostam de opinar sem saber do que se está a falar pronto. Acaba por ser, ter o aspeto positivo e negativo da, portanto, da expansão e da rápida propagação da informação. Balanço positivo no sentido em que, e é preciso termos noção nomeadamente no partido onde eu estou como é obvio e é por esta experiência que eu falo, que é preciso termos noção que estamos num partido que não tem dois anos, cuja comunicação social não dá tempo de antena, e que ainda assim em dois anos conseguiu estar a construir listas para as autárquicas. Provavelmente teremos a capacidade de concorrer se não for a todos os concelhos a quase todos os concelhos do país. E portanto, efetivamente as redes sociais foram uma arma principal como veiculo de transmissão deste partido e em dois anos temos uma expansão fenomenal. Eu diria que se calhar 90 a 95% à custa das redes sociais. Acho que é extremamente importante (em termos de campanha) principalmente nos tempos que correm. Esta questão da pandemia não nos permite fazer as ações de campanha vulgarmente feitas, tradicionais. Não nos permitirá, ao menos que haja agora uma grande alteração, contacto tao próximo quanto nós gostaríamos de termos nas ações de campanha hum e, portanto, redes sociais acabam por assumir um papel ainda mais preponderante no sentido de nos passarmos a mensagem que nós pretendemos, do que nós queremos mudar, e de conseguirmos chegar às pessoas uma vez que neste momento as limitações em termos de convivência presencial acabam por ser muito limitadas.
--	--	---

	Impacto das eleições presidenciais sobre a trajetória individual da militância	(Relativamente ao sentido de pertença) Não sei dizer, não lhe vou mentir. Não tenho noção disso. O que eu me vou apercebendo é que existe uma maior vinculação e cada vez o tamanho, as circunstâncias do país têm proporcionado isso. Existe cada vez mais seguidores, cada vez mais aficionados que permitem a fixação, não no sentido negativo, do partido. E de facto, isto tem subido de tomem termos de seguidores, de tudo mais. Portanto, eu acho que está a funcionar de certa forma bem, mas lá está, reitero, há sempre aquelas pequenas questões que pequenas tensões geram, umas tensões agravadas pela questão das redes sociais. Não eu penso que, eu já tenho plena consciência da organização, quer da campanha, quer de todas as ações que nós temos. Penso que possa ter amadurecido um bocadinho algumas posições quer do partido quer das pessoas que compõe. Hum, pode ter sensibilizado as pessoas de que de facto existe uma necessidade de uma organização maior. Mas lá está, isto, estamos num partido que cresceu exponencialmente de uma forma que jamais foi vista em Portugal num partido político e mesmo na europa e, portanto, a questão da organização será sempre um handicap que nós teremos aqui porque de facto isto cresceu demasiado rápido, entre aspas e de uma forma positiva porque ainda bem que cresceu, mas cresceu tao rápido que não foi possível às estruturas do partido acompanhar.
	Marcos/ momentos-chave da campanha eleitoral	Marcos mais negativos do que positivos infelizmente. Porque, na minha opinião, e acho que toda a gente pode ver isso, nós temos uma possível democracia que está aqui uma ditadura encapuçada e, portanto, o que para mim em termos de marcos de facto fica é de facto as ações negativas que foram proporcionadas por alguns membros da, alguns candidatos, de parte a

		parte, porque houve erros de parte a parte, mas essencialmente, ficam marcos negativos por uma democracia eu diria ameaçada. Considero que possam ter existido alguns momentos (de viragem) hum, nomeadamente, um dos momentos que faz com que o André Ventura, por exemplo, não fique em segundo lugar, na minha opinião, é justamente, o facto de ele dizer que se demitiria caso a Ana Gomes ficasse à frente dele, o que fez com que houvesse uma grande mobilização das pessoas que não gostam dele para ir votar para promover no fundo a sua demissão. E portanto, de facto, parece-me que possa ter sido um momento de viragem, assim como, de alguma forma o ocorrido em Setúbal, por exemplo, em que o André Ventura foi apedrejado poderá também ter funcionado um bocadinho ao contrário. Não especialmente, o momento que me marcou foi o facto de não ficarmos em segundo lugar nos resultados. Porque é sempre uma derrota, não sendo uma derrota porque está, temos de analisar a evolução que existe, e estamos a falar de passar de, não chegávamos a 70 mil votos, para 500mil votos, portanto, no período de pouco mais de um ano. E, portanto, nunca isto pode ser considerado negativo, mas efetivamente a fasquia que nós consideramos alcançável acabou por não ser. Não sendo um mau resultado pelo facto que multiplicamos muitos votos, não deixou de ser ali uma derrota no dia das eleições.
“Perfil”	Dados sociodemográficos	• Idade - 30 • Sexo - homem • escolaridade e habilitações – Licenciado (em enfermagem) • Profissão e posição perante o trabalho – empresário (duas empresas), mas foi enfermeiro

	Possíveis experiências anteriores na militância	Fui simpatizante do psd, nomeadamente, na época do Passos Coelho. Assim que o Passos Coelho saiu e, na altura, ascendeu o Rui Rio eu não me desvinculei porque nunca estive vinculado, mas deixei de seguir a militância ativa ou mais ativa. Militante fui pela primeira vez no Chega.
--	---	---

Tabela 10 – entrevista realizada dia 18 de maio às 16:16 horas

Eixo	Dimensões	Descrição
Campanha presidencial 2021	Impacto da utilização das redes sociais sobre a vivência da época eleitoral	(E2) Nós através das redes sociais fomos sempre sabendo, não é, da campanha eleitoral, os locais, os sítios, as horas, não? Porque era tudo através das redes sociais de todas as cidades. Não só aqui do distrito (...) mas de todo o país. Soubemos em relação, neste caso, ao nosso partido como é lógico e soubemos sempre onde é que iriam decorrer os comícios da campanha. (relativamente a informar) Sim ao partilhar nas redes sociais sim. Também. Em partilhar informação em grupo? Entre militantes? Se funcionou? (E3) é assim, entre militantes, obviamente como temos os mesmos ideais, portanto, portanto é um tema que nos abrange a todos e nos aglutina a todos. Agora, a mesma rede social se for utilizada por outras fações provavelmente pode-nos trazer mais desconforto. Não é? Nós tivemos casos, por exemplo, em que o candidato André Ventura foi apedrejado, são fações contrárias à nossa existência. Não é? Com o apoio de partidos distintos, pronto, partidos de extrema-esquerda normalmente. Portanto, isto é uma arma de dois bicos, não é? Isto funciona bem, a informação passa entre nós militantes, mas também como é uma informação que está disponível na rede para qualquer pessoa, pode também trazer aqui algum desconforto. Que é o que traz. Aliás, de uma maneira geral, tudo o que é atividades políticas e até atualmente até. O nosso primeiro-

		ministro não sabes o que ele vai fazer amanhã. Isso não é publicitado. As vezes sabes as coisas no dia, não é? É para antever que não possa haver oposição ou o que quer que seja. Portanto, as redes sociais nesse caso são... (E2) Sim nós tínhamos tudo delineado e tudo (E3) no nosso caso, se calhar até, pronto, até é um bocadinho diferente. Mas também somos uma estrutura mais recente se calhar até temos de aprender alguma coisa. Porque é por aqui as partes estruturais mesmo aqui na cimeira, as coisas só se sabiam quase no dia mesmo para as forças de segurança só saber no dia, não é? E eram publicadas após as coisas acontecer. Portanto, se calhar o nosso, o nosso partido aí poderia aprender alguma coisa (E2) as pessoas têm de estar avisadas atempadamente senão não sabem. (E3) o nosso partido aí podia aprender alguma coisa. (E2) acho que contribuiu para uma forma mais horizontal (a campanha). Estou a dizer usando as redes sociais. (E3) uma aproximação. Aliás, acabas por ter pessoas que, embora não as conheças presencialmente, ao fim de um evento como este, é pah, consideras quase como pessoas tuas amigas e que as conheces quase com alguma particularidade. Mas pronto, quer dizer, o contrário não acontece, não é? Nós interagimos com fim comum, portanto, acho que nos aproximamos bastante mais. (E4) Portanto, a política do nosso partido funciona muito através das redes sociais. Até porque nós em certos espaços públicos estamos muito limitados. Então o partido aposta muita da informação que tem mesmo nas redes sociais. Vai se aprendendo o bom, vai se aprendendo o mau, os erros. De uma certa forma sim. Como disse anteriormente, é assim, a grande parte da nossa mobilização e de
--	--	---

		forças de partido é feita mesmo através das redes sociais. Portanto, por isso é que o partido também tem crescido e provavelmente em Portugal é no país o partido que mais usa as redes sociais. Na altura que vivemos. Estamos muito limitados no espaço público, de opinião. Portanto a escapatória que nós temos é mesmo fazer passar a informação através das redes sociais. (outro) até porque houve muita informação que não era verídica a passar por outros meios de comunicação. E nós temos as redes sociais como uma forma de desmentir determinadas, contraditório. Fazer passar a mensagem real do partido.
	Impacto das eleições presidenciais sobre a trajetória individual da militância	(E4) Na maioria das pessoas que está aqui não tinha experiência nenhuma em política, então, praticamente, foi a nossa primeira vez. E serviu para aprender muita coisa. E para reforçar ainda mais ainda o sentimento. (E3) Sim, mas foi um ponto histórico. Por exemplo, houve pessoas como delegados, portanto, a nível de complemento de, pronto, de dever cívico ficamos mais formados. E depois não há dúvida que houve uma aproximação muito grande e, aliás isto ate se efetivou em numero de militantes, portanto conseguimos depois das presidenciais aumentar o nosso número de militantes. Porque houve mais interação entre as várias pessoas. Portanto, se calhar ajudou um bocadinho a mensagem a chegar a outras pessoas. Também não é. Portanto isso foi muito positivo. Eu acho que é, que foi das coisas até mais importantes pelo desenvolvimento deste partido foi mesmo a campanha eleitoral. (E5) houve mesmo pessoas que nem sequer se conheceriam se não fosse sequer pela situação das redes sociais. (E3) é sempre positivo. Eu até acho que é difícil alguém ou algum partido político dizer que foi negativo. Quer

		dizer, correu muito suor. Não explorar, não é, esta ferramenta, pode ser negativo, mas quem explora é sempre positivo. Porque nos aumenta a visualização, os contactos, quer dizer, é sempre positivo. Não poderá haver até maneira de não ser. (E5) aliás o chega tem se tornado muito visível através das redes sociais. Porque sendo um partido com poucos recursos, não é? É uma mais valia. (E3) Mas a verdade, e isto não fomos nós que o criamos. Tem havido vertentes políticas, tiveste o Bolsonaro no Brasil, tiveste o Trump, que se apoiaram muito em redes sociais, não é? E foi um sucesso. Quer dizer, muito mais do que, por exemplo, o Trump fazia <i>tweets</i> quase diários a informar a população e não sei o quê, isso realmente ganhou uma dimensão imensa. E nós também temos que aprender com quem faz as coisas bem, não é? Estamos a apostar seriamente no digital por causa disso mesmo. Porque a informação vai passando daí por um custo reduzido, não é? (E4) aliás ganhamos todos os dias (uma consciência) . quanto mais envolvidos estamos, mais consciência ganhamos e mais gosto. (E3) é, mas estes projetos fazem-nos evoluir sempre. Como partido, ou independentemente de ser um partido, uma empresa, este tipo de projetos, como é óbvio, a interação humana obriga-nos a evoluir, não é? Portanto, isto é sempre muito importante. E foi um passo muito grande a campanha presidencial. Acho que sim, acho que ajudou a nível interno propriamente. Obrigou o partido a se reorganizar e a prender com os erros também, não é? Ver o que correu francamente bem, o que correu pior. E a aprender também com esses erros e adaptarmo-nos. E temos agora as autárquicas. Se calhar
--	--	---

		tiramos alguns ensinamentos das presidenciais.
	Marcos/ momentos-chave da campanha eleitoral	(E3) Eu, para mim, foi o apedrejamento do nosso candidato. Eu acho que isso foi um momento, não pela positiva, pela negativa, mas que marcou completamente. Mas haverá outros. (E4) pela positiva temos o evento do drive-in que foi um sucesso. (mulher) foi a primeira vez em Portugal. (E3) portanto, se calhar ao nível de campanha, certamente para ele, aqui o nosso André Ventura, provavelmente, eu falando por ele, quando foi apedrejado e que não levou com pedras por uma sorte. (al) eu acho que para ele foi o debate com a Ana Gomes. (E3) agora tentarem agredir, esta situação da violência, nós obviamente que somos contra a violência de que maneira for. Também não podemos aceitar que seja exercida violência contra nós, não é? Ele foi apedrejado. Se tivesse levado com uma pedra não ia dormir para o hotel, ia para o hospital, não é? Para ele deve ter sido o evento da campanha. Por exemplo, para nós, (...) ele esteve a fazer um comício, um drive-in, que foi uma coisa inédita e que correu super bem. (...) são escalas diferentes. (E4) melhor evento para Portugal inteiro que ele teve. Não teve confusões. (E2) não teve contestações nem boicotes.
“Perfil”	Dados sociodemográficos	E2 • Idade – 46 anos • Sexo – feminino • escolaridade e habilitações – 12º ano • Profissão e posição perante o trabalho - assistente técnica na função pública E3 • Idade – 44 anos

		• Sexo - masculino • escolaridade e habilitações – licenciado em engenharia civil • Profissão e posição perante o trabalho - E4 • Idade – 41 anos • Sexo - masculino • escolaridade e habilitações – licenciado em desporto • Profissão e posição perante o trabalho – <i>personal trainer</i> (trabalhador independente) E5 • Idade – 48 anos • Sexo - masculino • escolaridade e habilitações – Licenciado em criminologia • Profissão e posição perante o trabalho – guarda prisional
	Possíveis experiências anteriores na militância	E2 – participação em várias associações ao longo de toda a vida E3 – participação em associações locais; primeira vez militante E4 – sem nenhuma experiência prévia E5 – esteve envolvido em organizações no âmbito desportivo

Anexo 6 – análise de conteúdo da “rede social” *Facebook* do partido Chega no mês das eleições presidenciais de 2021 (de 1 a 31 de janeiro de 2021)

Tabela 11 - análise de conteúdo da “rede social” *facebook* do partido Chega no mês das eleições presidenciais de 2021 (de 1 a 31 de janeiro de 2021)

Data da publicação	Dia da semana	Hora de publicação	Número de likes por publicação	Número de comentários	Número de partilha	Tipo de conteúdo da publicação	Tema(s) abordado(s)
31 de janeiro de 2021	Domingo (Fim de semana)	Noite (23:14)	2428	213	211	Texto introdutório Partilha de notícia do observador	Vacinação Covid-19
31 de janeiro de 2021	Domingo (Fim de semana)	Noite (21:52)	438	71	16	Partilha de notícia do observador	Presidenciais
31 de janeiro de 2021	Domingo (Fim de semana)	Noite (19:24)	1736	268	323	Texto crítico sistemático Imagem (“print”) de notícia (observador)	Vacinação Covid-19
31 de janeiro de 2021	Domingo (Fim de semana)	Tarde (15:15)	1127	110	299	Texto crítico sistemático Colagem com Imagem (“print”) de notícia (Visão)	Vacinação Covid-19
31 de janeiro de 2021	Domingo (Fim de semana)	Tarde (14:40)	113	11	17	Texto introdutório Partilha de notícia do <i>website</i> do Chega	Vacinação Covid-19
31 de janeiro de 2021	Domingo (Fim de semana)	Tarde (13:13)	1391	149	80	Partilha de publicação de André Ventura – texto e partilha de notícia do <i>cmjornal</i>	Vacinação Covid-19
31 de janeiro de 2021	Domingo (Fim de semana)	Manhã (10:11)	2080	890	815	Texto de síntese Vídeo (2:23 minutos)	Vacinação Covid-19
30 de janeiro de 2021	Sábado (Fim de semana)	Noite (19:32)	1739	123	537	Texto Imagem de resultado de projeto de resolução	Ensino à distância
30 de janeiro de 2021	Sábado	Tarde (16:48)	999	49	212	Texto introdutório	André Ventura

	(Fim de semana)					Partilha de notícia do Sol	
30 de janeiro de 2021	Sábado (Fim de semana)	Tarde (13:03)	1201	347	47	Imagem ("print") da TVI24 Texto partilhado de André ventura (<i>repost</i>)	Coligações partidárias
30 de janeiro de 2021	Sábado (Fim de semana)	Manhã (11:26)	1997	110	476	Texto Vídeo (ação parlamentar) (1:46 minutos)	Nacionalizações
29 de janeiro de 2021	Sexta-feira (Dia útil)	Noite (23:02)	1349	144	111	Texto (excerto) Partilha de notícia do Observador	Acordos partidários
29 de janeiro de 2021	Sexta-feira (Dia útil)	Noite (22:30)	279	45	36	Texto (excerto) Partilha de notícia do <i>website</i> do Chega	Mercado de Trabalho e banca
29 de janeiro de 2021	Sexta-feira (Dia útil)	Noite (18:10)	618	156	45	Texto (excerto) Partilha de notícia do <i>ionline</i>	Direita portuguesa
29 de janeiro de 2021	Sexta-feira (Dia útil)	Tarde (16:48)	3208	871	1558	Frase introdutória Imagem/ colagem de tabela de gastos	Gastos em aquisição de materiais (ratos para urgências)
29 de janeiro de 2021	Sexta-feira (Dia útil)	Tarde (14:50)	1126	55	94	Frase introdutória Partilha de vídeo do canal de <i>youtube</i> CHEGA TV (ligação para canal)	Vacinação Covid-19
29 de janeiro de 2021	Sexta-feira (Dia útil)	Tarde (13:24)	1767	127	186	Frase introdutória Partilha de vídeo do canal de <i>youtube</i> CHEGA TV (ligação para canal)	Procurador europeu
29 de janeiro de 2021	Sexta-feira (Dia útil)	Manhã (10:49)	1130	104	343	Frase introdutória Colagem com imagens de celebração contratual	Ensino online
29 de janeiro de 2021	Sexta-feira (Dia útil)	Manhã (9:19)	1254	90	205	Texto explanatório com alguma dimensão Colagem acerca de resultado de projeto de resolução	Banif (Banca)
28 de janeiro de 2021	Quinta-feira (Dia útil)	Tarde (16:46)	1486	235	295	Frase introdutória Ligação para vídeo do canal de	Estado de Emergência

						youtube CHEGA TV	
28 de janeiro de 2021	Quinta-feira	Tarde (14:57)	1914	216	415	Frase introdutória Colagem com notícia da <i>cmtv</i>	Vacinação covid-19
28 de janeiro de 2021	Quinta-feira (Dia útil)	Manhã (10:10)	3438	716	1031	Texto (não muito extenso – 6 frases curtas) Colagem de publicações do <i>facebook</i>	Ataques ao partido/ discurso de ódio (Eugénia Vasques)
27 de janeiro de 2021	Quarta-feira (Dia útil)	Noite (20:40)	2104	199	187	Pequeno texto Imagem com Gráfico	Sondagens
27 de janeiro de 2021	Quarta-feira (Dia útil)	Tarde (17:38)	1612	162	194	Texto extenso Fotografia	Mórtagua – críticas à oposição
27 de janeiro de 2021	Quarta-feira (Dia útil)	Tarde (12:08)	707	19	39	Imagem com texto e fotografia	Medidas de confinamento nos Açores
27 de janeiro de 2021	Quarta-feira (Dia útil)	Manhã (10:16)	4952	351	391	Texto pequeno Imagem	Vacinação covid-19
26 de janeiro de 2021	Terça-feira (Dia útil)	Noite (22:29)	3408	434	1097	Pequeno texto Vídeo (2:26)	Estado de Emergência
26 de janeiro de 2021	Terça-feira (Dia útil)	Tarde (15:07)	2345	152	353	Texto (excerto) Partilha de notícia do JN	Vacinação covid-19
26 de janeiro de 2021	Terça-feira (Dia útil)	Manhã (11:27)	4806	483	477	Texto pequeno Imagem sobre força política do partido	Força/ relevância partidária
26 de janeiro de 2021	Terça-feira (Dia útil)	Manhã (11:09)	941	52	40	Partilha de publicação de André Ventura – frase e partilha de notícia	Presidenciais
25 de janeiro de 2021	Segunda-feira (Dia útil)	Noite (20:01)	1139	200	49	Frase Partilha de notícia do JN	Presidenciais
25 de janeiro de 2021	Segunda-feira (Dia útil)	Tarde (17:54)	2792	196	191	Texto extenso (da autoria de Rodrigo Alves Taxa – assessor jurídico) Fotografia	Presidenciais – balanço dos resultados nas eleições
25 de janeiro de 2021	Segunda-feira (Dia útil)	Tarde (15:34)	1321	126	54	Texto (contém citação) Partilha de notícia do website do partido	Presidenciais

25 de janeiro de 2021	Segunda-feira (Dia útil)	Tarde (14:22)	8065	660	315	Imagem (atualização de foto de capa)	Presidenciais – número total de votos e agradecimento
25 de janeiro de 2021	Segunda-feira (Dia útil)	Tarde (12:12)	3689	502	110	Texto pequeno (contém citação) Partilha de notícia da RTP	Presidenciais
24 de janeiro de 2021	Domingo (Fim de semana)	Noite (19:43)	1483	955	65	Frase Partilha de direto da página “André Ventura – Presidenciais 2021” (total de 4:43:14)	Presidenciais – reação ao resultado eleitoral
22 de janeiro	Sexta-feira (Dia útil)	Noite (23:33)	2725	424	77	Fotografia Partilha de publicação (texto) de André Ventura	Presidenciais
22 de janeiro	Sexta-feira (Dia útil)	Noite (23:28)	2337	423	173	Texto pequeno (2 frases) Imagem	Ataques ao partido/ ódio – episódio das “pedras”
22 de janeiro	Sexta-feira (Dia útil)	Noite (21:00)	3575	2982	757	Frase Direto - Vídeo (42:43 minutos)	Presidenciais – comício de encerramento
22 de janeiro	Sexta-feira (Dia útil)	Noite (20:18)	782	148	119	Frase Vídeo (18 segundos)	Ataques ao partido/ ódio – associação à candidatura da Ana Gomes
22 de janeiro	Sexta-feira (Dia útil)	Noite (18:36)	1912	235	150	Pequena legenda Imagem com texto (panfleto)	Presidenciais
22 de janeiro	Sexta-feira (Dia útil)	Tarde (16:53)	718	164	137	Texto pequeno Vídeo (13 segundos)	Ataques ao partido/ ódio Presidenciais
22 de janeiro	Sexta-feira (Dia útil)	Tarde (16:37)	1715	159	45	Texto sintético	Presidenciais – informação de encerramento da campanha
22 de janeiro	Sexta-feira (Dia útil)	Tarde (14:35)	942	39	163	Pequeno texto (2 frases) Partilhado vídeo do canal de <i>youtube</i>	Presidenciais Cooperação internacional – apoio de Salvini
22 de janeiro	Sexta-feira (Dia útil)	Tarde (13:03)	4200	260	393	Texto Panfleto	Ataques ao partido/ ódio Presidenciais
22 de janeiro	Sexta-feira (Dia útil)	Manhã (10:50)	4521	459	455	Texto Panfleto (texto e imagem)	Ataques ao partido/ ódio Presidenciais – episódio das “pedras”
22 de janeiro	Sexta-feira	Madrugada	3272	457	72	Imagem	Ataques ao partido/ ódio

	(Dia útil)	(01:08)				Partilhada de publicação de André Ventura	Presidenciais
21 de janeiro	Quinta-feira (Dia útil)	Noite (20:11)	2868	832	1010	Texto Vídeo (25 segundos)	Ataques ao partido/ ódio Presidenciais – episódio das “pedras”
21 de janeiro	Quinta-feira (Dia útil)	Tarde (17:59)	3849	883	539	Texto Fotografia	Presidenciais – manifestações contra o partido e associação a outros candidatos
21 de janeiro	Quinta-feira (Dia útil)	Tarde (15:42)	2242	877	333	Vídeo (14:13)	Quarta-feira Presidenciais
21 de janeiro	Quinta-feira (Dia útil)	Tarde (15:12)	1119	382	226	Vídeo (46 segundos)	Ataques ao partido/ ódio – ódio e ameaças de morte
21 de janeiro	Quinta-feira (Dia útil)	Tarde (13:20)	2584	147	263	Texto Panfleto	Venezuela e Comunismo – referência à oposição à esquerda no espectro político
21 de janeiro	Quinta-feira (Dia útil)	Tarde (12:27)	2769	307	599	Texto extenso fotografia	Governo/ primeiro ministro
20 de janeiro de 2021	Quarta-feira (Dia útil)	Noite (22:34)	2247	433	629	Texto Partilha de vídeo do canal de <i>yotube</i> CHEGA TV	Governo
20 de janeiro de 2021	Quarta-feira (Dia útil)	Noite (19:49)	2009	403	68	Frase (citação) Partilha de notícia da TVI24	Protestos ao partido
20 de janeiro de 2021	Quarta-feira (Dia útil)	Noite (18:30)	651	51	22	Partilha de direto de utilizador “André Ventura – Presidenciais 2021” (13:19)	Presidenciais
20 de janeiro de 2021	Quarta-feira (Dia útil)	Tarde (14:56)	710	87	34	3 fotografias Partilha de publicação do perfil <i>Novum Canal</i>	Entrevista a André Ventura
20 de janeiro de 2021	Quarta-feira (Dia útil)	Manhã (11:59)	1805	222	155	Texto (citação) Partilha de notícia do DN	Protestos ao partido Espionagem pelo BE (oposição)
19 de janeiro de 2021	Terça-feira (Dia útil)	Noite (22:39)	1400	435	409	Frase Vídeo (2:39)	Protestos ao partido
19 de janeiro de 2021	Terça-feira (Dia útil)	Noite (20:58)	1625	240	213	Frase Partilha de vídeo (encaminhamento) do canal de <i>yotube</i> “André	Espionagem pelo BE (oposição)

						ventura – Presidenciais 2021”	
19 de janeiro de 2021	Terça- feira (Dia útil)	Noite (19:47)	3834	257	408	Texto Panfleto	Presidenciais
19 de janeiro de 2021	Terça- feira (Dia útil)	Noite (19:30)	708	41	11	2 fotografias Partilha de publicação do perfil de André Ventura	Campanha eleitoral
19 de janeiro de 2021	Terça- feira (Dia útil)	Tarde (17:48)	563	38	11	Texto	Campanha eleitoral (presidenciais)
19 de janeiro de 2021	Terça- feira (Dia útil)	Tarde (16:22)	1625	493	105	Vídeo (23 minutos)	Campanha eleitoral (presidenciais)
18 de janeiro de 2021	Segunda -feira (Dia útil)	Noite (23:48)	1141	163	372	Texto Partilha de notícia do <i>Idealista/news</i>	Governo – propriedade/habitação
18 de janeiro de 2021	Segunda -feira (Dia útil)	Noite (22:31)	2160	1208	410	Frase Vídeo (22:23)	Campanha eleitoral (presidenciais)
18 de janeiro de 2021	Segunda -feira (Dia útil)	Noite (21:51)	867	111	157	Frase Panfleto	Entrevista a André Ventura
18 de janeiro de 2021	Segunda -feira (Dia útil)	Noite (21:20)	1516	223	613	Texto breve (2 frases) Panfleto	Crítica ao governo (oposição) – sistema de saúde
18 de janeiro de 2021	Segunda -feira (Dia útil)	Tarde (16:05)	1876	634	253	Frase Vídeo (18:50)	Campanha eleitoral (presidenciais)
18 de janeiro de 2021	Segunda -feira (Dia útil)	Tarde (14:07)	1105	271	50	Frase Panfleto	Campanha eleitoral (presidenciais)
18 de janeiro de 2021	Segunda -feira (Dia útil)	Madrugada (00:05)	2246	995	319	Frase Vídeo (33:32)	Campanha eleitoral (presidenciais) – campanha em Braga
17 de janeiro de 2021	Domingo (Fim de semana)	Noite (22:03)	317	37	105	Texto (citação) Partilha de notícia da <i>Agência Ecclesia</i>	Presidenciais
17 de janeiro de 2021	Domingo (Fim de semana)	Noite (21:08)	2478	313	58	Fotografia Partilha de publicação de André Ventura	Campanha eleitoral (presidenciais) – Guimarães
17 de janeiro de 2021	Domingo (Fim de semana)	Noite (18:02)	5101	1776	666	Frase Vídeo (16:34)	Campanha eleitoral (presidenciais) – Guimarães

17 de janeiro de 2021	Domingo (Fim de semana)	Tarde (16:29)	1386	182	84	Fotografia Partilha de publicação de André Ventura	Crítica ao governo (oposição) – sistema de saúde
17 de janeiro de 2021	Domingo (Fim de semana)	Tarde (12:03)	2226	280	393	Texto extenso (de Rodrigo Alves Taxa) Fotografia	Oposição política – episódio do “batom vermelho”
17 de janeiro de 2021	Domingo (Fim de semana)	Manhã (10:34)	702	173	42	Texto (3 frases breves) Partilha de vídeo de <i>youtube</i>	Campanha eleitoral (presidenciais) – campanha em Chaves, Bragança e Vila Real
16 de janeiro de 2021	Sábado (Fim de semana)	Noite (20:46)	1845	409	253	Frase Vídeo (15:56)	Campanha eleitoral (presidenciais) – campanha em Bragança
16 de janeiro de 2021	Sábado (Fim de semana)	Tarde (17:41)	1009	276	162	Vídeo (29:41))	Campanha eleitoral (presidenciais)
16 de janeiro de 2021	Sábado (Fim de semana)	Tarde (17:07)	1715	577	221	Direto - Vídeo (33:42)	Campanha eleitoral (presidenciais)
16 de janeiro de 2021	Sábado (Fim de semana)	Tarde (15:34)	1588	228	61	Frase Direto - Vídeo (23 segundos)	Campanha eleitoral (presidenciais) – campanha em Chaves
16 de janeiro de 2021	Sábado (Fim de semana)	Tarde (14:48)	7017	867	1289	Texto Panfleto	Presidenciais Género – episódio do “batom vermelho”
16 de janeiro de 2021	Sábado (Fim de semana)	Tarde (12:23)	1016	164	49	Partilha de publicação do André Ventura (texto e partilha de notícia do Observador)	Crítica à oposição (questões de Género) – Ana Gomes e episódio de “batom vermelho”
15 de janeiro de 2021	Sexta-feira (Dia útil)	Noite (22:52)	2120	965	342	Vídeo (33:52)	Campanha eleitoral (presidenciais)
15 de janeiro de 2021	Sexta-feira (Dia útil)	Noite (18:21)	2036	282	75	Fotografia Partilha de publicação de André Ventura	Campanha eleitoral (presidenciais) - sondagens
15 de janeiro de 2021	Sexta-feira (Dia útil)	Tarde (12:47)	1049	170	109	Texto (citação) Partilha de notícia de <i>ionline</i>	Crítica aos meios de comunicação social (reportagem <i>Sic</i>)
15 de janeiro de 2021	Sexta-feira (Dia útil)	Manhã (10:06)	493	74	14	Texto breve (3 frases curtas) Partilha de ligação para vídeo de <i>youtube</i>	Campanha eleitoral (presidenciais) – campanha em Castelo Branco e Guarda
14 de janeiro de 2021	Quinta-feira (Dia útil)	Noite (22:13)	1079	671	228	Vídeo (31:57)	Campanha eleitoral (presidenciais)

14 de janeiro de 2021	Quinta-feira (Dia útil)	Noite (20:59)	1372	198	168	Texto Vídeo (46 segundos) Partilha de publicação de André Ventura	Crítica aos meios de comunicação social (reportagem <i>Sic</i>) – enfoque na etnia cigana
14 de janeiro de 2021	Quinta-feira (Dia útil)	Noite (18:24)	396	21	31	Texto extenso (Rodrigo Alves Taxa – assessor jurídico) Fotografia	Críticas à atuação do governo – medidas de confinamento e consequências sobre tecido empresarial
14 de janeiro de 2021	Quinta-feira (Dia útil)	Tarde (16:23)	840	50	20	Frase Vídeo partilhado do perfil “CHEGA – Santarém” (6:41)	Inauguração da Sede Distrital de Santarém
14 de janeiro de 2021	Quinta-feira (Dia útil)	Tarde (15:47)	1852	700	187	Direto – vídeo de campanha (17:06)	Campanha eleitoral (presidenciais)
14 de janeiro de 2021	Quinta-feira (Dia útil)	Tarde (12:28)	1087	129	41	Vídeo (25:28) Partilha de publicação do perfil “CHEGA Norte TV”	Campanha eleitoral (presidenciais) – campanha em Portalegre
14 de janeiro de 2021	Quinta-feira (Dia útil)	Manhã (10:59)	1511	296	81	Texto (citação) Partilha de ligação a notícia do <i>Sabado</i>	Gestão das redes sociais do partido (Rita Matias, filha de Manuel Matias do PPV/CDC)
13 de janeiro de 2021	Quarta-feira (Dia útil)	Noite (23:12)	409	18	21	Vídeo (44 segundos)	Discurso em Portalegre (campanha eleitoral)
13 de janeiro de 2021	Quarta-feira (Dia útil)	Noite (18:24)	4007	368	342	Texto breve Fotografia	Trocadilho com crítica aos meios de comunicação social (reportagem <i>Sic</i>) – sugestão de investigação ao PS
13 de janeiro de 2021	Quarta-feira (Dia útil)	Tarde (17:14)	1840	102	27	Fotografia Partilha de publicação de André Ventura	Localização/ presença em Santarém (campanha)
13 de janeiro de 2021	Quarta-feira (Dia útil)	Manhã (10:29)	3004	274	144	Panfleto	Presidenciais
13 de janeiro de 2021	Quarta-feira (Dia útil)	Manhã (8:56)	1171	144	471	Texto Partilha de ligação de notícia do Polígrafo	Críticas a oposição socialista (José Guerra, João Guerra, Ana Gomes, Paulo Pedroso)
12 de janeiro de 2021	Terça-feira (Dia útil)	Noite (23:22)	1835	65	108	Texto Fotografia	Cooperação internacional – Marine Le Pen

12 de janeiro de 2021	Terça-feira (Dia útil)	Noite (19:21)	248	22	21	Frase Partilha de ligação de vídeo de <i>Youtube</i>	Declaração de Nuno Afonso no <i>Informed</i>
12 de janeiro de 2021	Terça-feira (Dia útil)	Tarde (16:22)	1428	176	71	Texto Partilha de ligação de vídeo de <i>youtube</i>	Entrevista a André Ventura à CM TV
12 de janeiro de 2021	Terça-feira (Dia útil)	Tarde (12:30)	297	2	36	Frase Partilha de ligação de notícia do website do partido (artigo de Gabriel Mithá Ribeiro)	Presidenciais – justificação de intenção de voto “Humilhações e agressões a polícias, professores, médicos e enfermeiros”
12 de janeiro de 2021	Terça-feira (Dia útil)	Manhã (10:23)	1198	55	100	Frase Partilha de ligação de notícia do DN	Entrevista a Marine Le Pen
11 de janeiro de 2021	Segunda-feira (Dia útil)	Noite (23:54)	669	370	63	Frase Partilha de ligação a vídeo de <i>youtube</i>	Isolamento profilático de André Ventura
11 de janeiro de 2021	Segunda-feira (Dia útil)	Noite (23:17)	804	181	38	Texto breve (2 frases) Panfleto	Cancelamento de ação em Évora devido a isolamento profilático
11 de janeiro de 2021	Segunda-feira (Dia útil)	Noite (20:02)	963	208	65	Texto breve (2 frases) Panfleto	Entrevista a André Ventura na CM TV (jornal)
11 de janeiro de 2021	Segunda-feira (Dia útil)	Noite (18:09)	470	92	66	Texto breve Partilha de ligação de vídeo de <i>youtube</i>	Campanha eleitoral (presidenciais) – campanha no Algarve
11 de janeiro de 2021	Segunda-feira (Dia útil)	Tarde (17:37)	785	38	80	Frase Panfleto	Entrevista a André Ventura à CM TV (informação)
11 de janeiro de 2021	Segunda-feira (Dia útil)	Tarde (16:46)	2959	954	281	Vídeo (13:56)	Campanha eleitoral (presidenciais) no Algarve
11 de janeiro de 2021	Segunda-feira (Dia útil)	Tarde (16:19)	1924	112	62	Texto Fotografia	Campanha eleitoral (presidenciais) – segundo dia em Lagoa
11 de janeiro de 2021	Segunda-feira (Dia útil)	Tarde (14:20)	1533	222	154	Texto extenso (de Rodrigo Alves Taxa – assessor jurídico) Fotografia	Contestação ao partido (episódio de esqueleto no Cineteatro de Serpa)
11 de janeiro de 2021	Segunda-feira (Dia útil)	Tarde (12:26)	1424	146	386	“Print” de jornal Partilha de publicação de André Ventura	Relação entre António Costa e Paulo Pedrosa (caso Casa Pia)

11 de janeiro de 2021	Segunda-feira (Dia útil)	Manhã (10:48)	2012	183	199	Texto Panfleto/ “meme”	Contestação ao partido (episódio de esqueleto no Cineteatro de Serpa)
11 de janeiro de 2021	Segunda-feira (Dia útil)	Madrugada (00:04)	2468	188	295	Texto Partilha de ligação a notícia do <i>Sabado</i>	Críticas a medidas do governo – oposição face ao fecho de cafés, restaurantes e comércio
10 de janeiro de 2021	Domingo (Fim de semana)	Noite (20:35)	4801	1112	1885	Texto extenso Panfleto	Nomeação de Mamadou Ba pelo governo para combater racismo e discriminação
10 de janeiro de 2021	Domingo (Fim de semana)	Noite (18:05)	1443	108	249	Texto de sistematização Partilha de ligação de notícia do Polígrafo	Críticas a oposição - votação do Bloco de esquerda
10 de janeiro de 2021	Domingo (Fim de semana)	Tarde (17:00)	1020	125	146	Texto (contém citação) Partilha de ligação de notícia do Polígrafo	Críticas a oposição - Votação do Bloco de esquerda
10 de janeiro de 2021	Domingo (Fim de semana)	Tarde (15:47)	519	107	112	Frase Partilha de ligação para vídeo de <i>youtube</i>	Declarações de André Ventura sobre reunião com primeiro ministro – reflexões sobre novo confinamento e oposição ao governo
10 de janeiro de 2021	Domingo (Fim de semana)	Manhã (10:17)	840	190	68	Texto (contém citação) Partilha de ligação para notícia do Observador	Legalização do partido Resultados eleitorais
10 de janeiro de 2021	Domingo (Fim de semana)	Manhã (9:20)	1759	119	83	Texto Partilha de ligação para notícia do Sol	Cooperação internacional – Marine Le Pen
9 de janeiro de 2021	Sábado (Fim de semana)	Noite (22:56)	2705	1058	361	Direto – vídeo de 22:26	Campanha eleitoral (presidenciais)
9 de janeiro de 2021	Sábado (Fim de semana)	Noite (22:46)	1367	305	123	Direto – vídeo de 10 minutos	Campanha eleitoral (presidenciais) Participação de Marine Le Pen
9 de janeiro de 2021	Sábado (Fim de semana)	Noite (19:15)	319	33	14	Partilha de publicação do perfil “CHEGA – Distrital de Lisboa”	Cancelamento de ação partidária - jantar - devido ao estado de emergência
9 de janeiro de 2021	Sábado (Fim de semana)	Noite (19:11)	2249	617	56	Fotografia de resultados de sondagens Partilha de publicação de André Ventura	Presidenciais

9 de janeiro de 2021	Sábado (Fim de semana)	Tarde (17:09)	209	34	13	Frase Partilha de ligação de notícia do website do partido (artigo de Gabriel Mithá Ribeiro)	“Descobrimientos”, colonização
9 de janeiro de 2021	Sábado (Fim de semana)	Tarde (14:00)	3250	203	156	5 fotografias Partilha de publicação de Marine Le Pen	Campanha Chega com presença de Marine Le Pen
9 de janeiro de 2021	Sábado (Fim de semana)	Manhã (10:00)	1360	194	131	Texto Vídeo (55 segundos)	Campanha Chega com presença de Marine Le Pen Cooperação internacional
8 de janeiro de 2021	Sexta-feira (Dia útil)	Noite (18:32)	2029	193	158	Texto (contém citação) Partilha de ligação de notícia do Observador	Cooperação internacional – Marine Le Pen (críticas a governo e apoio a André Ventura)
8 de janeiro de 2021	Sexta-feira (Dia útil)	Tarde (17:42)	1584	658	146	Texto breve (2 frases) Panfleto	Debate presidencial entre André Ventura e Ana Gomes na TVI
8 de janeiro de 2021	Sexta-feira (Dia útil)	Tarde (13:56)	1063	278	87	Texto Partilha de ligação de notícia do Jornal e Agora	Crítica a oposição – Ana Gomes e a sua posição face à migração e diáspora
8 de janeiro de 2021	Sexta-feira (Dia útil)	Manhã (7:57)	4015	418	208	Frase Panfleto	Cooperação internacional – Marine Le Pen Agradecimento do apoio e visita da francesa
7 de janeiro de 2021	Quinta-feira (Dia útil)	Noite (22:54)	3888	738	78	Partilha de publicação de André Ventura – texto breve (2 frases) e “print” da programação televisiva	Debates presidenciais – debate entre André Ventura e Marisa Matias na Síc
7 de janeiro de 2021	Quinta-feira (Dia útil)	Noite (20:19)	1350	718	51	Texto Panfleto	Informação acerca do debate presidencial entre André Ventura e Marisa Matias
7 de janeiro de 2021	Quinta-feira (Dia útil)	Noite (20:11)	1446	57	37	Texto breve (2 frases informativas) Partilha de ligação para notícia do website do partido	Cooperação internacional – jantar de comício com a presença de Marine Le Pen
7 de janeiro de 2021	Quinta-feira (Dia útil)	Tarde (13:40)	1002	199	134	Texto extenso (de Rodrigo Alves Taxa – assessor jurídico) Fotografia	Debates presidenciais – comentário ao debate entre Marcelo Rebelo de Sousa e André Ventura

7 de janeiro de 2021	Quinta-feira (Dia útil)	Manhã (11:38)	223	8	19	Frase Partilha de ligação para notícia do website do partido	Reflexão sobre crises, memória coletiva, colonização das “mentes”
6 de janeiro de 2021	Quarta-feira (Dia útil)	Noite (20:41)	1725	596	41	Breve texto informativo Vídeo (23 segundos)	Debates presidenciais – debate entre André Ventura e Marcelo Rebelo de Sousa
6 de janeiro de 2021	Quarta-feira (Dia útil)	Noite (18:11)	1354	349	219	Texto Panfleto	Debates presidenciais debate entre André Ventura e Marcelo Rebelo de Sousa na <i>Sic</i>
6 de janeiro de 2021	Quarta-feira (Dia útil)	Tarde (15:39)	1140	75	85	Texto Direto - Vídeo (5:39)	Críticas aos meios de comunicação social (Grande reportagem da <i>Sic</i>)
6 de janeiro de 2021	Quarta-feira (Dia útil)	Tarde (14:27)	538	62	22	Texto de opinião (Rodrigo Alves Taxa – assessor jurídico) Fotografia	Reflexão acerca do debate entre André Ventura de Tiago Mayan
6 de janeiro de 2021	Quarta-feira (Dia útil)	Manhã (10:27)	612	44	55	Texto (citação de José Manuel Fernandes) Partilha de ligação para notícia do Observador (<i>podcast</i>)	Mandato parlamentar de André Ventura
6 de janeiro de 2021	Quarta-feira (Dia útil)	Manhã (9:51)	642	123	112	Texto breve (2 frases) Vídeo de Nuno Afonso (1:28)	Debate presidencial entre Marcelo Rebelo de Sousa e André Ventura na <i>Sic</i>
5 de janeiro de 2021	Terça-feira (Dia útil)	Noite (23:44)	3292	942	529	Vídeo de André Ventura (5 minutos e 39 segundos)	Críticas aos meios de comunicação social (Grande reportagem da <i>Sic</i>)
5 de janeiro de 2021	Terça-feira (Dia útil)	Noite (20:06)	402	18	32	Texto breve (2 frases) Partilha de ligação para vídeo de <i>youtube</i>	Apoio de Abel Matos Santos à candidatura para as eleições presidenciais de André Ventura
5 de janeiro de 2021	Terça-feira (Dia útil)	Noite (19:25)	218	29	28	Texto (contém citação) Partilha de ligação para notícia do website do partido	Marxismo
5 de janeiro de 2021	Terça-feira (Dia útil)	Tarde (15:01)	1821	293	61	Partilha de publicação de André Ventura – fotografia com Marine Le Pen e partilha de ligação a notícia do <i>ionline</i>	Movimento antifascista Oposição ao partido
5 de janeiro de 2021	Terça-feira	Tarde (12:25)	1529	180	116	Texto (de Rodrigues Alves)	Debates presidenciais – debate entre André

	(Dia útil)					Taxa – assessor jurídico)	Ventura e Vitorino Silva Meios de comunicação social – grande reportagem <i>Sic</i>
5 de janeiro de 2021	Terça-feira (Dia útil)	Manhã (10:46)	719	132	178	Texto Panfleto	Debate entre André Ventura e Tiago Mayan na <i>Sic</i> – presidenciais
4 de janeiro de 2021	Segunda-feira (Dia útil)	Noite (22:00)	2920	203	353	Texto Panfleto com gráfico relativo a sondagens	Presidenciais – resultados de sondagens
4 de janeiro de 2021	Segunda-feira (Dia útil)	Noite (20:07)	327	9	22	Frase Partilha de ligação de notícia do website do partido (comentário de Gabriel Mithá Ribeiro)	Eleições presidenciais Balanço acerca do percurso do partido e do seu futuro
4 de janeiro de 2021	Segunda-feira (Dia útil)	Noite (19:19)	559	171	51	Frase Panfleto	Debates presidenciais – André Ventura e Vitorino Silva na RTP
4 de janeiro de 2021	Segunda-feira (Dia útil)	Tarde (16:07)	901	95	44	Texto (contém citação) Partilha de ligação a notícia do <i>cmjornal</i>	Críticas ao governo – medidas do estado de emergência
4 de janeiro de 2021	Segunda-feira (Dia útil)	Tarde (13:40)	793	57	49	Texto extenso (Rodrigo Alves Taxa – assessor jurídico) Fotografia	Debates presidenciais – debate entre João Ferreira e André Ventura Comunismo
4 de janeiro de 2021	Segunda-feira (Dia útil)	Manhã (10:45)	1287	52	175	Texto Partilha de ligação de blog Portugal contemporâneo	Presidenciais – justificação de voto em André Ventura
3 de janeiro de 2021	Domingo (Fim de semana)	Noite (20:43)	691	83	0	Frase Partilha do evento	Entrevista a André Ventura pela Associação Académica da Universidade de Lisboa
3 de janeiro de 2021	Domingo (Fim de semana)	Tarde (17:08)	1394	362	287	2 Frases Panfleto	Debates presidenciais – informação do debate entre Vitorino Silva e André Ventura
3 de janeiro de 2021	Domingo (Fim de semana)	Tarde (13:15)	1805	208	386	Texto Panfleto	Comunismo – PCP e celebração dos 150 anos do nascimento de Lenine
3 de janeiro de 2021	Domingo (Fim de semana)	Tarde (12:05)	135	13	30	2 frases Partilha de ligação a notícia de alianza24	Entrevista a Manuel Matias (assessor parlamentar)

2 de janeiro de 2021	Sábado (Fim de semana)	Noite (23:26)	1769	536	260	Texto Partilha de ligação a vídeo de <i>youtube</i> (debate presidencial entre André Ventura e João Ferreira)	Presidenciais – debate presidencial entre André Ventura e João Ferreira
2 de janeiro de 2021	Sábado (Fim de semana)	Noite (20:01)	259	83	26	Texto Partilha de publicação da TVI24 (24 segundos)	Debates presidenciais – debate entre André Ventura e João Ferreira
2 de janeiro de 2021	Sábado (Fim de semana)	Manhã (11:35)	2167	165	191	Texto (contém citação) Partilha de notícia da <i>sicnotícias</i>	Intimação de André Ventura contra a Assembleia da República e Ferro Rodrigues
1 de janeiro de 2021	Sexta-feira (Dia útil)	Noite (21:54)	2995	159	303	Texto Panfleto com resultados de sondagens da oposição ao governo	Oposição do governo – resultados de sondagens (pontos percentuais de subida/ descida) com os partidos da oposição
1 de janeiro de 2021	Sexta-feira (Dia útil)	Noite (18:09)	1349	165	324	Texto Panfleto	Debates presidenciais – informação acerca do debate entre André Ventura e João Ferreira na TVI
1 de janeiro de 2021	Sexta-feira (Dia útil)	Tarde (12:49)	2133	162	116	Texto (contém citação) Partilha de ligação para notícia do JN	Oposição ao governo – liderança da oposição
1 de janeiro de 2021	Sexta-feira (Dia útil)	Tarde (12:30)	1375	80	164	Frase Vídeo - 1 minuto e 3 segundos com predominância de André Ventura	“Feliz e próspero Ano Novo” Percurso do partido no ano de 2020

Anexo 7 – análise de conteúdo da “rede social” *Instagram* do partido Chega no mês das eleições presidenciais de 2021 (de 1 a 31 de janeiro de 2021)

Tabela 12 - análise de conteúdo da “rede social” *instagram* do partido Chega no mês das eleições presidenciais de 2021 (de 1 a 31 de janeiro de 2021)

Data da publicação	Dia da semana	Número de <i>likes</i> por publicação	Número de comentários por publicação	Número de visualizações e duração do vídeo	Tipo de conteúdo da publicação	Tema(s) abordado(s)
31 de janeiro de 2021	Domingo (Fim de semana)	3757	640	29 034 (25 segundos)	Vídeo de 25 segundos do Spam Cartoon da RTP	Eleições presidenciais- resultados eleitorais + modo de tratamento da comunicação social (crítica à RTP)
31 de janeiro de 2021	Domingo (Fim de semana)	1895	191	(Não se aplica)	Print de notícia do Observador	Vacinação covid-19 – crítica a comentário de Francisco Ramos (crítica a comentário relativo ao partido e a apoio a Marisa Matias nas presidenciais)
30 de janeiro	Sábado (Fim de semana)	2775	144	(Não se aplica)	Flyer relativo a projeto de resolução do partido (nº 381)	Educação – projeto relativo a meios de ensino à distância + crítica a votos contra (PS, BE, PCP, PEV e JKM)
28 de janeiro	Quinta-feira (Dia útil)	4265	292	52 802 (2:40 min)	Vídeo de 2:40 min	Pandemia – estado de emergência e crítica face a encerramento de fronteiras (“tardio”) + critérios de ordem de vacinação + medidas de ensino à distância (“falta de meios”)
28 de janeiro	Quinta-feira (Dia útil)	2502	134	(Não se aplica)	Sondagem da Universidade Católica	Defesa da necessidade da coligação com o Chega para formar governo à direita
28 de janeiro	Quinta-feira (Dia útil)	3405	464	(Não se aplica)	Colagem de Print de publicação de Eugénia Vasques no <i>facebook</i> e de foto com Catarina Martins	Crítica à oposição – crítica ao “ódio de bem da Esquerda em Portugal”

27 de janeiro	Quarta-feira (Dia útil)	2224	173	(Não se aplica)	Print de notícia do expresso com comentário	Crítica ao modo como o partido é criticado comparativamente a outros partidos – caso da camara de Castro Verde (socialista) e anúncio de “” rigoroso confinamento de comunidade” cigana” (levanta questão se é “racista e xenófoba”)
26 de janeiro	Terça-feira (Dia útil)	3183	286	(Não se aplica)	Figura (mapa de Portugal) com distribuição dos candidatos às presidenciais (sem inclusão de Marcelo Rebelo de Sousa)	Eleições presidenciais – alusão a uma maior representação de André Ventura comparativamente aos restantes candidatos (com exceção 9de Marcelo Rebelo de Sousa); fi10gura sem legenda explicativa
24 de janeiro	Domingo (Fim de semana)	8024	966	(Não se aplica)	Fotografia de André Ventura com imagem de bandeira de Portugal em segundo plano	Eleições presidenciais – agradecimento pelos votos
22 de janeiro	Sexta-feira (Dia útil)	2117	532	17 900 (59 segundos)	Vídeo (59 segundos) – André Ventura discursa com palco da última campanha eleitoral em plano de fundo	Eleições presidenciais – fim da campanha e apelo ao voto
22 de janeiro	Sexta-feira (Dia útil)	3031	174	(Não se aplica)	Fotografia de André Ventura em campanha eleitoral a segurar a bandeira de Portugal	Eleições Presidenciais – campanha eleitoral
22 de janeiro	Sexta-feira (Dia útil)	2426	105	(Não se aplica)	Colagem com print de notícia do Público e apelo ao voto	Eleições Presidenciais – alegação de que André Ventura é “o único candidato contra a corrupção” mobilizando notícia acerca de propostas de aumento de penas
22 de janeiro	Sexta-feira (Dia útil)	1740	102	14 601 (1:06 segundos)	Vídeo (1:06 min) – vídeo de Salvini (do partido Lega em Itália)	Eleições presidenciais + cooperação internacional entre partidos
22 de janeiro	Sexta-feira (Dia útil)	2458	108	(Não se aplica)	Fotografia com comentários (fotografia a preto e branco com exceção de um cartaz da candidata Ana Gomes, assim	Campanha eleitoral – referência a “ataques políticos” (referência ao “episódio das pedras”) + apelo ao voto

					evidenciado; alusão a episódio “das pedras”)	
22 de janeiro	Sexta-feira (Dia útil)	2807	126	(Não se aplica)	Flyer/ colagem (comentário + 2 fotografias – André Ventura abaixado e fotografia mais pequena de zoom em pedra + apelo ao voto)	Eleições presidenciais – “ataques políticos” (alusão ao “episódio das pedras”)
22 de janeiro	Sexta-feira (Dia útil)	2657	240	(Não se aplica)	Fotografia (André Ventura abaixado rodeado de seguranças a entrar em carro – “episódio das pedras”)	Eleições presidenciais – “ataques políticos” (alusão ao “episódio das pedras”)
21 de janeiro	Quinta-feira (Dia útil)	5324	765	35 425 (24 segundos)	Vídeo (24 segundos) – camara segue percurso de André Ventura ao deslocar-se do estabelecimento até ao carro durante o “episódio das pedras”	Eleições presidenciais – “ataques políticos” (alusão ao “episódio das pedras”)
21 de janeiro	Quinta-feira (Dia útil)	2567	56	(Não se aplica)	Fotografia de André Ventura (preto e branco) com texto de apelo à comunidade venezuelana residente em Portugal	Campanha eleitoral – apelo à comunidade venezuelana em Portugal
19 de janeiro	Terça-feira (Dia útil)	2118	465	20 356 (26 segundos)	Vídeo (26 segundos) – manifestantes contra a campanha de André Ventura em Coimbra	Campanha eleitoral – oposição cívica à candidatura
19 de janeiro	Terça-feira (Dia útil)	3733	242	(Não se aplica)	Fotografia de outdoor da campanha presidencial	Campanha presidencial
17 de janeiro	Domingo (Fim de semana)	3136	366	59 289 (1:19 minutos)	Vídeo (1:19) – vídeo de campanha eleitoral com “apoiantes da etnia cigana”	Campanha presidencial
16 de janeiro	Sábado (Fim de semana)	4523	314	(Não se aplica)	Fotografia de André Ventura (a cores) a discursar gesticulando com os braços	Campanha presidencial – descrição a citar André Ventura relativamente ao “episódio do batom vermelho”
16 de janeiro	Sábado (Fim de semana)	4592	385	(Não se aplica)	Fotografia de André Ventura (lado esquerdo) com citação do mesmo relativamente ao	Crítica à oposição nas presidenciais (alusão indireta a Marisa Matias)

					“episódio do batom vermelho” (lado direito)	
14 de janeiro	Quinta-feira (Dia útil)	4125	272	(Não se aplica)	Fotografia a cores de André Ventura	Campanha presidencial – referência de André Ventura como futuro presidente
13 de janeiro	Quarta-feira (Dia útil)	2901	192	(Não se aplica)	Total de 4 fotografias – fotografias de campanha eleitoral (primeira a enfatizar os aderentes e restantes focadas em André Ventura)	Campanha presidencial
13 de janeiro	Quarta-feira (Dia útil)	2218	50	(Não se aplica)	Fotografia de André Ventura em campanha em Santarém	Campanha presidencial
12 de janeiro	Terça-feira (Dia útil)	2407	93	(Não se aplica)	Flyer – anúncio de debate presidencial entre André Ventura e restantes candidatos presidenciais (na RTP dia 12)	Debates presidenciais
12 de janeiro	Terça-feira (Dia útil)	3585	158	(Não se aplica)	Fotografia de senhor a segurar pintura de André Ventura (a cores)	Campanha presidencial – campanha na Doca de Pesca de Lagoa na qual ocorreu a oferta de uma pintura com retrato de André Ventura
10 de janeiro	Domingo (Fim de semana)	2778	315	(Não se aplica)	Meme – fotografia de André Ventura em campanha com esqueleto no palco (alusão a esqueleto como sistema corrupto e André Ventura como “salvador”)	Campanha eleitoral – exaltação do candidato André Ventura
10 de janeiro	Domingo (Fim de semana)	3938	286	(Não se aplica)	Fotografia (que enquadrada com a legenda se torna meme) – André Ventura a colocar as mãos na cabeça teatralmente com legenda “Quando te dizem que o André Ventura vai ficar atrás da Ana Gomes”	Presidenciais – comentário acerca das previsões dos resultados das eleições presidenciais
10 de janeiro	Domingo (Fim de semana)	4505	366	(Não se aplica)	Fotografia de André Ventura (em primeiro plano) com multidão (segundo plano) em	Campanha presidencial

					momento de campanha	
9 de janeiro	Sábado (Fim de semana)	1469	93	12 551 (11:05 minutos)	Vídeo (11:05) – campanha eleitoral em Lisboa com discurso de André Ventura	Campanha presidencial
8 de janeiro	Sexta-feira (Dia útil)	3176	343	39 981 (1:54 minutos)	Vídeo (1:54 minutos) - segmento do debate presidencial entre André Ventura e Ana Gomes na TVI	Debates presidenciais
8 de janeiro	Sexta-feira (Dia útil)	3727	339	(Não se aplica)	Fotografia de Ana Gomes com José Sócrates	Críticas à oposição – crítica à candidata presidencial Ana Gomes por alegada associação a José Sócrates
8 de janeiro	Sexta-feira (Dia útil)	1939	95	(Não se aplica)	<i>Flyer</i> – anúncio de debate presidencial entre André Ventura e Ana Gomes (sexta-feira, dia 8 na TVI)	Debates presidenciais - anúncio de debate presidencial entre André Ventura e Ana Gomes
8 de janeiro	Sexta-feira (Dia útil)	2908	328	(Não se aplica)	<i>Flyer</i> – frase e fotografia de Le Pen a anunciar a sua presença em Portugal	Cooperação Internacional – receção de Marine Le Pen em Portugal pelo partido Chega
7 de janeiro	Quinta-feira (Dia útil)	3241	379	29 018 (29 segundos)	Vídeo (29 segundos) - segmento do debate presidencial entre André Ventura e Marisa Matias na <i>Sic</i> (assunto: impostos, apoios sociais)	Debates presidenciais
7 de janeiro	Quinta-feira (Dia útil)	4115	273	58 337 (1:21 minutos)	Vídeo (1:21 minutos) - segmento do debate presidencial entre André Ventura e Marisa Matias na <i>Sic</i> (assunto: saúde privada)	Debates presidenciais
7 de janeiro	Quinta-feira (Dia útil)	5188	438	35 959 (8 segundos)	Vídeo (8 segundos) – André Ventura comenta debate com Marisa Matias após terminar o mesmo (menção a debate com Ana Gomes)	Debates presidências
7 de janeiro	Quinta-feira (Dia útil)	2608	100	(Não se aplica)	Fotografia – André Ventura com Manuel Luís Goucha com cenário de	Campanha eleitoral – presença em programa da tarde da TVI com Manuel Luís Goucha

					programa em plano de fundo	
7 de janeiro	Quinta-feira (Dia útil)	1634	81	18 346 (52 segundos)	Vídeo (52 segundos) - segmento do debate presidencial entre André Ventura e Marcelo Rebelo de Sousa na <i>Sic</i>	Debates presidenciais
7 de janeiro	Quinta-feira (Dia útil)	1462	79	(Não se aplica)	<i>Flyer</i> – anúncio de debate presidencial entre André Ventura e Marisa Matias (quinta-feira, dia 7 na <i>Sic</i>)	Debates Presidenciais
7 de janeiro	Quinta-feira (Dia útil)	3309	144	(Não se aplica)	<i>Flyer</i> – contém figura com distribuição das penas máximas na europa com alusão a questão presente no debate presidencial entre André Ventura e Marcelo Rebelo de Sousa	Debates presidenciais – crítica a afirmações do opositor no debate (Marcelo Rebelo de Sousa) relativamente às penas máximas na europa
6 de janeiro	Quarta-feira (Dia útil)	4360	430	85 488 (2:15 minutos)	Vídeo (2:15) - segmento do debate presidencial entre André Ventura e Marcelo Rebelo de Sousa na <i>Sic</i>	Debates presidenciais
6 de janeiro	Quarta-feira (Dia útil)	2721	274	34 121 (1:17 minutos)	Vídeo (1:17 minutos) - segmento do debate presidencial entre André Ventura e Marcelo Rebelo de Sousa na <i>Sic</i>	Debates presidenciais
6 de janeiro	Quarta-feira (Dia útil)	1765	117	(Não se aplica)	<i>Flyer</i> – anúncio de debate presidencial entre André Ventura e Marcelo Rebelo de Sousa (quarta-feira, dia 6 na <i>Sic</i>)	Debates presidenciais
5 de janeiro	Terça-feira (Dia útil)	4365	373	99 313 (5:27 minutos)	Vídeo (5:27 minutos) - segmento do debate presidencial entre André Ventura e Tiago Mayan na <i>Sic Notícias</i>	Debates presidenciais
5 de janeiro	Terça-feira (Dia útil)	1558	50	11 241 (12 segundos)	Vídeo (12 segundos) – campanha presidencial em Setúbal	Campanha presidencial

5 de janeiro	Terça-feira (Dia útil)	1239	29	17 335 (1:31 minutos)	Vídeo (1:31 minutos) - segmento do debate presidencial entre André Ventura e Tiago Mayan	Debates presidenciais
5 de janeiro	Terça-feira (Dia útil)	1079	26	(Não se aplica)	<i>Flyer</i> – anúncio de debate presidencial entre André Ventura e Tiago Mayan (terça-feira, dia 5 na sic notícias)	Eleições presidenciais – debates presidenciais - anúncio de debate presidencial entre André Ventura e Tiago Mayan (terça-feira, dia 5 na sic notícias)
5 de janeiro	Terça-feira (Dia útil)	2702	90	(Não se aplica)	<i>Flyer</i> com colagem de gráfico de barras com sondagem pitagórica para a <i>tvi</i> e <i>observador</i> na qual o chega surge como terceira força política (9,1%)	Popularidade partidária – distribuição percentual das forças partidárias
4 de janeiro	Segunda-feira (Dia útil)	2197	127	15 814 (27 segundos)	Vídeo (27 segundos) – vídeo de conversa entre André Ventura e Vitorino Silva após debate presidencial	Debate presidencial – vídeo de conversa entre André Ventura e Vitorino Silva após o debate presidencial na RTP3
4 de janeiro	Segunda-feira (Dia útil)	1349	40	9976 (17 segundos)	Vídeo (17 segundos) – comunicação de André Ventura a publicitar o debate presidencial com Vitorino Silva	Campanha presidencial – anúncio do debate presidencial entre Vitorino Silva e André Ventura
4 de janeiro	Segunda-feira (Dia útil)	1402	93	(Não se aplica)	<i>Flyer</i> – anúncio de debate presidencial entre André Ventura e Vitorino Silva (segunda-feira, dia 4 de janeiro na RTP)	Eleições presidenciais – debates presidenciais - anúncio de debate presidencial entre André Ventura e Vitorino Silva (segunda-feira, dia 4 de janeiro na RTP3)
3 de janeiro	Domingo (Fim de semana)	1636	80	27 385 (2:21 minutos)	Vídeo (2:21 minutos) - segmento do debate presidencial entre André Ventura e João Ferreira na TVI 24	Debates presidenciais
3 de janeiro	Domingo (Fim de semana)	2870	180	33 620 (1:13 minutos)	Vídeo (1:13 minutos) – segmento do debate presidencial entre André Ventura e João Ferreira na TVI 24	Debates presidenciais
3 de janeiro	Domingo	2020	113	(Não se aplica)	<i>Flyer</i> (colagem de prints do website do PCP com	Crítica à oposição – críticas às celebrações de

	(Fim de semana)				comentários; alusão indireta a conteúdo do debate presidencial com João Ferreira)	aniversário de Lenine no website do PCP e posterior retirada após debate presidencial com João Ferreira
2 de janeiro	Sábado (fim de semana)	2132	74	(Não se aplica)	Panfleto – líderes da oposição (Rui Rio, André Ventura e Catarina Martins) com percentagens (<i>do barómetro aximage</i>); André Ventura destacado por posição ao centro e ser o único a cores	Oposição governativa – comparação através de dados (<i>do barómetro aximage</i>) com líderes da oposição
1 de janeiro	Sexta-feira (Dia útil)	1117	51	(Não se aplica)	<i>Flyer</i> – anúncio de debate presidencial entre André Ventura e João Ferreira (sábado, dia 2 de janeiro na TVI 24)	Eleições presidenciais – debates presidenciais - anúncio de debate presidencial entre André Ventura e João Ferreira (sábado, dia 2 de janeiro na TVI 24)

Anexo 8 – análise de conteúdo da “rede social” *Youtube* do partido Chega no mês das eleições presidenciais de 2021 (de 1 a 31 de janeiro de 2021)

Tabela 13 - análise de conteúdo da “rede social” youtube do partido Chega no mês das eleições presidenciais de 2021 (de 1 a 31 de janeiro de 2021)

Data da publicação	Dia da semana	Número de visualizações	Número de gostos por publicação	Número de “não gosto” por publicação	Número de comentários por publicação	Duração do vídeo	Tema(s) abordado(s)
29 de janeiro	Sexta-feira (Dia útil)	12 265	1 mil	20	216	0:27	Discurso de André Ventura na assembleia da República cuja temática assentou nos critérios de vacinação
29 de janeiro	Sexta-feira (Dia útil)	35 419	2,3 mil	57	208	2:11	Discurso de André Ventura na assembleia da República cujas temáticas foram: contrato de vacinas; impacto económico da pandemia; defesa do lema “Europa primeiro”; Novo presidente estadunidense – crítica a teor paternalista do discurso; estado político de moçambique; procurador europeu José Guerra
28 de janeiro	Quinta-feira (Dia útil)	115 936	4,7 mil	150	709	2:40	Discurso de André Ventura na assembleia da República cuja temática assenta em críticas ao governo face às medidas adotadas no combate à pandemia – exemplos do não fechamento de fronteiras, critérios de vacinação (indivíduos com posições em órgãos de soberania), educação e meios para ensino à distância, entre outras
26 de janeiro	Terça-feira (dia útil)	28 656	2,6 mil	46	468	4:03	Discurso de André Ventura (repostagem da RTP3) cujo tema é crítica aos critérios de vacinação definidos pelo governo – questão dos titulares de órgãos de soberania
20 de janeiro	Quarta-feira (dia útil)	46 125	3,2 mil	49	597	1:36	Crítica ao governo – candidatura à procuradoria europeia

							(declarações de Espanha)
12 de janeiro	Terça-feira (dia útil)	13 608	1 mil	24	180	2:55	Discurso de Nuno Afonso (repostagem da CM TV) cujos temas abordados foram: episódio das múltiplas testagens de Marcelo Rebelo de Sousa com resultados distintos; outras doenças não covid; medidas do governo; dimensão económica da pandemia
10 de janeiro	Domingo (fim semana)	32 367	1,8 mil	57	555	12:12	Discurso de André Ventura (repostagem da tví 24) cujo tema é novo confinamento
4 de janeiro	Segunda-feira (dia útil)	14 808	1,3 mil	31	392	9:20	Discurso de André Ventura (repostagem da RTP3) acerca da renovação do estado de emergência, vacinação, medidas de apoio; critica ao ministro da administração interna
3 de janeiro	Domingo (fim semana)	7703	630	26	146	15:28	Discurso de Gabriel Mithá Ribeiro em Santarém (18/12/2020) cujos temas mencionados foram: Candidatura de André Ventura à presidência da república; Xenofobia; Imigração ilegal; Violência doméstica; Ideologia do género; Salazarismo; Patriotismo; Fascismo; Mundialismo; Multiculturalismo

Anexo 9 – análise de conteúdo da “rede social” *Twitter* do partido Chega no mês das eleições presidenciais de 2021 (de 1 a 31 de janeiro de 2021)

Tabela 14 - análise de conteúdo da “rede social” twitter do partido Chega no mês das eleições presidenciais de 2021 (de 1 a 31 de janeiro de 2021)

Data da publicação	Dia da semana	Número de likes por publicação	Número de comentários por publicação	Número de partilhas por publicação	“Repost”	Visualizações	Tipo de conteúdo da publicação	Tema(s) abordado(s)
31 de janeiro	Domingo (Fim de semana)	1,6 mil	422	571	Partilha de publicação de André Ventura	48,6mil	Vídeo de 25 segundos (Spam Cartoon da RTP)	Eleições presidenciais- resultados eleitorais + modo de tratamento da comunicação social (crítica à RTP)
31 de janeiro	Domingo (Fim de semana)	153	10	16	Partilha de notícia do Observador	Não se aplica	Notícia partilhada pela rede social do Observador	Pedido de audição parlamentar de Francisco Ramos pelo Chega
31 de janeiro	Domingo (Fim de semana)	145	8	21	Não se aplica	Não se aplica	Print de notícia de jornal com comentário	Print de notícia de jornal sobre vacinação indevida de autarca do partido socialista
31 de janeiro	Domingo (Fim de semana)	620	91	62	Partilha de tweet de André Ventura	Não se aplica	Comentário a notícia do Observador (notícia em link de website)	Comentário de Francisco Ramos acerca de vacinação indevida e partido Chega
31 de janeiro	Domingo (Fim de semana)	243	21	39	Não se aplica	Não se aplica	Comentário e print de notícia do Observador	Pedido de demissão de Francisco Ramos após declarações relativas à vacinação indevida e ao partido Chega
31 de janeiro	Domingo (Fim de semana)	178	12	27	Não se aplica	Não se aplica	Comentário e partilha de notícia do observador	Comentário de Francisco Ramos acerca de vacinação indevida e partido Chega
31 de janeiro	Domingo (Fim de semana)	165	14	23	Não se aplica	2,2 mil (1:00)	Comentário e vídeo de segmento da <i>sic</i> notícias de declarações de Francisco Ramos	Comentário de Francisco Ramos acerca de vacinação indevida e partido Chega

30 janeiro	Sábado (Fim de semana)	847	133	119	Partilha de <i>Tweet</i> de André Ventura	15,4 mil (00:54)	Comentário e vídeo de segmento da <i>sic notícias</i> de declarações de Francisco Ramos	Comentário de Francisco Ramos acerca de vacinação indevida e partido Chega
30 de janeiro	Sábado (Fim de semana)	147	11	30	Resposta a publicação de “Grupo parlamentário de VOX em el Congreso”	142,3 mil (00:44) (Vídeo do <i>tweet</i> do VOX)	Comentário a <i>tweet</i> de “Grupo parlamentário de VOX em el Congreso”	“Ataque” sofrido pelo VOX e Santi Abascal em Espanha; cooperação internacional
30 de janeiro	Sábado (Fim de semana)	93	8	19	Resposta a <i>tweet</i> de Pedro Coelho sobre José António Saraiva acumular cargos de arquiteto e jornalistas – alegação de conflito de interesses	Não se aplica	Comentário e print sobre apoio aos órgãos de comunicação nacionais, com maior componente ao grupo Imprensa	Subentendido alegado conflito de interesses do apoio aos órgãos de comunicação definido pelo governo, principalmente, relativamente ao grupo Imprensa
30 de janeiro	Sábado (Fim de semana)	278	24	66	Não se aplica	Não se aplica	Comentário, fotografia e títulos de notícias de Maria Begonha	Comentário crítico relativo ao posicionamento de Maria Begonha enquanto política prioritária na vacinação; crítica ao Partido Socialista
30 de janeiro	Sábado (Fim de semana)	128	6	38	Não se aplica	Não se aplica	Comentário de print de rejeição de projeto de resolução nº 381	Crítica à oposição devido à rejeição de uma resolução do partido acerca dos meios informáticos para ensino à distância
29 de janeiro	Sexta-feira (Dia útil)	778	47	471	<i>Tweet</i> de Chega de 28 de janeiro	59,4 mil (2:20)	Comentário e vídeo do canal da Assembleia da República	Pandemia – estado de emergência e crítica face a encerramento de fronteiras (“tardio”) + critérios de ordem de vacinação + medidas de ensino à distância (“falta de meios”)
29 de janeiro	Sexta-feira (Dia útil)	324	40	40	Não se aplica	Não se aplica	Comentário estritamente escrito	Posicionamento face à eutanásia – “lei da morte assistida” – e defesa de referendo
29 de janeiro	Sexta-feira (Dia útil)	1,3mil	216	465	<i>Tweet</i> de André Ventura	Não se aplica	Comentário estritamente escrito	Crítica à legislação e voto da eutanásia em contexto de pandemia

29 de janeiro	Sexta-feira (Dia útil)	363	68	32	<i>Tweet</i> de André Ventura	Não se aplica	Comentário e partilha de notícia do website do expresso	Reflexão a possível futura integração no governo e coligações parlamentares
29 de janeiro	Sexta-feira (Dia útil)	176	8	33	Não se aplica	Não se aplica	Comentário e panfleto	Crítica ao governo acerca da demora na entrega dos computadores para ensino à distância
28 de janeiro	Quinta-feira (Dia útil)	778	47	471	Não se aplica	59,4 mil (2:20)	Comentário e vídeo do canal da Assembleia da República	Pandemia – estado de emergência e crítica face a encerramento de fronteiras (“tardio”) + critérios de ordem de vacinação + medidas de ensino à distância (“falta de meios”)
28 de janeiro	Quinta-feira (Dia útil)	222	32	22	Não se aplica	Não se aplica	Comentário a <i>Tweet</i> de “Jornal de Notícias”	Acordo entre PSD e CDS com exclusão do Chega
28 de janeiro	Quinta-feira (Dia útil)	491	26	87	Não se aplica	Não se aplica	“Meme”	Fotografia de André Ventura identificada como “o que precisamos” e fotografia de António Costa identificada como “o que nos calhou”
28 de janeiro	Quinta-feira (Dia útil)	573	56	81	<i>Tweet</i> de André Ventura	Não se aplica	Comentário e print de notícia de <i>Sapo24</i>	Crítica ao modo como o partido é criticado comparativamente a outros partidos – caso da autarquia alentejana de Beja ““rigoroso confinamento de comunidade” cigana”
28 de janeiro	Quinta-feira (Dia útil)	613	81	57	<i>Tweet</i> de André Ventura	Não se aplica	Comentário e notícia da <i>tvi24.pt</i> sobre comentário de António Costa	Comentário a opinião dada por António Costa na <i>TVI24</i> sobre na qual afirma que “duvido que alguém que apoie o Governo e tenha votado André Ventura”
28 de janeiro	Quinta-feira (Dia útil)	449	53	115	Não se aplica	Não se aplica	Colagem de Print de publicação de Eugénia Vasques no <i>facebook</i> e de foto com Catarina Martins	Crítica à oposição – crítica ao “ódio de bem da Esquerda em Portugal
27 de janeiro	Quarta-feira (Dia útil)	270	20	52	Não se aplica	Não se aplica	Comentário e Print de notícia do expresso	Crítica ao modo como o partido é criticado comparativamente a outros partidos –

								caso da camara de Castro Verde (socialista) e anúncio de ““ rigoroso confinamento de comunidade” cigana” (levanta questão se é “racista e xenófoba”)
26 de janeiro	Terça-feira (Dia útil)	2 257	202	509	<i>Tweet</i> de André Ventura	Não se aplica	Comentário e notícia do <i>website</i> do Jornal de Notícias	Crítica aos critérios de ordem de vacinação, nomeadamente, para titulares de órgãos políticos
26 de janeiro	Terça-feira (Dia útil)	728	114	76	<i>Tweet</i> de André Ventura	Não se aplica	Comentário e notícia do <i>online.sapo.pt</i>	Comentário aos resultados das eleições presidenciais – “Ventura “vence” em 11 distritos e baralha a direita”
26 de janeiro	Terça-feira (Dia útil)	305	21	34	Não se aplica	Não se aplica	Comentário e notícia de <i>noticiasao minuto.com</i>	Declarações de André Ventura acerca dos critérios de vacinação e crítica a Marcelo Rebelo de Sousa por não se demarcar do “episódio das pedras” e contactar o adversário político
26 de janeiro	Terça-feira (Dia útil)	290	17	40	Não se aplica	Não se aplica	Figura (mapa de Portugal) com distribuição dos candidatos às presidenciais (sem inclusão de Marcelo Rebelo de Sousa)	Eleições presidenciais – alusão a uma maior representação de André Ventura comparativamente aos restantes candidatos (com exceção de Marcelo Rebelo de Sousa); figura sem legenda explicativa
25 de janeiro	Segunda-feira (Dia útil)	521	34	79	<i>Tweet</i> de “Identity & Democracy Party”	Não se aplica	Comentário e <i>Flyer</i>	Posicionamento do Partido do parlamento europeu face aos resultados de André Ventura nas eleições presidenciais a parabenizar o mesmo
25 de janeiro	Segunda-feira (Dia útil)	502	44	77	Não se aplica	Não se aplica	Comentário estritamente escrito	Apresentação e reflexão acerca dos resultados obtidos nas eleições presidenciais

25 de janeiro	Segunda-feira (Dia útil)	1 284	97	320	Tweet de Marine Le Pen	Não se aplica	Comentário e fotografia de André Ventura	Comentário de Marine Le Pen a felicitar o resultado de André Ventura nas eleições presidenciais portuguesas
25 de janeiro	Segunda-feira (Dia útil)	279	24	26	Não se aplica	Não se aplica	Comentário e partilha de link para inscrição militante no partido	Incentivo à inscrição enquanto militante no partido Chega
25 de janeiro	Segunda-feira (Dia útil)	2 478	421	354	Tweet de André Ventura	Não se aplica	Comentário e partilha de notícia de rtp.pt	Reflexão positiva acerca do resultados nas eleições presidenciais
24 de janeiro	Domingo (Fim de semana)	714	90	160	Não se aplica	Não se aplica	Comentário e fotografia de André Ventura (cores)	Agradecimento ao leitorado que votou no candidato
24 de janeiro	Domingo (Fim de semana)	1244	122	244	Tweet de Matteo Salvini	Não se aplica	Comentário e fotografia de André Ventura com Matteo Salvini (a cores)	Matteo Salvini parabeniza o resultado de André Ventura nas eleições presidenciais; cooperação internacional
24 de janeiro	Domingo (Fim de semana)	446	46	62	Não se aplica	Não se aplica	Comentário estritamente escrito	Reflexão de que só no final da contagem os resultados são definidos (utilização da expressão popular: “até ao lavar dos cestos é vindima”)
24 de janeiro	Domingo (Fim de semana)	404	31	39	Não se aplica	9,9k (2:00 min)	Comentário e vídeo	Apelo ao exercício do voto
24 de janeiro	Domingo (Fim de semana)	1051	423	193	Tweet de André Ventura	Não se aplica	Comentário e partilha de notícia de tvi24.iol.pt	Apelo ao exercício do voto
22 de janeiro	Sexta-feira (Dia útil)	1167	249	219	Tweet de André Ventura	Não se aplica	Comentário e fotografia (em campanha)	Reflexão acerca do fim da campanha presidencial
22 de janeiro	Sexta-feira (Dia útil)	844	170	137	Tweet de André Ventura	Não se aplica	Comentário e notícia de cmjornal.pt	Crítica aos critérios de vacinação, nomeadamente, a indivíduos com cargos políticos
22 de janeiro	Sexta-feira (Dia útil)	100	7	7	Não se aplica	Não se aplica	Comentário/resposta a tweet de André Ventura – emojis de aplauso	Aprovação de crítica dos critérios de vacinação (priorização de

								detentores de cargos políticos)
22 de janeiro	Sexta-feira (Dia útil)	232	19	29	Não se aplica	Não se aplica	Comentário e fotografia (a cores) de André Ventura em campanha eleitoral	Alusão a André Ventura como futuro Presidente da República
22 de janeiro	Sexta-feira (Dia útil)	154	31	34	Não se aplica	7,1k (11 segundos)	Comentário e vídeo da <i>sic notícias</i>	Crítica a oposição nas eleições presidenciais: crítica a Ana Gomes por dizer que André Ventura é “cão que ladra e não morde” (“classifica os seus adversários como ‘animais’”)
22 de janeiro	Sexta-feira (Dia útil)	352	19	87	<i>Tweet</i> de Nicolas Bay	Não se aplica	Comentário e fotografia de André Ventura (a cores)	Reflexão do papel de André Ventura na direita portuguesa e na construção de uma alternativa nacional e popular; cooperação internacional
22 de janeiro	Sexta-feira (Dia útil)	348	36	64	Não se aplica	Não se aplica	Comentário a <i>tweet</i> de Ana Gomes (comentário mais vídeo de 55 seg com 41.3k)	Apelidação de “cringe” música infantil (“loja do mestre André”) adaptada para criticar a candidatura de André Ventura associando-a a questões como misoginia, censura, xenofobia, homofobia, entre outras
22 de janeiro	Sexta-feira (Dia útil)	609	269	128	<i>Tweet</i> de André Ventura	Não se aplica	Comentário e partilha de notícia do dn.pt	Crítica a adversário político – crítica a Marcelo Rebelo de Sousa por não se pronunciar acerca do “incidente das pedras”
22 de janeiro	Sexta-feira (Dia útil)	351	94	33	<i>Tweet</i> de André Ventura	Não se aplica	Comentário e partilha de notícia de sicnoticias.pt	Declarações de André Ventura acerca do seu estado após “incidente das pedras”
22 de janeiro	Sexta-feira (Dia útil)	161	11	15	Não se aplica	Não se aplica	Comentário e panfleto (com fotografia de André Ventura e print do Público)	Eleições Presidenciais – alegação de que André Ventura é “o único candidato contra a corrupção” mobilizando notícia acerca de

								propostas de aumento de penas
22 de janeiro	Sexta-feira (Dia útil)	578	92	64	Não se aplica	Não se aplica	Comentário breve e partilha de notícia do jornaleconomico.sapo.pt	Agradecimento por declarações de Matteo Salvini; cooperação internacional
22 de janeiro	Sexta-feira (Dia útil)	212	23	50	Não se aplica	3.3k (1:06 min)	Comentário e vídeo de Matteo Salvini	Agradecimento pelo apoio de Matteo Salvini e da Lega na campanha presidencial; cooperação internacional
22 de janeiro	Sexta-feira (Dia útil)	169	28	21	Não se aplica	Não se aplica	<i>Flyer</i> a preto e branco com alguns apontamentos a cor (texto “estou no bom caminho”, panfleto de Ana Gomes e cruz de voto)	Reflexão sobre “ataques políticos” – “se me atacam é porque estou no bom caminho”
22 de janeiro	Sexta-feira (Dia útil)	256	35	56	Não se aplica	Não se aplica	Comentário e <i>flyer</i>	Reflexão sobre “ataques políticos” como “contra tudo e todos”- utilização de fotografia do “episódio das pedras” para enfatizar “ataques, insultos e humilhações”
22 de janeiro	Sexta-feira (Dia útil)	201	24	30	Não se aplica	Não se aplica	Comentário e partilha de notícia do observador.pt	Referência a “ataques políticos” (referência ao “episódio das pedras”) com reflexão acerca de possíveis externalidades que poderiam ter sido lesadas (policías, jornalistas)
21 de janeiro	Quinta-feira (Dia útil)	342	43	74	Não se aplica	Não se aplica	Comentário, fotografia (de pedra) e resposta a <i>tweet</i> de Visão	Resposta “irónica” a publicação da Visão, segundo a qual em Setúbal atiraram com uma caixa de pastilhas a André Ventura e não pedras
21 de janeiro	Quinta-feira (Dia útil)	2576	501	650	<i>Tweet</i> de André Ventura	Não se aplica	Comentário e fotografia (de “ataque político” em Setúbal – alusão ao “episódio das pedras”)	Eleições presidenciais – “ataques políticos” (alusão ao “episódio das pedras”) – agradecimento à equipa de segurança, forças policiais e comitiva presidencial

21 de janeiro	Quinta-feira (Dia útil)	788	153	155	<i>Tweet</i> de André Ventura	Não se aplica	Comentário e partilha de notícia de tvi24.iol.pt	Eleições presidenciais – “ataques políticos” (alusão ao “episódio das pedras”)
21 de janeiro	Quinta-feira (Dia útil)	434	72	93	Não se aplica	9.3k (25 seg)	Comentário e vídeo (camara segue percurso de André Ventura ao deslocar-se do estabelecimento até ao carro durante o “episódio das pedras”)	Eleições presidenciais – “ataques políticos” (alusão ao “episódio das pedras”)
21 de janeiro	Quinta-feira (Dia útil)	522	81	107	Não se aplica	Não se aplica	Comentário e fotografia de André Ventura abaixado com seguranças em Setúbal (“episódio das pedras”)	Eleições presidenciais – “ataques políticos” (alusão ao “episódio das pedras”)
21 de janeiro	Quinta-feira (Dia útil)	294	68	95	Não se aplica	Não se aplica	Comentário e partilha de notícia de jornaldenegocios.pt	Eleições presidenciais – “ataques políticos” (“episódio das pedras”)
21 de janeiro	Quinta-feira (Dia útil)	214	59	38	Não se aplica	Não se aplica	Comentário e fotografia (a cores) do protesto a André Ventura em Setúbal	Eleições presidenciais – “ataques políticos” (“episódio das pedras”)
21 de janeiro	Quinta-feira (Dia útil)	180	16	39	Não se aplica	4.1k (46 segundos)	Vídeo de manifestantes contra campanha de André Ventura	Eleições presidenciais – “ataques políticos”
21 de janeiro	Quinta-feira (Dia útil)	168	12	27	Não se aplica	Não se aplica	Fotografia de André Ventura (preto e branco) com texto de apelo à comunidade venezuelana residente em Portugal	Campanha eleitoral – apelo à comunidade venezuelana em Portugal
19 de janeiro	Terça-feira (Dia útil)	388	148	168	Não se aplica	20.8k (26 segundos)	Vídeo de manifestantes contra a campanha de André Ventura em Coimbra	Campanha eleitoral – oposição cívica à candidatura
19 de janeiro	Terça-feira (Dia útil)	600	317	120	<i>Tweet</i> de André Ventura	Não se aplica	Comentário e partilha de notícia de tvi24.iol.pt	Comentário à oposição cívica da candidatura em Coimbra
19 de janeiro	Terça-feira (Dia útil)	248	49	56	Não se aplica	6.2k (1:08)	Comentário e vídeo de André Ventura a prestar declarações aos meios de comunicação social	Crítica à oposição – crítica ao Bloco de Esquerda por alegada perseguição e espionagem
19 de janeiro	Terça-feira (Dia útil)	201	19	31	Não se aplica	Não se aplica	Comentário e fotografia (a cores) de outdoor da campanha	Campanha eleitoral – outdoor e apelo ao voto
19 de janeiro	Terça-feira (Dia útil)	421	108	52	<i>Tweet</i> de André Ventura	Não se aplica	Comentário e partilha de notícia do observador.pt	Campanha eleitoral – campanha de drive-in no distrito do porto

18 de janeiro	Segunda-feira (Dia útil)	226	42	49	Não se aplica	4.9k (2:20 min)	Comentário e vídeo de André Ventura a prestar declarações aos meios de comunicação social	Esclarecimento de ação de campanha eleitoral – esclarecimento acerca de jantar em Braga
18 de janeiro	Segunda-feira (Dia útil)	265	25	51	Não se aplica	Não se aplica	Comentário e panfleto com dados sobre estado dos hospitais, nomeadamente, lotações	Crítica ao estado dos hospitais
18 de janeiro	Segunda-feira (Dia útil)	145	16	15	Não se aplica	Não se aplica	Comentário e partilha de notícia de observador.pt	Reflexão de “reconquista” de Portugal em contraste com a notícia sobre ação de campanha com parecer desfavorável da ARS Norte (jantar com 170 pessoas)
17 de janeiro	Domingo (Fim de semana)	794	134	319	<i>Tweet</i> de André Ventura	Não se aplica	Comentário e fotografia (a cores) de ação de campanha em Guimarães	Campanha eleitoral – ação da campanha no Castelo de Guimarães
17 de janeiro	Domingo (Fim de semana)	822	220	132	<i>Tweet</i> de André Ventura	Não se aplica	Comentário e print de notícia da tvi24.iol.pt	Comentário acerca de candidata Ana Gomes – apelida de “candidata cigana” após notícia segundo a qual “comunidade cigana quer garantir segundo lugar a Ana Gomes”
17 de janeiro	Domingo (Fim de semana)	616	127	115	<i>Tweet</i> de André Ventura	Não se aplica	Comentário e partilha de notícia de sapo.pt	Crítica a Ana Gomes por “receber o apoio dos ciganos” e “comparação a Adolf Hitler”
17 de janeiro	Domingo (Fim de semana)	1128	51	330	<i>Tweet</i> de Luís Couraceiro	Não se aplica	Comentário e imagem	“Alerta” para “problemas reais”: “Robles”, Pedrogão, Ricardo Salgado, Tancos, Casa Pia, Rarissimas, BES, entre outros.
17 de janeiro	Domingo (Fim de semana)	392	67	240	Não se aplica	47.1k (1:20 min)	Comentário e vídeo da <i>Sic Notícias</i>	Campanha presidencial - campanha eleitoral com “apoiantes da etnia cigana”
16 de janeiro	Sábado (Fim de semana)	334	46	55	Não se aplica	Não se aplica	“Rima” com exaltação ao voto a André Ventura e fotografia do candidato (a cores) em campanha	Campanha presidencial – exaltação do candidato

16 de janeiro	Sábado (Fim de semana)	294	65	90	<i>Tweet</i> de Observador	Não se aplica	Comentário e partilha de notícia do observador.pt	Reação à campanha “batom vermelhos” – anti campanha “batom negro de luto”
16 de janeiro	Sábado (Fim de semana)	720	207	168	<i>Tweet</i> de André Ventura	Não se aplica	Comentário e partilha de notícia de sábado.pt	Campanha eleitoral – oposição cívica à candidatura
16 de janeiro	Sábado (Fim de semana)	1184	384	715	<i>Tweet</i> de André Ventura	Não se aplica	Comentário e partilha de fotografia do Hospital Universitário Santa Maria	Crítica à oposição – Marcelo Rebelo de Sousa e António Costa – e à oposição cívica ao partido – 8 “alerta” para ambulâncias em lista de espera
16 de janeiro	Sábado (Fim de semana)	385	46	94	Não se aplica	Não se aplica	Comentário estritamente escrito	Crítica ao “batom vermelho” e #VermelhoEmBelem – comparação face a abuso sexual, violência doméstica, “sem abrigo”, pedofilia, entre outros
16 de janeiro	Sábado (Fim de semana)	202	12	29	Não se aplica	Não se aplica	Comentário e panfleto (fotografia de André Ventura e texto preto e vermelho)	Campanha presidencial – comentário a “campanha batom vermelho”
16 de janeiro	Sábado (Fim de semana)	74	5	5	Não se aplica	Não se aplica	<i>Gif (It's not fair)</i> de resposta a <i>tweet</i> de Bruna Carvalho Araújo	Comentário a ironizar resposta a <i>tweet</i> de Bruna Carvalho Araújo que apelida de “matrafonas”
16 de janeiro	Sábado (Fim de semana)	1886	380	778	<i>Tweet</i> de André Ventura	Não se aplica	Comentário e fotografia de André Ventura (a cores)	Campanha presidencial – fim da ação de campanha em Chaves
16 de janeiro	Sábado (Fim de semana)	141	10	22	Não se aplica	Não se aplica	Comentário de resposta a <i>tweet</i> de tvi24	Eleições presidenciais: trocadilho com declarações de Marcelo Rebelo de Sousa – “aventura mudar de Presidente”
15 de janeiro	Sexta-feira (Dia útil)	613	206	111	<i>Tweet</i> de Antunes	240k (24 seg)	Comentário e vídeo	Reação a “Vermelho em Belém” – escreve em espelho VENTURA2021 com batom vermelho
15 de janeiro	Sexta-feira (Dia útil)	351	149	63	<i>Tweet</i> de André Ventura	Não se aplica	Comentário e partilha de notícia de observador.pt	Comentário a “Vermelho em Belém”
15 de janeiro	Sexta-feira	2193	336	885	Não se aplica	Não se aplica	Comentário e imagem de sondagens	Parecer positivo a sondagem que atribui 11,0% a

	(Dia útil)							André Ventura, 10,8% a Ana Gomes e 66,7% a Marcelo Rebelo de Sousa
15 de janeiro	Sexta-feira (Dia útil)	114	5	13	Não se aplica	Não se aplica	Resposta (comentário) a <i>tweet</i> de André Ventura	Parabenizar André Ventura por sondagem que atribui 11,0% a André Ventura, 10,8% a Ana Gomes e 66,7% a Marcelo Rebelo de Sousa
15 de janeiro	Sexta-feira (Dia útil)	230	8	36	Não se aplica	Não se aplica	Comentário e 4 fotografias de André Ventura em campanha	Parabenizar André Ventura pelo aniversário (38 anos)
15 de janeiro	Sexta-feira (Dia útil)	18	1	0	Não se aplica	Não se aplica	Resposta a <i>tweet</i> de Chega a corrigir erro ortográfico	Correção de erro ortográfico
14 de janeiro	Quinta-feira (Dia útil)	246	48	46	Não se aplica	Não se aplica	Comentário e fotografia (a cores)	Campanha presidencial
14 de janeiro	Quinta-feira (Dia útil)	362	88	50	<i>Tweet</i> de André Ventura	Não se aplica	Comentário e partilha de notícia de observador.pt (sobre sondagens)	Campanha eleitoral – apelo ao voto
14 de janeiro	Quinta-feira (Dia útil)	1928	211	637	<i>Tweet</i> de André Ventura	85.9k (46 segundos)	Comentário e segmento de reportagem da <i>Sic</i>	Descrédibilização de entrevistados da etnia cigana na reportagem da <i>Sic</i> sobre o partido
14 de janeiro	Quinta-feira (Dia útil)	349	41	96	Não se aplica	Não se aplica	Comentário estritamente escrito	Campanha presidencial – defesa da polícia (“quem tem medo da polícia é bandido”)
14 de janeiro	Quinta-feira (Dia útil)	499	84	147	<i>Tweet</i> de André Ventura	Não se aplica	Comentário e fotografia de André Ventura em campanha	Manifestação negativa sobre manifestações cívicas contra a campanha e sobre autarca 96socialista de Castelo Branco que pe97rdeu mandato (Luís Correia)
14 de janeiro	Quinta-feira (Dia útil)	330	116	40	<i>Tweet</i> de André Ventura	Não se aplica	Comentário e partilha de notícia de publico.pt	Parecer negativo sobre ação dos meios de comunicação social – consideração de partido como “alvo”
14 de janeiro	Quinta-feira (Dia útil)	406	144	51	<i>Tweet</i> de André Ventura	Não se aplica	Comentário e partilha de notícia de tvi24.iol.pt	Campanha presidencial – manifestação cívica contra a campanha

13 de janeiro	Quarta-feira (Dia útil)	182	11	26	Não se aplica	Não se aplica	Comentário e fotografia de André Ventura (a cores) em campanha em Santarém	Campanha presidencial – ação em Santarém
13 de janeiro	Quarta-feira (Dia útil)	359	162	59	Tweet de André Ventura	Não se aplica	Comentário e partilha de notícia (exclusiva) de observador.pt	Campanha presidencial – apelação de concorrente às eleições presidenciais (Ana Gomes) de candidata cigana
13 de janeiro	Quarta-feira (Dia útil)	101	2	9	Não se aplica	Não se aplica	Comentário e panfleto (texto, fotografia de André Ventura em primeiro plano, e bandeira de Portugal em plano de fundo)	Campanha presidencial – anúncio de ação de campanha em Santarém
12 de janeiro	Terça-feira (Dia útil)	245	11	28	Não se aplica	Não se aplica	Comentário e Fotografia de senhor a segurar pintura de André Ventura (a cores)	Campanha presidencial – campanha na Doca de Pesca de Lagoa na qual ocorreu a oferta de uma pintura com retrato de André Ventura
12 de janeiro	Terça-feira (Dia útil)	214	9	37	Não se aplica	Não se aplica	Utilização de símbolos para formar nuvem de pensamento com texto “André Ventura Presidente”	Campanha presidencial – André Ventura como presidente
11 de janeiro	Segunda-feira (Dia útil)	111	14	16	Não se aplica	Não se aplica	Comentário e panfleto (texto a branco e vermelho no lado direito, fotografia de André Ventura do lado esquerdo, e imagem da bandeira de Portugal em plano de fundo)	Campanha presidencial – anúncio de ação de campanha em Évora cancelada por André Ventura se encontrar em isolamento profilático
11 de janeiro	Segunda-feira (Dia útil)	112	13	14	Não se aplica	Não se aplica	Comentário e panfleto (André Ventura no lado esquerdo e texto (a azul e vermelho) do lado direito)	Campanha presidencial – anúncio de entrevista no CM Jornal (dia 11 às 20)
11 de janeiro	Segunda-feira (Dia útil)	133	28	15	Não se aplica	Não se aplica	Comentário e partilha de notícia de observador.pt	Campanha presidencial – reflexão positiva acerca dos possíveis resultados eleitorais; reflexões de André Ventura acerca dos resultados e da organização das eleições
11 de janeiro	Segunda-feira (Dia útil)	112	20	8	Não se aplica	Não se aplica	Comentário e panfleto (texto, fotografia de André Ventura em primeiro plano, e	Campanha presidencial – anúncio de ação de campanha em Faro

							bandeira de Portugal em plano de fundo)	
10 de janeiro	Domingo (Fim de semana)	252	15	39	Não se aplica	Não se aplica	Comentário e fotografia ("meme" - Ventura em campanha com esqueleto no palco (alusão a esqueleto como sistema corrupto e André Ventura como "salvador"))	Campanha eleitoral – exaltação do candidato André Ventura
10 de janeiro	Domingo (Fim de semana)	479	228	75	<i>Tweet</i> de André Ventura	Não se aplica	Comentário e partilha de notícia de observador.pt	Campanha presidencial – comentário a "ataques políticos"
10 de janeiro	Domingo (Fim de semana)	234	44	53	<i>Tweet</i> de TSF Rádio	Não se aplica	Comentário e fotografia de André Ventura	Campanha presidencial – declarações de André Ventura sobre "mandar "trabalhar" ciganos e antifascistas"
10 de janeiro	Domingo (Fim de semana)	157	11	24	Não se aplica	4.1k (11 seg)	Comentário e vídeo da tvi de Ana Gomes no debate presidencial com André Ventura	Debates presidenciais – exaltação de resposta de André Ventura: Ana Gomes afirma que o seu ídolo é Trump ao que Ventura responde que é Deus
10 de janeiro	Domingo (Fim de semana)	121	5	12	Não se aplica	Não se aplica	Comentário e partilha de notícia de observador.pt	Campanha presidencial – reação a "oposição cívica# em Serpa
10 de janeiro	Domingo (Fim de semana)	1892	388	577	<i>Tweet</i> de André Ventura	Não se aplica	Frase curta e fotografia de notícia da tvi	Campanha presidencial – reação a manifestação anti fascista contra a campanha de Ventura mandando os manifestantes "trabalhar"
10 de janeiro	Domingo (Fim de semana)	218	14	33	Não se aplica	Não se aplica	Comentário e fotografia (que enquadrada com a legenda se torna meme) – André Ventura a colocar as mãos na cabeça teatralmente com legenda "Quando te dizem que o André Ventura vai ficar atrás da Ana Gomes"	Presidenciais – comentário acerca das previsões dos resultados das eleições presidenciais
10 de janeiro	Domingo (Fim de semana)	82	4	6	Não se aplica	Não se aplica	Comentário estritamente escrito	Campanha presidencial – anúncio de comício em Serpa no cineteatro

10 de janeiro	Domingo (Fim de semana)	152	8	29	Não se aplica	Não se aplica	Comentário, fotografia em ação de campanha como resposta a tweet de tvi24	Campanha presidencial – comentário a manifestações antifascistas contra a campanha de André Ventura
10 de janeiro	Domingo (Fim de semana)	385	66	42	<i>Tweet de André Ventura</i>	Não se aplica	Comentário e partilha de notícia de publico.pt	Campanha presidencial – início oficial da campanha e reflexões do candidato acerca dos resultados desejados
10 de janeiro	Domingo (Fim de semana)	102	2	16	Não se aplica	Não se aplica	Comentário e partilha de notícia da tsf.pt	Campanha eleitoral – presença de Marine Le Pen na ação de campanha; cooperação internacional
10 de janeiro	Domingo (Fim de semana)	118	4	18	Não se aplica	Não se aplica	Comentário e fotografia de resposta a tweet de Chega sobre início da campanha presidencial	Campanha presidencial
10 de janeiro	Domingo (Fim de semana)	553	137	98	<i>Tweet de André Ventura</i>	Não se aplica	Comentário e partilha de notícia de sol.sapo.pt	Campanha eleitoral – agradecimento por apoio de Marine Le Pen; cooperação internacional
10 de janeiro	Domingo (Fim de semana)	181	8	28	Não se aplica	Não se aplica	Comentário estritamente escrito – 3 frases	Campanha eleitoral – anúncio do início da campanha
9 de janeiro	Sábado (Fim de semana)	475	139	67	<i>Tweet de André Ventura</i>	Não se aplica	Comentário e partilha de notícia de rfi.fr	Campanha eleitoral – presença de Marine Le Pen na ação de campanha; cooperação internacional
9 de janeiro	Sábado (Fim de semana)	70	26	12	Não se aplica	Não se aplica	Comentário e partilha de link de <i>telegram</i>	Divulgação do <i>telegram</i> do partido Chega
8 de janeiro	Sexta-feira (Dia útil)	218	57	49	Não se aplica	31.1k (1:15 min)	Comentário e vídeo da <i>tvi</i> do debate entre Ana Gomes e André Ventura	Debates presidenciais
8 de janeiro	Sexta-feira (Dia útil)	253	28	58	Não se aplica	22.6k (1:55 min)	Comentário e vídeo da <i>tvi</i> do debate entre Ana Gomes e André Ventura	Debates presidenciais
8 de janeiro	Sexta-feira (Dia útil)	139	16	26	Não se aplica	5.1k (50 seg)	Comentário e vídeo da <i>tvi</i> do debate entre Ana Gomes e André Ventura	Debates presidenciais
8 de janeiro	Sexta-feira (Dia útil)	94	8	8	Não se aplica	4.2k (29 seg)	Comentário e vídeo da <i>tvi</i> do debate entre Ana Gomes e André Ventura	Debates presidenciais

8 de janeiro	Sexta-feira (Dia útil)	352	36	63	Não se aplica	Não se aplica	Comentário e fotografia de Ana Gomes com José Sócrates	Críticas à oposição – crítica à candidata presidencial Ana Gomes por alegada associação a José Sócrates
8 de janeiro	Sexta-feira (Dia útil)	34	0	2	Não se aplica	Não se aplica	Comentário de resposta a <i>tweet</i> de Chega	Debates presidenciais – anúncio de debate entre André Ventura e Ana Gomes
8 de janeiro	Sexta-feira (Dia útil)	854	63	223	Tweet de Marine Le Pen	Não se aplica	Comentário e partilha de 4 fotografias de Marine Le Pen com André Ventura em Portugal na Avenida da Liberdade	Cooperação internacional
8 de janeiro	Sexta-feira (Dia útil)	1200	99	316	Tweet de Marine Le Pen	Não se aplica	Comentário e partilha de fotografia de Marine Le Pen com André Ventura (e Pacheco de Amorim)	Cooperação internacional
8 de janeiro	Sexta-feira (Dia útil)	158	11	33	Não se aplica	Não se aplica	Print de Diário de Notícias com título “Absentismo parlamentar: PS e Bloco são quem mais falta” de resposta a <i>tweet</i> de Joana Mortágua que defende que bloco foi partido que mais cumpriu lotação no plenário e que André Ventura é “o campeão das faltas”	Resposta à oposição – discussão acerca do absentismo parlamentar
8 de janeiro	Sexta-feira (Dia útil)	77	2	4	Não se aplica	Não se aplica	Resposta a <i>tweet</i> de Marine Le Pen com dois <i>emojis</i> de mãos a acenar	Cooperação internacional
8 de janeiro	Sexta-feira (Dia útil)	1736	572	460	Tweet de André Ventura	Não se aplica	Comentário sobre almoço com Marine Le Pen e fotografia do mesmo (com presença de Le Pen, André Ventura e Pacheco Amorim)	Cooperação internacional
8 de janeiro	Sexta-feira (Dia útil)	142	9	14	Não se aplica	Não se aplica	Comentário e panfleto de anúncio de debate presidencial 135entre André Ventura e Ana Gomes (sexta-feira, dia 8 na TVI)	Debates presidenciais - anúncio de debate presidencial entre André Ventura e Ana Gomes
8 de janeiro	Sexta-feira (Dia útil)	292	28	64	Não se aplica	Não se aplica	Comentário e panfleto a anunciar Marine Le Pen	Cooperação internacional – anúncio de receção de Le Pen pelo Chega em Portugal
7 de janeiro	Quinta-feira	3122	545	829	Tweet de André Ventura	Não se aplica	Comentário e imagem de Marisa Matias em	Debates presidenciais

	(Dia útil)						debate com André Ventura na <i>Sic</i>	
7 de janeiro	Quinta-feira (Dia útil)	991	145	740	Não se aplica	215.6k (7 seg)	Comentário e vídeo de André Ventura após debate com Marisa Matias	Debates presidenciais – Marisa Matias “foi arrasada”
7 de janeiro	Quinta-feira (Dia útil)	40	4	5	Não se aplica	Não se aplica	Comentário meramente escrito	Correção de erro ortográfico de <i>tweet</i> anterior
7 de janeiro	Quinta-feira (Dia útil)	783	97	318	Não se aplica	63.4k (20 seg))	Comentário e segmento de vídeo de debate entre André Ventura e Marisa Matias na <i>Sic</i>	Debates presidenciais
7 de janeiro	Quinta-feira (Dia útil)	353	30	99	Não se aplica	11.2k (50 seg)	Comentário e segmento de vídeo de debate entre André Ventura e Marisa Matias na <i>Sic</i>	Debates presidenciais
7 de janeiro	Quinta-feira (Dia útil)	264	17	58	Não se aplica	9.5k (51 seg)	Comentário e segmento de vídeo de debate entre André Ventura e Marisa Matias na <i>Sic</i>	Debates presidenciais
7 de janeiro	Quinta-feira (Dia útil)	194	19	45	Não se aplica	7.8k (18 seg)	Comentário e segmento de vídeo de debate entre André Ventura e Marisa Matias na <i>Sic</i>	Debates presidenciais
7 de janeiro	Quinta-feira (Dia útil)	171	11	28	Não se aplica	8.4k (2:16 min)	Comentário Vídeo de André Ventura com Manuel Luís Goucha em programa da <i>tví</i>	Campanha eleitoral – presença em programa da tarde da TVI com Manuel Luís Goucha
7 de janeiro	Quinta-feira (Dia útil)	1147	155	179	<i>Tweet</i> de André Ventura	Não se aplica	Comentário e fotografia – André Ventura com Manuel Luís Goucha com cenário de programa em plano de fundo	Campanha eleitoral – presença em programa da tarde da TVI com Manuel Luís Goucha
7 de janeiro	Quinta-feira (Dia útil)	43	4	2	Não se aplica	Não se aplica	Comentário e partilha de notícia de mag.sapo.pt	Campanha eleitoral – anúncio de presença em programa da tarde da TVI com Manuel Luís Goucha
7 de janeiro	Quinta-feira (Dia útil)	108	10	17	Não se aplica	Não se aplica	Comentário e <i>Flyer</i> – anúncio de debate presidencial entre André Ventura e Marisa Matias (quinta-feira, dia 7 na <i>Sic</i>)	Debates presidenciais
7 de janeiro	Quinta-feira (Dia útil)	141	24	31	Não se aplica	7k (53 seg)	Comentário e vídeo - segmento do debate presidencial entre André Ventura e Marcelo Rebelo de Sousa na <i>Sic</i>	Debates presidenciais

7 de janeiro	Quinta-feira (Dia útil)	232	18	60	Não se aplica	Não se aplica	<i>Emoji e print</i> de notícia com título “Bairro da Jamaica. Homem fotografado com Marcelo foi detido pela PSP” de resposta a <i>tweet</i> de Rafael Leão	Debates presidenciais – conotação negativa associada a oposição (Marcelo Rebelo de Sousa)
7 de janeiro	Quinta-feira (Dia útil)	328	29	124	Não se aplica	Não se aplica	Comentário e <i>Flyer</i> – contém figura com distribuição das penas máximas na europa com alusão a questão presente no debate 150presidencial entre André Ventura e Marcelo Rebelo de Sousa	Debates presidenciais – crítica a afirmações do opositor no debate (Marcelo Rebelo de Sousa) relativamente às penas máximas na europa
7 de janeiro	Quinta-feira (Dia útil)	180	38	352	Não se aplica	Não se aplica	Resposta a <i>tweet</i> de Chega	Debates presidenciais – alusão a questões étnicas
6 de janeiro	Quarta-feira (Dia útil)	234	22	47	Não se aplica	8.8k (44 seg)	Comentário e segmento do debate presidencial entre André Ventura e Marcelo Rebelo de Sousa na <i>Sic</i>	Debates presidenciais – debate das penas de prisão
6 de janeiro	Quarta-feira (Dia útil)	2754	299	2k	Não se aplica	650.4k (1:17 min)	Comentário e segmento do debate presidencial entre André Ventura e Marcelo Rebelo de Sousa na <i>Sic</i>	Debates presidenciais
6 de janeiro	Quarta-feira (Dia útil)	96	7	17	Não se aplica	4.6k (44 seg)	Comentário e segmento do debate presidencial entre André Ventura e Marcelo Rebelo de Sousa na <i>Sic</i>	Debates presidenciais
6 de janeiro	Quarta-feira (Dia útil)	74	8	15	Não se aplica	5.4k (23 seg)	Comentário e vídeo de André Ventura antes do debate	Debates presidenciais – anúncio de debate com Marcelo Rebelo de Sousa
6 de janeiro	Quarta-feira (Dia útil)	161	7	40	Não se aplica	Não se aplica	Comentário estritamente escrito	Enumeração de aspetos considerados falhas no desempenho de funções de Marcelo Rebelo de Sousa como presidente
6 de janeiro	Quarta-feira (Dia útil)	80	5	10	Não se aplica	Não se aplica	Comentário estritamente escrito de resposta a <i>tweet</i> anterior de Chega	Ironização de “maior governo de sempre” (acerca da oposição) enumerando aspetos criticados
6 de janeiro	Quarta-feira (Dia útil)	99	5	13	Não se aplica	Não se aplica	Comentário de resposta a <i>twet</i> de Chega	Debates presidenciais – anúncio de debate com Marcelo Rebelo de Sousa

6 de janeiro	Quarta-feira (Dia útil)	597	174	102	<i>Tweet</i> de André Ventura	Não se aplica	Comentário – “Ele há coincidências (quase) providenciais...”	-
6 de janeiro	Quarta-feira (Dia útil)	181	13	37	Não se aplica	Não se aplica	<i>Flyer</i> – anúncio de debate presidencial entre André Ventura e Marcelo Rebelo de Sousa (quarta-feira, dia 6 na <i>sic</i>)	Debates presidenciais – anúncio de debate com Marcelo Rebelo de Sousa
6 de janeiro	Quarta-feira (Dia útil)	205	29	23	Não se aplica	Não se aplica	Comentário e partilha de link para inscrição militante no partido	Incentivo à inscrição enquanto militante no partido Chega
5 de janeiro	Terça-feira (Dia útil)	205	42	86	Não se aplica	Não se aplica	Comentário de resposta a <i>tweet</i> de Fabian Figueiredo	Debates presidenciais – comentário acerca do debate entre André Ventura e Tiago Mayan
5 de janeiro	Terça-feira (Dia útil)	271	38	102	Não se aplica	10.9k (2:20 min)	Comentário e segmento do debate presidencial entre André Ventura e Tiago Mayan na <i>Sic Notícias</i>	Debates presidenciais - debate presidencial entre André Ventura e Tiago Mayan na <i>Sic Notícias</i>
5 de janeiro	Terça-feira (Dia útil)	72	7	9	Não se aplica	4.7k (13 seg)	Comentário e vídeo de André Ventura antes do seu debate com Tiago Myan	Debates presidenciais – anúncio de debate presidencial entre André Ventura e Tiago Mayan na <i>Sic Notícias</i>
5 de janeiro	Terça-feira (Dia útil)	213	17	34	Não se aplica	Não se aplica	Comentário de resposta a <i>tweet</i> de <i>Sic</i> sobre reportagem “A grande ilusão”	Crítica aos meios de comunicação social – alegação de diferença de tratamento em comparação aos restantes partidos
5 de janeiro	Terça-feira (Dia útil)	584	257	193	<i>Tweet</i> de André Ventura	Não se aplica	Comentário e partilha de notícia de ionline.sapo.pt	Comentário a movimentos cívicos contra André Ventura e Marine Le Pen – movimento antifascista mobilizado para dia 10
5 de janeiro	Terça-feira (Dia útil)	97	5	13	Não se aplica	3.7k (13 seg)	Comentário e vídeo de ação em Setúbal	Eleições presidenciais – ação em Setúbal
5 de janeiro	Terça-feira (Dia útil)	419	124	314	Não se aplica	Não se aplica	Comentário, imagem de sondagem (cuja ordem, da maior projeção para a menor é: Marcelo Rebelo de Sousa, Ana Gomes, André Ventura, Marisa Matias, João Ferreira e Tiago Mayan) de	Eleições presidenciais – oposição a Tiago Mayan

							resposta a <i>tweet</i> de Tiago Mayan	
5 de janeiro	Terça-feira (Dia útil)	52	3	9	Não se aplica	4k (1:31 min)	Comentário e vídeo de debate presidencial na RTP3	Debates presidenciais
5 de janeiro	Terça-feira (Dia útil)	423	69	70	<i>Tweet</i> de André Ventura	Não se aplica	Comentário e partilha de notícia de tvi24.iol.pt	Debates presidenciais – oposição a Ana Gomes e Marisa Matias
5 de janeiro	Terça-feira (Dia útil)	83	7	18	Não se aplica	Não se aplica	Comentário e <i>flyer</i> – anúncio de debate presidencial entre André Ventura e Tiago Mayan (terça-feira, dia 5 na <i>sic notícias</i>)	Debates presidenciais – anúncio do debate presidencial entre André Ventura e Tiago
5 de janeiro	Terça-feira (Dia útil)	178	7	31	Não se aplica	Não se aplica	<i>Flyer</i> com colagem de gráfico de barras com sondagem pitagórica para a <i>tvi</i> e observador na qual o chega surge como terceira força política (9,1%)	Popularidade partidária – distribuição percentual das forças partidárias
5 de janeiro	Terça-feira (Dia útil)	144	26	28	Não se aplica	42k (40 seg)	Comentário de resposta a <i>tweet</i> de Pedro Coelho acerca da reportagem “A grande ilusão)	Crítica aos meios de comunicação social – crítica ao timing de lançamento da reportagem acerca do partido
4 de janeiro	Segunda-feira (Dia útil)	144	4	12	Não se aplica	2.6k (10 seg)	Comentário e vídeo de André Ventura após debate	Debates presidenciais
4 de janeiro	Segunda-feira (Dia útil)	308	7	50	Não se aplica	5.9k (13 seg)	<i>Emojis</i> e <i>ashtag</i> , e vídeo de debate presidencial entre André Ventura e Vitorino Silva	Campanha presidencial - debate presidencial entre Vitorino Silva e André Ventura
4 de janeiro	Segunda-feira (Dia útil)	302	15	57	Não se aplica	Não se aplica	Comentário e fotografia de debate presidencial entre André Ventura e Vitorino Silva	Campanha presidencial debate presidencial entre Vitorino Silva e André Ventura
4 de janeiro	Segunda-feira (Dia útil)	90	1	6	Não se aplica	2.3k (18 seg)	Comentário e vídeo de André Ventura a anunciar debate	Campanha presidencial – anúncio do debate presidencial entre Vitorino Silva e André Ventura
4 de janeiro	Segunda-feira (Dia útil)	221	2	31	Não se aplica	4.3k (28 seg))	Comentário e vídeo de conversa entre André Ventura e Vitorino Silva após o debate	Debate presidencial – vídeo de conversa entre André Ventura e Vitorino Silva após o debate presidencial na RTP 3
4 de janeiro	Segunda-feira	321	80	26	<i>Tweet</i> de André Ventura	Não se aplica	Comentário e <i>Flyer</i> – anúncio de debate presidencial entre André Ventura e	Campanha presidencial – anúncio do debate presidencial entre

	(Dia útil)						Vitorino Silva (segunda-feira, dia 4 de janeiro na RTP)	Vitorino Silva e André Ventura
4 de janeiro	Segunda-feira (Dia útil)	46	2	6	Não se aplica	Não se aplica	Comentário e partilha de panfleto de apresentação de André Ventura em debate da Associação Académica da Universidade de Lisboa (AAUL) dia 4 às 18:30	Presidenciais – participação em ação da Associação Académica da Universidade de Lisboa (AAUL) dia 4 às 18:30
4 de janeiro	Segunda-feira (Dia útil)	16	0	0	Não se aplica	Não se aplica	Resposta a <i>tweet</i> de Chega	Apontamento de informação em feta em publicação anterior
4 de janeiro	Segunda-feira (Dia útil)	670	134	83	<i>Tweet</i> de André Ventura	Não se aplica	Comentário e print de sondagem em “história” de <i>instagram</i> da tv24 para averiguar quem ganhou o debate – João Ferreira ou André Ventura	Debates presidenciais – debate entre João Ferreira e André Ventura: reflexão acerca de quem “venceu” o mesmo
4 de janeiro	Segunda-feira (Dia útil)	113	4	15	Não se aplica	Não se aplica	Comentário a <i>tweet</i> de Chega	Campanha presidencial – anúncio do debate presidencial entre Vitorino Silva e André Ventura
3 de janeiro	Domingo (Fim de semana)	141	11	17	Não se aplica	2.9k (2:19 min)	Comentário e vídeo de segmento do debate presidencial entre André Ventura e João Ferreira na TVI 24	Debate presidencial - debate presidencial entre André Ventura e João Ferreira na TVI 24
3 de janeiro	Domingo (Fim de semana)	122	5	16	Não se aplica	Não se aplica	Comentário e <i>flyer</i> – anúncio de debate presidencial entre André Ventura e Vitorino Silva (segunda-feira, dia 4 de janeiro na RTP)	Campanha presidencial – anúncio do debate presidencial entre Vitorino Silva e André Ventura
3 de janeiro	Domingo (Fim de semana)	97	4	12	Não se aplica	1.9 k (1:19 min)	Comentário e vídeo de segmento do debate presidencial entre André Ventura e João Ferreira na TVI 24	Debate presidencial - debate presidencial entre André Ventura e João Ferreira na TVI 24
3 de janeiro	Domingo (Fim de semana)	271	9	52	Não se aplica	Não se aplica	<i>Flyer</i> (colagem de <i>prints</i> do <i>website</i> do PCP com comentários; alusão indireta a conteúdo do debate presidencial com João Ferreira)	Crítica à oposição – críticas às celebrações de aniversário de Lenine no website do PCP e posterior retirada após debate presidencial com João Ferreira
3 de janeiro	Domingo (Fim de semana)	1053	333	609	<i>Tweet</i> de André Ventura	Não se aplica	Comentário e duas fotografias	Debates presidenciais - debate presidencial entre André Ventura e João Ferreira na TVI 24: crítica a João

								Ferreira por alegadamente não cumprimentar André Ventura
3 de janeiro	Domingo (Fim de semana)	281	18	60	Não se aplica	Não se aplica	Emoji, print do <i>website</i> do pcp como resposta a <i>tweet</i> de PCP acerca de endereços digitais terem ido abaixo	Crítica à oposição – críticas às celebrações de aniversário de Lenine no website do PCP e 1 posterior retirada após debate presidencial com João Ferreira
2 de janeiro	Sábado (Fim de semana)	223	9	44	Não se aplica	Não se aplica	Comentário e print de 3 endereços digitais do PCP: 1º de vídeo do canal de <i>youtube</i> com título “Jerónimo de Sousa: 150 anos do nascimento do Lénine”; 2º do website com título “150 anos do nascimento de V. I. Lénine: Legado revolucionário e a luta pela Democracia e o Socialismo hoje”; 3º colagem de 2 prints de endereços joaoferreira2021.pt e www.pcp.pt cujas páginas dizem “Não é possível aceder a este site”	Crítica à oposição – críticas às celebrações de aniversário de Lenine no website do PCP e posterior retirada após debate presidencial com João Ferreira
2 de janeiro	Sábado (Fim de semana)	1338	228	237	<i>Tweet</i> de André Ventura	Não se aplica	Comentário estritamente escrito	Crítica à oposição – críticas às celebrações de aniversário de Lenine no website do PCP e posterior retirada após debate presidencial com João Ferreira
2 de janeiro	Sábado (Fim de semana)	226	18	58	Não se aplica	Não se aplica	Comentário e partilha de notícia de cmjornal.pt	Crítica à oposição – críticas às celebrações de aniversário de Lenine no website do PCP e posterior retirada após debate presidencial com João Ferreira: comentário acerca de websites indisponíveis
2 de janeiro	Sábado (Fim de semana)	438	66	130	Não se aplica	Não se aplica	Comentário e imagem de aerossol a ser projetado	Debates presidenciais – afronto relativo a debate com João Ferreira
2 de janeiro	Sábado (Fim de semana)	110	9	11	Não se aplica	3k (11 seg)	Comentário e vídeo de André Ventura antes do debate com André Ventura	Debates presidenciais – anúncio do debate presidencial entre

								André Ventura e João Ferreira na TVI 24
2 de janeiro	Sábado (Fim de semana)	341	76	42	<i>Tweet</i> de André Ventura	Não se aplica	Comentário e <i>flyer</i> – anúncio de debate presidencial entre André Ventura e João Ferreira	Debates presidenciais – anúncio do debate presidencial entre André Ventura e João Ferreira na TVI 24
2 de janeiro	Sábado (Fim de semana)	369	52	52	<i>Tweet</i> de André Ventura	Não se aplica	Comentário e partilha de notícia de rr.sapo.pt	Crítica ao governo – André Ventura pede demissão de ministra da justiça
1 de janeiro	Sexta-feira (Dia útil)	181	14	15	Não se aplica	Não se aplica	Panfleto – líderes da oposição (Rui Rio, André Ventura e Catarina Martins) com percentagens (do <i>barómetro aximage</i>); André Ventura destacado por posição ao centro e ser o único a cores	Oposição governativa – comparação através de dados (do <i>barómetro aximage</i>) com líderes da oposição
1 de janeiro	Sexta-feira (Dia útil)	314	64	47	<i>Tweet</i> de André Ventura	Não se aplica	Comentário e partilha de notícia de ionline.sapo.pt	Crítica à oposição – crítica por ter sido travada a substituição de André Ventura no plenário para presença na campanha eleitoral
1 de janeiro	Sexta-feira (Dia útil)	147	9	20	Não se aplica	Não se aplica	Comentário e <i>flyer</i> – anúncio de debate presidencial entre André Ventura e João Ferreira	Debates presidenciais – anúncio do debate presidencial entre André Ventura e João Ferreira na TVI 24
1 de janeiro	Sexta-feira (Dia útil)	470	58	52	<i>Tweet</i> de André Ventura	Não se aplica	Comentário e partilha de notícia de jn.pt	Oposição governativa – exaltação da posição enquanto líder da oposição
1 de janeiro	Sexta-feira (Dia útil)	243	12	52	Não se aplica	Não se aplica	Comentário estritamente escrito	Feliz ano novo; voto que o novo ano tenha André Ventura como presidente